

**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI**  
**Faculdade Interdisciplinar em Humanidades**  
**Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* Interdisciplinar em Estudos Rurais**  
**Ângela Aparecida Santos**

**O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS: Política pública para a  
agricultura familiar em Datas/MG (2003-2019)**

**Diamantina**  
**2019**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI**  
**Faculdade Interdisciplinar em Humanidades**  
**Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* Interdisciplinar em Estudos Rurais**  
**Ângela Aparecida Santos**

**O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS: Política pública para a  
agricultura familiar em Datas/MG (2003-2019)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Interdisciplinar em Estudos Rurais da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como pré-requisito para obtenção do título de Mestra.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Edneila Rodrigues Chaves

**Diamantina**

**2019**

## Ficha catalográfica

Elaborado com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S237p

Santos, Angela Aparecida

O Programa de Aquisição de Alimentos: política pública para a agricultura familiar em Datas/MG (2003-2019) / Angela Aparecida Santos, 2019.

206 p. : il.

Orientadora: Edneila Rodrigues Chaves

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2019.

1. Agricultura. 2. Vulnerabilidade social. 3. Política pública. 4. Datas. 5. Minas Gerais. I. Chaves, Edneila Rodrigues. II. Título. III. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

**CDD 307.72**

Ficha Catalográfica – Serviço de Bibliotecas/UFVJM  
Bibliotecária Nádia Santos Barbosa – CRB6/3468

ANGELA APARECIDA SANTOS

**AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICA PÚBLICA: o Programa de  
Aquisição de Alimentos - Datas/MG (2003-2019)**

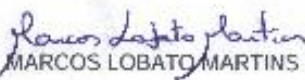
Dissertação apresentada ao  
MESTRADO EM ESTUDOS RURAIS,  
nível de MESTRADO como parte dos  
requisitos para obtenção do título de  
MESTRA EM ESTUDOS RURAIS

Orientador (a): Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Edneila  
Rodrigues Chaves

Data da aprovação : 09/08/2019



Prof.Dr.<sup>a</sup> EDNEILA RODRIGUES CHAVES - UFVJM



Prof.Dr. MARCOS LOBATO MARTINS - UFVJM



Prof.Dr. THIAGO VASCONCELOS MELO - UFVJM



Prof.Dr. MARIVALDO APARECIDO DE CARVALHO - UFVJM



Prof.Dr.<sup>a</sup> FLAVIA MARIA GALIZONI - ICA/UFMG

DIAMANTINA



Dedico esse trabalho aos que tiveram e aos que têm a sensibilidade de despertar o olhar sociológico para enxergar nossa realidade por um ângulo que não estamos habituados.





## AGRADECIMENTOS

Neste mundo somos nada sozinhos. Partindo deste pressuposto entendo que não teria chegado até aqui sem a contribuição direta ou indireta de tantas pessoas. Meus agradecimentos são a todos que a mim direcionam forças positivas e sempre vibram com minhas conquistas.

Especialmente, agradeço ao meu pai João Antônio e à minha mãe Ana Maria pelos ensinamentos e direcionamentos sempre com o propósito de me fazer entender que estudar é sempre o caminho que nos possibilita ocupar alguns espaços. Aos meus irmãos, especialmente minhas irmãs, com os quais sempre pude contar inclusive compartilhando comigo a função de mãe nos cuidados com meus filhos, primeiro com Elisângela dividindo comigo os cuidados com Luís Eduardo e agora com Viviane com a qual compartilho os cuidados com Maria Elisa.

Agradeço ao meu esposo Moisés, que sempre caminha junto comigo compartilhando objetivos, metas, meus melhores e meus piores momentos. Obrigada por me compreender, por me motivar e auxiliar tanto no meu crescimento diário.

Agradeço aos meus filhos Luís Eduardo e Maria Elisa, cada um à sua maneira, me ensinando todos os dias a ser mãe. Vocês são forças propulsoras que me fortalecem todos os dias na luta por um mundo melhor e na busca por aprendizado que me possibilite direcioná-los ao caminho do bem.

Meus agradecimentos são especiais também a quem tanto contribuiu na execução deste trabalho, à minha amiga Doriléia Batista por meio da qual tive os primeiros contatos no município de Datas, meu objeto de estudo; inicialmente como minha coordenadora no curso Técnico em Agropecuária e depois como minha companheira nas visitas às comunidades para localização dos agricultores (parte dos sujeitos da minha pesquisa). Ao escritório local da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (Emater-MG), inicialmente com João Luiz Silveira, extensionista e a Gilmar, secretário, e ultimamente, com os extensionistas André e a Deliana. Ao Centro de Referência de Assistência Social (Cras) por meio de Walison, Carla e Dona Zaide, tão importantes para eu conhecer e chegar até as famílias beneficiárias do Programa de Aquisição de Alimentos, também sujeitos da minha pesquisa. À prefeitura de Datas por me fornecer dados complementares para minha pesquisa. Aos agricultores e às famílias beneficiárias consumidoras. Minha eterna gratidão, sem vocês não teria sido possível executar minha pesquisa.

Agradeço aos professores do programa Estudos Rurais, Marivaldo com os encantos de Antônio Cândido; Aline, Ivana e Josélia com o Calibã e a Bruxa; Alan com o artesanato Intelectual de José de Souza Martins; Nádia com as discussões de Interdisciplinaridade; Rosana e Daniel com as discussões e contribuições sobre Políticas Públicas; Claudenir Fávero (Paraná) com sua linear proposta da disciplina Agroecologia, que somada às discussões das Revoluções Agrícolas e às orientações de Edneila foi tão significativa para me fazer compreender o papel dos sujeitos do campo, muitos historicamente marginalizados pela “modernização”, dentre os quais me encontro com minha origem caipira. Enfoco aqui, meus agradecimentos especiais à Edneila como minha orientadora pela paciência, pelas orientações, pelo aprendizado e por sempre me manter muito motivada no decorrer da minha trajetória como mestranda.

Agradeço a Marivaldo, Marcos Lobato, Thiago Vasconcelhos e Flávia Galizoni por participarem da banca examinadora contribuindo assim para a melhoria deste trabalho.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo auxílio financeiro tão importante nesta trajetória. À nossa turma PPGER 2016/2017, tão “multidisciplinar”, seja na sala de aula, seja no nosso grupo “Estudos Rurais” via “*WhatsApp*”, sempre companheiros no compartilhamento de aprendizados, conteúdos, angústias, alegrias etc. tornando a trajetória mais leve, prazerosa e inesquecível. A vocês meu abraço fraterno e minha gratidão eterna.

Agradeço também à UFVJM Campus JK pelo apoio, inclusive me dando suporte para viver a rica experiência de participar do CLACSO 2018 em Buenos Aires-Argentina e por ofertar o Programa de Pós Graduação em Estudos Rurais, com a riqueza e beleza da sua proposta interdisciplinar.

## **EPIÍGRAFE**

“Vamos criar as condições para que todas as pessoas no nosso país possam comer decentemente três vezes ao dia, todos os dias, sem precisar de doações de ninguém. O Brasil não pode mais continuar convivendo com tanta desigualdade. Precisamos vencer a fome, a miséria e a exclusão social. Nossa guerra não é para matar ninguém – é para salvar vidas.” Luiz Inácio Lula da Silva Presidente da República Discurso de Posse, 1º de janeiro de 2003 (GRAZIANO DA SILVA, p. 7, 2010)



## RESUMO

O estudo aborda a agricultura familiar e política pública com investigação para o modelo de agricultura familiar em âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para a sociedade de Datas– MG, no período de 2003 a 2019. Os objetivos específicos foram: caracterizar a estrutura fundiária e investigar a configuração da produção agrícola em Datas; abordar as políticas públicas para a agricultura familiar e analisar o PAA como política pública em nível nacional; investigar o Programa na esfera da gestão, desempenhada pelas instituições locais Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (Emater-MG) e Centro de Referência de Assistência Social (Cras); investigar o Programa na esfera dos beneficiários, com a identificação do perfil dos agricultores, fornecedores de alimentos, bem como a identificação do perfil das famílias consumidoras destes; analisar o PAA quanto às limitações observadas pelos agricultores e pelas famílias consumidoras e formular proposições para melhor desempenho local do Programa; e investigar seus impactos para os beneficiários, com base na análise realizada. Para realização deste trabalho foram utilizadas informações obtidas a partir de material bibliográfico, de dados estatísticos e de pesquisa de campo. Foram consultados materiais bibliográficos que abordam a temática e dados dos censos agropecuários de 1995/1996 e 2006 (IBGE), dados fundiários do banco de Dados da Luta pela Terra- Dataluta para os anos de 1992, 1998, 2003, 2012 e 2014; e dados do relatório ano agrícola 2016/2017 da Emater-MG. Na pesquisa de campo foram submetidos questionários estruturados com questões abertas à Emater-MG, Cras e às famílias consumidoras. Aos agricultores familiares foi submetido questionário com questões abertas e fechadas. Em termos de resultados e de conclusão, verificou-se que no cenário agrícola de Datas, há a predominância do segmento da agricultura familiar. Os principais produtos fornecidos pelos agricultores para o PAA são frutas e hortaliças. O Programa incentivou a produção dos agricultores familiares, com aumento da produção agrícola e introdução de novas culturas nas unidades de produção municipal. O Programa apresenta limitações que resultam nas dificuldades encontradas pelo Cras na sua esfera de gestão. Tais limitações dizem respeito à insuficiência de produtos para atender a todas as famílias cadastradas, isso devido à participação de poucos agricultores familiares como fornecedores para o Programa. As famílias que se beneficiam apontam vários benefícios para o grupo familiar, entre eles, a melhoria na alimentação, mas o Programa não é eficiente para atender a todas as famílias cadastradas. Propõe-se favorecer a participação de um número maior de agricultores para ampliar fornecimento de produtos para que mais famílias cadastradas sejam contempladas pelo Programa e favorecer o fortalecimento dessa agricultura de forma continuada.

**Palavras - chave:** agricultura, vulnerabilidade social, política pública, Datas, Minas Gerais



## ABSTRACT

The study addresses family farming and public policy with research into the family farming model under the Food Acquisition Program (PAA) for the society of Datas - MG, from 2003 to 2019. The specific objectives were: to characterize the land structure and investigate the configuration of agricultural production in Datas; address public policies for family farming and analyze the PAA as public policy at the national level; investigate the Program in the management sphere, carried out by local institutions Technical Assistance and Rural Extension Company of Minas Gerais (Emater-MG) and Reference Center of Social Assistance (Cras); Investigate the Program in the sphere of beneficiaries, identifying the profile of farmers, food suppliers, as well as identifying the profile of their consuming families; analyze the PAA regarding the limitations observed by farmers and consumer families and formulate propositions for better local performance of the Program; and investigate their impacts on beneficiaries, based on the analysis performed. For this work we used information obtained from bibliographic material, statistical data and field research. We consulted bibliographic materials that address the theme and data of the 1995/1996 and 2006 agricultural censuses (IBGE), land data from the Fight for the Earth - Dataluta Database for the years 1992, 1998, 2003, 2012 and 2014; and data from Emater-MG's 2016/2017 agricultural year report. In the field research structured questionnaires were submitted with questions open to Emater-MG, Cras and consumer families. Family farmers were submitted a questionnaire with open and closed questions. In terms of results and conclusion, it was found that in the Datas agricultural scenario, there is a predominance of the family farming segment. The main products provided by farmers for the PAA are fruits and vegetables. The Program encouraged the production of family farmers, with increased agricultural production and introduction of new crops in the municipal production units. The Program has limitations that result in the difficulties encountered by Cras in its sphere of management. These limitations concern the insufficiency of products to serve all registered families, due to the participation of few family farmers as suppliers to the Program. The families that benefit point out several benefits for the family group, among them, the improvement in the food, but the Program is not efficient to attend to all the registered families. It is proposed to favor the participation of a larger number of farmers to expand the supply of products so that more registered families are contemplated by the Program and to favor the strengthening of this agriculture in a continuous way.

**key words:** agriculture, vulnerability social, public policy, Datas– MG





## RESUMEN

El estudio aborda la agricultura familiar y las políticas públicas con una investigación sobre el modelo de agricultura familiar bajo el Programa de Adquisición de Alimentos (PAA) para la sociedad de Datas - MG, de 2003 a 2019. Los objetivos específicos fueron: caracterizar la estructura de la tierra e investigar la configuración de la producción agrícola en Datas; abordar las políticas públicas para la agricultura familiar y analizar el PAA como política pública a nivel nacional; investigar el Programa en el ámbito de la gestión, llevado a cabo por las instituciones locales, la Compañía de Asistencia Técnica y Extensión Rural de Minas Gerais (Emater-MG) y el Centro de Referencia de Asistencia Social (Cras); investigar el Programa en la esfera de los beneficiarios, identificando el perfil de los agricultores, proveedores de alimentos, e identificando el perfil de sus familias consumidoras; analizar el PAA con respecto a las limitaciones observadas por los agricultores y las familias de consumidores y formular propuestas para un mejor desempeño local del Programa; e investigar sus impactos en los beneficiarios, con base en el análisis realizado. Para este trabajo utilizamos información obtenida de material bibliográfico, datos estadísticos e investigación de campo. Consultamos materiales bibliográficos que abordan el tema y los datos de los censos agrícolas de 1995/1996 y 2006 (IBGE), datos de la tierra de Fight for the Earth - Base de datos Dataluta para los años 1992, 1998, 2003, 2012 y 2014; y datos del informe del año agrícola 2016/2017 de Emater-MG. En el campo de investigación, se enviaron cuestionarios estructurados con preguntas abiertas a Emater-MG, Cras y familias de consumidores. Los agricultores familiares recibieron un cuestionario con preguntas abiertas y cerradas. En términos de resultados y conclusión, se encontró que en el escenario agrícola Datas, hay un predominio del segmento de agricultura familiar. Los principales productos proporcionados por los agricultores para el PAA son frutas y verduras. El Programa alentó la producción de agricultores familiares, con una mayor producción agrícola y la introducción de nuevos cultivos en las unidades de producción municipales. El Programa tiene limitaciones que resultan en las dificultades encontradas por Cras en su esfera de gestión. Estas limitaciones se refieren a la insuficiencia de productos para atender a todas las familias registradas, debido a la participación de pocos agricultores familiares como proveedores del Programa. Las familias que se benefician señalan varios beneficios para el grupo familiar, entre ellos, la mejora en la alimentación, pero el Programa no es eficiente para atender a todas las familias registradas. Se propone favorecer la participación de un mayor número de agricultores para expandir la oferta de productos para que el Programa contemple a más familias registradas y favorecer el fortalecimiento de esta agricultura de manera continua.

**Palabras clave:** agricultura, vulnerabilidad social, política pública, Datas-MG



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1 - Fluxograma do procedimento para coleta de dados na pesquisa de campo</b> .....	<b>31</b>
<b>Figura 2 - Localização do município de Datas - MG no Alto Jequitinhonha.....</b>	<b>38</b>
<b>Figura 3 – Cestas de produtos para distribuição às famílias consumidoras do PAA, Datas - MG .....</b>	<b>104</b>
<b>Figura 4 – Comunidade Santa Cruz, Datas – MG, 2019.....</b>	<b>109</b>
<b>Figura 5 – Comunidade Vargem do Basto, Datas – MG, 2019 .....</b>	<b>110</b>
<b>Figura 6 – Frutas fornecidas para o PAA pelos agricultores familiares, banana (à esquerda), laranja e mexerica (à direita), Datas – MG, 2019 .....</b>	<b>129</b>
<b>Figura 7 - Hortaliças fornecidas para o PAA pelos agricultores familiares, abóboras (à esquerda), alface (à direita), Datas – MG, 2019 .....</b>	<b>130</b>
<b>Gráfico 1 População urbana e população rural (%) do município de Datas - MG, 2010</b>	<b>36</b>
<b>Gráfico 2 - Área plantada no município de Datas e no Brasil - 2006 a 2010.....</b>	<b>64</b>
<b>Gráfico 3 - Evolução das modalidades do PAA de 2009 a 2017 (R\$) no Brasil .....</b>	<b>93</b>
<b>Gráfico 4 – Perfil das famílias inscritas no Cadastro Único, abril 2019, Datas - MG...</b>	<b>102</b>
<b>Gráfico 5 - Agricultores familiares, participantes do PAA, Datas - MG, 2018/2019 .....</b>	<b>109</b>
<b>Gráfico 6 – Variedade de frutas e hortaliças produzidas e fornecidas para o PAA, Datas – MG, 2018/2019 .....</b>	<b>131</b>
<b>Gráfico 7 - Beneficiários consumidores por período , Datas - MG, 2018 e 2019 .....</b>	<b>140</b>



## LISTA DE SIGLAS

Acar - Associação de Crédito e Assistência Rural  
AFE- Apoio à Formação de Estoques  
Ater - Assistência Técnica e Extensão Rural  
BR - Brasil  
BPC - Benefício Prestação Continuada  
CADÚnico- Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal  
CD – Compra Direta  
Cdaf- Compra Direta da Agricultura Familiar  
CDS- Compra para Doação Simultânea  
CI - Compra Institucional  
CMN- Conselho Monetário Nacional  
Conab- Companhia Nacional de Abastecimento  
Consea- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional DAP  
Contag- Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura  
CPF- Cadastro de Pessoa Física  
Cras- Centro de Referência e Assistência Social  
DAP - Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
Dataluta - Banco de Dados da Luta pela Terra  
Emater-MG- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais  
Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
Embrater - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural  
FAO- Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura  
Fetraf- Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar  
GGPAA- Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos  
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia  
IDHM- Índice de Desenvolvimento Humano  
IFNMG - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais  
Incrá - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
IPCL - Incentivo à Produção e Consumo de Leite  
ITR - Imposto Territorial Rural

MDS- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome

MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário

Mesa- Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate a Fome

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

NIS - Número de Identificação Social

PAA- Programa de Aquisição de Alimentos

PGPM- Política de Garantia de Preços Mínimos

PGPM-BIO - Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade

PGPAF - Política de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar

PAIF - Proteção e Atendimento Integral à Família

PNAE - Programa Nacional de Alimentação escolar

PNBP - Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel

PNHR - Plano Nacional de Habitação Rural

PNHR - Plano Nacional de Reforma Agrária

Pronaf - Programa nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar

Pronat - Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

PTC - Programa Territórios da Cidadania

SCFV - Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Sead - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e desenvolvimento Agrário

Seda - Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agrário

Seaf - Seguro da Agricultura Familiar

Seapa - Secretaria de Estado de Agricultura Pecuária e Abastecimento

Sisan - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

TCU - Tribunal de Contas da União

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Estabelecimentos agropecuários, número e área (ha) por grupo de área total, Datas -MG, 1995/1996 .....	53
Tabela 2- Estabelecimentos agropecuários, número e área (ha) por grupo de área total, Datas - MG, 2006 .....	53
Tabela 3 - Estabelecimentos por grupo de área total e por período, Datas - MG, 1992, 1998, 2003, 2012 e 2014 .....	56
Tabela 4- Imóveis rurais, área (ha), por grupo de área total e por período, Datas - MG, 1992, 1998, 2003, 2012 e 2014 .....	57
Tabela 5- Estabelecimentos da agricultura familiar e da agricultura não familiar por grupo de área total, Datas – MG, 2006 .....	59
Tabela 6- Distribuição da terra por categoria de produção agrícola, Datas - MG, 2006	60
Tabela 7- Distribuição da terra no por categoria de produção agrícola, Brasil, 2006.....	60
Tabela 8- Imóveis rurais, classificação por tamanho e período, Datas - MG, 1992, 1998, 2003, 2012 e 2014 .....	62
Tabela 9 - Grandes culturas: área estimada (ha), produtividade (t/ha), produção(t), por categoria de agricultores e por categoria de produção agrícola, Datas - MG, 2016/2017. ....	66
Tabela 10 - Hortaliças: área estimada (ha), produtividade (t/ha), produção(t) por categoria de agricultores e por categoria de produção agrícola, Datas - MG, 2016/2017	68
Tabela 11 - Demais Culturas: área estimada (ha), produtividade (t/ha), produção por categoria de agricultores e categoria de produção agrícola, Datas - MG, 2016/2017 .....	69
Tabela 12 - PAA, recursos aplicados na aquisição de produtos de 2003 a 2017 (Sead e MDS) por regiões do Brasil.....	90
Tabela 13 - Execução do PAA âmbito Nacional, 2012 a 2017 .....	91
Tabela 14 - Agricultores ativos frequentes, por gênero, valor a entregar (R\$), valor entregue (R\$) 2018 e 2019, total (R\$) e percentual fornecido, Datas - MG, 2018/2019 .	106
Tabela 15- Agricultores ativos infrequentes por gênero, valor a entregar (R\$), valor entregue (R\$) 2018 e 2019, total (R\$) e percentual fornecido, Datas, 2018/2019.....	107
Tabela 16- Agricultores inativos por gênero e valor a entregar (R\$), Datas, 2018/2019	108
Tabela 17 - Agricultores do PAA, por gênero e por frequência de participação, Datas - MG, 2018/2019 .....	113

<b>Tabela 18- participação média das mulheres rurais nas modalidades apoio à formação de estoques e compra com doação simultânea, por regiões brasileiras.....</b>	<b>114</b>
<b>Tabela 19–Agricultores do PAA, por frequência de participação e por faixa etária, Datas - MG, 2018/2019 .....</b>	<b>116</b>
<b>Tabela 20- Agricultores do PAA por número de membros do grupo familiar, Datas - MG, 2018/2019.....</b>	<b>117</b>
<b>Tabela 21 - Agricultores do PAA por entidade prestadora de assistência técnica, Datas - MG, 2018/2019.....</b>	<b>118</b>
<b>Tabela 22- Agricultores do PAA cadastrados em outras políticas públicas, Datas - MG, 2018/2019.....</b>	<b>119</b>
<b>Tabela 23- Agricultores do PAA por condição jurídica da propriedade, localidade e tempo de residência, Datas - MG, 2018/2019.....</b>	<b>121</b>
<b>Tabela 24- Agricultores do PAA por grupo de DAP e por CAR, Datas - MG, 2018/2019 .....</b>	<b>121</b>
<b>Tabela 25- Agricultores do PAA por participação dos membros do grupo familiar nas atividades agrícolas, Datas - MG, 2018/2019 .....</b>	<b>122</b>
<b>Tabela 26 - de Agricultores do PAA por participação na feira de Agricultores, Datas - MG, 2018/2019.....</b>	<b>124</b>
<b>Tabela 27- Agricultores do PAA por fonte de renda do grupo familiar, Datas - MG, 2018/2019.....</b>	<b>125</b>
<b>Tabela 28 - Agricultores do PAA por benefícios assistenciais e previdenciários, Datas - MG, 2018/2019.....</b>	<b>126</b>
<b>Tabela 29- Agricultores do PAA por realização de trabalho fora da propriedade e por número de membros migrantes, Datas - MG, 2018/2019 .....</b>	<b>127</b>
<b>Tabela 30- Agricultores do PAA por tipo de ferramentas utilizado, Datas - MG, 2019</b>	<b>127</b>
<b>Tabela 31- Agricultores Ativos Frequentes e Ativos Infrequentes no PAA por cada tipo de frutífera cultivado, Datas - MG, 2018/2019 .....</b>	<b>129</b>
<b>Tabela 32- Agricultores do PAA por tipo de hortaliça e demais culturas cultivadas, Datas - MG, 2019.....</b>	<b>130</b>
<b>Tabela 33 - Agricultores do PAA por método de controle de pragas utilizado, Datas - MG, 2018/2019.....</b>	<b>132</b>
<b>Tabela 34- Agricultores do PAA por produção de animais, Datas - MG, 2018/2019 ...</b>	<b>133</b>
<b>Tabela 35- Agricultores do PAA por tipo de problema encontrado na produção agrícola, Datas - MG, 2019.....</b>	<b>135</b>



<b>Tabela 36- Agricultores por categoria autodenominada,Datas - MG, 2018 2019 .....</b>	<b>135</b>
<b>Tabela 37 - Beneficiários consumidores: quantidade de Cestas por entregas realizadas, Datas - MG, 2019 .....</b>	<b>139</b>
<b>Tabela 38 - Beneficiários consumidores por gênero, faixa etária e nível de escolaridade, Datas - MG, 2019 .....</b>	<b>142</b>
<b>Tabela 39- Beneficiários consumidores por número de membros do grupo familiar, Datas - MG, 2019 .....</b>	<b>143</b>
<b>Tabela 40- Beneficiários consumidores por participação em política pública e por benefícios previdenciários, Datas - MG, 2019.....</b>	<b>144</b>
<b>Tabela 41- Agricultores do PAA por tipo de dificuldades encontradas na participação no Programa, Datas - MG, 2018/ 2019.....</b>	<b>149</b>
<b>Tabela 42- Beneficiários consumidores por dificuldade para participar do PAA e por sugestões para melhoria, Datas - MG, 2019 .....</b>	<b>152</b>
<b>Tabela 43- Agricultores do PAA por benefícios promovidos pelo programa, Datas - MG, 2018/2019 .....</b>	<b>155</b>
<b>Tabela 44 - Beneficiários consumidores por benefícios promovidos pelo PAA, Datas - MG, 2019 .....</b>	<b>157</b>



## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1 - Gerações de políticas públicas para a agricultura familiar .....</b>	<b>76</b>
<b>Quadro 2 - Modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos, por descrição e limite de recurso financeiro - Brasil, 2014 .....</b>	<b>88</b>
<b>Quadro 3- Beneficiários consumidores, por grupos de prioridade, critérios para enquadramento e número de famílias, Datas - MG, 2018/2019 .....</b>	<b>103</b>
<b>Quadro 4 – Beneficiários consumidores, por número de cestas distribuídos, por grupos e famílias beneficiados, Datas - MG, 2019.....</b>	<b>137</b>
<b>Quadro 5- Limitações, proposições e impactos por beneficiários, Datas - MG, 2019....</b>	<b>158</b>



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>29</b>
<b>1 AGRICULTURA E AGRICULTURA FAMILIAR .....</b>	<b>35</b>
<b>1.1 Apresentação do Objeto de estudo.....</b>	<b>35</b>
<b>1.2 A historicidade da agricultura no Brasil .....</b>	<b>38</b>
<i>1.2.1 Reconhecimento da agricultura familiar como modelo de agricultura .....</i>	<i>43</i>
<b>1.3 Caracterização da agricultura em Datas.....</b>	<b>51</b>
<i>1.3.1 Estrutura fundiária.....</i>	<i>51</i>
<i>1.3.1.1 Classificação dos imóveis rurais do município de Datas.....</i>	<i>61</i>
<i>1.3.2 Cenário agrícola.....</i>	<i>62</i>
<b>2 POLITICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS.....</b>	<b>73</b>
<b>2.1 Políticas Públicas para a agricultura familiar .....</b>	<b>73</b>
<i>2.1.1 Políticas Públicas de primeira geração .....</i>	<i>76</i>
<i>2.1.2 Políticas Públicas de segunda geração.....</i>	<i>81</i>
<i>2.1.3 Políticas públicas de terceira geração.....</i>	<i>83</i>
<b>2.2 O Programa de Aquisição de Alimentos como uma política pública para a agricultura familiar .....</b>	<b>86</b>
<b>3 O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS EM DATAS-MG .....</b>	<b>99</b>
<b>3.1 Execução do Programa .....</b>	<b>99</b>
<i>3.1.1 Instituição gestora: Emater-MG .....</i>	<i>99</i>
<i>3.1.2 Instituição gestora: Cras.....</i>	<i>101</i>
<b>3.2 Beneficiários do Programa: agricultores(fornecedores) e famílias em situação de vulnerabilidade social(consumidores).....</b>	<b>105</b>
<i>3.2.1 Beneficiários fornecedores: agricultores .....</i>	<i>105</i>
<i>3.2.1.2 Perfil da propriedade e das atividades desenvolvidas pelos agricultores .....</i>	<i>119</i>
<i>3.2.1.3 Perfil da produção agrícola dos agricultores fornecedores para o PAA .....</i>	<i>128</i>
<i>3.2.2 Beneficiários consumidores do PAA do município de Datas: famílias em situação de vulnerabilidade social .....</i>	<i>136</i>
<i>3.2.2.1 Perfil dos beneficiários consumidores .....</i>	<i>141</i>

<b>4 LIMITAÇÕES, PROPOSIÇÕES E IMPACTOS DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA .....</b>	<b>147</b>
<b>4.1 Limitações e proposições .....</b>	<b>147</b>
<i>4.1.1 Instituições gestoras Emater-MG e Cras.....</i>	<i>147</i>
<i>4.1.2 Beneficiários do PAA- agricultores e famílias em situação de vulnerabilidade social</i>	<i>148</i>
<i>4.1.2.1 Beneficiários fornecedores - agricultores.....</i>	<i>148</i>
<i>4.1.2.2 Beneficiários consumidores- famílias em situação de vulnerabilidade social.....</i>	<i>151</i>
<b>4.2 Impactos do PAA: Agricultores e famílias consumidoras.....</b>	<b>153</b>
<i>4.2.1 Impactos do PAA para os agricultores.....</i>	<i>154</i>
<i>4.2.2 Impactos do PAA para as famílias consumidoras .....</i>	<i>156</i>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>159</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>163</b>
<b>REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS.....</b>	<b>169</b>
<b>APÊNDICE A - Questionário - instituição gestora - Emater-MG .....</b>	<b>173</b>
<b>APÊNDICE B - Questionário - instituição gestora Cras.....</b>	<b>175</b>
<b>APÊNDICE C - Questionário - agricultor .....</b>	<b>177</b>
<b>APÊNDICE D - Questionário - famílias consumidoras.....</b>	<b>181</b>
<b>ANEXO A - Agricultores cadastrados no programa de aquisição de alimentos – PAA</b>	<b>183</b>
<b>ANEXO B - Questionário utilizado pelo cras - estudo sócio econômico para cadastramento das famílias no Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.....</b>	<b>193</b>
<b>ANEXO C - Portaria nº 057 de 15 de agosto de 2017 .....</b>	<b>199</b>

<b>ANEXO D - Portaria nº 091 de 28 de junho de 2018.....</b>	<b>201</b>
<b>ANEXO E - Quantitativo de cestas do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA....</b>	<b>203</b>
<b>ANEXO F - Mapa municipal com as comunidades de localização dos agricultores ativos no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e distâncias da sede do município, Datas-MG, 2018/2019 .....</b>	<b>205</b>





## INTRODUÇÃO

Este trabalho<sup>1</sup> trata-se do resultado da pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM) na linha de pesquisa “Configurações do Rural, Política e Meio Ambiente” abordando o Programa de Aquisição de Alimentos(PAA) como política pública para a agricultura familiar. Esta pesquisa foi realizada em Datas, um município localizado no Vale do Jequitinhonha, microrregião de Diamantina, no estado de Minas Gerais.

A opção pelo município de Datas para realização desta pesquisasurgiu a partir de um contato inicial com os agricultores e com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (Emater-MG) deste municípiono início da minha atuação como professora mediadora presencial do curso Técnico em Agropecuária ofertado pelo Instituto Federal do Norte de Minas Gerais(IFNMG), em março de 2018. Como uma das atividades da disciplina “culturas anuais” ministrada neste curso, eu e os discentesorganizamos o evento “Dialogando com o Agricultor” com o propósito de conhecermos por meio de um diálogo com os agricultores e com o extensionista do escritório local da Emater-MG quais as principais culturas anuais exploradas no município. Nesta ocasião o extensionista nos apresentou não só as culturas anuais, mas todas as espécies agrícolas exploradas no município e qual a participação dos agricultores na produção de cada uma, nos mostrando a predominância da participação dos agricultores que se enquadram na agricultura familiar, este um dos modelos deagriculturaneste município.

Diante disso, me interessei em saber que políticas públicas para a agricultura familiar estavam em execução no município, sendo informada de que ainda no primeiro semestre de 2018 iniciaria a execução de mais uma etapa do Programa de Aquisição de Alimentos.

O reconhecimento da agricultura familiar enquanto modelo de agricultura, e o dos seus sujeitos políticos, os agricultores ocorreu por volta de 1980, amplamente divulgada em 1990. Tal reconhecimento deu-se com a contribuição de diversos atores na vertente social, política e acadêmica. Decorreu-se disso a legitimação desse modelo de agricultura pelo governo federal, com a instituição do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura

---

<sup>1</sup> “O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001” e da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri-UFVJM.

Familiar (Pronaf). Após isso, várias outras políticas públicas foram direcionadas para este segmento agrícola, dentre elas o PAA em 2003. Esse, trata-se de um programa do governo federal executado com a participação de instituições desta esfera, da esfera estadual e municipal; e direcionado a dois públicos beneficiários, agricultores (beneficiários fornecedores) e famílias em situação de vulnerabilidade social (beneficiárias consumidoras).

Desta forma, o problema de pesquisa consiste em investigar o Programa de Aquisição de Alimentos como uma política pública para a agricultura familiar. Privilegiou-se como objeto de estudo o município de Datas-MG no período de 2003 a 2019. O recorte temporal corresponde ao ano de instituição do Programa até atualidade.

Os objetivos específicos da pesquisa consistem em: caracterizar a estrutura fundiária e abordar a configuração da produção agrícola em Datas; abordar as políticas públicas para a agricultura familiar e situar o PAA como política pública, em nível nacional; investigar o Programa na esfera da gestão, desempenhada pelas instituições locais Emater-MG e Cras, e investigar o Programa na esfera dos beneficiários, com a identificação do perfil dos agricultores, fornecedores de alimentos, bem como a identificação do perfil das famílias consumidoras dos produtos agrícolas; analisar o PAA quanto às limitações do Programa observadas pelos agricultores e pelas famílias consumidoras; investigar seus impactos para os beneficiários; e formular proposições para melhor desempenho local do Programa, com base na análise realizada.

Como procedimento metodológico adotado para realização deste trabalho, adotou-se a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. Foram coletados dados de material bibliográfico, de documentos estatísticos e submetidos questionários.

A fim de se conhecer as características da agricultura com enfoque na agricultura familiar do município de Datas, foram consultados e coletados dados de materiais bibliográficos que abordam a temática. Realizou-se os mesmos procedimentos para com documentos estatísticos, os censos agropecuários de 1995/1996 e 2006 (IBGE) e dados do banco de dados da luta pela terra- Dataluta<sup>2</sup>, sendo estes dados fundiários para os anos de 1992, 1998, 2003, 2012 e 2014. Utilizou-se também dados do relatório ano agrícola 2016/2017 cedidos pela Emater-MG.

---

<sup>2</sup>O Dataluta – Banco de Dados da Luta pela Terra – é um projeto de pesquisa e extensão criado em 1998 no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) vinculado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), campus de Presidente Prudente. Os dados do Dataluta são também no site no Laboratório de geografia agrária da Universidade Federal de Uberlândia de Minas, de onde foram obtidos para o presente estudo.

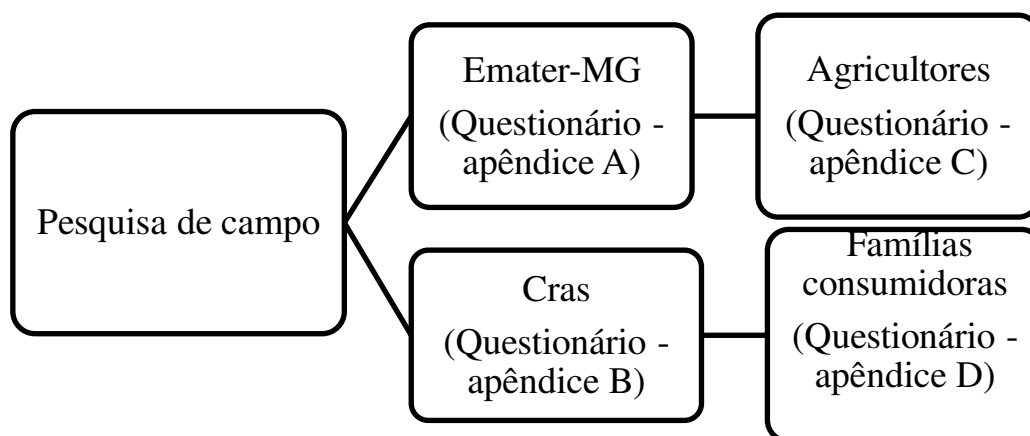
Os dados dos censos foram analisados a fim de se conheceras características da agricultura do município de Datas, quanto aos modelos de produção agrícola, a estrutura fundiária, o perfil dos estabelecimentos agropecuários e qual a configuração desta estrutura fundiária por modelo de produção agrícola.

Os dados do Dataluta foram utilizados para se conhecer também a configuração da estrutura fundiária no período de 1992 a 2014. Ambas as fontes utilizam metodologias diferentes, o censo trata de estabelecimentos agropecuários, já o Dataluta, trata de imóveis rurais, então não se propôs a fazer uma análise comparativa, mas verificar qual a tendência apresentada pelos dados destas diferentes fontes.

Para conhecimentos do cenário agrícola do município de Datas em termos de perfil de agricultor e quais as principais culturas agrícolas exploradas foram analisados dados do ano agrícola 2016/2017 cedidos pela Emater-MG.

Na pesquisa de campo buscou-se conhecer a atuação das instituições gestoras locais Emater-MG e Cras, a participação dos agricultores familiares e famílias em situação de vulnerabilidade social, como beneficiários do Programa. Para isso foram submetidos questionários estruturados com questões abertas à Emater-MG (Apêndice A), Cras (Apêndice B) e às famílias consumidoras (Apêndice D). Aos agricultores familiares foi submetido questionário com questões abertas e fechadas (Apêndice C). A representação esquemática deste procedimento encontra-se na Figura 1.

**Figura 1 - Fluxograma do procedimento para coleta de dados na pesquisa de campo**



Ao extensionista do escritório local da Emater-MG e ao responsável pelo PAA no Cras do município foi apresentada a pesquisa explicando-se como seria o procedimento para a realização da coleta de dados com os questionários, após isso e mediante a disposição e interesse destes em participar da pesquisa, foi submetido o questionário estruturado. Com os questionários submetidos ao Cras e à Emater-MG propôs-se a conhecer os aspectos relativos ao PAA na esfera de atuação destas instituições

Em relação aos agricultores, antes da pesquisa de campo, a partir de dados da Emater-MG relativos à participação destes como fornecedores do PAA, realizou-se o agrupamento destes em ativos<sup>3</sup> e inativos<sup>4</sup>. Isso porque, cadastrados no PAA são 28, mas nem todos estavam fornecendo e o objetivo era submeter questionário apenas aos que estavam fornecendo, estes identificados como os ativos (18 agricultores) e os que não forneceram nada, em inativos (10 agricultores). Em relação aos ativos, alguns forneceram produtos durante toda a execução do programa e enquanto outros começaram a fornecer e pararam. Com base nisso, os ativos foram subdivididos em ativos frequentes<sup>5</sup> (13 agricultores) e ativos infrequentes<sup>6</sup>, 5 (cinco) agricultores.

Após a caracterização dos agricultores procedeu-se com a identificação das comunidades de residência dos agricultores ativos no PAA para posterior submissão dos questionários. Alguns ativos frequentes foram convidados a participar da pesquisa na ocasião da entrega dos produtos na sede do município, sendo submetido questionário aos que se dispuseram participar nesta ocasião. Os que não foram encontrados devido à entrega dos produtos ser intermediada por algum conhecido, ou os que não puderam participar nesta ocasião, foram procurados em suas residências. Os ativos infrequentes só foram encontrados em suas residências.

Foi convidado a participar da pesquisa o integrante do grupo familiar cadastrado como responsável pelo Programa. Todos os agricultores ativos frequentes, que são 13, responderam o questionário. Os ativos infrequentes, apenas 4 (quatro) participaram, pois um dos agricultores deste grupo, por duas tentativas não foi encontrado em sua residência.

O questionário submetido aos agricultores (Apêndice C) compõe-se de tópicos e cada tópico com questões relativas ao que se pretendia conhecer. No primeiro tópico o objetivo foi conhecer o perfil do agricultor responsável pelo programa e seu respectivo grupo

---

<sup>3</sup> Agricultores que fornecem produtos para o PAA

<sup>4</sup> Agricultores que não forneceram nada durante a execução do PAA

<sup>5</sup> Agricultores que entregaram os produtos durante todo o período de execução do programa entregando a quantidade de produtos equivalente à sua cota<sup>5</sup> previamente determinada, ou se aproximando disso.

<sup>6</sup> Agricultores cadastrados que começaram a fornecer para o PAA e depois desistiram.

familiar.No segundo t3pico foram abordadas quest3es com o intuito de conhecer o perfil da propriedade.No 3ltimo t3pico do question3rio as quest3es foram abordadas com o intuito de conhecer o perfil da produ33o e especificamente sobre a participa33o no PAA.

Em rela33o aos benefici3rios consumidores, estes s3o 164 fam3lias selecionadas e cadastradas pelo Cras. Para obten33o de dados relativos 3 participa33o destes benefici3rios foram acompanhadas as distribu33es das cestas realizadas pela equipe do Cras durante o m3s de maio de 2019, neste m3s foram 5 (cinco) dias de distribu33o.A sele33o destes benefici3rios para participarem da pesquisa foi feita por meio dos crit3rios de “acessibilidade” e “exaust3o”, portanto, sem determina33o pr3via de um percentual de benefici3rios para submiss3o do question3rio. A acessibilidade refere-se 3 sele33o dos informantes de acordo com as possibilidades de acesso e a exaust3o diz respeito ao aparecimento de repeti33es das informa33es nas respostas dadas 3s quest3es formuladas (Vergara, 1998).

Em cada dia, anteriormente 3 distribu33o das cestas, os benefici3rios presentes foram abordados explicando-se para estes o objetivo da pesquisa procedendo-se com o convite para participa33o. Aos que aceitaram participar foi submetido question3rio com o prop3sito de se conhecer o perfil do membro cadastrado como respons3vel pelo grupo familiar benefici3rio consumidor do PAA e do seu respectivo grupo familiar, e especificamente sobre a participa33o no programa. Participaram da pesquisa a 34 benefici3rios consumidores.

Ap3s o preenchimento dos question3rios, recorreu-se 3 estat3stica descritiva para sistematiza33o dos dados em tabelas e gr3ficos, elaborados no decorrer da organiza33o das informa33es, com a utiliza33o de programas como o *Word*, *Excel*.Segundo Marconi e Lakatos (1996), o objetivo da estat3stica descritiva 3 de representar, de forma concisa, sint3tica e compreens3vel, a informa33o contida num conjunto de dados. Esta tarefa, que adquire grande import3ncia quando o volume de dados for grande, concretiza-se na elabora33o de tabelas e de gr3ficos, e no c3lculo de medidas ou indicadores que representam convenientemente a informa33o contida nos dados. Os dados quantitativos foram utilizados para elabora33o dos gr3ficos, tabelas e quadros, j3 os dados qualitativos, para interpretar e refletir sobre os dados obtidos.

Diante da complexidade da tem3tica agricultura familiar e pol3ticas p3blicas, especificamente o PAA recorreu-se 3 interdisciplinaridade, principio do Programa de P3s-gradua33o em Estudos Rurais, buscando abordar o tema 3 luz das contribu33es de disciplinas como a Agronomia, a Hist3ria, a Geografia, a Sociologia, a Antropologia e a Economia. ,

Esse estudo se justifica por abordar o tema políticas públicas direcionadas às populações rurais, temática relevante para o campo dos estudos rurais. A pesquisa aqui realizada sobre o PAA como política pública para a agricultura familiar oferece um estudo com investigação sobre esse setor agrícola e sobre o PAA localmente instituído em Datas. Nesses termos, o trabalho trata da configuração do setor da agricultura familiar local e no aspecto da política pública PAA a ele dirigida. O estudo é em âmbito local, cujo recorte social pode auxiliar na compreensão do tema na esfera regional e também nacional.

No que se refere à estrutura do trabalho, ele está organizado em quatro capítulos. No primeiro, trata-se de agricultura e de agricultura familiar, iniciando com a apresentação do objeto de estudo, que é o município de Datas–MG, apresentando a historicidade da origem do município. Segue-se com a historicidade da trajetória de construção e reconhecimento da agricultura familiar enquanto modelo de agricultura, destacando a contribuição de atores nas vertentes, social, política e acadêmica. A agricultura no município de Datas será caracterizada com a discussão da estrutura fundiária, classificação dos imóveis rurais, caracterização do cenário agrícola, quanto às espécies exploradas, categorias de agricultores e de produção.

No segundo capítulo, a discussão é em torno das políticas públicas para a agricultura familiar e o PAA como uma dessas políticas. Discute-se o direcionamento das políticas públicas para a agricultura familiar como uma forma de legitimá-la e reafirmá-la enquanto modelo de agricultura, sendo tais políticas apresentadas e discutidas por gerações, estas divididas em primeira, segunda e terceira geração de Políticas Públicas para a agricultura familiar. Finaliza-se o capítulo com a discussão do PAA e quais as diretrizes para sua execução na esfera de atuação das instituições executoras e dos beneficiários (fornecedores e consumidores).

No terceiro capítulo é feita a abordagem sobre a execução do PAA na esfera da sua gestão e na esfera do perfil dos agricultores e do perfil dos beneficiários consumidores. São apresentados e discutidos os dados obtidos com os questionários submetidos às instituições executoras, Emater-MG e Cras, aos beneficiários fornecedores (agricultores) e aos beneficiários consumidores (famílias em situação de vulnerabilidade social).

Por fim, o último capítulo aborda o PAA, nos aspectos das limitações, proposições e impactos. São demonstradas as limitações e proposições para superação ou minimização destas na esfera de atuação da Emater-MG, do Cras, dos agricultores e das famílias beneficiárias consumidoras. São demonstrados também os impactos do programa para os beneficiários.

## **1 AGRICULTURA E AGRICULTURA FAMILIAR**

Este capítulo aborda a agricultura no Brasil, com foco para a agricultura familiar. Inicialmente com a apresentação o município de Datas, objeto de estudo, seguindo com a discussão da historicidade da agricultura no Brasil; do reconhecimento da agricultura familiar como modelo de agricultura com as contribuições de diversos atores nas vertentes acadêmica, social e política; e da caracterização da agricultura no município de Datas.

Para a caracterização da agricultura neste município será discutida a configuração da sua estrutura fundiária, classificação dos imóveis rurais e o cenário agrícola quanto à participação dos agricultores e principais culturas agrícolas exploradas, com destaque para a agricultura familiar.

### **1.1 Apresentação do Objeto de estudo**

Este estudo tem como tema agricultura familiar e o PAA, enquanto política pública para esta categoria. Para verificar a relação entre esta categoria de produção agrícola e a política pública foi escolhido o município de Datas, com um recorte para o período de 2003 a 2019.

Datas é um município localizado na Serra do Espinhaço, no Alto Jequitinhonha, microrregião do Vale do Jequitinhonha, no estado de Minas Gerais. O início do seu povoamento deu-se por volta de 1825, após as descobertas do ouro e diamante, comum às demais cidades da região do Tijuco, que já era, até então, um florescente arraial. Os garimpeiros que fossem para esta região a fim de explorar suas riquezas minerais tinham que ter uma autorização do rei de Portugal, e para isso, recebiam uma “data” que significava um lote de terra marcado para a sua exploração (IBGE, 2017).

A busca do ouro e do diamante foi um dos elementos determinantes para o processo de ocupação e povoamento do território. A agricultura e comércio, somadas a mineração – contribuíram para diversificar as atividades econômicas, abastecer o segmento da população que atuam na mineração com alimentos, dinamizar a economia local com o comércio

Devido à abundância do cobiçado diamante nos veios dos rios, sobretudo no veio do rio de Datas, aumentava-se continuamente o número de garimpeiros para minerarem na “Datas do Rei”, e tão grande foi a quantidade de lotes ou datas marcadas, que a região, mais

tarde, ficou conhecida por “*DATAS D’EL REP*”. A descoberta daquelas pedras preciosas atraíram para ali, garimpeiros mais abastados com levas de escravos e comerciante de origem portuguesa, que para lá levaram os primeiros carpinteiros, pedreiros, ourives, barbeiros, alfaiates, etc., graças à fama da pedra em destaque, o diamante, encontrado na região. Em 1870 foi erigida a Igreja do Divino Espírito Santo, padroeiro da localidade, sendo inaugurada em 25 de agosto do mesmo ano, solidificando, assim, a ideia do núcleo de povoamento que surgia, permanecendo este mesmo nome quando foi elevada à categoria de vila, em 1891 (IBGE, 2017).

O distrito foi criado com a denominação de Espírito Santo das Datas pela lei provincial número 1.357, de 06 de novembro de 1866, e pela lei estadual número 2, de 14 de setembro de 1891, subordinado à Diamantina.

Foi com a lei estadual 843, de 07 de setembro de 1923, que o distrito passou a se denominar Datas. Já em 30 de dezembro de 1962, pela lei estadual 2.764, Datas foi elevado à categoria de município, desmembrando-se de Diamantina (IBGE, 2009).

O município de Datas está localizado na microrregião de Diamantina à uma distância de aproximadamente 264 km de Belo Horizonte, cujo acesso se dá pelas rodovias BR-259, BR-135 e BR-040.

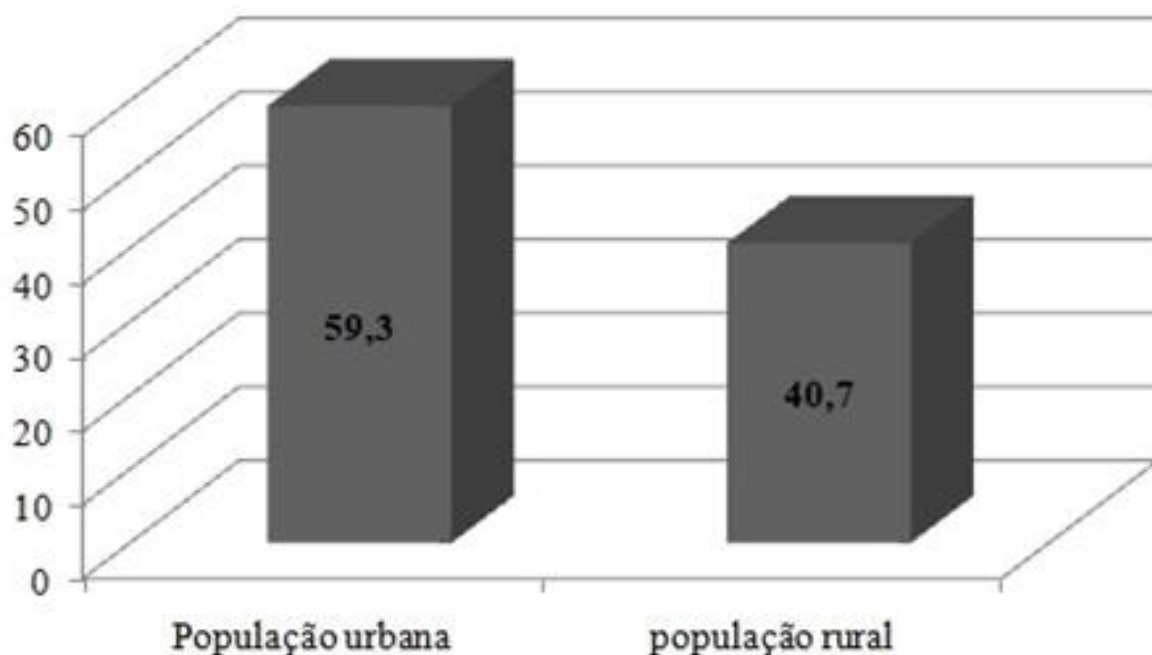
O município possui a sexta menor área territorial do Alto Jequitinhonha com uma área de 310,099 km<sup>2</sup> e uma população 2010, de 5211 habitantes com estimativa de 5399 para 2018. Da população apresentada no referido ano, 3092 compunha a população urbana 59,3% e 2118 a população rural, o equivalente a 40,7% (Gráfico 1) (IBGE, 2010). O IDHM<sup>7</sup> do município no ano de 2010 foi de 0,616, nível médio, segundo o Atlas Brasil 2013 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (IBGE, 2017).

---

<sup>7</sup>Índice de Desenvolvimento Humano Municipal- 0 a 0,499 muito baixo/0,500 a 0,599 baixo/ 0,600 a 0,699 médio/ 0,700 a 0,799 alto/ 0,800 a 1 muito alto



**Gráfico 1- População urbana e população rural (%) do município de Datas - MG, 2010**

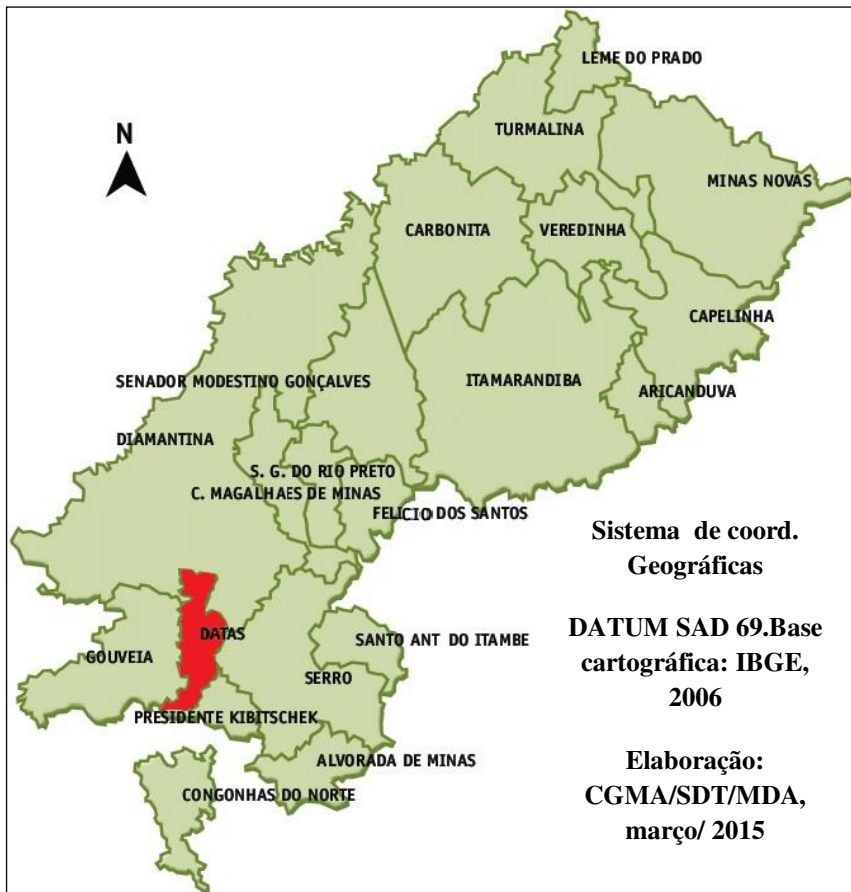


Fonte: IBGE, censo demográfico, 2010. (Dados consolidados).

Conforme Ribeiro *et al.* (2007) O território Jequitinhonha entrou para os registros da história no século XVIII, quando era área de mineração exclusiva ou de concessão da Coroa portuguesa que por décadas sustentou a Metrópole, com o declínio da mineração, riqueza e “fama” no século XIX, declina-se também a visibilidade do Jequitinhonha enquanto local de riqueza decorrente de extração mineral.

Com a queda da mineração, a agricultura passa a se integrar como a principal atividade econômica, cedendo lugar a uma agricultura de base familiar. Portanto, é importante discutir a agricultura enquanto atividade econômica e sua trajetória no Brasil e no município de Datas.

**Figura 2 - Localização do município de Datas - MG no Alto Jequitinhonha**



Fonte: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (2015).

## 1.2 A historicidade da agricultura no Brasil

Por volta do século XVI ao século XIX ocorreu em grande parte da Europa a Primeira Revolução Agrícola dos Tempos Modernos e após esta, a Segunda Revolução Agrícola dos Tempos Modernos. A primeira ligada à Primeira Revolução Industrial tem como uma das suas principais transformações os sistemas de culturas de cereais e forrageiras sem pousio. A segunda caracteriza-se pelos novos meios de produção agrícola derivados da revolução industrial (pacote tecnológico) introduzindo a mecanização, a motorização, os produtos químicos (adubos, fertilizantes e agrotóxicos), variedades de plantas e de raças de animais selecionados adaptados aos novos meios de produção agrícola; e pela especialização das propriedades rurais, que até então praticava a policultura associada à criação de animais.

No final de 1950 e início de 1960 o modelo agrícola dependente de insumos industriais e da mecanização, decorrente da Segunda Revolução Agrícolas e disseminada da Europa para as demais regiões do mundo e passa a ser conhecido como “Revolução Verde”, e

é por volta do final do século XIX e início do século XX a agricultura brasileira começa a apresentar características resultantes da incorporação das técnicas impostas pela Revolução Verde apresentando sinais de especialização, melhorias no sistema de produção, enraizando o trabalho livre, o saldo da balança comercial baseado, fundamentalmente, em *commodities* agrícolas, potencializando a produção manufatureira das cidades (ARBAGE, 2012).

Esta dinâmica econômica da agricultura brasileira incorporou as inovações trazidas pela Revolução Verde embasada no discurso de que com a produção em larga escala acabaria com a fome, quando na verdade segundo Graziano Neto (1985) tais inovações da agricultura ao invés de eliminar a fome, a miséria e as injustiças sociais, contribuiu para o agravamento. Isso porque com o propósito de modernizar a agricultura brasileira, aumentando a produção e a produtividade, a Revolução Verde favoreceu principalmente os grandes estabelecimentos com potencial para produção em larga escala.

Com a modernização agrícola brasileira, a grande propriedade impôs-se como modelo socialmente reconhecido e recebeu estímulos expressos na política agrícola que procurou modernizar e assegurar sua reprodução (WANDERLEY, 1985). Como estímulos aos quais Wanderley se refere, pode-se citar o crédito rural como instrumento de financiamento à produção em nível nacional, que para fins de atender aos propósitos da Revolução Verde, muda se enfoque, passando de supervisionado para orientado.

No caso de Minas Gerais, o crédito supervisionado era o principal instrumento da Associação de crédito e assistência rural (Acar) criada em 1948. Este crédito era direcionado à tecnificação da produção, assim como reformas habitacionais e aquisição de máquinas e equipamentos de uso doméstico. No plano de administração da propriedade e do lar eram priorizadas obras de saneamento (fossa seca), alimentação hortas e pomares domésticos e vestuário (RUAS, 2006. p.14); o extensionista e a família decidiam conjuntamente como e em que o crédito seria aplicado.

Com o crédito supervisionado passando para crédito orientado a função do extensionista torna-se essencialmente creditícia e neste sentido Ruas (2006) diz que em 1952 houve uma reorientação do pensamento no sentido de que a extensão deveria ser considerada como um processo educativo, capaz de provocar mudanças de atitudes, conhecimentos e habilidades dos produtores e que o crédito rural deveria ser um instrumento para aplicação das orientações técnicas. Havia, portanto, a predominância do crédito rural supervisionado voltado mais para os interesses do pequeno e do médio produtor rural, sendo a propriedade rural englobada como um todo na elaboração do projeto e concessão do empréstimo.

A extensão rural passa a executar função apenas creditícia com o crédito orientado, contemplando apenas uma determinada atividade produtiva mediante a elaboração de um projeto técnico, atuação explicitamente com o objetivo de modernizar a agricultura brasileira. O crédito rural orientado, expressa a lógica do modelo de desenvolvimento rural imposto pela Revolução Verde fundamentada na lógica da produção da agricultura brasileira em larga escala.

O modo de vida da população rural, fundamentado em princípios morais, valores, tradições e religiosidade, próprios na concepção dos extensionistas, segundo Ruas (2006) dificultavam a adoção das inovações propostas pelo modelo de desenvolvimento imposto pela Revolução Verde. Portanto uma transição de sociedade tradicional para a moderna se fazia necessária. É nesta perspectiva que a assistência rural brasileira passa a assumir o caráter difusionista de estimular os agricultores a adotarem as inovações tecnológicas impostas pela Revolução Verde.

No cenário agrícola brasileiro passa a haver orientações técnicas e estímulos concedidos pelo governo federal brasileiro a fim de estimular a adoção das inovações tecnológicas da Revolução Verde, com isso alguns estabelecimentos agrícolas se modernizaram e passaram a produzir em larga escala, enquanto outros não, o pacote tecnológico imposto não foi facilmente possível de ser acessado por agricultores mais pobres, exatamente os mais atingidos pela fome, e também não abrangeu todas as regiões brasileiras.

Com a modernização da agricultura propiciada pelas técnicas da Revolução Verde a expansão das áreas de produção privilegiando os grandes projetos e monoculturas ganharam relevância e com os estímulos ao aumento da produção e produtividade ancoradas nos princípios de economia de escala, houve um intensivo e indiscriminado uso de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas, o que resultou na exclusão dos pequenos produtores, além de provocar grandes impactos sociais e forte desequilíbrio no meio ambiente (RUAS, 2006).

Como uma forma de acelerar a modernização da agricultura o governo brasileiro concedeu estímulos expressos, sendo o crédito rural o principal instrumento para isso, entretanto, os maiores beneficiados foram os donos das grandes propriedades elevando assim as disparidades do nível de renda das propriedades. Houve estímulo à modernização da agricultura sem modificação na distribuição da terra, com isso a concentração da propriedade de terra de modo elevado caracteriza a estrutura fundiária brasileira. Como resultado disso ocorre a “Modernização Conservadora”. Graziano Neto (1982) trata a modernização da agricultura brasileira como conservadora por ter ocorrido mantendo o padrão histórico de

distribuição de posse da terra e da estrutura agrária deformada desde suas origens. Houve uma transformação tecnológica profunda da agricultura sem qualquer alteração na estrutura fundiária, conservando e agravando assim o padrão injusto de distribuição da posse da terra.

Ainda segundo Graziano Neto (1982) as transformações que ocorreram na agricultura foram de modo diferenciado onde apenas os grandes produtores foram beneficiados, juntamente com os produtos de exportação. É neste sentido que Arbage (2012) afirma que objetivos modernizantes da Revolução Verde se concentraram favorecendo uns agricultores em detrimento de outros, e o processo provocou ao mesmo tempo riqueza e miséria no campo; ampliação das desigualdades regionais; concentração fundiária; geração de divisas para o país; subemprego rural, com a proletarização de muitos trabalhadores; internacionalização de indústrias de defensivos agrícolas, fertilizantes e máquinas agrícolas; incorporação de novas áreas agrícolas e aumento da oferta de produtos agrícolas.

Graziano Neto (1982) afirma que a modernização abrange todo o processo ocorrido, uma vez que juntamente com o progresso técnico da agricultura transforma-se também a organização da produção, englobando as relações sociais de produção, modificando as relações de trabalho. Em decorrência desta modernização muitos pequenos agricultores foram expropriados de suas terras dado lugar aos modelos empresariais de organização de produção.

O modelo de desenvolvimento imposto pela Revolução Verde não sendo acessível a todos os agricultores deixou às margens os donos de pequenas propriedades, que não conseguiram incorporar as técnicas de produção trazidas por esta modernização. Sobre esta marginalização, Santilli (2009) pontua que os impactos desta revolução foram desiguais sendo beneficiados com os avanços tecnológicos e com os aumentos de rendimento e de produtividade apenas os donos de grandes extensões de terra, monocultoras voltadas para a exportação.

Neste mesmo sentido Arbage (2012) argumenta que a denominação “Modernização conservadora” surgiu da constatação de que a Revolução Verde, impulsionada pelo crédito rural orientado, teve como características principais seu caráter concentrador, privilegiando culturas de exportação (algodão, café, cana, soja) em detrimento das culturas de subsistência (feijão, milho, mandioca, batata) e de atendimento ao mercado interno e que eram intensivas em mão de obra.

Ainda, segundo Arbage (2012) a “Modernização conservadora” também privilegiou os grandes produtores (cerca de 1% dos produtores detinham aproximadamente 40% do volume total de crédito rural) e também determinadas regiões (sul e sudeste) em

detrimento de outras (nordeste). Neste mesmo sentido Graziano da Silva (2000) afirma que a modernização ocorreu de maneira parcial no sentido de atingir alguns produtos, em algumas regiões, beneficiando alguns produtores. Para Graziano Neto (1982) a desigualdade da modernização se resume em três níveis distintos: entre as regiões do país, entre as atividades agropecuárias e entre os produtores rurais. E segundo este autor, em termos regionais é o sudeste e o sul do Brasil que mais tem se modernizado, particularmente os estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.

As transformações da agricultura brasileira ocorreram de forma diferenciada, privilegiando grandes produtores e juntamente com os produtos de exportação, algumas regiões receberam mais benefícios que outras. Ainda segundo Graziano Neto (1982) o modelo agrícola imposto pela modernização, da mesma forma que o modelo econômico, privilegia os grandes capitais excluindo os pequenos, onde os primeiros têm acesso ao crédito rural e às políticas de comercialização.

Neste mesmo sentido, Mazoyer e Roudart (2010) argumentam que nos países em desenvolvimento, a maioria dos camponeses, trabalhadores do meio rural, sujeitos, cujas unidades de produção contam com mão de obra familiar predominante, não encontrou formas de acesso à motorização/mecanização por ser muito dispendiosa, e que, muitos camponeses nunca tiveram acesso aos meios de produção de uma ou outra das revoluções agrícolas. Segundo Cunha (2013) as políticas para modernização do campo no Brasil foram voltadas para a grande produção. Isso intensificou a desigualdade social, pois corroborou para a manutenção dos latifúndios e dessa forma reafirmou a concentração de terra, renda e riqueza.

No caso do Vale do Jequitinhonha, segundo Ribeiro *et al.* (2007) no período de 1970 a 2000 foram destinados a esta região programas de crédito como incentivo à produção e à modernização visando possibilitar a superação da pobreza já que esta região era conhecida como “Vale da pobreza”. O crédito rural exigia beneficiários de renda elevada e mudanças na técnica produtiva para implantar a transformação agrícola conhecida como revolução verde. Isso criou uma barreira para a inclusão da maioria das famílias rurais da região e assim, modernização e crédito rural passaram ao largo dos agricultores donos das propriedades de pequeno porte.

Ainda na perspectiva da modernização conservadora da agricultura, Silva (2009) salienta ter sido o território do Vale do Jequitinhonha alvo da política de modernização na década de 1970 desenvolvida pelo governo militar, a qual concedeu o direito de exploração das terras públicas a empresas de reflorestamento para plantio do eucalipto. Tal medida que resultou em diversas consequências sociais, econômicas e ambientais, uma vez que muitas

populações perderam as terras de uso coletivo (as chapadas) as quais eram utilizadas em regime comum para coleta de frutos nativos, plantio de pastagens e criação de gado a “solta”. Além disso, as consequências ambientais repercutiram na redução da biodiversidade e no secamento de vários rios e nascentes.

Estas empresas de reflorestamento, direcionadas para o Vale do Jequitinhonha na perspectiva da política de modernização foram os principais responsáveis pela expropriação dos camponeses que residem nas grotas e que dependem da chapada para complementar sua reprodução econômica e social. A presença das empresas de reflorestamento foi uma das faces da expansão capitalista responsável pela expropriação dos pequenos lavradores (MOURA, 1988).

Com a modernização da agricultura pensava-se uma hegemonização dos modelos de produção de forma que todos passassem a produzir a fim de atender às demandas do mercado agroexportador, tendendo ao desaparecimento as unidades de produção que não se modernizassem incorporando as novas técnicas impostas pela Revolução Verde. Muitas não se modernizaram, no entanto, não desapareceram.

A constatação da permanência destas unidades de produção, estas resultantes de um longo processo de diferencial social e combinação de fatores de produção, contextos regionais e fatores sociais, superou a visão reducionista, uniformizada e hegemônica da agricultura do país. Para este modo de produção e para seus sujeitos surgem respectivamente, as denominações “agricultura familiar” e “agricultores familiar”. A construção e reconhecimento da agricultura familiar como modelo de agricultura deu-se com a participação de vários atores com contribuições em três vertentes distintas e complementares, cujas discussões serão abordadas a seguir.

### *1.2.1 Reconhecimento da agricultura familiar como modelo de agricultura*

A agricultura familiar, uma categoria resultante de uma longa trajetória de luta permeada de conflitos sociais e políticos, dos grupos de agricultores que vieram a constituí-la, surge por volta de 1980 com ampla difusão em 1990.

Para o reconhecimento da agricultura familiar enquanto modelo de agricultura e como identidade política de seus agricultores, Picolotto (2011) discute a participação de três conjuntos de atores construtores e difusores da categoria agricultura familiar e dos seus sujeitos políticos: os agricultores familiares, cujas contribuições se deram na vertente social,

política e acadêmica. O conjunto composto pelo debate acadêmico; o conjunto composto pelo sindicalismo dos trabalhadores rurais e pelos movimentos sociais do campo, que conseguiram organizar projetos de um novo lugar para a agricultura familiar no país; e o conjunto representado pelas ações do Estado que contribuíram para definir o sentido oficial da categoria agricultura familiar e as políticas públicas que a fortaleceram.

Sobre o conjunto composto pelo debate acadêmico, Picolotto (2014) argumenta que este, recolocou luz sobre o lugar que a agricultura familiar ocupou no desenvolvimento dos países do capitalismo avançado e as condições de precariedade que ela encontrou historicamente no Brasil, promovendo uma mudança de enfoque dos trabalhos acadêmicos. Muitos trabalhos acadêmicos realizados nas décadas de 1970 e 1980 tomavam um enfoque teórico negativo para a pequena produção. Os autores, centrados no caráter capitalista da agricultura, atribuíam à agricultura de base familiar valorações negativas tais como: atrasada, ineficiente e inadequada, com argumentos de que esse modo de produção estaria em vias de desaparecimento com o avançar do capitalismo no campo. Embora, nestas mesmas décadas já existissem autores reconhecendo as características positivas deste modo de produção agrícola.

Picolotto (2014) destaca a importância da contribuição de estudos acadêmicos e outros elaborados por órgãos de Estado e organizações internacionais na afirmação da agricultura familiar. Para este autor a emergência da noção de agricultura familiar, trazido por tais estudos e trabalhos, não só substituiu o termo “pequena produção”, mas também promoveu o deslocamento teórico e de sentido sobre o que representa este segmento de agricultores.

Segundo Picolotto (2014), os trabalhos acadêmicos, que contribuíram para a afirmação da agricultura familiar no Brasil, são: o trabalho realizado por uma equipe de pesquisadores coordenada por José Graziano da Silva, sobre a *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira (1978)*; o artigo de Ângela Kageyama e Sônia Bergamasco *Novos dados sobre a produção familiar no campo (1989)*; os livros de Ricardo Abramovay, *Paradigmas do capitalismo agrário em questão (1992;1998)* e de José Eli José da Veiga *Desenvolvimento agrícola: uma visão histórica (1991)*.

Picolotto (2014) argumenta que Silva (1978), a partir da análise dos imóveis cadastrados no Incra, buscou identificar a importância da “pequena produção”; e também evidenciar a importância econômica da pequena produção no país em um momento no qual se acreditava que ela estava fadada à extinção. No artigo de Kageyama e Bergamasco (1988), na análise de dados do Censo agropecuário de 1980, tais autoras introduziram a variável do trabalho familiar para classificar os estabelecimentos agropecuários que faziam uso de gestão



e trabalho contratado das que não separavam a gestão e trabalho, exercidos pela família agricultora. Desta forma, constataram que 71% dos estabelecimentos agropecuários correspondiam a 42,3% da área total e a 74% do pessoal ocupado na agricultura.

Os livros de Ricardo Abramovay (1992;1998) e de José Eli da Veiga (1991) procuraram mostrar como a configuração da moderna agricultura dos países do capitalismo central se apoiou em uma forma social de organização do trabalho e de empresa específica: “a empresa familiar”. As contribuições de tais autores colocaram em questão os paradigmas teóricos, um fundamentado nas concepções de Kautsky e Lenin, e o outro nas de Chayanov, aquele preconizando a desestruturação das explorações familiares e fortalecimento da grande empresa fundada no trabalho assalariado; e este que, inversamente, percebia a agricultura camponesa convivendo e até mesmo resistindo no capitalismo (PICOLOTTO, 2014, p.68).

Numa concepção diferente dos atores discutidos anteriormente Picolotto (2014) discute os livros resultados de pesquisa internacional coordenada por Lamarche *A Agricultura Familiar I: comparação internacional (1993)* e *A Agricultura Familiar II: do mito à realidade (1998)* e o artigo de Wanderley *Raízes históricas do campesinato brasileiro (1996)*. Estes trabalhos mostram a diversidade de configurações que a agricultura familiar pode assumir em diferentes países.

Nos argumentos de Picolotto (2014), os trabalhos de Lamarche (1993;1998), tratando da adaptação da agricultura familiar em contextos econômicos e políticos de países muito diversos (França, Canadá, Polônia, Brasil e Tunísia), o objetivo foi mostrar como, sob a lógica familiar, podem se organizar formas de exploração que variam desde aquelas mais próximas do campesinato até aquelas plenamente inseridas no mercado, e ainda que, mesmo com a diversidade socioeconômica dos diferentes países, o elemento unificador da variedade de situações em que se encontra a agricultura familiar, é o caráter familiar da gestão do trabalho e da posse da terra.

Segundo Picolotto (2014), a partir dos trabalhos de Lamarche (1993;1998), foram construídos os quatro modelos teóricos de exploração familiar: empresa, empresa familiar, agricultura camponês ou de subsistência e agricultura familiar moderna, sendo predominante para o caso brasileiro, a agricultura camponesa e a agricultura familiar moderna. Para estes dois modelos, o estudo ressalta a predominância de mão de obra familiar como estratégia mesmo onde há contratação de mão de obra.

Abramovay (1992;1998) e Veiga veem a agricultura familiar como uma empresa familiar, já Lamarche (1993;1998), entende que a agricultura familiar é formada por uma

diversidade de situações nas quais opera a lógica familiar com rica heterogeneidade e com uma enorme capacidade de adaptação das explorações de tipo familiar em diversos países.

Wanderley, a partir de experiências da participação na pesquisa internacional realizada por Lamarche (1993;1998), compreende o agricultor como um ator social participante pleno do progresso, da sociedade em geral, e mais diretamente das transformações da agricultura e do meio rural. Wanderley contraria as concepções de Abramovay (1992;1998) e Veiga ao dizer que o agricultor não é um personagem novo na sociedade contemporânea desvinculado do seu passado camponês, mas são portadores de elementos de rupturas e também de continuidades.

Em relação às pesquisas que tiveram contribuição importante na afirmação da agricultura familiar como modelo de agricultura e, particularmente, na definição de políticas públicas direcionadas a esta, Picolotto (2014) destaca pesquisas realizadas por meio do convênio de cooperação técnica da FAO/Incrá<sup>8</sup> coordenados por José Guanziroli, cujo primeiro estudo publicado em 1994 teve como objetivo elaborar diretrizes para uma nova estratégia de desenvolvimento rural para o Brasil. Uma das principais contribuições foi a sugestão de classificação dos estabelecimentos agropecuários em dois modelos, um patronal (separação entre trabalho e gestão) e outro familiar (relação íntima entre trabalho e gestão), e dentro do modelo familiar, a classificação em três tipos de unidades familiares de produção como: consolidada (área média de 50 hectares); Em transição (área média de 8 hectares); e periférica (área média de 2 hectares).

O outro conjunto sobre o qual Picolotto (2014) argumenta como importante na afirmação da agricultura familiar como modelo de agricultura diz respeito ao conjunto representado pelo sindicalismo dos trabalhadores rurais e pelos movimentos sociais do campo, com participação na organização de projetos de um novo lugar para a agricultura familiar no país, com o aumento de sua importância política e dos atores que se constituíram como seus representantes com a formação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf) como organização específica de agricultores familiares e, de outro lado, com a reorientação política da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), que a partir de meados dos anos 1990 passou a fazer uso da categoria agricultor.

Segundo Picolotto (2014) Contag e Fetraf assumem o fortalecimento da agricultura familiar como centro de um projeto de desenvolvimento rural para país e, para

---

<sup>8</sup>Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)/ O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá).

elas, a agricultura familiar corresponde a um modelo de organização da agropecuária centrado em unidades familiares de produção, em que o grupo familiar é quem realiza a gestão e responsável pela execução das atividades juntamente com a família. Ainda segundo Picolotto (2014) este modelo é mais democrático, eficiente e sustentável quando compara com o modelo de exploração patronal

As organizações sindicais procuram construir “atitudes positivas” (HONNETH, 2009 *apud* PICOLOTTO, 2014) ao assumirem a agricultura familiar como identidade política, e incorporando esta identidade a tentativa foi de superar uma condição de inferioridade social atribuída aos pequenos produtores, reabilitando-os social e politicamente como personagens do mundo contemporâneo e participantes ativos do desenvolvimento.

Já o outro conjunto com participação importante no reconhecimento da agricultura familiar é representado pelas ações do Estado, contribuindo para a definição do sentido oficial da categoria agricultura familiar e das políticas públicas que a fortaleceram. A contribuição desta vertente política caracteriza-se pelo reconhecimento institucional propiciado pela definição de espaços no governo, definição de políticas públicas e pela Lei da Agricultura Familiar nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Picolotto (2014) destaca a legitimação da agricultura familiar, pelo estado com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em 1996, Programa formulado como resposta às pressões do movimento sindical rural desde o início dos anos de 1990 com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas ao longo dos anos e encontravam sérias dificuldades de se manter na atividade.

Com o reconhecimento da agricultura familiar após a instituição do Pronaf, os sujeitos que antes recebiam as terminologias, lavrador, camponês, pequeno produtor, agricultor de subsistência, trabalhador do campo, passam a receber mais uma denominação: agricultores familiares. Wanderley (2007) argumenta que a definição adotada por tal programa para a agricultura familiar é uma definição operacional e sua legitimação inconsistente vem do fato de que ela tem como objetivo recortar o universo dos agricultores que serão beneficiados por esta política, que enquanto tal é o resultado de uma negociação entre as forças sociais envolvidas, os movimentos sociais distintos e os representantes dos poderes públicos.

Para o reconhecimento e legitimação da agricultura familiar e dos seus sujeitos, abrindo possibilidades para outras políticas públicas, o Pronaf tem destaque importante. Miranda e Gomes (2016) defendem o este Programa como uma opção política pelo apoio à

inserção social e produtiva de agricultores historicamente excluídos das políticas em um cenário de predomínio de apoio às grandes unidades agrícolas. Para Picolotto (2014) a partir do surgimento do Pronaf o sindicalismo rural brasileiro, sobretudo aquele localizado nas regiões sul e nordeste, passou a reforçar a defesa de propostas que vislumbrassem o compromisso cada vez mais sólido do Estado com uma categoria social considerada específica e que necessitava de políticas públicas diferenciadas (juros menores, apoio institucional etc.).

A construção da categoria “agricultura familiar” em meados de 1990 ocorreu pela convergência entre demandas das organizações de agricultores por reconhecimento da cidadania econômica e política; e do interesse do estado em construir políticas públicas para segmentos de agricultores que poderiam ser viáveis economicamente e setores acadêmicos que dialogam com esses temas. Para Neves (2001) a agricultura familiar é uma intenção, um projeto político de transformar agricultores que estavam em situação de instabilidade socioeconômica e em vias de exclusão produtiva em uma categoria de agricultores consolidados e integrados aos mercados. O Pronaf surge neste contexto na tentativa de integrar boa parte dos agricultores que podem ser chamados de “familiares” nos processos produtivos considerados “modernos”(NEVES, 2001). O Pronaf especificamente para a agricultura familiar surge com a perspectiva muito mais desenvolvimentista.

A lei da agricultura familiar, lei 11.326 de 24 de julho de 2006, traz no seu artigo 3 os requisitos a serem apresentados por um agricultor, para que este se enquadre como familiar, sendo o disposto: “Para os efeitos desta considera-se agricultor e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV – dirigir seu estabelecimento ou empreendimento com sua família”(Brasil, 2006).

Para Blum (2001) a unidade produtiva familiar é considerada como um imóvel rural, que diretamente e pessoalmente é explorado pelo agricultor e sua família, absorvendo toda a sua força de trabalho, garantindo a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e que quando é necessário conta com ajuda de terceiros.

Do ponto de vista da sua importância socioeconômica a agricultura familiar foi, historicamente, vista pelo Estado e pelos setores dominantes como subsidiária aos interesses

da grande exploração, esta para fins de atender às demandas do mercado agroexportador e aquela para produção de alimentos para o mercado interno, principalmente para a população da cidade; e reserva de força de trabalho para quando as grandes explorações necessitassem.

Embora sempre inviabilizada e alijada das políticas públicas direcionadas pelos governos à grande exploração agrícola a agricultura praticada com base na mão de obra familiar sempre teve participação expressiva no cenário agropecuário brasileiro, Maria Isaura Pereira de Queiroz discute a invisibilidade da agricultura de base familiar, no artigo *Agricultura Familiar: Uma categoria rural esquecida de análise* (1963) e chama atenção para o fato de que naquele momento, as grandes lavouras de exportação ocupavam apenas três milhões e meio de hectares (27,2% da área brasileira), enquanto sobrava para as culturas subsistência quatorze milhões de hectares (mais de 70%).

Nesse sentido que Queiroz afirma já na década de 60 não ser o Brasil “um país predominantemente monocultor e sim um país de policulturas, com a pequena roça de policultura fornecendo alimentação aos sessenta milhões de habitantes do Brasil e empregando a maioria dos homens do campo” (QUEIROZ, 1963/2009, p.61). Esta autora defende neste mesmo artigo a expressividade da agricultura de base familiar na produção de alimentos para alimentar a maior parte da população do estado de Minas Gerais, produção que não apareciam nos dados, já que estes contabilizavam o quantitativo que alimentava apenas 53% da população deste estado.

A expressividade da agricultura familiar não está presente só no contexto brasileiro, Segundo a FAO nove em cada dez propriedades agrícolas mundiais, 570 milhões, são geridas por famílias, que produzem cerca de 80% dos alimentos no mundo(MDA,2017).

Este cenário de expressividade da agricultura de base familiar na produção de alimentos é constatado no estudo realizado pelo convênio FAO/Incrá classificando os dados do censo agropecuário de 1985 e 1995/1996, 75% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros são familiares, sendo responsáveis por boa parte da produção de alimento tanto para o consumo interno quanto para exportação. O Censo agropecuário de 2006 também traz dados, que mostram a expressão da agricultura familiar como modelo de agricultura. Tais dados comprovam que 84,4% do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros são da agricultura familiar, constituindo a base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes respondendo por 35% do produto interno bruto nacional e absorvendo 40% da população economicamente ativa do país.

A agricultura familiar é responsável pela maior parte dos itens básicos da alimentação do país. Segundo dados do Censo de 2006 ela produz 87% da mandioca, 70% do

feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 21% do trigo do Brasil. Na pecuária, é responsável por 60% da produção de leite, além de 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos do país. A agricultura familiar possui, portanto, importância econômica vinculada ao abastecimento do mercado interno e ao controle da inflação dos alimentos consumidos pelos brasileiros(MDA,2016).

Embora com sua representatividade expressa em todos os censos, tanto quanto o número de estabelecimentos agropecuários, quanto em potencial de produção, a agricultura familiar mesmo após ser reconhecida e legitimada pelo Estado, continua desfavorecida. Observa-se isso ao analisar a representação política da agricultura familiar e a dos grandes proprietários que produzem prioritariamente para exportação. Entre 1996 e 2006 havia 1(um) deputado para 612 mil famílias de camponeses e agricultores familiares, enquanto para os grandes proprietários, 1(um) deputado para 236 famílias, uma diferença de 2587 vezes (CARTER, 2010 *apud* ALENTEJANO,2011). Para o grande proprietário há uma “bancada” que o representa, a bancada ruralista, aí, cabe-nos questionar, que bancada representa a agricultura familiar?

Essa discrepância em representação política acentua cada vez mais a polarização entre proprietário de pequeno porte (agricultor) e o proprietário de grande porte, com o de pequeno porte cada vez mais em desvantagem, já que há um reflexo no direcionamento de recursos para financiamento e incentivo às atividades. Alentejano (2011) discute que no período compreendido entre 1996 e 2006 os recursos direcionados para o grande agricultor foi 1587 vezes maior que os recursos direcionados para os agricultores familiares, embora no cenário rural brasileiro a predominância seja de agricultores familiares. Ainda que a agricultura familiar e seus agricultores sejam reconhecidos e legitimados pelo governo há uma representação e uma conjuntura política que privilegia os proprietários rurais de grande porte em detrimento dos proprietários de pequeno porte.

Esta configuração do proprietário de pequeno e do proprietário de grande porte deve-se muito à Revolução Verde e seu pacote tecnológico, que acentuou a intensa concentração fundiária, historicamente presente no Brasil desde os tempos coloniais. Para Ruas (2006) dentre os impactos negativos da modernização da agricultura para os proprietários de pequeno porte, está o aumento da concentração fundiária e de renda em favor dos grandes proprietários do meio rural, motivo pelo qual o que se tem hoje no Brasil é uma estrutura agrária extremamente concentrada intimamente relacionada à desigualdade na apropriação da terra.

Os conjuntos de atores com contribuições na vertente social, política e acadêmica foram importantes no reconhecimento da agricultura familiar enquanto modelo de produção e dos agricultores como sujeitos políticos dando visibilidade e reafirmando com direcionamento de várias políticas públicas este modelo de produção, que tem participação tão expressiva no cenário agrícola brasileiro, seja quanto ao número de estabelecimentos agrícolas seja como principal base econômica da maioria dos pequenos municípios.

Mas ainda que reconhecida, legitimada e reafirmada, a agricultura familiar continua constituindo-se num modelo de agricultura centrado na pequena propriedade inserida na estrutura fundiária brasileira intensamente concentrada. Sendo a agricultura familiar tema do presente estudo e sendo este modelo de agricultura responsável pela produção de alimentos a ser fornecida para o PAA é necessário averiguar quais as características da agricultura neste município a fim de conhecer as características do cenário em que a agricultura se insere.

### **1.3 Caracterização da agricultura em Datas**

Neste tópico aborda-se a agricultura no município de Datas, iniciando-se com a caracterização da estrutura fundiária a fim de se conhecer o perfil dos estabelecimentos agropecuários e dos imóveis rurais em termos de área, e número. Seguindo-se com a caracterização do cenário agrícola, principais culturas agrícolas exploradas e a participação dos agricultores em relação a cada uma. Constatando desta forma a potencialidade de produção em termos de quantidade e de variedade de alimentos, especificamente, da agricultura familiar.

#### *1.3.1 Estrutura fundiária*

A estrutura fundiária do município de Datas foi analisada a partir de dados de duas fontes distintas: um conjunto de dados dos Censos Agropecuários de 1995/1996 e 2006 e dados dos relatórios do Dataluta referentes aos anos de 1992, 1998, 2003, 2012 e 2014. O Dataluta utiliza os dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) de onde são extraídos os dados utilizados pelo Incra, cuja metodologia é diferente da do IBGE. O Incra considera os imóveis rurais, já os IBGE consideram estabelecimentos agropecuários.

O IBGE ao utilizar a categoria estabelecimento agropecuário considerando a unidade produtiva, enquanto Incra utilizando a categoria imóvel rural<sup>9</sup> tem como base a propriedade da terra. Assim, por exemplo, se uma fazenda é arrendada para quatro diferentes agricultores, o Incra contabiliza um imóvel rural e o IBGE quatro estabelecimentos agropecuários. Por outro lado, se três diferentes fazendas são administradas como uma unidade produtiva contínua, o Incra contabiliza três imóveis rurais e o IBGE apenas um estabelecimento agropecuário. Assim, os dados do IBGE e do Incra devem ser considerados como complementares para a análise da concentração fundiária (ALENTEJANO, 2011).

Em relação dos dados dos censos 1995/1996 e 2006 referentes ao número de estabelecimentos agropecuários por grupo de área total do município de Datas estão nas Tabelas 1 e 2. Pelos dados do censo 1995/1996 os estabelecimentos cuja área está compreendida entre menos de um hectare a menos de 10 hectares são quase 50% de todos os imóveis, no entanto só respondem por 4,05% da área total. Por outro lado, no grupo dos estabelecimentos de 500 a menos de 1000 hectares há apenas dois estabelecimentos, cujas áreas correspondem a 48,50% da área total. O percentual de estabelecimentos de área até 10 hectares somados aos demais estabelecimentos com área até menos de 100 hectares respondem por apenas 37,76%. Ou seja, há poucos grandes estabelecimentos, mas estes respondem por maior percentual de área total.

Resultados similares obtêm-se ao analisar também os dados do censo de 2006. Os estabelecimentos do grupo de mais de 0 a menos de 10 hectares são 344, equivalendo a 78%, mas respondendo apenas por 6,26% da área total. Já no grupo de 500 a menos de 1000 hectares aparece apenas um estabelecimento, que está desidentificado<sup>10</sup>, caracterizado por X. Efetuando a subtração do somatório dos demais valores de área dos grupos de área total da área total (10465,0 ha), o valor encontrado é de 702,0 hectares, que equivale a um percentual de 6,70%. Neste censo aparecem 3 (três) estabelecimentos no grupo de 1000 a menos de 2500 hectares que não apareceu no anterior, estes respondendo por 41,9% da área total. Efetuando a soma do percentual de área do dado desidentificado com o percentual de área dos estabelecimentos do grupo de 1000 a menos de 2500 hectares o valor total é de 48,60% da área total, ou seja, apenas 4 imóveis respondem por quase 50% da área total dos estabelecimentos agropecuários do município de Datas.

---

<sup>9</sup> Art. 4 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993- Imóvel Rural é o prédio rústico de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destine ou possa se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindustrial.

<sup>10</sup> Conforme metodologia do IBGE Censo agropecuário (2017), os dados com menos de 3(três) informantes estão desidentificados, apresentando um X, a fim de evitar individualização da informação



Em Datas, tanto em nos dados do censo agropecuário de 1995/1996 quanto nos de 2006 o maior percentual de estabelecimentos agropecuários é do grupo de estabelecimentos com menos de 10 hectares, no entanto quando analisamos o percentual de área ocupada pelos estabelecimentos deste grupo, este equivale ao menor. Por outro lado os estabelecimentos dos grupos de área maior que 100 hectares são os que apresentam os maiores percentuais de área revelando uma estrutura fundiária intensamente concentrada com poucas propriedades ocupando maior área do que a maioria das propriedades.

**Tabela 1- Estabelecimentos agropecuários, número e área (ha) por grupo de área total, Datas – MG, 1995/1996**

Grupos de área total (ha)	Datas-1995/1996			
	Número de estabelecimentos	% do total	Área(ha)	% do total
Menos 1 a menos de 10	49	52,26	131,695	4,05
10 a menos de 20	08	8,51	112,61	3,46
20 a menos de 50	10	10,64	301,423	9,27
50 a menos de 100	08	8,51	649,96	19,98
100 a menos de 200	04	4,25	479,35	14,74
200 a menos de 500	-	-	-	-
500 a menos de 1.000	2	2,13	1577,84	48,50
Sem declaração	13	13,83	-	-
Total	94	100	3252,878	100

Fonte:INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - Censo agropecuário, 2006 (Dados consolidados).

**Tabela 2- Estabelecimentos agropecuários, número e área (ha) por grupo de área total, Datas - MG, 2006**

Grupos de área total (ha)	Datas-2006			
	Número de estabelecimentos	% do total	Área(ha)	% do total
Mais de 0 a menos de 10	344	78,0	655	6,26
De 10 a menos de 20	36	8,16	468	4,47
De 20 a menos de 50	34	7,71	1078	10,31
De 50 a menos de 100	10	2,27	730	6,98
De 100 a menos de 200	8	1,81	1049	10,02
De 200 a menos de 500	5	1,13	1398	13,36
De 500 a menos de 1.000	1	0,23	X	X
De 1.000 a menos de 2.500	3	0,68	4385	41,9
De 2.500 ha e mais	-	-	-	-
Produtor sem área	-	-	-	-
Total	441	100	10465	100

Fonte:INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - Censo agropecuário, 2006 (Dados consolidados).

Os dados de 1995/1996 e 2006, em relação aos estabelecimentos agropecuários por número e área(ha) em cada grupo de área total, mostram uma intensificação da concentração fundiária no município de Datas de 1995/1996 para 2006. Em 1995/1995 não apareciam estabelecimentos agropecuários no grupo de área de 1000 hectares a mais, estes respondendo por 41,9% da área total dos estabelecimentos agropecuários como se observa em 2006.

A redução de mais de 50% dos estabelecimentos do grupo de 100 a menos de 1000 hectares e na mesma proporção da área total deste grupo possivelmente deve-se ao aparecimento deste novo grupo de estabelecimentos de grande área. A redução do número de imóveis e da área do grupo de 10 a menos de 100 também pode ter contribuído para isso. Os imóveis destes grupos de estabelecimentos que foram reduzidos em número e em percentual de área podem ter sido vendidos e juntos compostos um novo estabelecimento ou podem ter sido somados a uma área de um estabelecimento já existente.

Para se conhecer a configuração da estrutura fundiária de Datas para um período mais recente foram analisados os dados dos relatórios Dataluta. Tais dados consistem num outro conjunto distinto dos dados do IBGE, isso porque o intuito é de abordar um período maior, de 1992 a 2014.

Não se propõe a fazer uma análise comparativa já que a metodologia para a coleta e sistematização dos dois conjuntos de dados é diferenciada. O que é possível ao analisar os dados destas fontes diferentes é observar as tendências verificadas ao final da análise dos dois conjuntos.

Os dados dos relatórios Dataluta referentes aos imóveis rurais, número e área, para os anos de 1992, 1998, 2003, 2012 e 2014 estão nas Tabelas 3 e 4. Em 1992 o número de imóveis rurais no município de Datas eram 65. Observa-se que 15 destes imóveis, ou seja, 23,07% do total estão no grupo de área total de 1(um) a menos de 10 hectares somando uma área de 89,1 hectares, 3,03% da área total.

Em 1992 não apareciam imóveis com área superior a 500 hectares. No grupo de 200 a menos de 500 hectares são 3(três) imóveis, um percentual de 4,61% respondendo por 35,12% da área total, observa-se que este grupo, embora com o menor número de imóveis é o que responde pelo maior percentual de área, enquanto o grupo com 15 imóveis, grupo de 1(um) a menos de 10 hectares, responde apenas por 23,07% da área total.

Somando-se o percentual de área dos imóveis com área até 100 hectares observa-se que o percentual de imóveis é de 89,23%, por outro lado, o percentual de imóveis com área superior a 100 e menor que 500 hectares é de 10,76% sendo o primeiro grupo ocupante de

45,43% e o segundo de 54,57% da área total, ou seja, 10,76% dos imóveis rurais ocupam mais de 50% da área total.

Em 1998 o número de imóveis rurais no município de Datas passou para 115, houve um aumento do número de imóveis rurais em todos os grupos de área total, sendo maior para o grupo de 10 a menos de 25 hectares, com 27 imóveis rurais, equivalente a 23,47% e somando uma área de 151,8 hectares, o equivalente a 3,29% da área total.

No grupo de 200 a menos de 500 são 4 (quatro) imóveis correspondendo a 3,47% ocupando uma área de 1281,40 hectares, correspondente a 27,78% da área total. Somando-se o percentual de área do primeiro grupo aos demais percentuais dos grupos de área até 100 hectares tem-se um percentual de 52,21%, percentual de área que representa 104 imóveis rurais, ou seja, 90,41% do total, enquanto os de área superior a 100 e menor que 500, que são apenas 10, equivalem a 8,69% e respondem por 47,79% da área total.

Para 2003 o número de imóveis é de 154, com 33 no grupo de menos de 1 (um) a menos de 10 hectares, um percentual de 21,43% com uma área de 184,2 hectares e um percentual de 2,34% da área total. Neste ano aparece o grupo de 2000 a menos de 5000 com um imóvel correspondendo a 0,65% do total, com área de 2328,5 hectares e correspondendo a 29,61% da área total.

Ainda, para o ano de 2003 Apenas um imóvel supera em 12,65 vezes, o percentual de área apresentando por 33 imóveis do grupo de menor área. O percentual de área dos imóveis com até 100 hectares, que são 136 (88,31%) é de 49,04%, enquanto o percentual de área dos imóveis com mais de 100 e menos de 5000 hectares, que são apenas 18(11,69%), é de 50,96%.

Em 2012 o número de imóveis rurais no município de Datas passou para 209, com 64 no grupo de menos de 1(um) a menos de 10 hectares, equivalendo a 30,62% dos imóveis totais, com área de 323,78 hectares, o equivalente a 3,06%. No grupo de 2000 a menos de 5000 hectares apenas um imóvel, 0,48% soma uma área de 2328,56 hectares, equivalendo a 22,01% da área total. Somando-se o percentual dos imóveis rurais com área até 100 hectares tem-se 90,9% do total ocupando 44,68% da área total, enquanto os imóveis com área maior que 100 e menor que 5000 hectares são apenas 9,07% e respondem por 55,32% da área total.

Em 2014 o número de imóveis passa para 238, com 84 imóveis no grupo de menos de 1 (um) a menos de 10 hectares, o equivalente a 35,29% do número total de imóveis, somando uma área de 386,611 hectares com um percentual de 3,43% da área total. No grupo de 2000 a menos de 5000 hectares há apenas 1 (um) imóvel equivalendo a 0,42% do total, com área de 2328,56 hectares, 20,66% da área total, com um único imóvel representando um

percentual de área quase 6 vezes maior ao percentual de área apresentado pelos 84 imóveis que compõem o grupo de menos 1 (um) a menos de 10 hectares. Os imóveis com até 100 hectares são 91,17% do total com um percentual de área de 45,71%, já os com área superior a 100 e menor que 5000 são apenas 8,83% ocupando 54,29% da área total.

Os dados de 1992 a 2014 revelam a intensificação da concentração fundiária no município de Datas reafirmando os resultados obtidos a partir da análise dos dados do IBGE. Conforme observado em 1992 10,76% dos imóveis rurais ocupam mais de 50% da área total, segue-se em 1998 com uma correlação direta com a realidade de 1992 quando se observa que o grupo que possui o maior número de imóveis, caso do grupo de menos de 1 (um) a menos de 10 hectares, responde pelo menor percentual de área quando comparado o percentual ocupado pelo grupo com imóveis de maior área, embora com menor número imóveis.

No ano de 2003 apenas um imóvel supera em 12,65 vezes o percentual de área apresentado por 33 imóveis do grupo de menor área. Em 2014 um único imóvel representa um percentual de área quase 6 vezes maior ao percentual de área apresentado pelos 84 imóveis que compõem o grupo de menos 1 (um) a menos de 10 hectares.

Observa-se que no decorrer destes 22 anos não houve alteração na distribuição com tendência a se apresentar de forma mais equilibrada, pelo contrário, o que se observa é que houve tanto um aumento dos imóveis rurais maiores, tanto em área, quanto em número, com o aparecimento do grupo de área total de 2000 a menos de 5000 hectares.

**Tabela 3 - Estabelecimentos por grupo de área total e por período, Datas - MG, 1992, 1998, 2003, 2012 e 2014**

Grupo de área total (ha)	1992		1998		2003		2012		2014	
	Nº abs.	%	Nº abs.	%	Nº abs.	%	Nº abs.	%	Nº abs.	%
<b>Menos de 1 a menos de 10</b>	15	23,07	27	23,47	33	21,43	64	30,62	84	35,29
<b>10 a menos de 25</b>	25	38,46	47	40,86	56	36,36	64	30,62	65	27,31
<b>25 a menos de 50</b>	13	20,07	20	17,39	25	16,23	38	18,18	40	16,81
<b>50 a menos de 100</b>	5	7,69	10	8,69	22	14,28	24	11,48	28	11,76
<b>100 a menos de 200</b>	4	6,15	7	6,08	13	8,44	15	7,17	15	6,30
<b>200 a menos de 500</b>	3	4,61	4	3,48	4	2,60	3	1,43	5	2,10
<b>2000 a menos de 5000</b>	---	---	---	---	1	0,65	1	0,47	1	0,42
<b>Total</b>	65	100	115	100	154	100	209	100	238	100

Fonte: BANCO DE DADOS DA LUTA PELA TERRA, 2018 (Dados consolidados).

**Tabela 4- Imóveis rurais, área (ha), por grupo de área total e por período, Datas - MG, 1992, 1998, 2003, 2012 e 2014**

Grupo de área total (ha)	1992		1998		2003		2012		2014	
	Nº abs.	%	Nº abs.	%	Nº abs.	%	Nº abs.	%	Nº abs.	%
<b>Menos de 1 a menos de 10</b>	89,1	3,03	151,8	3,29	184,2	2,34	323,78	3,06	386,61	3,43
<b>10 a menos de 25</b>	416,8	14,18	792,1	17,17	923,8	11,75	1.026,15	9,70	1040,6	9,23
<b>25 a menos de 50</b>	435,1	14,80	687,1	14,89	892,3	11,34	1.429,40	13,51	1484,03	13,17
<b>50 a menos de 100</b>	394,3	13,41	777,9	16,86	1856,3	23,61	1.947,90	18,41	2240,4	19,88
<b>100 a menos de 200</b>	571	19,43	921,9	19,98	174,2	2,21	2.264,34	21,40	2041,46	18,11
<b>200 a menos de 500</b>	1.032,2	35,12	1.281,40	27,78	1504,1	19,13	1.258,90	11,90	1746,2	15,49
<b>2000 a menos de 5000</b>	---	---	---	---	2328,5	29,61	2328,56	22,01	2328,56	20,66
<b>Total</b>	2938,5	100	4612,2	100	7863,4	100	10579,03	100	11267,86	100

Fonte: BANCO DE DADOS DA LUTA PELA TERRA, 2018 (Dados consolidados).

Constata-se que houve um aumento do número de imóveis com até 10 hectares, quando se compara os anos de 1992 e 2014, variando de 23,07% para 35,29%, sendo que o percentual de área destes, praticamente se manteve estagnado, passando de 3,03% em 1992 para 3,43% em 2014.

Por outro lado, ainda comparando os dois anos, os imóveis com mais de 500 hectares, cujo percentual máximo apresentado foi de 0,65%, respondem por mais de 20% da área total. Isso revela uma estrutura fundiária concentrada, que se confirma ainda mais, quando se observa que a partir de 2003 aparece o grupo de área total para imóveis com área superior a 2000 e menor que 5000 hectares.

Ainda em relação aos anos de 1992 e 2014 observa-se a redução em 14,22% dos imóveis rurais do grupo de 10 a menos de 100 hectares, ou seja, há uma redução do número de imóveis rurais de menor área com o aparecimento do imóvel de área maior.

Quando se observa no decorrer dos anos o grupo de área de 100 a menos de 500 hectares constata-se que há uma redução do percentual de imóveis rurais, mas há uma elevação do percentual de área ocupada pelos imóveis rurais deste grupo.

Tais dados revelam a estrutura fundiária do município de Datas intensamente concentrada assim como foi constatado com a análise dos dados dos censos de 1995/1996 e 2006. Esta é uma realidade não só em nível nacional, mas também em nível regional e local, como o caso do município de Datas, conforme evidenciado pelos dados discutidos anteriormente.

Sobre a estrutura fundiária intensamente concentrada, Alentejano (2011) discute a questão agrária atual no Brasil do século XXI e aborda questões correlacionadas que conformam o cerne da questão agrária brasileira neste início de século sendo essas: a persistência da concentração fundiária e as desigualdades que esta gera; a crescente internacionalização da agricultura brasileira expressa pelo controle da tecnologia, do processo agroindustrial, da comercialização da produção agropecuária, bem como pela aquisição de terras, transformação na dinâmica produtiva agravando a insegurança alimentar e a persistência da violência, da exploração trabalho e da devastação ambiental no campo. Tais questões se correlacionam e se configuram como centrais no atual modelo agrícola. A questão agrária é na atualidade derivada da prevalência do agronegócio no modelo agrícola.

Alentejano (2011) analisando dados do IBGE dos anos de 1950, 1975, 1980, 1980, 1985, 1995 e 2006, referentes ao número e área dos estabelecimentos agropecuários do Brasil, evidencia a persistência da estrutura fundiária com concentração da terra, na qual os pequenos estabelecimentos (área menor que 10 ha), embora correspondendo a 47% do total destes, apresentam apenas 2,7% da área ocupada em relação à área total. Com os estabelecimentos com mais de 1000 ha, equivalendo a apenas 0,9% do total e ocupando 43% da área total. Segundo tal autor, o contraste torna-se mais nítido, quando se observa que os estabelecimentos com menos de 100 ha são cerca de 90% do total, ocupam área de cerca de 20% da área total, e os com mais de 100 ha que são apenas 10% do total ocupam cerca de 80% de área.

A fim de evidenciar que independentemente das fontes, os dados refletem a persistência desta realidade, Alentejano faz a mesma análise e interpretação com dados do Incra e conclui que os imóveis com menos de 10 ha são 31,6% do total, mas ocupam apenas 1,8% da área, e os com mais de 500 ha representam apenas 0,2 % do total de imóveis, mas controlam 13,4% da área. Somados os imóveis com menos de 100 há correspondem a 85,2% do total e possuem menos de 20% da área, ao passo que os que possuem mais de 100 ha são menos de 15% dos imóveis e concentram mais de 80% da área.

Como menciona Alentejano (2011), se considerarmos os dados do Incra, em vez dos dados do IBGE, isto é, se considerarmos os imóveis rurais em vez dos estabelecimentos agropecuários, verificamos que os dados revelam a mesma realidade, uma estrutura fundiária intensamente concentrada, com um menor número de estabelecimentos ou de imóveis rurais ocupando maior área.

Assim como a estrutura fundiária do município de Datas discutida anteriormente em termos de distribuição de estabelecimentos agropecuários e imóveis rurais mostra-se

intensamente concentrada, a realidade, para o referido município não é muito diferente quando esta é analisada em relação ao modelo de produção agrícola (TAB. 5).

Observa-se que 78,3% dos estabelecimentos agropecuários de agricultores familiares pertencem ao grupo de menor área (Mais de 0 e menos de 10 hectares) respondendo por 16,8% da área total de todos os estabelecimentos desta categoria de produção agrícola. Ainda que para se caracterizar como da agricultura familiar a área do estabelecimento não possa ultrapassar 4 Módulos Fiscais<sup>11</sup> (200 hectares), o que se observa é que há um número muito pequeno de estabelecimentos com área superior a 50 hectares.

Por outro lado, quando se analisa o número e a área dos estabelecimentos agropecuários que não se enquadram na agricultura familiar, constata-se que um menor número de estabelecimentos do grupo de maior área (De 500 a menos de 2500 hectares) apresenta quase o dobro da área total ocupada por todos os estabelecimentos da agricultura familiar.

**Tabela 5- Estabelecimentos da agricultura familiar e da agricultura não familiar por grupo de área total, Datas – MG, 2006**

Grupo de área total (ha)	Agricultura Familiar- Lei 11.326				Agricultura não familiar			
	Estabelecimentos agropecuários		Área (ha)		Estabelecimentos Agropecuários		Área (ha)	
	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%
<b>Mais 0 a menos de 10,0</b>	274,0	78,3	499,0	16,8	70,0	76,9	155,0	2,0
<b>De 10,0 a menos de 50,0</b>	65,0	18,6	1431,0	48,3	5,0	5,5	116,0	1,5
<b>De 50,0 a menos de 100,0</b>	6,0	1,7	462,0	15,6	4,0	4,4	268,0	3,6
<b>De 100,0 a menos de 200,0</b>	5,0	1,4	572,0	19,3	3,0	3,3	477,0	6,3
<b>De 200,0 a menos de 500,0</b>	0,0	0	0,0	0	5,0	5,5	1398,0	18,6
<b>De 500,0 a menos de 2500,0</b>	0,0	0	0,0	0	4	4,4	5087,0	67,8
<b>Total</b>	350,0	100	2964,0	100	91,0	100	7501,0	100

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - Censo agropecuário, 2006 (Dados consolidados).

<sup>11</sup> Segundo Silva (2013) módulo fiscal é uma unidade de medida expressa em hectare (ha), instituída pela lei 6.476/79, fixa para cada município, utilizada para o cálculo do Imposto Territorial Rural (ITR), e par classificação dos imóveis rurais. Em Datas, o módulo fiscal equivale a 40 hectares, conforme o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- Incra (2013).

Quando a análise relaciona-se ao total de área ocupada pelos estabelecimentos da agricultura familiar e da agricultura não familiar, observa-se que quase 80% dos estabelecimentos agropecuários do município de Datas são de agricultores familiares, que respondem apenas por 28,3% da área total. Por outro lado, o número de estabelecimentos que são 20,6% do total e respondem por mais de 70% da área total.

**Tabela 6- Distribuição da terra por categoria de produção agrícola, Datas - MG, 2006**

<b>Modelo de produção</b>	<b>Número de estabelecimentos</b>	<b>% do total</b>	<b>Área(ha)</b>	<b>% do total</b>
<b>Agricultura Familiar</b>	350,0	79,4	2964,0	28,3
<b>Agricultura Não Familiar</b>	91,0	20,6	7501,0	71,7
<b>Total</b>	441,0	100,00	10465,0	100,00

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - Censo agropecuário, 2006(Dados consolidados).

Tais dados do município de Datas refletem a realidade brasileira no que diz respeito à distribuição de terras por categoria de produção agrícola, conforme se vê na Tabela 7. Há um maior número de estabelecimentos agropecuários no cenário agrícola brasileiro, no entanto estes representam um menor percentual de área quando este é comparado ao percentual de área dos estabelecimentos agropecuários que não se enquadram como familiares.

**Tabela 7- Distribuição da terra no por categoria de produção agrícola, Brasil, 2006**

<b>Modelo de produção</b>	<b>Número de estabelecimentos</b>	<b>% do total</b>	<b>Área(ha)</b>	<b>% do total</b>
<b>Agricultura Familiar</b>	4367902,0	84,4	80250453,0	24,3
<b>Agricultura não familiar</b>	807587,0	15,6	249690940,0	75,7
<b>Total</b>	5175489,0	100,00	329941393,0	100,00

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA -Censo agropecuário, 2006(Dados consolidados).

A estrutura fundaria do município de Datas se apresenta intensamente concentração com poucos estabelecimentos agropecuários, quando se analisa dos dados dos censos e poucos imóveis rurais quando se analisa os dados do Dataluta, ocupando maior área enquanto os de menor área, embora predominantes, ocupam uma área total bem menor.

Os dados analisados dialogam diretamente com os resultados encontrados quando se analisa dados para o Brasil, sendo a realidade local, no caso do município de Datas, um reflexo da realidade brasileira, uma estrutura fundiária brasileira, desigual e intensamente concentrada, caracterizando a manutenção da desigualdade na distribuição de terras, que é uma realidade nesse país. Uma desigualdade que contribuiu para construção de uma polarização entre pequenos e grandes estabelecimentos e favorecimentos destes em



detrimento daqueles, pelos governos na esfera federal, e historicamente na concessão de políticas modernizantes a fim incentivar a produção em larga escala.

#### *1.3.1.1 Classificação dos imóveis rurais do município de Datas*

Pelos dados analisados acima, tanto do IBGE quanto do Dataluta, em relação ao número de área dos estabelecimentos e imóveis rurais do município de Datas, a constatação é de que há uma variação em número e área. Desta forma, é importante se conhecer a qual classificação em termos de tamanho (área) pode ser atribuída aos imóveis rurais. Neste tópico será tratada da classificação dos imóveis rurais conforme disposições da Lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993 e conforme disposições do art. 22 do Decreto 84.685 de 06/05/1980, que regulamenta a Lei 6.746/79 e para isso serão utilizados os dados do Dataluta.

Sobre a classificação de imóveis rurais, a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, utilizados pelo Incra para classificação dos imóveis rurais no Brasil, dispõem sobre a denominação “pequenas propriedades” para imóveis cujas áreas compreendem até 4 Módulos Fiscais; “médias propriedades”, cuja área está compreendida entre 4 e até 15 Módulos Fiscais e “grande propriedade”, que ultrapassa 15 Módulos Fiscais.

De acordo com o art. 22 do Decreto 84.685 de 06/05/1980, que regulamenta a Lei 6.746/79, um imóvel rural pode ser classificado como: minifúndio, latifúndio por dimensão, latifúndio por exploração ou empresa rural. São as seguintes definições para essas categorias de imóveis: minifúndio: quando sua área explorável é inferior ao módulo fiscal do município de sua localização, ou seja, quando o imóvel possuir número de Módulo Fiscal menor que 1 (um). Latifúndio por dimensão: quando sua área explorável for superior a 600 vezes o Módulo Fiscal do município de sua localização, que no caso do município de Datas, com Módulo Fiscal de 40 ha, seria superior a 2400 ha. Latifúndio por exploração: quando sua área explorável for superior ao Módulo Fiscal do município de sua localização, não ultrapassando 600 vezes o referido Módulo Fiscal, no caso do município de Datas, seria até 2400 ha, e quando não preencher as condições para se classificar como empresa rural. Empresa Rural: quando a área explorável do imóvel for igual ou superior ao Módulo Fiscal do município e não exceder 600 vezes a área do referido módulo, preenchendo, ainda, simultaneamente, as seguintes condições: grau de utilização da terra igual ou superior a 80%, grau de eficiência na exploração igual ou superior a 100% e cumprimento integral da legislação trabalhista e dos contratos de uso temporário da terra.

Para realização da classificação do município de Datas serão consideradas as disposições da Lei nº 8.629 de 25/02/1993 sobre a classificação dos imóveis rurais em pequenas, médias e grandes propriedades (TAB. 8).

**Tabela 8- Imóveis rurais, classificação por tamanho e período, Datas - MG, 1992, 1998, 2003, 2012 e 2014**

Classificação dos imóveis rurais (Lei nº 8.629, de 25/02/ 1993)	1992		1998		2003		2012		2014	
	Nº abs.	%	Nº abs.	%	Nº abs.	%	Nº abs.	%	Nº abs.	%
Pequena(até 4 módulos fiscais)	62	95,4	111	96,5	149	96,8	205	98,0	232	97,5
Média (4 a 15 módulos fiscais)	3	4,6	4	3,5	5	3,2	4	2,0	6	2,5
Grande(mais de 15 módulos fiscais)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>65</b>		<b>115</b>		<b>154</b>		<b>209</b>		<b>238</b>	

Fonte: BANCO DE DADOS DA LUTA PELA TERRA, 2018 (Dados consolidados).

Para todos os anos (1992 a 2014) analisados o maior percentual é de pequenas propriedades com um menor percentual de médias propriedades e não havendo a presença da grande propriedade. Observa-se a predominância da pequena propriedade e um pequeno número de média propriedade.

### 1.3.2 Cenário agrícola

Considerando o contexto específico de Datas, até por volta do ano 2001, a maioria dos agricultores ainda trabalhava parcialmente com a agricultura, com plantios anuais concentrados no período das chuvas e com o restante do tempo dedicado ao garimpo de ouro, diamante e cristais. Com a crise do garimpo e o aumento da fiscalização, esta atividade praticamente se extinguiu no município; além do garimpo de bateia, já estava utilizando equipamentos mecânicos (garimpo de motor), o que acabou acarretando maior impacto ambiental, doravante a situação ficou mais crítica com a falta de possibilidade de absorção da mão de obra disponível e baixa inserção da agricultura na economia, esta até então só para autoconsumo (SILVA, 2009).

O resultado, como já foi mencionado como alguns dos problemas do Vale do Jequitinhonha anteriormente, consistiu na migração de trabalhadores ou na sua absorção no mercado de trabalho público municipal como é comum na maioria dos municípios pequenos brasileiros. Agrava-se ainda a maior dependência das famílias aos programas assistencialistas dos governos.

Ainda de acordo com Silva (2009) é neste contexto que começa a surgir a fruticultura no município de Datas. Primeiro constata-se a chegada da empresa Mape Frutas, a qual possui sede no Sul de Minas Gerais que consiste no cultivo, industrialização e comercialização de frutas, sendo a principal, o morango. Tal empresa destaca-se no mercado pelo investimento em tecnologias de irrigação (gotejamento), resfriamento do produto para aumentar a durabilidade e construção de estufas para proteger o morango das variações do tempo e evitar pragas.

A chegada dos produtores de morango do Sul de Minas Gerais contribuiu para fortalecer a agricultura de Datas, especialmente, depois da proibição e do fim do garimpo no município. Além de fortalecer a agricultura deste município, tanto os produtores do Sul de Minas Gerais foram beneficiados com o cultivo do morango em Datas, como também os próprios agricultores, pois, inicialmente, houve e ainda há o trabalho nos cultivos com “os de fora” (termo utilizado neste trabalho para designar os produtores de morango do Sul de Minas). Os agricultores interessados aprenderam e buscaram a especialização necessária para começar a trabalhar com o morango. Hoje, há agricultores que utilizam o trabalho da família e mais mão de obra externa para auxiliar no cultivo, colheita, seleção e embalagem do fruto. Os agricultores locais que cultivam o morango possuem outra característica que os diferenciam dos produtores do Sul de Minas, como, geralmente, são donos da terra, eles plantam suas roças tradicionais e/ou criam algumas cabeças de gado, que servem para a alimentação da família, dos animais e ainda funcionam como uma espécie de poupança da família (SILVA, 2009).

Em contato com a região o que se pode constatar é que conforme relatos dos moradores, antes da chegada da mineração na região havia uma grande potencialidade da agricultura, como muitos relatam, plantavam-se quase tudo, o que se comprava era pouca coisa basicamente só era preciso comprar o sal. Com a chegada da mineração na região as atividades para fins econômicos, passaram a ter em primeiro plano a mineração e em segundo, a agricultura, mas esta não foi totalmente abandonada.

Após a queda da mineração a agricultura foi retomada como principal atividade econômica e fortalecida com a introdução da cultura do morango. É importante salientar que, embora a produção de morango tenha contribuído para o fortalecimento da agricultura no município de Datas, após a queda da mineração, não foram todos os agricultores deste município que aderiram cultivo desta cultura.

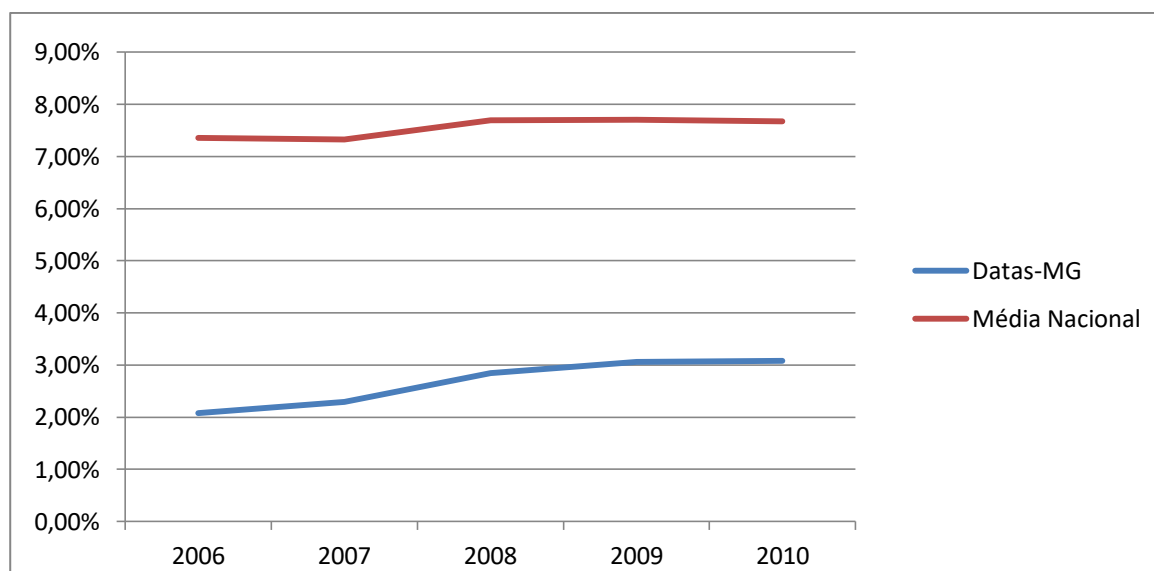
A agricultura do município de Datas se caracteriza como diversificada variando desde as espécies agrícolas cultivadas até o modo de produção destas; este, desde o mais

tradicional ao mais tecnificado, como é o caso do cultivo de morango e de batatas, que exigem tecnologias específicas como, por exemplo, um bom sistema de irrigação.

As áreas de cultivo de morango no município de Datas estão situadas, algumas, próximas da sede, outras nas comunidades: Lages, Surrão, Boa Vista, Palmital, Poço Fundo, Cachimbos, Sial. Nas comunidades: Santa Cruz, Vargem do Basto, Tombadouro, Cunha, Cubas e tropinha, não há área de cultivo de morango (Emater-MG, 2018).

Com a introdução da cultura do morango na região houve um benefício mútuo entre os produtores de morango vindos dos Sul do estado e alguns agricultores do município de Datas, estes passando a diversificar suas áreas produtivas com uma nova cultura, no caso, com o cultivo do morango pode ter sido o fator que pode ter contribuído para um incremento no percentual de área plantada neste município, conforme se observa o Gráfico 8.

**Gráfico 2- Área plantada no município de Datas e no Brasil - 2006 a 2010**



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010 (Dados consolidados).

Analisando os dados do IBGE, publicados em 2010, em relação ao percentual de área territorial plantada em Datas, observa-se que com o passar dos anos o percentual foi se elevando evidenciando um ganho de espaço gradual da agricultura no município em termos de área territorial plantada, embora bem distante da média nacional para o mesmo período.

Outros dados que evidenciam o fortalecimento da agricultura como atividade econômica são os dados dos censos discutidos anteriormente, em relação ao número de estabelecimentos agropecuários, sendo que no de 1995/1996 eram 94 passando em 2006 para 441 estabelecimentos agropecuários, uma elevação de 369% no número de estabelecimentos

agropecuários. Esta elevação também se observa com a análise dos dados do Dataluta (2018), com os dados de 1992 a 2014 o número de imóveis rurais passou de 65 para 238, um aumento de 266% no número de imóveis rurais.

Um dos requisitos utilizados pelo IBGE para classificação dos agricultores como familiares é tamanho da área da propriedade, que não deve ultrapassar 4 Módulos Fiscais. Sendo em Datas, o Módulo Fiscal de 40 hectares, um estabelecimento deste município para se enquadrar como familiar deve-se limitar a uma área de até 200 hectares, conforme já mencionado anteriormente.

Os dados do censo de 2006 (TAB. 6) mostram o número de estabelecimentos que praticam a agricultura familiar e o número dos que não praticam, com o número predominante daqueles. Desta forma, no município de Datas há a predominância de estabelecimentos que praticam este modelo de agricultura com a maioria destes apresentando área entre mais de 0 e menos de 10 hectares.

Sendo a agricultura familiar o modelo de agricultura predominante no município de Datas, é importante buscar-se conhecer sua participação na produção das principais culturas agrícolas exploradas no município. Para isso, foram analisados os dados para Datas, cedidos pela Emater-MG, referentes ao cultivo agrícola do ano agrícola 2016/2017.

Tais dados mostram a participação dos agricultores na produção das principais culturas cultivadas no município, estas categorizadas como grandes culturas, hortaliças, e outras espécies agrícolas.

Em relação às grandes culturas, as principais espécies cultivadas são: feijão de 1ª safra, feijão de 2ª safra, feijão de 3ª safra, milho grão, milho silagem, cana-de-açúcar e sorgo.

Os dados relativos à área de cultivo estimada, produtividade por hectare, produção em tonelada (t), número absoluto de agricultores por categoria (agricultores familiares e não familiares) em relação a cada uma das culturas, percentual de produção em percentual por categoria de produção agrícola (agricultura familiar e agricultura não familiar) das grandes culturas, hortaliças e demais espécies, estão respectivamente nas Tabelas 9, 10 e 11.

O plantio de feijão alcança diversas regiões do território nacional, podendo ser cultivado em diferentes sistemas de produção. Neste cenário, os produtores de feijão classificam-se em dois grupos: os pequenos, que ainda usam baixa tecnologia e têm sua renda associada às condições climáticas, concentrados na produção das águas (primeira safra), e os grandes, com lavoura tecnificada, com alta produtividade, plantio irrigado, concentrado na produção da seca e de inverno (segunda e terceira safras) (EMBRAPA, 2013).

Na Tabela 9 observa-se o número relativo de agricultores da agricultura familiar e de agricultores da agricultura não familiar em relação ao cultivo de cada uma das grandes culturas, com predominância do número de agricultores que praticam a agricultura familiar participando do cultivo da maioria delas.

No caso do feijão de primeira safra, embora haja predominância de agricultores da agricultura familiar dedicando-se ao seu cultivo, a maior produção advém dos agricultores da agricultura não familiar, estes respondem por 70% da produção, já para as demais culturas, cuja participação dos agricultores que praticam a agricultura familiar é também maior, a maior produção advém da produção destes.

**Tabela 9 - Grandes culturas: área estimada (ha), produtividade (t/ha), produção(t), por categoria de agricultores e por categoria de produção agrícola, Datas - MG, 2016/2017**

Cultura Agrícola	área estimada (ha)	Produtividade e (t/ha)	produção (t)	Agricultores da agricultura familiar		Agricultores da agricultura não familiar		Produção Agricultura Familiar		Produção agricultura não familiar	
				n° absoluto		%	t	%	t		
feijão 1ª safra	80	1.2	96	60	2	30	28,8	70	67,2		
Feijão 2ª safra	90	1.2	108	120	5	80	86,4	20	21,6		
feijão 3ª safra	40	2.5	100	0	2	0	0	10	100		
milho grão	800	3.5	2800	360	20	90	2520	10	280		
milho silagem	100	50	5.000,00	0	5	0	0	10	5000		
Cana de açúcar	40	60	2.400,00	30	15	70	1680	30	720		
Sorgo	25	5	125	60	5	60	75	40	50		

Fonte: EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DE MINAS GERAIS, 2019 (Dados consolidados).

Para as culturas feijão de terceira safra e produção de milho para silagem, não há a participação de agricultores familiares no cultivo, em relação ao feijão de terceira safra isso se explica pela própria exigência do cultivo em termos de tecnologia, como por exemplo sistema de irrigação, sistema do qual poucos ou nenhuns agricultores familiares no município, dispõem. Quanto ao milho para silagem, acredita-se que também pelo perfil do agricultor, que não tem a atividade pecuária intensiva ou semi-intensiva para a qual a silagem é essencial.

Observa-se que o cultivo do milho grão é a atividade que apresenta um maior número de agricultores familiares dedicando-se a ela. Pode-se dizer que o cultivo de milho é uma tradição no Brasil, principalmente nas unidades de produção de agricultores familiares.

O feijão como uma cultura temporária é cultivada por diversos tipos de produtores, em diversas regiões do país, utilizando diferentes níveis tecnológicos. Dentre estes produtores, destacam-se os agricultores familiares como os grandes responsáveis pela produção dessa lavoura no país (EMBRAPA, 2013).

Analisando os percentuais de produção da agricultura familiar e da agricultura não familiar para cada uma das culturas anuais no município de Datas, observa-se a predominância de um maior percentual de produção advindo da agricultura familiar para a maioria das culturas, com exceção para produção de feijão de terceira safra e do milho silagem, cuja produção advém somente da produção de agricultores não familiares.

Em relação às principais hortaliças cultivadas, a área de cultivo estimada para cada uma, produtividade por hectares, produção em tonelada no município, quantidade de agricultores familiares e não familiares que cultivam cada uma das culturas, percentual de produção advinda da Agricultura Familiar e da agricultura não familiar estão apresentadas na Tabela 10.

Pelos dados da Emater-MG, no município de Datas-MG são 13 as principais hortaliças cultivadas, as quais são: alho, batata inglesa, cebola, mandioquinha salsa, morango, tomate de mesa, brócolis, cará, quiabo, pimenta malagueta, pimentão, abobrinha/abóbora comum, cenoura e beterraba.

Conforme se observa na tabela para a maioria das culturas a maior participação no cultivo é de agricultores familiares. De todas as culturas apresentadas na tabela somente a batata inglesa é cultivada somente por agricultores não familiares.

No cultivo do pimentão e da pimenta malagueta a maior participação é de agricultores não familiares. Para a maioria das culturas, a maior participação em termos de número de agricultores e de percentual produção advém da agricultura familiar.

**Tabela 10 - Hortaliças: área estimada (ha), produtividade (t/ha), produção(t) por categoria de agricultores e por categoria de produção agrícola, Datas - MG, 2016/2017**

Cultura agrícola	área estimada (ha)	Produtividade (t/ha)	produção (t)	Agricultores da agricultura familiar	Agricultores da agricultura não familiar	Produção da Agricultura Familiar		Produção da agricultura não familiar	
				Número absoluto		%	t	%	t
Alho	10	6	60	50	2	70	42	30	18
batata inglesa	100	40	4.000,00	0	5	0	0	100	4000
Cebola	6	25	150	60	1	70	90	30	60,0
mandioquinha salsa	4	10	40	50	0	100	40	0	0
Morango	25	6	150	50	2	70	105	30	45
tomate de mesa	10	50	500	60	8	60	300	40	200
Brócolis	6	12	72	20	0	100	72	0	0
Cará	1	12	12	8	0	100	12	0	0
Quiabo	2	12	24	120	0	100	24	0	0
pimenta malagueta	3	8	24	10	1	10	2,4	90	21,6
Pimentão	1	15	15	30	1	20	3	80	12
abobrinha/a bóbora comum	2,0	20,0	40,0	100	01	90,0	36,0	10,0	4,0
cenoura e beterraba	1,0	30,0	30,0	65	00	100,0	30,0	0,0	0,0

Fonte: EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DE MINAS GERAIS, 2019 (Dados consolidados).

O Cará, o quiabo, a mandioquinha salsa, Brócolis, cenoura e beterraba são cultivados apenas pelos agricultores da agricultura familiar. Quanto à produção de cada uma das categorias de agricultores, nem sempre o cultivo ao qual se dedica a maioria dos agricultores da agricultura familiar é também o que apresenta maior produção em toneladas, no caso do cultivo da pimenta malagueta e do pimentão há uma maior participação dos agricultores que praticam a agricultura familiar, mas a maior produção advém da produção de agricultores da agricultura não familiar.

Observa-se que o maior percentual de produção advém de agricultores da agricultura familiar para a maioria das hortaliças.

Outras culturas também fazem parte do cenário agrícola de Datas enquadradas neste grupo a mandioca como bienal, o eucalipto, as frutíferas cítricas, o maracujá e a pitaya como perenes, os dados são apresentados na Tabela 11.

Para a maioria das culturas deste grupo a maior participação em termos de número de agricultores e em percentual de produção é de agricultores da agricultura familiar.



A Pitaya é uma cultura recém inserida no cenário de cultivo em Datas, com a contribuição em termos de produção e de participação no cultivo apenas de agricultor da agricultura não familiar, que é apenas um.

**Tabela 11 - Demais Culturas: área estimada (ha), produtividade (t/ha), produção por categoria de agricultores e categoria de produção agrícola, Datas - MG, 2016/2017**

Cultura Agrícola	Área estimada (ha)	Produtividade (t/ha)	Produção (t)	Agricultores da agricultura familiar	Agricultores da agricultura não familiar	Produção da Agricultura Familiar	Produção da Agricultura Não Familiar
<b>Mandioca</b>	10	10	100	60	0	100% 100,0 t	0,0% 0
<b>Eucalipto</b>	400 ha	400 ST/ha/ano	16.000,00 ST	60	1	70% 11.200 ST*	30% 4800,00 ST
<b>Frutas cítricas</b>	2	20 mil frutos/há	40 mil frutos	5	0	100% 40mil frutos	0,00% 0 t
<b>Maracujá</b>	1	25	25	5	0	100% 25,0 t	0,00% 0t
<b>Pitaya</b>	0,2	12	2,4	0	1	0% 100,0 t	100% 2,4t

Fonte:EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DE MINAS GERAIS, 2019 (Dados consolidados).

\*st – metro estéreo

A produção total de mandioca, frutas cítricas e maracujá, conta com a contribuição apenas da produção da agricultura familiar, enquanto a produção da pitaya apenas da agricultura não familiar.

No caso do eucalipto há a contribuição tanto da produção da agricultura não familiar quanto da produção da agricultura familiar, sendo maior a contribuição desta.

Em relação ao cenário agrícola de Datas, quanto às culturas anuais, o feijão primeira safra, feijão segunda safra, milho grão, cana-de-açúcar e sorgo são as espécies cultivadas, sendo a maioria cultivada por agricultores da agricultura familiar.

O feijão de terceira safra e o milho para silagem são cultivados somente por agricultores da agricultura não familiar.

O feijão de primeira safra, embora tenha um maior número de agricultores que praticam a agricultura familiar se dedicando a este tipo de cultivo, a maior produção é resultante da produção de agricultores da agricultura não familiar (70%-67,2 toneladas).

O feijão de segunda safra apresenta maior número de agricultores da agricultura familiar que se dedica a este tipo de cultivo, sendo o maior percentual de produção (80%-86,4 toneladas) também advindo da produção destes agricultores.

O Milho grão é cultivado, predominantemente, pela agricultura familiar, sendo 90% da produção advinda deste modelo de agricultura.

As principais hortaliças cultivadas em Datas-MG são alho, batata inglesa, cebola, mandioquinha salsa, morango, tomate de mesa, Brócolis, cará, quiabo, pimenta malagueta, pimentão, abobrinha, abóbora comum, cenoura e beterraba, sendo a maioria cultivadas pela agricultura familiar, somente a batata inglesa é cultivada somente por agricultores da agricultura não familiar.

Em relação ao cultivo do alho e da cebola a agricultura familiar responde pela maior produção (70% para ambas culturas), 42,0 toneladas no caso do alho, e para a cebola 90,0 toneladas.

O morango também é cultivado, predominantemente, por agricultores que praticam a agricultura familiar contribuindo com 70% da produção total, 105 toneladas. O tomate de mesa também tem predominância da participação deste modelo de agricultura no cultivo, produzindo 60%, 30 toneladas do total produzido.

A pimenta malagueta também é cultivada mais por agricultores da agricultura familiar, embora a produção dos agricultores da agricultura não familiar seja maior, o equivalente a 90%, 21,6 toneladas.

O cultivo do pimentão também apresenta maior número de agricultores da agricultura familiar que dedica a esta atividade, mas a maior produção 80%, 12,0 toneladas provém da produção dos agricultores da agricultura não familiar.

Em Datas, em relação ao cultivo de culturas anuais, hortaliças, demais espécies, bienais e perenes há a participação tanto de agricultores da agricultura familiar quanto de agricultores da agricultura não familiar, com a predominância da participação da agricultura familiar em termos de número de agricultores e de maior percentual de produção para a maioria das culturas, no caso do milho grão, por exemplo, do grupo das culturas anuais, há a participação de 360 agricultores familiares, ao lado de 20 agricultores não familiares, aqueles contribuindo com 90% da produção o equivalente a 2520 toneladas, e estes com apenas 10% o equivalente a 280 toneladas.

Tais dados revelam a expressividade deste modelo de agricultura na produção de alimentos de Datas revelando um grande potencial da agricultura familiar para fornecimento de uma grande diversidade e de quantidade de alimentos por meio do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, política pública direcionada à agricultura familiar, em execução no município de Datas.

Tais dados ainda revelam o potencial da agricultura familiar de Datas no fornecimento de uma variedade produtos, como vários tipos de frutas e verduras, que numa análise mais ampla do PAA, a nível nacional, por exemplo, estão entre os mais fornecidos, pelos agricultores.

Campos (2014), ao analisar o PAA por um período de 10 anos, de 2003 a 2013, afirma que são mais de três mil tipos diferentes de alimentos fornecidos pelos agricultores para o PAA, sendo que a maior parte dos recursos é aplicada em frutas, verduras, legumes, feijão, arroz, carnes, leite e farinhas, propiciando e promovendo uma alimentação mais saudável para os seus beneficiários consumidores. Ainda segundo o autor, esse é um potencial do PAA, o suprimento de alimentos variados, regionalizados, de alta qualidade nutricional, melhorando a condição nutricional da população atendida.



## **2 POLITICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**

A legitimação da agricultura familiar enquanto categoria de produção agrícola, em âmbito institucional, se deu com a instituição de política pública, o Pronaf, e com a criação da lei de agricultura familiar, pelo governo federal. Após isso, várias outras políticas públicas direcionadas à agricultura familiar foram instituídas reafirmando institucionalmente a categoria.

As políticas públicas direcionadas à agricultura familiar são de três gerações, a primeira geração, de referencial agrícola e agrário, a segunda, de referencial social e assistencial, e a terceira de referencial segurança alimentar e sustentabilidade ambiental. O primeiro tópico deste capítulo abordará uma discussão do contexto em que foram criadas tais políticas públicas e os atores que tiveram papel importante na construção destas e o segundo, abordará especificamente o Programa de Aquisição de Alimentos.

### **2.1 Políticas Públicas para a agricultura familiar**

No Brasil, após o reconhecimento da agricultura familiar com contribuições de atores nas vertentes social, acadêmica e política, legitimado pelo governo com a instituição do Pronaf e depois com a criação da lei de agricultura familiar, o Estado passou a instituir políticas públicas a fim de apoiar e viabilizar a competitividade dos empreendimentos, cuja base da força de trabalho é familiar, no cenário agrícola brasileiro. Neste tópico será discutida a trajetória de construção das políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar, para a discussão serão utilizadas principalmente as contribuições de Grisa e Schneider (2014), as contribuições de outros autores serão referenciadas.

O direcionamento de políticas públicas específicas para a agricultura familiar veio ao encontro das reivindicações que compunham as pautas de vários movimentos sociais. Reivindicações e lutas impulsionadas pela Constituição Federal Brasileira de 1988 mais especificamente pelas disposições relativas aos direitos sociais.

É neste sentido que Bucci (2002) argumenta que o fundamento mediato das políticas públicas, o que justifica o seu aparecimento, é a própria existência dos direitos sociais. Os direitos sociais aos quais Bucci (2002) refere-se são os direitos expressos na Constituição Federal Brasileira promulgada em 1988, esta que traz como um dos objetivos da

República Federativa do Brasil, “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais”, sendo este também um dos propósitos das políticas públicas. Para Bucci (2002), as políticas públicas consistem em um conjunto de programas e ações governamentais, que busca coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas para a realização dos objetivos socialmente relevantes e politicamente determinadas.

Para Delgado e Theodoro (2005) muitas das políticas sociais instituídas após a promulgação da Constituição de 1988 atuam de acordo com o princípio de um “desenvolvimento com justiça”, já que possibilitam o acesso dos grupos sociais historicamente excluídos das condições produtivas aos benefícios do crescimento econômico e às garantias de um sistema de proteção social.

Esta concepção vem ao encontro do argumento de que muitos dos incentivos governamentais concedidos à agricultura brasileira, a fim de promover a modernização e produção em larga escala, contribuíram para acentuação de uma diferenciação de perfis de agricultores, desde o pequeno perpetuando um modo de produção sem incorporação de técnicas mais modernas até o mais plenamente inserido no agronegócio, isso porque tais incentivos foram direcionados privilegiando os mais bem estruturados, os patronais ou de perfil mais próximos destes.

Nesse sentido Souza e Barbe (2014) corroboram ao dizer que em contraste com a incontestável importância econômica e social da agricultura de base familiar, ela historicamente foi esquecida pelas principais políticas agrícolas. Os investimentos públicos são escassos ou de difícil acesso aos agricultores familiares, principalmente pelo fato de as políticas agrícolas, comerciais e cambiais serem direcionadas aos produtores patronais.

Essa realidade começou a mudar segundo Muller (2007) com as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, iniciadas em 1990, passando a sofrer, lentamente, mudança de enfoque em relação ao que se tinha até então, que eram ações de apoio à produção (crédito), estabilização de preços (PGPM), inovação científica e tecnológica (Embrapa) e Assistência técnica (Emater).

Conforme Muller (2007) essas mudanças de enfoque das políticas públicas para o rural iniciam-se com as ações de intervenção na estrutura fundiária e reassentamento de agricultores passa pela extensão de direitos previdenciários (aposentadorias rurais) e chega até a agricultura familiar através do Pronaf em 1996 e vários outros programas e ações, muitos conexos com o Pronaf. O Pronaf, como primeira política pública direcionada à agricultura familiar legitima-a como modelo de agricultura.

Analisando a trajetória de reconhecimento da agricultura familiar, em âmbito institucional com o direcionamento de políticas públicas, observa-se a emergência, em períodos e contextos distintos de três gerações ou referenciais de política pública para a agricultura familiar, sendo o primeiro pautado pelo fortalecimento do viés agrícola e agrário da categoria social; o segundo focado em políticas sociais e assistenciais e o terceiro, pela construção de mercados orientados pela segurança alimentar e pela sustentabilidade ambiental.

Sobre os referenciais é importante a compreensão dos conceitos de referencial global, referencial setorial, para enfim compreender os referenciais de políticas públicas. O referencial global está relacionado a um quadro geral de interpretação do mundo, superando os limites de um setor, de um domínio ou de uma política. Trata-se de uma representação que a sociedade faz da sua relação com o mundo em um dado momento; enquanto o referencial setorial diz respeito às representações de um setor entendido como um conjunto de questões ou problemas associados de maneira mais ou menos institucionalizada a certas populações ou temas. Em decorrência das várias concepções sobre a natureza e a extensão dos limites de um setor, a construção do referencial setorial é um processo em permanente conflito.

Tais autores discutem o ano de início de construção das políticas públicas para a agricultura familiar, a classificação destas políticas públicas especificando cada uma e também os principais autores atuantes na construção dos seus referenciais. Isso não quer dizer que estas gerações de políticas possuem uma linearidade longitudinal e nem que uma geração precede a outra, como se houvesse uma ampliação de escala ou redirecionamento de enfoque. As três gerações de políticas identificadas não encerraram seu ciclo, continuam em funcionamento e seguidamente sofrem ajustes e/ou alterações em sua formulação ou escopo. No Quadro 1 estão os principais grupos de atores atuantes na construção dos referenciais de políticas públicas para a agricultura familiar para cada uma das gerações, o tipo de referencial para cada uma, assim como as principais políticas públicas que se enquadram em cada uma das gerações.

Conforme se observa no Quadro 1 a primeira geração compreende o início do direcionamento de políticas públicas especificamente para a agricultura familiar com a conformação de um referencial de política pública agrícola e agrário. Esta geração abriu possibilidades para as demais políticas públicas para a agricultura familiar reconhecendo-a como modelo de agricultura e seus sujeitos, como agricultores familiares. A segunda geração compreende políticas públicas com um referencial social e assistencial, referencial que se expressa em programas e ações públicas. Já a terceira geração compreende políticas públicas

para a agricultura familiar pautadas nos referenciais de construção de novos mercados com foco na segurança Alimentar e na sustentabilidade.

### Quadro 1 - Gerações de políticas públicas para a agricultura familiar

Ano de início	Grupos de atores	Geração	Referencial	Políticas públicas
1994	Representantes sindicais e movimentos sociais da agricultura familiar Políticos e gestores públicos Estudiosos do mundo rural	Primeira	Referencial agrícola e agrário	PRONAF, SEAF, PGPAF, ATER e assentamentos de reforma agrária
1997	Representantes sindicais e movimentos sociais da agricultura familiar Políticos e gestores públicos Representantes do agronegócio Estudiosos do Mundo Rural	Segunda	Referencial social e assistencial	PRONAF infraestrutura, Garantia Safra, PNHHR, PRONAF B, Bolsa Família
2003	Representantes sindicais e movimentos sociais da agricultura familiar Organizações do campo agroecológico Políticos e gestores públicos Organizações da sociedade civil vinculados ao tema da Segurança Alimentar e Nutricional Estudiosos do Mundo Rural e da Segurança Alimentar e Nutricional	Terceira	Referencial construção de mercados para segurança alimentar e sustentabilidade e ambiental	PAA, PNAE, PGPM, PNPE, agroindustria, selos e certificações

Fonte: Grisa e Scheneider (2014).

#### 2.1.1 Políticas Públicas de primeira geração

Em um contexto marcado pelo neoliberalismo (Silva, 2000) e incentivo à inserção da agricultura na economia capitalista, as políticas públicas para a agricultura familiar, as de primeira geração, são decorrentes da construção de um referencial agrícola e agrário, um referencial que não engloba o social, mas uma perspectiva mercadológica. Este referencial relaciona-se ao referencial global daquele contexto político do Brasil de que a agricultura precisava modernizar-se para cumprir suas funções no desenvolvimento econômico do País.

O ajuste entre o setor da agricultura (referencial setorial) e a industrialização da economia do país (referencial global) passou a ser realizado por um conjunto de ações e políticas públicas, como crédito rural, garantia de preços mínimos, seguro agrícola, pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural, incentivos fiscais às exportações, minidesvalorizações cambiais, subsídios à aquisição de insumos, expansão da fronteira agrícola, e o desenvolvimento de infraestruturas.

A modernização da agricultura foi proposta pelo governo federal a fim de torná-la produtiva em larga escala capaz de atender ao mercado agroexportador, o que foi possível



com incentivos governamentais concedidos. Os incentivos governamentais foram concedidos devido a uma representação hegemônica, amiúde coerente com o referencial global daquele contexto brasileiro e foi esta representação que se impôs como referência à elaboração de políticas públicas. Por isso o contraponto, como um referencial setorial da agricultura brasileira pós-incentivos modernizantes são os pequenos estabelecimentos alijados das políticas de incentivo à modernização.

Após 1950, já com a Revolução Verde, a estratégia adotada pelo Governo federal brasileiro era de tornar a agricultura funcional à indústria. Com vários incentivos concedidos pelo Estado, embora não beneficiado todo o meio rural, tal estratégia deu certo. O objetivo de incentivo à produção agrícola em larga escala foi cumprido, mas como um dos reflexos negativos, o Brasil vê-se diante da crise devido à dificuldade de abastecimento alimentar interno. Uma grande parte da população passando fome, situação já evidenciada por Josué de Castro em 1932. Na sua obra *As Condições de Vida das Classes Operárias do Recife*, denunciava o flagelo da fome naquela parcela da população. Em 1946, lança *Geografia da Fome*, que analisa as principais carências alimentares e cada uma das cinco regiões do Brasil. O livro denuncia a fome e a subnutrição, como associados à pobreza e não aos efeitos naturais ou insuficiência de oferta (MIELITZ, 2014, p.61).

Conforme Mielitz (2014) a agricultura capitalista, numa pura racionalidade econômica, produz mercadorias, valor de troca. A fome é um problema humano, animal, social, político, precisa de produtos, de valor de uso, ao qual aquela não necessariamente atenderá. Havia um pobre diálogo entre os dois fenômenos e poucas e insuficientes ações no sentido de estruturar uma política permanente de produção voltada ao atendimento das necessidades desta parcela da população.

Desta crise, duas opções e “referenciais setoriais” aparecem na agenda pública, surgem reivindicações de acadêmicos como Caio Prado, Alberto Passos Guimarães, Ignácio Rangel. Tais reivindicações também vêm dos políticos e de movimentos sociais representativos dos trabalhadores rurais. Tais reivindicações eram por reformas de base, visando dinamizar o mercado interno, um contraponto ao referencial setorial institucionalizado no Brasil pelo governo federal tomado por militares, propondo a modernização tecnológica da agricultura com a adoção das técnicas propostas pela Revolução Verde. Não era de se esperar que no governo militar as reivindicações dos movimentos sociais especialmente em favor de trabalhadores rurais que não produziam em larga escala, fossem atendidas. Por vinte anos de ditadura militar, os representantes da sociedade civil vinculadas à

agricultura familiar não encontraram espaço na arena pública para discutir e construir em conjunto com os gestores públicos políticas para a categoria social.

Somente após 1970 que esse espaço começa a surgir, com a Contag, que até então em tom conciliador em relação ao governo militar, tornando-se mais incisiva e reivindicatória cobrando insistentemente a reforma agrária e uma política agrícola adequada às particularidades dos pequenos agricultores, reivindicações que passam a compor as pautas de todos os demais representantes da agricultura familiar. Tais reivindicações passam a ganhar força a partir de 1980 com o início da redemocratização do nosso país e com a constituição de 1988 promovendo assim uma mudança de postura do Estado, este que começa a reconhecer a necessidade de uma política diferenciada para os agricultores de pequeno porte, ainda que, prevalecendo as ideias, os interesses e o poder da agricultura patronal na construção das políticas públicas.

Como importante política pública para a agricultura familiar abrindo portas para várias outras políticas públicas para esta categoria é instituído o Pronaf. Este, enquanto política pública específica para a agricultura familiar surge em meio a um contexto em que o referencial global é o neoliberalismo e que toda a atenção do governo federal estava voltada para a inserção da agricultura na economia capitalista.

Picolotto (2011) discute o Pronaf como uma política pública resultante de uma luta dos movimentos sociais do campo, que reivindicavam uma política de crédito possível de ser acessada pelos agricultores de pequeno porte, que eram alijados das até então concedidas, privilegiando o proprietário de grandes áreas rurais. Segundo Grisa (2012), o Pronaf foi resultante dos próprios interesses do governo federal em manter a ordem social no campo e certa influência no sindicalismo dos trabalhadores rurais. Mas, com o Pronaf houve o reconhecimento político e institucional da agricultura familiar enquanto modelo de agricultura, assim como dos seus sujeitos, os agricultores familiares.

Sobre o reconhecimento da agricultura familiar pelo governo federal com a instituição do Pronaf, tal propósito veio numa perspectiva mercadológica a fim de inserir os agricultores familiares no mercado constituindo um marco importante para o reconhecimento da agricultura de base familiar como modelo de produção e também para o reconhecimento do papel dos seus sujeitos, os agricultores familiares, mas para Souza e Barbe (2014), embora o Pronaf tenha como público-alvo esta categoria social e sua importância ser inquestionável, seu desempenho tem sido questionado por não levar em conta as especificidades da agricultura familiar e a diversidade de experiências de produção existentes beneficiando, principalmente, as unidades familiares de produção em melhores condições socioeconômicas

localizadas nas regiões sul e sudeste centradas no cultivo de produtos competitivos no mercado internacional, tais como o milho e a soja.

Para Wanderley (2007), com a criação do Pronaf o Estado brasileiro reconheceu a condição de agricultor e as potencialidades do antes “pequeno produtor” este que era mais visto como pequeno do que como produtor ou “produtor de baixa renda” mais apreendido pela baixa renda do que , mais uma vez, pela condição de produtor. E ainda de acordo com Wanderley, pode-se perceber que foram superados os constrangimentos gerados pela distinção entre agricultores “consolidados”, “em transição” e “periféricos” que no ponto de vista da autora trazia em seu bojo os riscos de reiteração da exclusão social.

A classificação à qual Wanderley refere-se trata da classificação do modelo de produção familiar três subcategorias de unidades de produção, sendo: familiar consolidada (com área de terra média de 50 ha), familiar em transição em “transição” (com área média de 8 ha); e “periférica” (com área média de 2 ha). Classificação com base na qual o documento da FAO/Incrá publicado 1994 propõe como “público alvo” para a construção prioritária de políticas públicas a categoria dos agricultores familiares em “transição”, pois argumenta que “fortalecer e expandir a agricultura familiar significa, antes de tudo, dar respostas às dificuldades que enfrentam os produtores familiares fragilizados” que tem “potencial” para transformarem-se em “empresas familiares viáveis”.

Quanto aos “consolidados”, estes não necessitariam de auxílio público. E os “periféricos”, não sendo viáveis economicamente, só se poderia pensar para eles em políticas sociais de combate a pobreza. Ou seja, argumentava-se pela necessidade prioritária de auxílio aos agricultores familiares em “transição”, pois seriam estes que estavam enfrentando dificuldades, mas tinham condições de dar respostas econômicas caso apoiados com políticas de fortalecimento. A instituição do Pronaf segue esta orientação de criar uma política de auxílio aos agricultores familiares em “transição”, os que poderiam ser viabilizados na produção e assim inseridos nos mercados. O Pronaf contribuiria, portanto para a capitalização e o acesso dos agricultores familiares "em transição" aos mercados tornando-os consolidados.

O Pronaf constitui o principal programa do governo Federal para a garantia, desenvolvimento e perpetuação da agricultura familiar enquanto modelo de agricultura. Carneiro (1997) corrobora com este argumento ao dizer que o Pronaf tem a proposta de fortalecer a agricultura familiar a partir das demandas dos trabalhadores sendo o programa um avanço em relação às políticas anteriores, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares.

Iniciava-se com o Pronaf a construção de um conjunto de medidas orientadas para fortalecer e garantir a produção agrícola dos agricultores familiares. A criação do Seguro da Agricultura Familiar (Seaf) em 2004, do Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar (PGPAF) em 2006 e a retomada da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) pública em anos posteriores reforçariam este cenário.

O Seaf é um seguro específico para os agricultores familiares de todo o Brasil, que contratam o crédito de custeio agrícola do Pronaf, de adesão automática na ocasião de contratação do crédito, cobrindo riscos como: seca, chuva excessiva, granizo, geada, variação brusca de temperatura, ventos fortes, pragas e doenças sem método de controle. Esse seguro possibilita que o agricultor trabalhe com mais segurança em relação aos riscos de ter suas atividades agrícolas afetadas por tais fenômenos. Quando afetado, o seguro contribuirá para a manutenção e recuperação da capacidade produtiva.

O Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar foi instituído pelo Decreto Nº 5.996 de 20 de dezembro de 2006, que no seu art.2 dispõe como seu objetivo: assegurar a remuneração dos custos de produção aos agricultores familiares financiados pelo Pronaf por ocasião da amortização ou da liquidação de suas operações de crédito junto aos agentes financeiros.

Destaca-se ainda em meados da década de 1990, as lutas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) também em um momento de ascensão com acirramento dos conflitos agrários, com destaque para o “Massacre de Corumbiara”, ocorrido em Rondônia em meados de 1995, onde agricultores sem terra e a polícia entraram em confronto, resultando na morte de 10 pessoas. Similar a este, o segundo fato diz respeito ao “Massacre de Eldorado do Carajás”, ocorrido no Pará em 1996, no qual 17 agricultores sem terra foram assassinados, fatos que tiveram grande repercussão nacional e internacional.

Concomitantemente, à continuidade das mobilizações sociais desencadearam o incremento na política de assentamentos de reforma agrária, que havia ganhado um novo ímpeto com a redemocratização e a proposta do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), no início do governo Sarney (1985), mas, logo em seguida, foram enfraquecidos pelas pressões de atores e organizações contrários a este referencial setorial. A criação do Pronaf e o incremento da política de assentamentos de reforma agrária surgem, em certa medida, como resposta às pressões oriundas de várias mobilizações sociais (eventos regionais, Gritos da Terra Brasil, ocupações de terra e acampamentos de reforma agrária).

As políticas agrícolas para a agricultura familiar, instituídas após o Pronaf e a ele, estritamente, vinculadas (Seaf e PGPAF) resultam fundamentalmente das proposições e

negociações entre gestores públicos e os representantes da agricultura familiar, que a partir de 2003 asseguraram mais um canal de diálogo com o governo federal por meio das discussões anuais para definição dos planos safra da agricultura familiar.

Pode-se sinalizar que a adoção de estratégias propositivas do sindicalismo dos trabalhadores rurais em contraposição a uma postura crítica de protestos e reivindicações, até então prevalecente, assim como a pressão social dos movimentos sociais, foram elementos importantes que contribuíram de forma decisiva para a emergência da primeira geração de políticas para a agricultura familiar, baseada em um referencial agrícola e agrário.

### *2.1.2 Políticas Públicas de segunda geração*

Para as políticas públicas de segunda geração, o referencial é o social e assistencial. Na década de 1990 vigorou o referencial global do neoliberalismo, que ganhou repercussão principalmente nos governos Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso.

Para além da desestruturação de instrumentos de políticas públicas importantes, como a extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) em 1990, da liberalização dos mercados e da retirada do Estado na economia (com importantes repercussões na taxa de câmbio e na relação importação/exportação) este referencial global repercutiu nas políticas para a agricultura familiar.

Com a segunda geração é que as políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar passam a focar o referencial social e assistencial. Esta mudança tem seu início no governo de Fernando Henrique Cardoso, com o Programa Comunidade Solidária, e se consolida no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, por meio do Programa Fome Zero, com o programa Bolsa Família como um dos seus destaques.

Em relação à agricultura familiar, o primeiro passo foi a criação da linha Infraestrutura e Serviços Municipais do Pronaf, que visava dar apoio a infraestruturas para os municípios com “a distribuição fundiária mais pulverizada, com menor taxa de urbanização e a mais baixa produtividade agrícola”. As organizações da agricultura familiar começaram a pautar a necessidade de o Pronaf atender a diversidade socioeconômica da agricultura familiar, culminando na criação de grupos e linhas direcionadas aos agricultores mais descapitalizados ou em situação de vulnerabilidade social, a exemplo da criação do

“Pronafinho” em 1997 e do Grupo B<sup>12</sup>, em 1999. Havia a preocupação de que a continuidade das regras e normas inicialmente estabelecidas no Pronaf poderia reproduzir desigualdades expressivas no interior da agricultura familiar. Várias outras políticas públicas também beneficiaram a agricultura familiar, ainda que, não direcionadas exclusivamente a esta categoria, como o Programa Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás, que passaram a se integrar num só programa: o Programa Bolsa Família.

O Programa Fome Zero criado em 2003, no início do Governo Lula, daria um novo impulso a estas ações, às políticas sociais e ao combate à pobreza rural e urbana. Posteriormente, já no governo Dilma Rousseff, estas ações foram retomadas e potencializadas com a criação do Plano Brasil Sem Miséria, seja com o incremento do Programa Bolsa Família, da criação do Brasil Carinhoso e do Programa Bolsa Verde, seja com ações que visam à inclusão socioprodutiva da população rural em pobreza extrema por meio da disponibilização de crédito de fomento a fundo perdido (R\$ 2.400,00/família) para a aquisição de insumos e equipamentos, assistência técnica diferenciada para este público, e doação de sementes e tecnologias da Embrapa para iniciar os processos produtivos.

Orientado pelo referencial social e assistencial é criado o Programa Garantia Safra, voltado ao segmento mais vulnerável desta categoria social, visando garantir renda aos agricultores localizados na região nordeste do País, norte de Minas Gerais, Vale do Mucuri, Vale do Jequitinhonha e norte do Espírito Santo, que sofrerem com a perda de safra por motivos de seca ou excesso de chuvas.

Ainda em 2003, foi criado o Programa de Habitação Rural (PNHR) com o propósito de garantir subsídios financeiros para a aquisição de materiais para a construção ou conclusão/ reforma/ampliação de unidades habitacionais de agricultores familiares e trabalhadores que atendam aos critérios estabelecidos pelo Pronaf. Atualmente, o Programa Nacional de Habitação Rural faz parte do Programa Minha Casa, Minha Vida, criado em 2009, contribuindo para a melhoria de infraestruturas e para o bem-estar das famílias rurais.

Em 2003, foi extinto o Pronaf-Infraestrutura e Serviços Municipais, dando lugar ao Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat), que buscava promover o desenvolvimento, infraestruturas e a gestão de territórios rurais. Os Territórios “despertavam” como um espaço intermediário entre os municípios e os estados, possibilitando a participação da sociedade civil vinculada à agricultura familiar nas decisões de

---

<sup>12</sup>Visando ampliar a participação da diversidade da agricultura familiar no PRONAF, em 1999 teve início a criação de grupos no interior do Programa de acordo com o grau de capitalização dos agricultores familiares e de beneficiários de programas de reforma agrária. O grupo B se refere aos agricultores em maior vulnerabilidade social e corresponde ao microcrédito produtivo rural.

desenvolvimento. Ainda que o Pronat não tenha emergido explicitamente com um viés para combater a pobreza rural, na delimitação dos territórios foram priorizados dentre outros critérios, contextos com maior concentração do público prioritário do MDA (agricultores familiares, assentados da reforma agrária e agricultores beneficiários do reordenamento agrário), portanto com maior intensidade de demanda social – e com Índices de Desenvolvimento Humano reduzido, de modo a priorizar os municípios com menores condições de desenvolvimento. Em 2008, esta perspectiva de atuação via territórios ganhou um novo impulso com a criação do Programa Territórios da Cidadania (PTC) que visava articular e potencializar as ações de um conjunto de políticas públicas em alguns territórios economicamente mais fragilizados.

Nesta segunda geração as reivindicações dos representantes da agricultura familiar, de gestores públicos, estudiosos do mundo rural, representantes do agronegócio, passam a ser pautadas no referencial social e assistencial, requerendo do Estado uma atenção especial aos grupos mais vulneráveis do mundo rural.

Nas últimas duas décadas, as áreas rurais mais empobrecidas do Brasil conheceram melhorias em seus indicadores convencionais de desenvolvimento (incremento de renda, por exemplo) que, talvez, não teriam sido alcançadas apenas por meio das ações agrícolas e agrárias que analisadas na primeira geração de políticas, pautadas apenas no referencial agrícola e agrário.

### *2.1.3 Políticas públicas de terceira geração*

Para discussão desta terceira geração de políticas públicas é importante retomarmos o início da década de 2000, contexto de uma importante mudança política, com Luiz Inácio Lula da Silva assumindo a Presidência da República. O Governo Federal Brasileiro passa de um governo identificado com os princípios do referencial global do neoliberalismo, de uma aliança política com os setores mais conservadores da política nacional, para um governo eleito com o apoio e participação de vários partidos e movimentos sociais situados mais à esquerda do espectro político sem, no entanto, deixar de contemplar ideias e interesses da burguesia bancária, industrial e agrícola nacional.

A mudança de governo do país provoca mudanças importantes nas relações e no papel do Estado e da Sociedade civil, especialmente, quanto ao direcionamento das políticas públicas, na relação com os movimentos sociais e com a sociedade civil. Atores até então

marginais nas arenas públicas tornaram-se dominantes e abriram oportunidades para institucionalização de novas ideias e reivindicações de políticos, estudiosos e movimentos sociais e de organizações da sociedade civil, dentre estes, principalmente daqueles atuantes no tema de segurança alimentar e nutricional.

A luta propondo e disputando políticas públicas pautadas nos referenciais da terceira geração de políticas públicas, vinha desde 1990, mas somente com a mudança política em 2002 que foi possível pautar a construção e a institucionalização das políticas públicas para a agricultura familiar com base em um referencial orientado pela construção de mercados, para a segurança alimentar e a sustentabilidade. Porto *et al.*, (2014) afirma esse argumento ao dizer que o tema da segurança alimentar e nutricional no Brasil começa a ocupar espaço político e forma mais articulada a partir da década de 1990 em decorrência de uma forte mobilização da sociedade civil, que criou o movimento Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida.

Conforme Mielitz (2014), em 1992, depois de quase 5 décadas transcorridas, o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) atualiza a denúncia de Josué de Castro com a publicação do *Mapa da Fome* indicando que 32 milhões de brasileiros de todas as regiões do país não tinham renda suficiente para se alimentar.

Ainda conforme Mielitz (2014), em 1993, uma frente de lideranças populares, esta conforme Porto *et al.* (2014) representada por Lula, articulador do governo paralelo (Instituto cidadania), apresentou ao então presidente da República Itamar Franco uma proposta de implantação de um Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a qual previa a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), que foi acolhida e o Consea criado, funcionando até 1994. Na primeira gestão do governo de Fernando Henrique Cardoso, o Consea foi substituído pelo Programa Comunidade Solidária.

No governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tais atores encontraram possibilidades para institucionalização de suas ideias, o que não foi possível no governo de Fernando Henrique Cardoso e muito menos no Governo Militar. No Governo Lula, os temas da fome e da segurança alimentar e nutricional ganharam novo ímpeto. Houve o restabelecimento do Consea, foi criado o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (Mesa), à frente deste, o ministro Professor José Graziano da Silva, que teve papel decisivo na formalização e implementação do Programa Fome Zero.

Como uma das ações estruturantes do Programa Fome Zero (PAA), foi criado o Programa de Aquisição de Alimentos elemento fundamental neste processo, abrindo oportunidades para a construção de novas ações. O rompimento de barreiras institucionais,



como a lei de licitações, fez com que o PAA desencadeasse uma nova trajetória para os mercados institucionais para a agricultura familiar fortalecida em 2009 com a mudança no Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e a criação da lei nº 11947 que determinou que no mínimo 30% dos recursos federais para a alimentação escolar sejam destinados para a aquisição de alimentos da agricultura familiar. Estas ações do PAA e do Pnae têm contribuído para a valorização da população local (ecológica, regional, orgânica) e têm ressignificado os produtos da agricultura familiar promovendo novos atributos de qualidade para tais, associados, por exemplo, à justiça social, equidade, artesanidade, cultura, tradição, etc.

Ainda, sobre as políticas públicas da terceira geração, é importante relatar o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) visando estimular a produção e compra de oleaginosas da agricultura familiar com o MDA atribuindo selo de “Combustível social” ao produtor de biodiesel que adquirir matéria prima e assegurar assistência técnica aos agricultores familiares beneficiando-se em contrapartida de financiamentos e incentivos comerciais e fiscais. A criação da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) em 2008 para os produtos da sociobiodiversidade (PGPM-BIO) garantindo um atendimento especializado para os extrativistas, no interior da PGPM instituída ainda em 1945.

Concomitantemente a estas iniciativas, foram incrementadas ações direcionadas à agregação de valor, com o apoio às agroindústrias (promoção, infraestruturas, crédito, etc); os aprimoramentos nos instrumentos de fiscalização da sanidade agropecuária (Sistema de Inspeção municipal, estadual, federal e sistema unificado de atenção à sanidade agropecuária); a criação de selos de diferenciação (selo da identificação da participação da agricultura familiar, selo Quilombos do Brasil, Indicações geográficas) e a ampliação dos mecanismos de certificação, com destaque para a certificação orgânica também viabilizada por meio de sistemas participativos de garantia.

A terceira geração de políticas públicas para a agricultura familiar contou com participação de atores vinculados ao debate da segurança alimentar e nutricional, o Consea, assim como de organizações agroecológicas, entidades da agricultura familiar, gestores públicos e estudiosos da agricultura familiar, segurança e abastecimento alimentar. A participação destes novos atores e ideias nas arenas públicas provocou certo redirecionamento das políticas públicas para a construção de mercados vinculados à segurança alimentar e à sustentabilidade, sem deixar de ser igualmente importante a atuação destes atores para a afirmação política da categoria social e edificação das demais políticas públicas citadas.

Da primeira para a segunda geração de políticas públicas para a agricultura familiar, observa-se a mudança nos referenciais, passando do agrícola e agrário para o

assistencial e social, este somando-se à perspectiva mercadológica das políticas públicas da primeira geração, para atender aos sujeitos do meio rural, que até então só eram vistos pelos movimentos sociais e consistia numa das principais pautas das reivindicações destes. Já em relação às mudanças ocorridas na segunda e na terceira geração pode-se dizer que houve uma reafirmação do referencial social e assistencial e não uma mudança brusca de referencial como ocorreu da primeira para a segunda. As últimas mudanças tiveram origem ainda na década de 1990 com um número progressivo de políticas públicas e programas passando a envolver, nas fases de formulação e de operacionalização, parcerias com organizações da sociedade civil, o que se pode denominar de cogestão nas políticas públicas. Tais mudanças contribuíram para reafirmação do referencial social e assistencial, para a criação de novas figuras jurídicas, como “novas” organizações sociais, assim como de organizações da sociedade civil de interesse público, e também para o crescente volume de recursos públicos transferidos para tais organizações.

Vários outros programas constituem exemplo de ações no campo das políticas públicas de desenvolvimento rural, que aproximaram o Estado e organizações sociais na execução dos programas, tais como o Programa Lumiar (1997), um milhão de cisternas (2003), o PAA, o PNHR (2003), o Pnae e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater).

O elemento que se destaca nos anos recentes de gestão pública e que difere esta terceira geração de políticas públicas das demais é a maior proximidade entre Estado e Organizações da sociedade civil na formulação e na cogestão das políticas públicas. É importante ressaltar que a mudança de uma geração para outra não aboliu o referencial condicionante de cada uma e sim a integração de novos referenciais. Observa-se, ao analisar o referencial construção de mercados para segurança alimentar e sustentabilidade ambiental, que o viés social permanece e é reafirmado, mantendo-se também a perspectiva mercadológica e de inserção dos agricultores familiares no mercado, uma das proposições desde a instituição do Pronaf.

## **2.2 O Programa de Aquisição de Alimentos como uma política pública para a agricultura familiar**

Após a instituição do Programa Fome Zero criado em 2003, pautado nos princípios do referencial da terceira geração de políticas públicas para a agricultura familiar, as

ações governamentais passaram a ser implementadas, visando ao combate à miséria e à pobreza extrema, além de criar um canal de consumo para a produção dos agricultores familiares, contribuindo desta forma para a melhoria da qualidade de vida e permanência destes no campo. O PAA, uma das ações estruturantes do Programa Fome Zero, é uma das políticas públicas da terceira geração e em torno desta política será a discussão deste tópico.

O Programa Fome Zero partiu da premissa do direito humano à alimentação e do diagnóstico de que este não estava sendo efetivado em razão da insuficiência da demanda, da incompatibilidade dos preços dos alimentos com o poder aquisitivo da maioria da população e da exclusão da população pobre do mercado (GRISA & SCHENEIDER, 2014). Tal programa foi criado a fim de alterar este cenário, propondo um conjunto de políticas estruturais visando na renda e o aumento da oferta de alimentos básicos, ou seja, mudanças na “ponta” da produção e conferindo prioridade à agricultura familiar, e na “ponta” do consumo, articulando-as.

O Programa Fome Zero foi um marco no novo contexto de políticas sociais no Brasil. Por meio deste programa iniciou-se a implementação da proposta Fome Zero, sob a coordenação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, sendo um dos seus propósitos, a implementação de instrumentos da política de segurança alimentar com destaque para a criação do Programa Cartão Alimentação, para compra de alimentos por famílias carentes e o PAA, como uma de suas ações estruturantes, concretizando os referenciais da terceira geração de políticas públicas para a agricultura familiar.

O PAA foi instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696 de 2 de julho de 2003 e regulamentado pelo Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012 e suas alterações, como uma política pública para incentivar a agricultura familiar, promover a inclusão social no campo e garantir alimento às populações em situação de insegurança alimentar, por meio da compra da produção da agricultura familiar (MDS, 2003).

As finalidades do PAA são: o incentivo à agricultura familiar e ao consumo de alimentos produzidos por ela, a promoção do acesso à alimentação às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais, a constituição de estoques públicos, bem como o estímulo ao cooperativismo e associativismo. O PAA integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) quando se alia à diretriz da promoção da intersectorialidade das políticas, programas e ações governamentais e não governamentais. Essa diretriz alinha-se, primordialmente, à garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável (CONAB, 2018).

Uma das principais diferenciações do PAA em relação a outras formas de compras públicas sustentáveis é a dispensa de licitação. O processo licitatório é obrigatório para compras públicas, conforme disposição prevista no Artigo 37, inc. XXI, da Constituição Federal Brasileira, “ressalvados os casos especificados na legislação”. A lei que criou o PAA determinou a dispensa de licitação para as aquisições feitas pelo programa desde que os preços praticados não sejam superiores aos dos mercados regionais. A dispensa de licitação diminui as exigências burocráticas, viabilizando o acesso dos pequenos agricultores ao programa (SAMBUICHI, 2014).

O PAA é executado em várias modalidades conforme o Quadro 2: Compra Direta - CD; Apoio a Formação de Estoque – AFE; Compra com Doação Simultânea – CDS; Incentivo à Produção e ao Consumo do Leite (PAA– Leite) e Compra Institucional - CI.

**Quadro 2 - Modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos, por descrição e limite de recurso financeiro - Brasil, 2014**

Modalidade	Descrição	Limite
CD - Compra Direta	Destina-se a aquisição de alimentos aos produtores agrários familiares, em situação de baixa do preço ou em virtude da necessidade de satisfazer as demandas alimentares das populações em condições de insegurança alimentar.	R\$8.000,00 /agricultor/ano
AFE – Apoio à formação de Estoque	Prevê a criação de estoques entre os produtores associados com objetivo de armazenar a produção e comercialização em condições mais favoráveis.	R\$8.000,00/agricultor/ano. Por organização fornecedora, o limite é de 1.500.000 R\$/ano respeitando-se os limites por unidade familiar.
CDS – Doação com doação Simultânea	Compra de produtos dos agricultores e doação a entidades integrantes das redes sociais e assistenciais locais.	R\$6.500,00 /agricultor/ano
IPCL (Incentivo à produção e consumo de leite)	Incentivo à produção de leite nas explorações familiares e propiciando o consumo a famílias em situação de insegurança alimentar	R\$4.000,00/agricultor/semestre.
CI-Compra Institucional	Destinada a atender demandas regulares de consumo de alimentos por parte da União Federal, os estados federados, o Distrito Federal e os municípios.	R\$8.000,00/agricultor/ano.

Fonte: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2014. (Dados consolidados).

O PAA foi desenvolvido originalmente com recursos do MDS e do MDA e opera em parceria com a Conab ou mediante convênios firmados com governos estaduais e municipais. A principal modalidade do programa, a compra com doação simultânea, que concentra a maior proporção de agricultores fornecedores, vinha tendo a Conab como sua mais importante entidade operadora. A participação dos agricultores sob essa modalidade condiciona-se à vinculação destes a uma associação ou cooperativa, medida que, visando

assegurar escala e variedade da produção, promovia a auto-organização dos agricultores (VALADARES & SOUZA, 2015).

Valadares e Souza (2015) argumentam que, em 2010, com o lançamento do Plano Brasil Sem Miséria, o PAA incorporou a incumbência de promover a inclusão produtiva de agricultores rurais em situação de extrema pobreza.

A modalidade compra com doação simultânea operada pela Conab foi, a partir de então, considerada o principal instrumento de realização desse objetivo e entre 2011 e 2012 teve crescimento compatível com tal expectativa. Entre 2012 e 2013, o PAA passou por um conjunto de mudanças institucionais e normativas que tenderam a reduzir o papel da Conab no programa e conferir maior centralidade estratégica às modalidades estaduais e municipais de adesão dos agricultores. Tais mudanças coincidiram com a ampliação do protagonismo do MDS na gestão e financiamento do programa, ocorrendo assim a retirada do MDA de suas funções.

De 2012 para 2013, o PAA sofreu um acentuado decréscimo em todas suas modalidades, com uma redução de 49,8% no número total de agricultores familiares que participam como beneficiários fornecedores do programa, estes, que em 2012 eram 192,4 mil passa para 96,5 mil em 2013.

A queda nos recursos investidos foi de 47,2%, passando de R\$ 839,2 milhões em 2012 para R\$ 442,7 milhões em 2013. Mas esta redução concentrou fortemente nas modalidades operadas pela Conab, cujos recursos tiveram uma redução de 62%, passando de R\$ 586,6 milhões em 2012 para R\$ 224,5 milhões em 2013, com consequente redução no número de fornecedores, passando de 128,2 mil em 2012 para 40,8 mil em 2013.

Na Tabela 12 estão os dados que representam a evolução dos recursos orçamentários, por região, oriundos da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS) na aquisição de produtos do ano de 2003 até 2017.

Observa-se que as regiões Norte e Nordeste somam 56% na execução dos recursos, isso porque tais regiões foram elencadas como prioritárias para recebimento dos recursos em consonância com as deliberações do GGPAA (CONAB, 2018).

Pelos dados da Tabela 12 depois das regiões norte e nordeste, o sul é a região que apresenta o maior valor de recursos aplicados no PAA, isso pode ter sido promovido pela elevação gradual de fornecimento de produtos orgânicos, segundo Galindo *et al.*, (2014) a região Sul foi a que apresentou os maiores montantes de compra de produtos orgânicos pelo PAA, em 2009 a região Sul recebeu 55,5% dos valores aplicados nesses produtos e esse

percentual foi subindo ao longo do período, chegando a 68,9% em 2012, com participação sempre crescente ao longo dos anos. Pelos dados da Tabela 12 observa-se é a redução significativa de recursos aplicados no PAA em todas as regiões, iniciando em 2012.

**Tabela 12 - PAA, recursos aplicados na aquisição de produtos de 2003 a 2017 (Sead e MDS) por regiões do Brasil**

Ano	Valor (R\$)					Total
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
2003	12.238.974	31.672.408	12.386.912	7.603.665	17.639.249	81.541.207
2004	3.386.094	42.307.978	28.391.528	8.903.396	24.196.831	107.185.826
2005	5.538.352	34.745.917	16.149.222	13.876.678	42.481.492	112.791.660
2006	10.045.899	54.857.717	17.812.507	32.440.707	85.510.564	200.667.394
2007	8.706.953	56.116.343	18.799.859	42.080.968	102.648.840	228.352.963
2008	9.893.516	80.838.353	15.679.112	73.486.284	93.032.175	272.929.439
2009	13.225.303	102.830.480	15.549.939	78.842.348	153.516.158	363.964.228
2010	21.400.943	121.858.906	28.348.787	79.151.714	128.975.115	379.735.466
2011	32.025.103	153.674.198	29.386.137	111.741.509	124.209.257	451.036.204
2012	43.282.942	154.904.344	36.045.217	131.776.716	220.557.912	586.567.131
2013	24.075.247	66.487.273	22.938.796	67.812.376	43.203.433	224.517.124
2014	31.155.531	79.992.989	37.860.917	128.709.065	60.286.440	338.004.942
2015	29.589.161	92.549.198	33.399.258	77.902.561	54.075.037	287.515.216
2016	17.187.827	88.470.743	27.873.958	41.313.390	22.730.799	197.576.718
2017	8.858.337	48.870.701	20.628.993	19.644.592	26.705.879	124.708.502
<b>TOTAL</b>	<b>270.610.181</b>	<b>1.210.177.548</b>	<b>361.251.143</b>	<b>915.285.968</b>	<b>1.199.769.182</b>	<b>3.957.094.022</b>

Fonte: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO, 2018.

Esta redução nos recursos também ocorreu no município de Datas-MG, o valor proposto para o PAA executado pela Conab entre 2012 e 2014 foi de 157500,00(MDA, 2015), enquanto para o ano de 2018, foram destinados apenas R\$ 91000,00.

Valadares e Souza (2015) atribuem esta redução ao baixo desempenho do PAA de 2012 para 2013 ao processo de redefinição de estratégias de atuação do MDS no programa, com a substituição do modelo de convênio pelo modelo centrado nos termos de adesão, celebrados entre o MDS e administrações estaduais e municipais. Para estes autores, tais mudanças tendem a promover formas de participação individualizada dos beneficiários fornecedores e a retirar o protagonismo de cooperativas e associações, mas por outro lado, podem mostrar-se eficazes no alcance de agricultores isolados e não cooperativados em municípios pequenos e afastados das capitais. Por meio do termo de adesão, mediante articulação com as prefeituras, o programa ganha mais capilaridade e isso decorre das diretrizes estratégicas do Plano Brasil Sem Miséria.

Heling *et al.*,(2017) no MS, investigando a atuação operacional do PAA, modalidade compra com doação simultânea, entre 2012 à 2017, cujos dados estão na Tabela 13, argumenta que a redução existente no período de 2012 a 2015 se dá principalmente em

relação à intervenção investigativa realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a execução do PAA, apontando para existência de possíveis irregularidades em aproximadamente 7% (sete por cento) dos projetos analisados e demandando ao conselho gestor e a entidade executora do PAA a apresentação de “ajustes” nos normativos de acesso ao programa pelos agricultores familiares e suas organizações e a adoção de ações mais eficazes de fiscalização, monitoramento e avaliação sobre os projetos contratados, tanto nas entidades fornecedoras quanto nas entidades receptoras.

Ainda, segundo Heling *et al.*, (2017), em 2016 e 2017, aliado a burocratização do acesso ao Programa estabelecida pelo novo termo de cooperação entre MDS e a Conab para o exercício 2016 à 2019, e com base ao relatório 646/2017 do TCU, a redução da efetividade do PAA se dá principalmente devido ao contingenciamento do orçamento do programa realizado pelo Governo Temer.

**Tabela 13 - Execução do PAA âmbito Nacional, 2012 a 2017**

Ano	Nº de CPR contratadas Agricultores familiares	Municípios Beneficiados	Entidades consumidoras	Valores Aplicados Modalidade CDS/MDS (R\$ Milhões)	Valor Total Aplicado MDS e MDA (R\$ Milhões)
2012	128.804	1.180	17.988	395,0	586,6
2013	41.412	524	3.742	176,4	224,5
2014	51.228	619	3.968	286,5	338,0
2015	38.794	541	2.829	241,3	287,5
2016	-	-	-	184,0	197,5
2017	-	-	-	38,5	-

Fonte: Heling *et al.*,(2017).

Segundo Heling *et al.*,(2017) o PAA tem passado por período de transição em termos de sua implementação. Segundo tais autores, ainda cabe destacar o corte no repasse financeiro para o PAA, em queda desde o ano de 2015, reflexos da desaceleração econômica e da queda de arrecadação do Governo Federal, ou mesmo na mudança de prioridade na agenda governamental. A título de exemplo, no ano de 2014, a modalidade Compra com Doação Simultânea teve aporte de 285,6 milhões de reais no país e reduziu para 238,3 milhões em 2015,

Pelos dados da Tabela 13 observa-se uma redução significativa no número de municípios beneficiados pelo PAA de 2012 a 2017 e, conseqüentemente, no número de instituições consumidoras em decorrência da redução dos recursos destinados ao programa.

Ainda, segundo Heling *et al.*, (2017), no estado de Mato Grosso do Sul, o PAA vem apresentando sinais de enfraquecimento da efetividade e alcance dos princípios originais do programa, em virtude à conjuntura nacional.

Sinais estes que se tornam visíveis, sobre a redução do número de projetos contratados, menor número de agricultores familiares beneficiários, e principalmente um nítido contingenciamento de recurso no período de 2016 e 2017.

Considerando todas as modalidades, no PAA executado pela Conab, os agricultores familiares como beneficiários fornecedores, no ano de 2017, totalizaram 18.688 em todo o Brasil, distribuídos em mais de 2700 municípios, entre 2003 e 2017 (CONAB, 2017). Os valores utilizados nas modalidades operacionalizadas pela Conab possibilitaram a comercialização de 44.407 toneladas de alimentos produzidos por 18.688 agricultores familiares organizados em cooperativas ou associações que apresentaram 843 projetos. (CONAB, 2018).

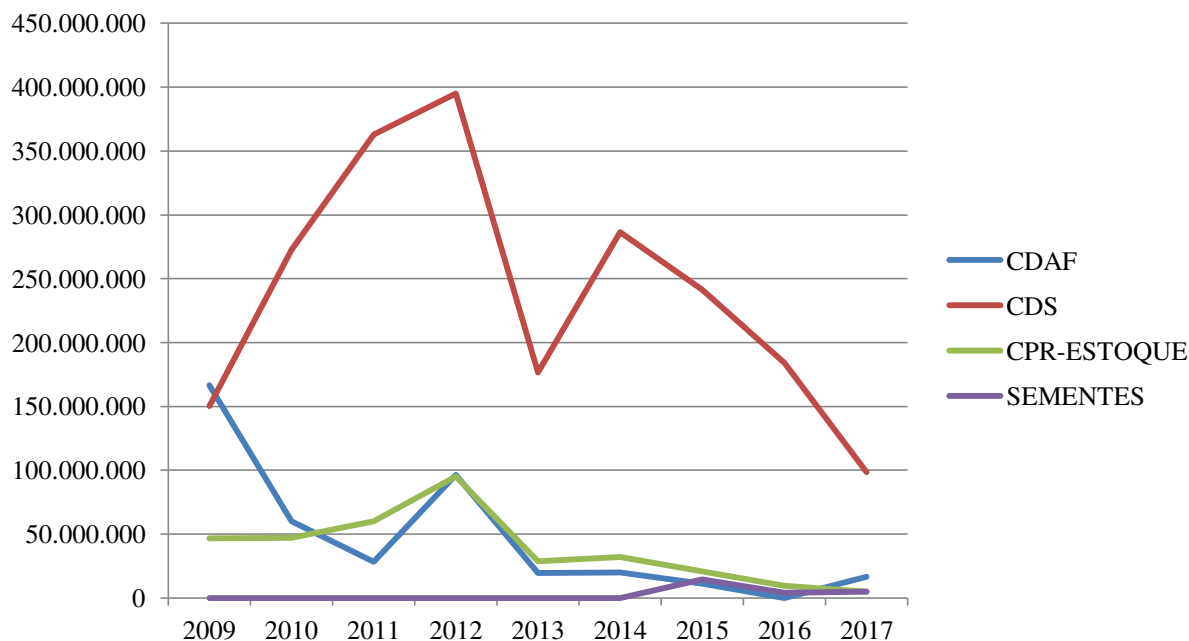
O montante de recursos provenientes da Sead e do MDS repassados à Conab totalizou R\$ 124.708.501,88 em 2017. Eles foram distribuídos entre as modalidades Compra com doação simultânea (CDS): R\$ 98.220.665,84, aquisição de sementes: R\$ 5.015.546,32, Compra Direta da Agricultura Familiar (Cdaf): R\$ 16.619.105,34, Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (AFE - Estoque): R\$ 4.853.184,39 e recursos que envolvem a operacionalização do Programa: R\$ 980.245,34, além das despesas com impostos (CONAB, 2018). Observa-se que o maior valor de recursos foi destinado à modalidade compra com doação simultânea.

Pelos dados o Gráfico 3 observa-se que o melhor desempenho do PAA está concentrado na modalidade CDS operacionalizado com recursos do MDS.

O melhor desempenho desta modalidade em relação às demais deve-se ao seu desenho e às suas características, ao possibilitar a comercialização de produtos característicos da agricultura familiar, como hortaliças, frutas, doces, biscoitos caseiros, dentre outros, que são adquiridos por meio de organizações fornecedoras e entregues às unidades receptoras (CONAB, 2018).



**Gráfico 3- Evolução das modalidades do PAA de 2009 a 2017 (R\$) no Brasil**



Fonte: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO, 2018. (Dados consolidados).

Partindo de uma concepção intersetorial de segurança alimentar e nutricional, o PAA contempla tanto as demandas de acesso aos alimentos das populações em situação de insegurança alimentar como as necessidades dos agricultores familiares de conseguir mercados para seus produtos (GRISA *et al.*, 2011).

Os beneficiários fornecedores do PAA são os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais, que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006 e suas alterações, conforme esse artigo considera-se agricultor e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) Módulos Fiscais; utilize, predominantemente, mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo poder executivo; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

São também beneficiários da referida lei, silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas

nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m<sup>3</sup> (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede; extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do referido artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural excluídos os garimpeiros e faiscaidores; pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente; povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do art. 3º; integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º (MDS, 2014).

Para esses beneficiários fornecedores, é exigido ter produção própria de alimentos e comercializá-la diretamente para o Programa, mediante a apresentação da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar - Pronaf - DAP<sup>13</sup> pessoa física, ou fazê-lo por meio de uma organização fornecedora, como cooperativas e outras organizações formalmente constituídas como pessoa jurídica de direito privado e que detenham a Declaração de aptidão ao programa nacional de agricultura familiar - Pronaf - DAP Especial Pessoa Jurídica(MDS, 2014).

Os beneficiários fornecedores podem ser enquadrados nos grupos de DAP B ou no grupo DAP Variável (PORTARIA Nº 523, DE 24 DE AGOSTO DE 2018):DAP Grupo B Enquadramento conforme Conselho Monetário Nacional (CMN): Agricultores(as) familiares com renda de até R\$23 mil; DAP Grupo Variável (V) – Enquadramento conforme Conselho Monetário Nacional (CMN): Agricultores(as) familiares com renda de até R\$415 mil.Conforme descrito no manual operativo MDS de 2014, o PAA é um programa de compras locais, com circuitos curtos de comercialização. Assim, a Unidade Executora<sup>14</sup> deve adquirir produtos de beneficiários fornecedores que residam em seu território.

---

<sup>13</sup>DAP é o instrumento utilizado para identificar e qualificar as unidades familiares de produção rural e suas formas associativas e organizativas em pessoas jurídicas. A renda de enquadramento para os agricultores familiares do grupo B é de até R\$ 20000,00(vinte mil reais) e os demais agricultores familiares com renda superior a R\$ 20000,00(vinte mil reais) e inferiores a R\$360000,00(trezentos e sessenta mil reais)(MDA, 2014)

<sup>14</sup>Unidade Executora do PAA: órgão ou entidade da administração pública estadual, do Distrito Federal ou municipal, direta ou indireta, e consórcio público, que celebre Termo de Adesão ou convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab e órgão ou entidade da administração pública federal que celebre termo de cooperação com o MDS

Em casos excepcionais, visando atender a demanda de alimentos, cuja produção não há no município, é possível adquirir produtos de agricultores sediados em outras localidades.

No entanto, obrigatoriamente, a Unidade Executora deve seguir as seguintes prioridades: adquirir os alimentos de produtores do próprio município que aderiu ao PAA; priorizar os agricultores pertencentes aos públicos prioritários (mulheres, povos e comunidades tradicionais, assentados, quilombolas e indígenas).

Caso se queira adquirir produtos de produtores que não sejam do próprio município, devem ser priorizados municípios vizinhos, território, região, estado e, excepcionalmente, produtores de outros estados. Se a situação predominante for a última citada, ou seja, os agricultores não pertencem ao próprio município, deve ser encaminhado ofício ao MDS com justificativa, que pode ou não ser aceita. Para análise, a Instância de Controle Social do ente federativo deve manifestar-se favorável ou não. No caso de compras estaduais, da mesma forma, devem ser priorizados os agricultores da unidade federativa (MDS, 2014).

Ainda, no âmbito das pactuações anuais realizadas para a operação da modalidade Compra com Doação Simultânea, são estabelecidos como parâmetros de execução as inclusões de beneficiários fornecedores prioritários. Sendo assim, sempre que possível, devem ser realizadas as aquisições desses beneficiários fornecedores do Brasil sem Miséria: agricultores inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico<sup>15</sup>, assentados, indígenas e quilombolas e povos e comunidades tradicionais; das mulheres e de produtores de alimentos orgânicos ou agroecológicos (MDS, 2014).

A partir do ano de 2011, para acessar o PAA, adotou-se como critério de priorização na seleção e execução a participação mínima de 40% de mulheres como beneficiárias fornecedoras na modalidade CDS e 30% na modalidade CPR Estoque, de acordo com a Resolução do Grupo gestor do PAA (GGPAA) nº 44, de 16 de agosto de 2011.

Para integração destes beneficiários fornecedores prioritários, recomenda-se a “busca ativa” dos públicos prioritários citados acima, auxiliando na obtenção da documentação necessária para participar do PAA (CPF e DAP), proporcionando a organização da sua produção, entre outras atividades necessárias para a inclusão produtiva

---

<sup>15</sup>O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras.

destes públicos. Em se tratando ainda da modalidade Compra com Doação Simultânea, deve ser respeitado o percentual mínimo de 40% (quarenta por cento) de mulheres e do público do Brasil sem miséria e também buscar a ampliação da participação de beneficiários fornecedores de produtos orgânicos e agroecológicos. Atualmente a meta é de 5% desse tipo de beneficiário fornecedor (MDS, 2014).

O processo de seleção dos fornecedores deve ser público e transparente, sendo que os procedimentos e critérios a serem utilizados devem ser apresentados e discutidos com a instância de controle social. Sempre que se tratar de públicos prioritários, estes devem deter a preferência de participação no Programa, pelo menos até o alcance das respectivas metas.

É fundamental identificar os produtos que podem ser fornecidos ao PAA por esses beneficiários, produtos que sejam compatíveis com as demandas das ações de alimentação e nutrição empreendidas nas áreas de atuação da Unidade Executora.

Cabe destacar que, em que pese à importância da inclusão do público prioritário fornecedor, é importante verificar se os alimentos fornecidos são de produção própria e se atendem a parâmetros de qualidade.

Depois de selecionados os beneficiários fornecedores prioritários o recomendado é que, identificando demanda por alimentos que não será suprida por tais, realizar um chamamento para os demais fornecedores do município, por exemplo, por edital de seleção. Se considerado conveniente, em longo prazo, a assistência técnica poderá propor e orientar os agricultores para uma produção que atenda à demanda de alimentos das Unidades Receptoras (MDS, 2014).

Para o cadastro dos fornecedores a maior parte das informações dos beneficiários já está disponibilizada no sistema, a partir de informações previamente cadastradas no banco de dados da DAP.

Neste sentido, é importante que também se tenha o número de referência deste segundo documento. A partir da aprovação da proposta pelo MDS, as informações de cadastro dos fornecedores (nome completo, CPF, nome da mãe e data de nascimento) são encaminhadas para o Banco do Brasil para a geração de cartões de beneficiário fornecedor do PAA, e posterior pagamento.

Uma vez cadastrado o beneficiário fornecedor, deve ser realizada a confecção do termo de compromisso, que deve ser impresso em duas vias e assinado pelo fornecedor e pelo representante da Unidade Executora, sugere-se que o mesmo seja assinado pelo beneficiário fornecedor tão logo a proposta de participação seja aprovada pelo MDS (MDS, 2014).

Quanto ao outro público beneficiário, famílias consumidoras, a seleção é realizada pelo Cras, que é também a entidade receptora dos alimentos e que também repassa às famílias. O Cras é a porta de entrada da Assistência Social. É um local público, localizado prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social, onde são oferecidos os serviços de Assistência Social, com o objetivo de fortalecer a convivência com a família e com a comunidade.

A partir do adequado conhecimento do território, o Cras promove a organização e articulação das unidades da rede socioassistencial e de outras políticas. Assim, possibilita o acesso da população aos serviços, benefícios e projetos de assistência social, se tornando uma referência para a população local e para os serviços setoriais.

O Cras oferta o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). No Cras, os cidadãos também são orientados sobre os benefícios assistenciais e podem ser inscritos no CadÚnico (MDS, 2015).

São tipos de entidades a serem beneficiadas no âmbito da modalidade Compra com Doação Simultânea, define-se: I - Beneficiários Consumidores: indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional e aqueles atendidos pela rede socioassistencial, pelos equipamentos de alimentação e nutrição, pelas demais ações de alimentação e nutrição financiadas pelo Poder Público e em condições específicas definidas pelo GGPAA, pela rede pública e filantrópica de ensino (Decreto nº 7.775/12 art. 4º, inciso I); II - Unidade Receptora: organização formalmente constituída, contemplada na proposta de participação pela Unidade Executora, que recebe os alimentos e os fornece aos beneficiários consumidores (Resolução nº 59 de 10 de julho de 2013, art. 3º, inciso I).

O processo de escolha das entidades que podem vir a ser unidades receptoras dos alimentos do PAA ocorre por meio de chamada pública ou outros meios de divulgação, sendo priorizadas são as que servem refeições regularmente e que atendem públicos prioritários em situação de insegurança alimentar, como: indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social; famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e famílias inscritas no CadÚnico; gestantes/nutrizes e crianças; pessoas portadoras de necessidades especiais; povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, etc.); pessoas em situação de violência (abuso ou exploração sexual, violência doméstica, etc.); usuários de substâncias psicoativas (dependência química); pessoas e famílias atingidas por situações de emergência ou calamidade pública (MDS, 2014).

Com relação às possibilidades de destino dos alimentos recomenda-se que, de acordo com as diferentes situações, sejam considerados alguns aspectos quando do atendimento: consumo de pessoas ou famílias em situação de vulnerabilidade social ou insegurança alimentar e nutricional.

Nesse caso, quando os alimentos são direcionados na forma de “cestas de alimentos”, sugere-se que sejam observados alguns requisitos: que a instância de controle social do Programa no município se manifeste se está de acordo com esse tipo de atendimento; que as famílias atendidas estejam inscritas no CadÚnico de Políticas Sociais do Governo Federal.

A fim de uma gestão transparente, é recomendado que Unidade Executora ou a Unidade Receptora, que fizer a distribuição de alimentos faça o registro dos beneficiários fornecedores com informações como: dados da pessoa responsável pela retirada dos alimentos (nome, CPF e NIS<sup>16</sup>), relação dos alimentos recebidos, data e local da entrega, assinatura do responsável pela retirada e pela entrega dos alimentos. Esses relatórios devem ser arquivados para futuras fiscalizações (MDS, 2014).

Os aspectos relativos à execução do PAA no município de Datas, quanto à atuação das instituições gestoras e à participação dos beneficiários fornecedores e dos beneficiários consumidores, serão tratados no capítulo a seguir.

---

<sup>16</sup> Número de identificação social

### **3 O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS EM DATAS-MG**

Neste capítulo abordam-se os aspectos relativos à execução do PAA no município de Datas no que diz respeito à atuação das instituições gestoras locais, características dos beneficiários fornecedores e dos beneficiários consumidores.

O PAA modalidade Compra com Doação Simultânea é executado no município de Datas centrado no termo de adesão, celebrado entre o MDS e a administração municipal, possibilita os beneficiários fornecedores participarem individualmente e não por meio de associações ou cooperativas. Nesta modalidade compra com doação simultânea há dois tipos de beneficiários, os fornecedores e os consumidores. No município de Datas aqueles são 18 agricultores familiares, e estes são 164 famílias em situação de vulnerabilidade social.

A execução do PAA no município de Datas dá-se com a participação de instituições gestoras locais: Emater-MG, prefeitura municipal por meio do banco de alimentos, este instituído para recepção dos produtos e do Cras; de instituição gestora estadual, a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agrário (Seda) e do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) como instituição gestora em âmbito federal. Sobre a atuação das instituições gestoras locais, Emater-MG e Cras, esta atua na esfera dos beneficiários consumidores, e aquela, na esfera dos beneficiários fornecedores.

#### **3.1 Execução do Programa**

##### *3.1.1 Instituição gestora: Emater-MG*

O cadastramento dos agricultores para participarem do programa como beneficiários fornecedores é uma atribuição da Emater-MG. Para obter dados relativos à execução do Programa quanto à atuação desta instituição, foi submetido questionário ao extensionista agropecuário do escritório local da empresa no município de Datas. Os questionamentos foram em relação ao funcionamento do Programa, quem o administra, como foram integrados os agricultores participantes, qual requisito exigidos, como é determinado o preço dos produtos fornecidos pelos agricultores, como são definidos os tipos de produtos a serem fornecidos por cada agricultor, qual o procedimento do pagamento dos produtos, como se dá a logística de entrega dos produtos pelos agricultores, onde ocorre a distribuição dos produtos, qual o transporte utilizado pelos agricultores para levar os produtos até o local de

entrega, quantos agricultores estão cadastrados, quantos estão efetivamente entregando os produtos, de quais comunidades estes agricultores são, distância da localização destes em relação ao ponto de entrega, quantas comunidades há no município, quais os produtos fornecidos pelos agricultores, quais as principais dificuldades encontradas pela instituição na execução do programa, quais são as dificuldades encontradas para a aquisição dos produtos da agricultura familiar, de que forma estão dificuldades são enfrentadas e por fim, quais os pontos positivos e avanços do programa para o município.

Para identificação dos agricultores interessados em participar do programa, foram realizadas reuniões nas associações comunitárias das comunidades, ocasião em que os agricultores fizeram a relação dos alimentos que teriam condições de fornecer para o programa. Para a integração destes como fornecedores para o programa os seguintes requisitos foram observados: ser agricultor e possuir DAP, estar cadastrado no CadÚnico do município, possuir cartão do produtor rural para emissão da nota fiscal, ter baixa renda *per capita*. Desta forma, foram cadastrados 28 agricultores localizados em 7 comunidades dentre as 12 principais do município, as quais são: comunidade de Cachimbo, Palmital, Taquara, Vargem do Basto, Cubas, Tombadouro e Santa Cruz, estas localizadas a uma distância de 5,0 a 32,0 KM da sede do município (Anexo F), onde ocorre a entrega dos produtos. Sendo Cachimbo a comunidade mais próxima do município e Tombadouro, a mais distante. Dos 28 agricultores cadastrados apenas 18 forneceram para o programa.

Sobre a definição dos produtos a serem fornecidos, esta é de responsabilidade dos agricultores, já que estes definem os produtos que interessa e tem condição de fornecer para programa, podendo cada um entregar até o valor máximo de R\$ 6500,00 por ano, sendo o valor dos produtos fornecidos depositado pelo MDS, diretamente na conta do agricultor após a emissão da nota fiscal.

Em relação à entrega dos produtos, esta ocorre semanalmente, individualmente, em local definido pelo gestor municipal do programa. No caso deste município as entregas, em 2018 ocorriam no Cras e a partir de 2019 passaram a ocorrer no espaço em que ocorre a feira do agricultor. Para que estes produtos cheguem até o Cras, a prefeitura disponibiliza um caminhão para alguns agricultores enquanto outros utilizam o transporte escolar municipal.

Quanto aos preços dos produtos, esses são estabelecidos pelo gestor estadual do Programa, que é a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, baseando no preço de mercado. Esta forma de atribuição de preços aos produtos, mercado constitui uma vantagem e benefício aos agricultores.



Para Vogt (2009), esses preços fortalecem a autonomia dos agricultores, uma vez que, antes do PAA, as compras públicas eram realizadas a preços mínimos que estavam, via de regra, defasados ou não refletiam a realidade de mercado. Sambuichi (2014) defende que este novo parâmetro para definição dos preços consiste em uma inovação, já que até então, os preços para aquisição de produtos pela PGPM eram ajustados para um público que opera em grande escala de produção, com definição subjugada ao Conselho Monetário Nacional (CMN) e alterações feitas apenas por decreto.

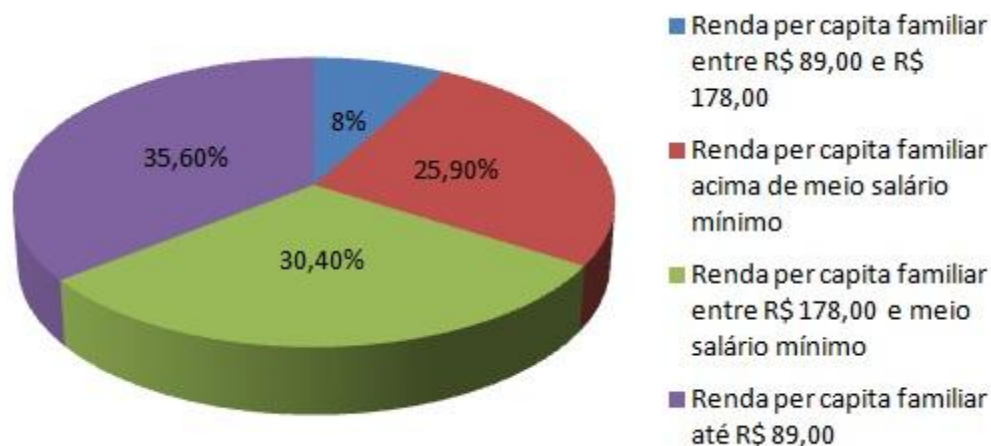
Segundo Delgado *et al.*, (2005) a forma como antes os preços eram estabelecidos eram beneficiados apenas os agricultores que produzem em larga escala e não aos agricultores familiares que produzem em pequena escala. Trabalhar com preços locais possibilita os gestores juntamente com os agricultores familiares fazerem os ajustes conforme as oscilações.

### 3.1.2 Instituição gestora: Cras

Enquanto à Emater-MG cabe selecionar e cadastrar os beneficiários fornecedores, os agricultores, ao Cras cabe selecionar e cadastrar os beneficiários consumidores, as famílias em situação de vulnerabilidade social. Para obtenção de dados relativos à atuação do Cras, na execução do programa, foi submetido questionário ao responsável pelo programa nesta instituição, abordando questões como, quais são os beneficiários consumidores do programa, quantas são as famílias beneficiadas, quais os critérios observados para cadastramentos das famílias, como é realizada a seleção destas famílias, quem administra o programa na esfera da instituição, quem recebe os produtos dos agricultores, com que frequência estes são recebidos, qual o procedimento realizado após a recepção dos produtos, quais as dificuldades encontradas pela instituição na execução do programa, como estas dificuldades são enfrentadas, quais os pontos positivos do programa para as famílias beneficiárias. Sobre as dificuldades e os pontos positivos as discussões serão apresentadas adiante.

No município de Datas há um número grande de famílias que apresentam requisitos para se enquadrarem como beneficiárias consumidoras do PAA, considerando o principal critério, que é estar inscrito no CadÚnico, já que nesta condição há 1536 famílias inscritas, cujo perfil encontra-se no Gráfico 16. Deste total de famílias inscritas a maioria possui renda *per capita* familiar de até R\$ 89,00.

**Gráfico 4 – Perfil das famílias inscritas no Cadastro Único, abril 2019, Datas - MG**



Fonte: MINISTÉRIO DA CIDADANIA, relatório do Cadastro Único, Datas, 2019.(Dados consolidados).

A quantidade de produtos fornecidos pelos agricultores não é suficiente para atender a toda a demanda, desta forma, foi necessária a elaboração da Portaria nº 091 de 28 de junho de 2018 (Anexo D), pela prefeitura do município, estabelecendo critérios de seleção entre os inscritos no CadÚnico, para concessão de benefício eventual alimentício, especificamente, proveniente da distribuição dos alimentos adquiridos pelo Programa de Aquisição de Alimentos.

Tal portaria dispõe no seu art. 1 sobre os critérios a serem observados, os quais são: I - Família cadastrada no Cadastro Único e com dados atualizados; II - Família com doença crônica com necessidade de alimentação especializada; III - Família com membro em situação de desnutrição (mediante encaminhamento da equipe da saúde ou escola).

E ainda sobre os requisitos a serem observados em caso de empate, dispoño que: “Dar-se-á como ordem para desempate: 1º crianças e adolescentes, 2º idosos, 3º adultos; IV - Famílias com crianças de até 12 anos; V - Idosos com faixa etária de 60 a 64 anos; VI - Adolescentes com faixa etária de 13 a 17 anos. E também requisitos a serem observados para atendimento de critérios de prioridade: “Dar-se-á prioridade às adolescentes gestantes e lactantes; VII - Família que teve nos últimos 6 meses, morte ou abandono do provedor familiar; VIII - Grupos familiares com mais de 6 membros na composição familiar; IX - Famílias com nenhum membro inserido no mercado de trabalho (desempregados). Dar-se-á como ordem de desempate: 1º família com maior número de pessoas; 2º moradores de casas alugadas e que não recebem auxílio moradia; 3º maior pontuação no somatório da idade de todos os membros da família.”

Para seleção das famílias o Cras realiza um levantamento de dados submetendo a essas um questionário (Anexo B). Com base nos dados obtidos procede-se com o cadastramento das famílias como beneficiárias consumidoras do PAA, observando os critérios da portaria nº 091, anteriormente mencionada.

Após observação dos critérios, as famílias cadastradas são enquadrados nos grupos, por ordem de prioridade, descritos no Quadro 3. Além da obrigatoriedade de todos os beneficiários apresentarem o critério 1 (inscrição no CadÚnico), para enquadramento nos grupos por ordem de prioridade, critérios específicos são observados, no caso do grupo de prioridade 1, os beneficiários devem apresentar os critérios 2 e 3, para o grupo de prioridade 2, devem apresentar o critério 4, para o grupo de prioridade 3, devem apresentar o critério 5, para o grupo de prioridade 4, devem apresentar o critério 6, no grupo de prioridade 5, são enquadrados os beneficiários que não apresentam os critérios descritos anteriormente e que apresentem pelo menos um dos três últimos critérios, 7, 8 ou 9. Por ordem decrescente de prioridade, os grupos de famílias e quantidade de famílias de cada um estão no Quadro 3. Observa-se que o maior número de famílias encontram-se no grupo 2 “famílias com crianças menores de 12 anos”.

**Quadro 3- Beneficiários consumidores, por grupos de prioridade, critérios para enquadramento e número de famílias, Datas - MG, 2018/2019**

Ordem de prioridade	Grupos de beneficiários	Critérios para enquadramento	Número de famílias	
			2018	2019
1º	Famílias com necessidades nutricionais, pessoas com deficiência ou doença crônica	1, 2 e 3	16	16
2º	Famílias com crianças menores de 12 anos	1 e 4	90	91
3º	Idosos maiores de 60 anos e menores de 65 anos (nascidos de 1958 a 1963)-não aposentados ou beneficiários de Benefício prestação continuada(BPC)	1 e 5	17	17
4º	Famílias com adolescentes entre 12 e 17 anos	1 e 6	3	3
5º	Famílias de baixa renda	1, 7,8 ou 9	10	39
Total	-----	-----	136	164

Fonte: CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL, Datas, 2018/2019 (Dados consolidados)

Internamente, no Cras, o PAA é administrado pela comissão de gestão do benefício eventual. A nível externo é administrado pelo conselho Gestor do Banco de Alimentos do município nomeados para o mandato de 2 anos, pela Portaria nº 057 de 15 de Agosto de 2017 (Anexo C). Esse conselho é composto por dois titulares, com respectivos suplentes, representantes do poder executivo municipal, representantes do empresariado,

produtores, revendedores, fabricantes ou beneficiários de produtos alimentícios e por representantes das organizações da sociedade civil.

O banco de alimentos foi criado pela prefeitura do município para recepção dos produtos fornecidos pelos agricultores familiares, com o gestor municipal (que é o secretário da Emater-MG) à frente deste para recepção e pesagem dos produtos e posterior transferência para a unidade do Cras, responsável pela distribuição às famílias. Tais produtos são recebidos semanalmente nas quartas feiras por profissionais lotados no Cras e distribuídos nas quintas feiras de manhã. Assim ocorria em 2018, mas em 2019 os produtos passaram a ser entregues às famílias no mesmo dia de recebimento dos agricultores familiares, sendo recebidos destes nas quartas feiras pela manhã e distribuídos no mesmo dia, a partir das 13h.

Após recebimento dos produtos, estes passam por um processo de checagem e pesagem pelo gestor municipal com supervisão do técnico da Emater-MG, averiguando a qualidade dos produtos, descartando os que não estiverem em boas condições. Em seguida é iniciado o processo de elaboração das cestas (FIG. 3) para posterior entrega. Os produtos que compõem cada cesta são variados, a depender da oferta dos fornecedores. Havendo produtos remanescentes, ou seja, sobra de um ou dois tipos, insuficientes para formação de uma cesta com a mesma variedade dos demais, tais produtos são encaminhados à Secretaria Municipal de Saúde e à Secretaria Municipal de Educação.

**Figura 3 – Cestas de produtos para distribuição às famílias consumidoras do PAA, Datas - MG**



Fonte: Acervo de Ângela Santos, 2019.

A Emater-MG atua na esfera dos agricultores realizando a seleção e cadastramento destes como beneficiários fornecedores do PAA, conforme requisitos do Programa, desta forma foram cadastrados 28 agricultores localizados em 7 comunidades diferentes. Quanto ao Cras, este atua na esfera dos beneficiários consumidores, selecionado e cadastrando as famílias em situação de vulnerabilidade social, conforme requisitos do programa e da portaria municipal 91/2018, estando nesta condição, em 2018, 136 famílias e em 2019 elevando-se para 164 famílias cadastradas.

No próximo tópico a discussão será em torno da participação dos agricultores como beneficiários fornecedores e das famílias em situação de vulnerabilidade social como beneficiários consumidores do PAA.

### **3.2 Beneficiários do Programa: agricultores (fornecedores) e famílias em situação de vulnerabilidade social (consumidores)**

#### *3.2.1 Beneficiários fornecedores: agricultores*

Antes de proceder a pesquisa de campo, a partir de dados da Emater-MG relativos à participação dos agricultores como fornecedores do PAA, realizou-se o agrupamento destes como: agricultores ativos frequentes, agricultores ativos infrequentes e agricultores inativos. Sendo agrupados como ativos frequentes os agricultores que entregaram os produtos durante todo o período de execução do programa entregando a quantidade de produtos equivalente à sua cota<sup>17</sup> previamente determinada, ou se aproximando disso. No grupo dos ativos infrequentes foram incluídos agricultores que começaram a entregar os produtos, mas depois desistiram de continuar participando do programa, os motivos disso serão discutidos adiante. No grupo dos inativos, foram enquadrados os agricultores que nem sequer iniciaram a entrega dos produtos.

Os dados relativos aos grupos dos ativos estão descritos na Tabela 14 e na Tabela 15 tal como quantidade, denominação, gênero, cota determinada para cada um, valor total a entregar, valor entregue em 2018 e em 2019, total entregue e percentual do valor dos produtos

---

<sup>17</sup>O limite máximo de cota (valor total a ser fornecido em produtos) por Agricultor conforme determinação no manual operativo do PAA MDS 2014 é de R\$6500,00, mas para Datas, foram destinados apenas R\$91000,00 para o programa, sendo dividido pelos 28 cadastrados como beneficiários fornecedores, o valor médio da cota ficou em torno de R\$ 3245,00.

fornecidos em relação à cota pré-estabelecida. Na Tabela 16 constam os dados dos inativos, para estes os dados são apenas relativos ao gênero e valor estabelecido a ser entregue (R\$).

No grupo dos agricultores ativos frequentes são 13 fornecedores, 11 do sexo feminino e 2 do sexo masculino, sendo o valor total a ser fornecido de R\$ 42254,92. O que se observa é que 94,18% deste valor foram fornecidos, com R\$ 27656,59 em 2018 e R\$ 12142,73 em 2019 totalizando R\$39799,32. O menor percentual de cumprimento da cota foi de 65,31% apresentado por apenas um fornecedor, e o máximo de 111,33%.

A maioria dos agricultores se aproximou dos 100% de cumprimento da cota, e 5 ultrapassaram os 100%, isso foi possível, devido à sobra de recursos ocasionada pelos que não atingiram os 100% de cumprimento da cota e pelos que não entregaram produtos durante todo o período de execução do programa, os agricultores denominados inativos no PAA (TAB. 16). Mais adiante serão apresentados os possíveis motivos que impossibilitaram o cumprimento das cotas em 100%, por parte dos agricultores ativos frequentes e ativos infrequentes,

**Tabela 14 – Agricultores ativos frequentes, por gênero, valor a entregar (R\$), valor entregue (R\$) 2018 e 2019, total (R\$) e percentual fornecido, Datas - MG, 2018/2019**

Agricultores ativos frequentes							
Nº	Denominação (TAB.ANEXO A)	Gênero (F/M)	cota (R\$)	valor entregue(R\$)		Total(R\$)	% do total fornecido
				2018	2019		
1	Agricultor1	F	3250,01	2071,41	1203,15	3274,56	100,75
2	Agricultor2	F	3249,71	1351,44	1257,73	2609,17	80,28
3	Agricultor3	F	3249,83	1017,7	1104,86	2122,56	65,31
4	Agricultor5	F	3250,2	2945,97	304,02	3249,99	99,99
5	Agricultor6	M	3250,60	2483,73	1135,3	3619,00	111,33
6	Agricultor8	F	3249,99	2714,19	493,45	3207,64	98,69
7	Agricultor10	M	3249,67	2198,3	520,5	2718,8	83,66
8	Agricultor14	F	3249,32	1661,54	1823,38	3484,92	107,85
9	Agricultor16	F	3250,15	2515,59	1016,04	3531,63	108,66
10	Agricultor17	F	3249,86	3031,31	545,00	3576,31	110,04
11	Agricultor18	F	3250,3	1606,12	835,25	2441,37	75,11
12	Agricultor24	F	3249,36	2265,5	964,57	3230,07	99,40
13	Agricultor28	F	3255,92	1793,79	939,48	2733,27	83,94
Total	-----	-----	42254,92	27656,59	12142,73	39799,32	94,18

Fonte: EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DE MINAS GERAIS, 2019 (Dados consolidados)

No grupo dos ativos infrequentes foram incluídos agricultores que começaram a fornecer os produtos, mas depois desistiram, os motivos disso serão discutidos adiante. Os dados dos agricultores deste grupo, relativos ao gênero, valor a entregar(R\$), valor

entregue(R\$) em 2018 e em 2019, total entregue(R\$) e percentual do total fornecido em relação à cota estão na Tabela 15.

**Tabela 15- Agricultores ativos infrequentes por gênero, valor a entregar (R\$), valor entregue (R\$) 2018 e 2019, total (R\$) e percentual fornecido, Datas, 2018/2019**

Nº	Denominação (TAB.ANEXO A)	Gênero (F/M)	Cota (R\$)	Agricultores ativos infrequentes		Total (R\$)	% do total fornecido
				Valor a entregue ( R\$)			
				2018	2019		
1	Agricultor4	M	3249,13	00	1628,29	1628,29	50,11
2	Agricultor12	F	3249,38	1509,35	00	1509,35	46,45
3	Agricultor19	F	3250,02	2629,10	00	2629,10	80,89
4	Agricultor26	M	3249,35	1233,05	0	1233,05	37,94
5	Agricultor27	F	3249,08	00	917,86	917,86	28,24
Total	-----	-----	16246,96	5371,50	2546,15	7917,65	48,73

Fonte:EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DE MINAS GERAIS, 2019 (Dados consolidados).

Neste grupo há 5 agricultores, 3 do sexo feminino e 2 do sexo masculino. O valor total a ser fornecido por estes é de R\$16246,96, sendo R\$5371,50 o valor entregue em 2018 e R\$ 2546,15 em 2019, totalizando R\$ 7917,65. Foram fornecidos produtos apenas no valor equivalente a 48,73% do valor total a ser fornecido. Estes agricultores apresentam potencialidade para fornecer para o programa, visto que ainda com pouca participação houve por um agricultor cumprimento de 80,89% da cota, havendo outros que chegaram aos 50% e outros aproximando disso.

Os dados dos inativos, relativos ao gênero e valor estabelecido a ser entregue (R\$) por cada um estão na Tabela 16. Em relação a este grupo, R\$ 32496,91 em produtos deixaram de ser fornecidos para o PAA.Dos R\$ 91 000,00 destinados para o PAA no município de Datas R\$ 39799,32(43,73%) foram fornecidos em produtos pelos agricultores ativos frequentes e R\$ 7917,65 (8,70%) pelos ativos infrequentes, ou seja, apenas 52,43% do recurso total foram utilizados. O restante R\$ 32496,91 não utilizados pelos Inativos,R\$8329,00 pelos ativos infrequentes e R\$ 2455,6 pelos ativos frequentes, que não forneceram produtos no valor total da cota, totalizam R\$43281,51, ou seja, 47,56% do recurso total destinado para o município.

**Tabela 16- Agricultores inativos por gênero e valor a entregar (R\$), Datas, 2018/2019**

Agricultores inativos			
Número	Denominação (TAB.ANEXO A)	Gênero (F/M)	Valor a entregar (R\$)
1	Agricultor7	F	3250,01
2	Agricultor9	F	3249,20
3	Agricultor11	F	3249,87
4	Agricultor13	F	3249,38
5	Agricultor15	F	3250,51
6	Agricultor20	M	3249,70
7	Agricultor21	M	3250,00
8	Agricultor22	M	3249,28
9	Agricultor23	M	3249,36
10	Agricultor25	F	3249,60
Total	-----	-----	32496,91

Fonte: EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DE MINAS GERAIS, 2019 (Dados consolidados).

Considerando que 47,56% do recurso disponibilizado para o município não foram utilizados, observa-se que são necessárias ações que vise evitar isso para uma próxima experiência. Quanto aos agricultores inativos, é necessário que a Emater-MG, no ato de seleção e enquadramento os agricultores reforce a necessidade de compromisso no fornecimento dos produtos, propondo ações que incentivem a participação destes para que todo o recurso disponibilizado seja utilizado. Quanto aos ativos infrequentes é necessário observar o motivo que levou os agricultores deste grupo a começarem a entregar e depois desistirem, já que estes têm potencialidade para fornecer para o programa. Quanto aos ativos frequentes, em relação aos que não forneceram produtos no valor total da cota, é preciso verificar quais os impedimentos disso propondo ações a fim de superá-los.

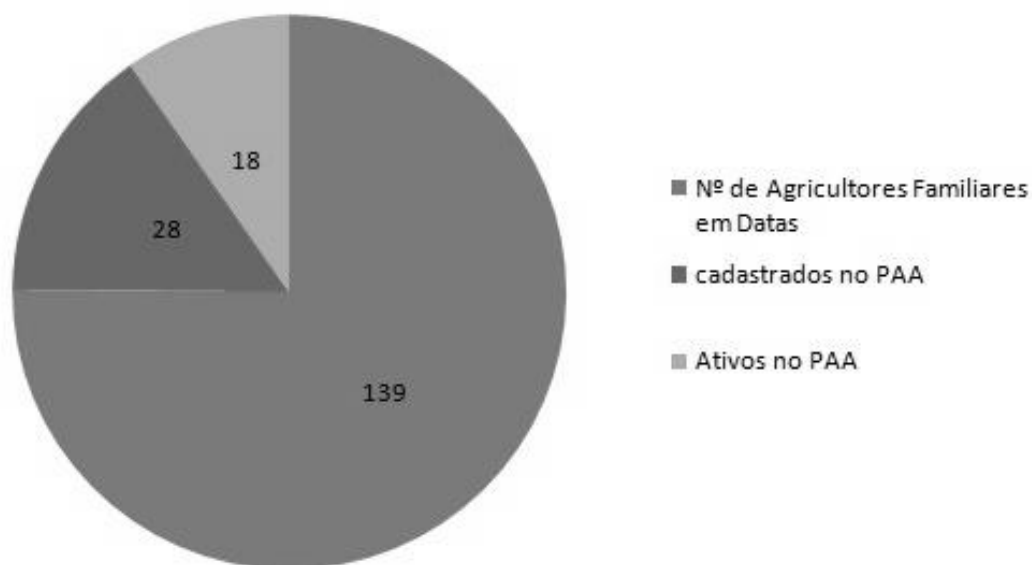
No município de Datas há 139 DAPs ativas<sup>18</sup> (MDA, 2019), isso quer dizer que há esse número de agricultores com condição de participar do PAA, como beneficiário fornecedor. Se considerarmos todos os cadastrados nessa condição, que são 28, há uma participação de apenas 20,14 % dos agricultores. Se considerarmos apenas os agricultores ativos, tanto os frequentes, quanto os infrequentes, que são 18, o percentual é de 12,94% (GRAF. 5). Ou seja, há uma baixa participação dos agricultores no programa. A Emater-MG enquanto instituição executora do PAA na esfera dos agricultores pode propor ações que incentivem a participação destes visando aumentar o percentual de agricultores como

<sup>18</sup>DAP ativa - a que possibilita o acesso dos agricultores/as familiares às políticas públicas dirigidas a essa categoria de produtores/as rurais e combine ainda dois atributos: última versão e válida; para serem válidas devem ter sido emitidas após 2013, já que até entrada em vigência da portaria nº 234, de 04 de abril de 2017, que altera o período de validade para 2 anos, a validade era de 5 anos.



fornecedores para o programa e, conseqüentemente, a oferta de produtos a serem distribuídos às famílias.

**Gráfico 5- Agricultores participantes do PAA, Datas - MG, 2018/2019**



Fonte: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2019 (Dados consolidados).

Após a caracterização dos agricultores fornecedores para o programa (agricultores ativos frequentes e agricultores ativos infrequentes), procedeu-se com a identificação das comunidades de residência destes, para posterior submissão dos questionários. As comunidades onde estão localizados os agricultores ativos no PAA são Cachimbo, Cubas, Palmital, Santa Cruz, Taquara, Tombadouro, Vargem do Basto. Sendo as comunidades Santa Cruz (FIG. 4) e Vargem do Basto (FIG 5) as que concentram o maior número de agricultores fornecedores para o Programa.

**Figura 4 – Comunidade Santa Cruz, Datas – MG, 2019**

Fonte: Acervo de Ângela Santos, 2019.

**Figura 5 – Comunidade Vargem do Basto, Datas – MG, 2019**

Fonte: Acervo de Ângela Santos, 2019.

Dos 28 agricultores cadastrados como beneficiários fornecedores do PAA no município de Datas, 13 estão no grupo dos ativos frequentes, 5(cinco) no grupo dos ativos infrequentes e 10 no grupo dos inativos. Os agricultores do grupo dos ativos frequentes forneceram 94,18% do valor total a ser fornecido por este grupo, enquanto o valor fornecido pelo grupo dos ativos infrequentes foi equivalente a 48,73% do valor total a ser fornecido pelo

grupo. Os valores não utilizados por esses grupos somados ao valor não utilizado pelo grupo dos inativos representam apenas 47,56% do recurso destinado ao município. Observa-se que é baixo o número de agricultores cadastrados como beneficiários fornecedores do PAA, considerando que há 139 agricultores com DAPs ativas, ou seja, com condição de participar do PAA. Os cadastrados no PAA representam apenas 20,14% dos agricultores e os ativos no programa representam apenas 12,94%.

Dos três grupos de agricultores apresentados anteriormente, apenas os ativos participaram da pesquisa de campo. Os agricultores ativos frequentes foram convidados a participar da pesquisa na ocasião da entrega dos produtos na sede do município, sendo submetido questionário aos que se dispuseram participar nesta ocasião. Os que não foram encontrados devido à entrega dos produtos ser realizada por algum conhecido, ou os que não puderam participar nesta ocasião, foram procurados em suas residências.

Quanto aos agricultores ativos infrequentes, estes foram encontrados somente em suas residências. Foi convidado a participar da pesquisa o integrante do grupo familiar cadastrado como responsável pelo programa. Todos os agricultores ativos frequentes responderam o questionário. Os ativos infrequentes, são um total de 5 (cinco), mas um destes, por duas tentativas não foi encontrado em sua residência, desta forma, apenas 4 (quatro) responderam o questionário.

O questionário (Apêndice C) compõe-se de tópicos e cada tópico com questões relativas ao que se pretende conhecer. No primeiro tópico o objetivo é conhecer o perfil do agricultor responsável pelo programa e seu respectivo grupo familiar. As questões são relativas à idade, estado civil, escolaridade, qual o responsável pela propriedade, composição do grupo familiar, se recebem assistência técnica e de qual entidade, se são beneficiários de outras políticas públicas além do PAA. Os dados obtidos neste primeiro tópico serão apresentados e discutidos no próximo tópico.

### *3.2.1.1 Perfil do agricultor e do seu respectivo grupo familiar*

A seguir será apresentado o perfil dos agricultores fornecedores para o PAA e dos seus respectivos grupos familiares, partindo-se da concepção que os agricultores são sujeitos do meio rural dotados de características específicas e peculiaridades decorrentes do contexto cultural, social em que estão imersos. A fim de adentrar e conhecer o contexto específico em que estão imersos os agricultores beneficiários fornecedores do PAA em Datas, e obter dados que melhor o caracterizem, recorreu-se às contribuições do livro “Parceiros do Rio bonito” de

Antônio Cândido, buscando bases para proceder-se enquanto pesquisadora com um olhar sociológico, possibilitando obter dados muito além dos que são capazes os demógrafos e os economistas, como o próprio autor menciona; obter dados com a visão tal qual à de um sociólogo que segundo Cândido busca o geral, fareja por toda a parte do humano, no que tem de próprio a cada lugar, em cada momento, não se satisfazendo em analisar a população apenas os números. Tentando enxergar o pormenor, buscando na sua riqueza e singularidade um corretivo à visão das médias, postura que se faz necessária ao lidar com sujeitos do meio rural como o agricultor.

Somam-se às contribuições de Cândido (2010), as contribuições de Martins (2014) ao descrever o artesanato intelectual na sociologia, segundo o qual, para este se viabilizar, pede mais respeito do que o habitual pelas pessoas com as quais conversamos para obter os dados necessários às nossas análises e interpretações, que muitas vezes são pessoas letradas e sábias de sabedoria da própria vivência. O artesanato intelectual envolve a invenção de técnicas de pesquisa e de abordagem ajustadas à natureza do tema e do objeto. Ajustar-se de forma a obter como Guimarães Rosa em *Grande Sertão: Veredas*, mesmo com poucos dados quando comparado aos censos, mais sociologia, menos sistematização de números populacionais, não apenas quantificar o que o senso comum já sabe, mas como Guimarães Rosa bem fez, decifrando os mistérios do viver dividido, as ocultações do vivido, seu lugar no desenrolar da vida e na trama da existência, o poder do imaginário e o imaginário do poder.

Os agricultores são dotados de peculiaridades, de aspectos culturais, históricos e sociais configurando em cada lugar em uma sociedade específica. As características específicas dos agricultores fornecedores do PAA em Datas. .A fim de se conhecer o perfil dos agricultores o primeiro questionamento foi em relação ao gênero e responsável pelo grupo familiar dos agricultores do grupo dos ativos frequentes e também do grupo dos ativos infrequentes (TAB. 17).

As discussões dos dados obtidos com o questionário submetido aos agricultores serão dialogadas com trabalhos que abordam o PAA também na modalidade compra com doação simultânea, cujos autores são: HESPANHOL (2013) investigando o *Programa de Aquisição de Alimentos: limites e Potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar* em Dracena-SP; HOLANDA(2012) com o trabalho *Desenvolvimento Rural Sustentável: o caso do programa de aquisição de alimentos (PAA) no território da cidadania Vale do Curu e Aracatiaçu-CE*; LIBÂNIO(2018) com *Avaliação de Impacto do Programa de Aquisição de Alimentos no município de Ponte Nova - MG*. RAMBO et

al.(2016) investigando o *Perfil dos beneficiários da política pública do programa de Aquisição de Alimentos em assentamento de reforma agrária em Tangará da Serra-MT*; ROSSI(2012) *Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da agricultura familiar no município de São Carlos: impactos socioeconômicos nos agricultores familiares beneficiários*; SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. *As mulheres rurais e a diversidade de produtos no Programa de Aquisição de Alimentos*.

Dos 13 agricultores ativos, 84,6% são do sexo feminino, ao lado de apenas 2 do sexo masculino, o equivalente a 15,4%. Um maior percentual de participação de agricultores do sexo feminino também é observado no grupo dos ativos infrequentes. A resolução nº 44/2011 do GGPAA determina que entre os agricultores cadastrados como fornecedores para o PAA, no mínimo 40% seja de mulheres, desta forma, observa-se que percentual de participação feminina supera o percentual obrigatório estabelecido para a modalidade compra com doação simultânea na que indica em seu artigo 4 que nas operações realizadas nesta modalidade será exigida a participação de pelo menos 40% de mulheres do total de produtores fornecedores.

No caso de Datas o maior percentual de participação feminina pode ser pelo fato da maioria dos itens fornecidos ao PAA ser hortaliças e frutas, produção dos quintais, esfera de atuação das mulheres. Segundo Campus (2011) as atividades em âmbito doméstico tal como a criação de animais e cultivos no entorno da residência, no contexto rural, são de atribuições das mulheres. Enquanto as atividades de cultivo nas “roças” são atribuições dos homens.

**Tabela 17 - Agricultores do PAA, por gênero e por frequência de participação, Datas - MG, 2018/2019**

Gênero	Observação	Ativos frequentes		Ativos infrequentes	
		Nº absoluto	%	Nº absoluto	%
	Masculino	2	15,4	1	25
	Feminino	11	84,6	3	75
Responsável pelo grupo familiar	Homem	10	76,9	3	75
	Mulher	2	15,4	0	0
	Ambos	1	7,7	1	25

Fonte: Apêndice C, p. 177.

O percentual de participação feminina atendendo ao estabelecido na referida resolução também foi observado do Rambo *et al.*,(2016) ao constatar entre os fornecedores do

PAA 41,46% de participação feminina. Holanda (2012) confirma ao constatar 55% de participação feminina no fornecimento de alimentos para o PAA.

Observa-se que tal resolução houve uma elevação no percentual de participação feminina como fornecedores do PAA em todas as regiões do Brasil de 2011 para 2012, conforme se observa na Tabela 18. Outros fatores podem ter contribuído, mas é evidente que a obrigatoriedade em atender o disposto nessa resolução contribuiu muito para isso, isso porque as instituições executoras são obrigadas a cadastrar como fornecedores para o PAA no mínimo 40% de mulheres.

No município de Datas, uma maior percentual de participação feminina é observado entre os agricultores ativos e também entre os cadastrados, já que dos 28, 20 são mulheres, representando 71,42%. Assim, para Datas, constata-se participação feminina predominante nesse segmento de produção agrícola.

**Tabela 18- participação média das mulheres rurais nas modalidades apoio à formação de estoques e compra com doação simultânea, por regiões brasileiras**

Região	2010	2011	2012
Centro Oeste	17%	20%	31%
Nordeste	32%	36%	44%
Norte	22%	25%	36%
Sudeste	22%	25%	30%
Sul	17%	19%	26%
Total	24%	27%	43%

Fonte: Rambo *et al.* (2016)

Siliprandi e Cintrão (2014) para escrever o trabalho *As mulheres rurais e a diversidade de produtos no Programa de Aquisição de Alimentos*, para a cartilha intitulada *PAA - 10 anos de Aquisição de Alimentos* publicada em 2014 pelo MDA, revisitam uma pesquisa de âmbito nacional realizada de 2009 a 2010 sobre a participação das mulheres no PAA, na qual constataram que a modalidade com maiores percentuais de mulheres foi a compra com doação simultânea, isso, anteriormente à resolução. O que também se observa no PAA executado em Datas, na mesma modalidade, mas agora após a resolução. Conforme já mencionado, a obrigatoriedade de observar o percentual de mulheres como fornecedoras é um dos fatores que contribui para o percentual significativo de participação feminina, mas antes da resolução, tais autoras verificaram que um dos fatores contribuintes para a maior participação de mulheres nesta modalidade é o fato de criarem possibilidades de mercado para uma ampla gama de produtos alimentares, a um preço justo, permitindo iniciar com entregas em menores quantidades e parceladas, características que permitiram a inclusão de um conjunto de produtos tradicionalmente vinculados à esfera feminina, ao autoconsumo, à

subsistência e ao quintal, cultivados em áreas próximas à casa ou em área não aproveitada para cultivos comerciais.

Na mesma pesquisa revisitada Siliprandi e Citrão (2014) verificaram que a presença formal das mulheres como titulares dos contratos era muito menor do que sua presença “real” como trabalhadoras envolvidas na produção e entrega dos produtos para o PAA. Segundo estas autoras, essa invisibilidade ou “anonimato” do trabalho das mulheres como agentes econômicos e produtivos na agricultura familiar contribuía para que seu espaço dentro da unidade de produção e da família continuasse como um espaço subordinado, no qual seu trabalho é considerado como “ajuda”. Segundo estas autoras, a resolução nº 44 de 2011 é fruto das discussões dos resultados desta pesquisa realizada de 2009 a 2010.

Já em 2014, Siliprandi e Cintrão (2014) também evidenciam a importância da resolução na elevação do percentual de participação feminina no PAA, ao mencionar que análise da evolução dos dados de participação formal das mulheres na modalidade Doação Simultânea operacionalizada pela Conab indica em 2012 (ano seguinte à resolução) um aumento nos percentuais de mulheres como titulares dos contratos, quando comparado com os dos anos anteriores. Vale a pena destacar, ainda, que praticamente dobrou o número total de mulheres participando formalmente do PAA entre 2008 e 2012, passando de 17.730 para 32.862. Esse aumento (em número total de mulheres e percentual) se dá em praticamente todos os estados, indicando que podem estar relacionados com a aplicação da resolução.

O percentual de participação feminina obrigatório, estabelecido na resolução contribui para retirar mulheres desta condição de invisibilidade e anonimato à frente das atividades desenvolvidas nas unidades de produção, colocando-as na condição de protagonista e não somente como “ajudante”. Mas, ainda que a resolução tenha contribuído para dar visibilidade ao trabalho das mulheres e que isso tenha contribuído para elevar significativamente o percentual de mulheres como fornecedoras do PAA, a subordinação e falta de reconhecimento pela própria mulher como protagonista à frente das atividades agrícolas, desenvolvidas nas unidades de produção, está arraigado na própria cultura. Isso é observado quando questionadas sobre quem seria o responsável pelo grupo familiar, a maioria das mulheres menciona ser o esposo, ainda que ela também contribua na renda da família e trabalhe tanto quanto ele.

Na (Tabela 17), pode se observar que 76,9% dos participantes da pesquisa do grupo dos ativos frequentes mencionam ser o homem o responsável pelo grupo familiar, apenas 15,4% reconhecem ser a mulher a responsável e 7,7% dizem ser ambos. É importante salientar que, quem mais contribuiu para os 76,9%, foram as próprias mulheres já que no total

dos 10 participantes há apenas dois do sexo masculino, ou seja, 2 homens responderam ser eles mesmos e 8 mulheres responderam também ser o homem. O maior percentual apontando o homem como responsável pelo grupo familiar também foi observado no grupo dos ativos infrequentes, 75%. Rossi (2012) em São Carlos-SP, confirmar isso, ao constatar 100% dos homens beneficiários fornecedores do PAA como chefes das famílias.

Outro questionamento foi abordado na pesquisa foi sobre a idade, estado civil e escolaridade dos participantes da pesquisa, cujos dados estão dispostos na Tabela 20. Em relação à idade, no grupo dos ativos frequentes, observa-se que 23,07% possuem idade entre 36 e 45 anos, 30,76% entre 46 e 55 anos, 30,76% entre 56 e 65 anos e 15,38% entre 66 e 75 anos. A maioria dos fornecedores para o PAA em Datas encontra-se numa faixa de idade ativa entre 36 e 55 anos, mas há a participação de agricultores já em idade avançada, 66 a 75 anos. No grupo dos ativos infrequentes observa-se também maior percentual, 75%, para a faixa etária de 46 a 55 anos.

**Tabela 19–Agricultores do PAA, por frequência de participação e por faixa etária, Datas- MG, 2018/2019**

Faixa Etária	Observação	Ativos frequentes		Ativos infrequentes	
		Nº absoluto	%	Nº absoluto	%
	29 a 35	0	0	1	25
	36 a 45 anos	3	23,07	0	0
	46 a 55 anos	4	30,76	3	75
	56 a 65 anos	4	30,76	0	0
	66 a 75 anos	2	15,38	0	0
Estado civil	Casado (a)	10	76,92	3	75
	Viúvo (a)	2	15,38	0	0
	Divorciado (a)	1	7,69	0	0
	Amasiado (a)	0	0	1	25
Nível de escolaridade	Superior completo	1	7,69	1	25
	Ensino Fundamental incompleto	11	84,61	3	75
	Não estudou	1	7,69	0	0

Fonte: Apêndice C, p. 177.

A idade dos participantes da pesquisa varia de 29 a 75 anos, resultado semelhante foi encontrado por Rossi (2012) sendo a idade mínima de 30 e máxima de 70 anos. Hespanhol (2013) constatou que a idade média dos produtores é de 50 anos, resultado similar a este também foi encontrado por Rossi (2012), sendo a idade média dos agricultores fornecedores do PAA de 50,6 anos. Já Libânio (2018) constatou que 41,67% dos beneficiários fornecedores do PAA têm idade entre 50 e 65 anos. Em relação à faixa etária os resultados obtidos em relação à idade mínima e máxima dos agricultores fornecedores do PAA no município de Datas se aproximam mais dos resultados obtidos por Rossi (2012), mas quanto a faixa de



idade na qual se encontra o maior número, os resultados se aproximam mais os resultados obtidos por Libânio (2018).

Em relação ao estado civil, no grupo dos ativos frequentes, 76,92% são casados, 15,38% viúvo(a) e 7,69% divorciados. Já no grupo dos ativos infrequentes, 75% são casados e 25% na condição de amasiado(morando junto). Resultado similar foi encontrado por Hespanhol (2013), segundo o qual maioria (85%) dos produtores é casada.

Em relação à escolaridade, 84,61% dos ativos frequentes e 75% dos ativos infrequentes têm o ensino fundamental incompleto. No grupo dos ativos frequentes e no grupo dos ativos infrequentes, há respectivamente 7,69% e 25% com curso superior completo. Sendo 7,69% dos ativos frequentes nunca estudaram.

Estes resultados dialogam diretamente com os apresentados por Rambo *et al* (2016) ao constatar que 78,54% dos agricultores assentados e que integram o PAA na modalidade compra com doação simultânea, possuem ensino fundamental incompleto. Para este autor fator bastante corriqueiro em se tratando do rural brasileiro que apresenta baixo nível de escolaridade. Já para Hespanhol (2013) 55% dos agricultores fornecedores para o PAA, em Dracena-SP, têm ensino fundamental concluído. Rossi (2012) também corrobora ao constatar que a maioria dos participantes da sua pesquisa (40%) no município de São Carlos-SP cursaram somente o ensino fundamental e apenas 10% nunca estudaram.

Sobre a composição do grupo familiar (Tabela 20), 84,61% dos agricultores possuem de 2 a 5 integrantes, 7,69% possuem apenas 1 e 7,69% mais de 5. Tanto no grupo dos ativos frequentes, quanto no grupo dos ativos infrequentes a maioria dos grupos familiares compõe-se de 2 a 5 membros. O número mínimo de pessoas no grupo familiar são 2, exatamente o número mínimo apresentado também por Rossi(2012).Libânio(2018) constatou que o grupo familiar dos agricultores fornecedores do PAA compõe-se de 3 a 5 membros.

**Tabela 20- Agricultores do PAA por número de membros do grupo familiar, Datas - MG, 2018/2019**

Número de membros do grupo familiar	Ativos frequentes		Ativos infrequentes	
	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%
Apenas 1	1	7,69	0	0
2 a 5	11	84,61	3	75
Mais de 5	1	7,69	1	25
Total	13	100	4	100

Fonte: Apêndice C, p. 177.

Em relação à assistência técnica, todos os agricultores tanto ativos frequentes, quanto ativos infrequentes declararam recebem assistência técnica da EMATER-MG, única instituição de assistência técnica rural no município, principalmente, na ocasião do plantio e no controle de pragas quando surgem nas áreas de cultivo. As orientações técnicas contribuem para o fortalecimento das atividades dos agricultores auxiliando-os com ações que visem melhor desempenho das atividades produtivas.

**Tabela 21 - Agricultores do PAA por entidade prestadora de assistência técnica, Datas - MG, 2018/2019**

Assistência técnica	Ativos frequentes		Ativos infrequentes	
	Nº absoluto	%	Nº absoluto	Nº absoluto
EMATER-MG	13	100	4	100
Outra entidade	0	0	0	0
Total	13	100	4	100

Fonte: Apêndice C, p. 177.

Quando questionados sobre as políticas públicas, além do PAA, das quais participam, no grupo dos ativos frequentes 76,92% declararam participar do Pnae e 61,53% do Programa Brasil Sem Miséria e apenas 15,38% acesso a linha de crédito do Pronaf. No grupo dos ativos infrequentes há participantes apenas do Programa Brasil sem Miséria, sendo o percentual de 25%. Observa-se que a maioria dos agricultores familiares ativos participa tanto do Pnae quanto do Brasil Sem Miséria. Esses resultados dialogam diretamente com os resultados encontrados por Rossi (2012) em Ponte Nova-MG, com todos os agricultores beneficiários fornecedores do PAA também fornecedores para o Pnae.

O Pnae como outro meio de comercialização dos produtos e o Brasil Sem Miséria com a disponibilização de recurso (R\$ 2400,00) para investimento em atividade executada nas unidades de produção, contribuem para o fortalecimento das atividades e, conseqüentemente, da participação como fornecedor para PAA. Sobre fortalecimento das atividades agrícolas executadas pelos agricultores, promovido pelo Brasil Sem Miséria, Santos e Chaves (2018) em Japonvar-MG constataram que o programa, promoveu Melhoria da produtividade das atividades agrícolas e das condições materiais e de vida de agricultores; possibilitou investimentos em outras atividades desenvolvidas na unidade de produção familiar, dando condições para aumento de renda e lucro.

O Brasil Sem Miséria é uma das políticas públicas de segunda geração, de referencial social e assistencial com ações que visam à inclusão socioprodutiva da população rural em pobreza extrema por meio da disponibilização de crédito de fomento a fundo perdido

(R\$ 2.400,00/família) para a aquisição de insumos e equipamentos, e assistência técnica diferenciada para este público. Já o Pnae faz parte da terceira geração, sendo seu referencial a construção de mercados para segurança alimentar e sustentabilidade ambiental.

O PAA como uma das políticas também desta terceira geração possibilitou a construção de novas ações, com destaque para importância do rompimento de barreiras institucionais, como a lei de licitações, desencadeando uma nova trajetória para os mercados institucionais para a agricultura familiar fortalecida em 2009 com a mudança no Pnae e a criação da lei nº 11947 que determinou que no mínimo 30% dos recursos federais para a Alimentação Escolar sejam destinados para a aquisição de alimentos da agricultura familiar. O Pnae como mais um canal para comercialização da produção dos agricultores familiares contribui para o fortalecimento das atividades executadas por estes.

**Tabela 22- Agricultores do PAA cadastrados em outras políticas públicas, Datas - MG, 2018/2019**

Outras políticas públicas	Ativos frequentes		Ativos infrequentes	
	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%
Programa Nacional de Alimentação Escolar(PNAE)	10	76,92	0	0
Programa Brasil Sem Miséria	8	61,53	1	25
PRONAF	2	15,38	0	0

Fonte: Apêndice C, p. 177.

No PAA executado no município de Datas, a maior participação como fornecedores para o programa é de mulheres. A maioria dos fornecedores está numa faixa etária entre 46 e 65 anos, casada, com ensino fundamental incompleto e grupo familiar composto por 2 a 5 membros. Todos os agricultores recebem assistência técnica da Emater-MG na execução das atividades nas suas unidades de produção.

As questões do segundo tópico do questionário foram no intuito de conhecer o perfil da propriedade e as atividades desenvolvidas nas unidades de produção a discussão será apresentada no próximo tópico.

### 3.2.1.2 Perfil da propriedade e das atividades desenvolvidas pelos agricultores

Foram dirigidas perguntas aos agricultores buscando-se conhecer o perfil da propriedade, para isso, os questionamentos foram relativos à condição jurídica, tempo de residência na propriedade e a área desta, se o possui DAP e CAR (Cadastro ambiental rural), se os demais membros do grupo familiar, em idade ativa, participam das atividades

desenvolvidas na unidade de produção, se contrata ou não mão de obra, se participa da feira do agricultor que ocorre na sede do município, aos sábados, qual a renda do grupo familiar e qual a fonte desta, se algum integrante do grupo familiar recebe benefício assistencial ou previdenciário, se algum integrante do grupo familiar trabalha fora da propriedade, se algum integrante migrou para outras localidades, quais as ferramentas utilizadas nas atividades desenvolvidas na unidade de produção. Os dados obtidos sobre esse item são das questões do segundo tópico do questionário e estão nas Tabelas 23 a 30.

Em Relação à condição jurídica da propriedade, no grupo dos ativos frequentes 92,30% dos agricultores declaram ser proprietários ao lado de 50% do grupo dos ativos infrequentes que também declaram estar nesta condição. Quanto à exploração na condição de posse 7,7% dos ativos frequentes e 25% dos ativos infrequentes, estão nesta condição. No grupo dos ativos infrequentes há 25% que exploram a terra por meio de arrendamento. Conforme se observa, a maioria, tanto no grupo dos ativos frequentes quanto no grupo dos ativos infrequentes são proprietários.

Libânio constatou que 68,75% dos beneficiários fornecedores do PAA são proprietários de suas terras. Rossi (2012) constatou que 40% dos agricultores fornecedores do PAA são proprietários de suas terras, e 33,33% têm título de uso, que são os agricultores localizados em assentamentos.

A maioria dos agricultores, tanto ativos frequentes quanto ativos infrequentes residem no mesmo local de realização das suas atividades (Tabela 23). Há apenas um caso (25%) no grupo dos ativos infrequentes que reside em localidade diversa do local de execução das atividades, sendo este o caso em que as atividades são realizadas em área arrendada. Quanto ao tempo de residência nas propriedades, 46,15% residem de 16 a 40 anos, 23,07% residem há mais de 40 anos e 30,77%, desde que nasceram. A maioria adquiriu a terra por herança, dos pais ou dos avós.

No grupo dos ativos frequentes, as propriedades são de pequena área, 61,54% têm área entre 1 e 3 hectares e 30,77% têm propriedade de área de 3 a 12 hectares e 7,69% com área de 13 a 20, no hectares. Já os ativos infrequentes todas as propriedades tem de 1 a 3 hectares. Resultado similar a este foi encontrado por Hespanhol (2013), ao constatar que todos os agricultores fornecedores para o PAA são proprietários rurais, sendo que a extensão territorial das propriedades variava de 05 a 15 hectares. A maioria dos agricultores fornecedores para o PAA tem propriedade de área entre 1 e 3 hectares.

**Tabela 23- Agricultores do PAA por condição jurídica da propriedade, localidade e tempo de residência, Datas - MG, 2018/2019**

Condição Jurídica da propriedade de exploração agrícola	Observação	Ativos frequentes		Ativos infrequentes	
		Nº absoluto	%	Nº absoluto	%
	Própria	12	92,30	2	50
	Posse	1	7,7	1	25
	Arrendada	0	0	1	25
Localidade de residência do grupo familiar	Localidade de execução das atividades	13	100	3	75
	Localidade diversa do local de execução das atividades	0	0	1	25
Tempo de residência na propriedade	De 5 a 15 anos	0	0	1	25
	De 16 a 40 anos	6	46,15	2	50
	Mais de 40 anos	3	23,07	0	0
	Desde que nasceu	4	30,77	1	25
Faixa de área (ha) da propriedade explorada	De 1 a 3 hectares	61,54	8	100	4
	De 3 a 12 hectares	30,77	4	0	0
	De 13 a 20 hectares	7,69	1	0	0

Fonte: Apêndice C, p. 177.

Em Datas, todos os agricultores estão enquadrados no grupo de DAP B, tanto os do grupo dos ativos frequentes, quanto do grupo dos ativos infrequentes. Pertencem ao grupo de DAP B os agricultores cuja renda do grupo familiar não ultrapasse R\$ 20000,00, caracterizando assim os agricultores com menor renda, condição observada pela Emater-MG para o enquadramento dos agricultores familiares como fornecedores para o PAA.

Quanto ao Cadastro ambiental rural, dos ativos frequentes 61,54% disseram já estarem cadastrados, ao lado de 38,46% que ainda não o efetuaram. No grupo dos ativos infrequentes, 75% ainda não efetuaram e 25% já estão cadastrados. Atualmente é recibo deste cadastro é um dos documentos solicitados para emissão e atualização de DAP. Desta forma, observa-se que a maioria dos grupos dos ativos frequentes está apta a atender a esta exigência, para atualização da DAP e continuar como beneficiário fornecedor do PAA, o que não pode ser dito em relação à maioria do grupo dos ativos infrequentes, caso não realizem o cadastramento.

**Tabela 24- Agricultores do PAA por grupo de DAP e por CAR, Datas - MG, 2018/2019**

Grupo de DAP	Observação	Ativos frequentes		Ativos infrequentes	
		Nº absoluto	%	Nº absoluto	%
	B	13	100	4	100
	V(Variável)	0	0	0	0
CAR	Sim	8	61,54	1	25
	Não	5	38,46	3	75

Fonte: Apêndice C, p. 177.

Sobre a participação de demais membros do grupo familiar na execução das atividades e sobre a contratação de mão de obra ocasional os dados estão na Tabela 26. Todos os agricultores, tanto ativos frequentes quanto ativos infrequentes, declaram haver participação dos demais integrantes do grupo familiar, maiores de 14 anos, nas atividades desenvolvidas na unidade de produção. A predominância de mão de obra familiar é um dos requisitos básicos para o agricultor se enquadrar na condição de agricultor familiar. Observa-se que todos os agricultores participantes da pesquisa atendem a este requisito.

Para execução das atividades, no grupo dos ativos frequentes, há 53,85% que contratam ocasionalmente mão de obra, principalmente na época do plantio, mas 46,15% declararam não contratar. O maior percentual dos que contratam também foi observado no grupo dos ativos infrequentes, havendo 75% que não contratam ao lado de 25% que contratam. Os que contratam, não efetuam o pagamento em dinheiro, conforme os próprios relatam pagam com dia de serviço, ou seja, trocam dias de serviços.

**Tabela 25- Agricultores do PAA por participação dos membros do grupo familiar nas atividades agrícolas, Datas - MG, 2018/2019**

Participação de membros do grupo familiar nas atividades	Observação	Ativos frequentes		Ativos infrequentes	
		Nº absoluto	%	Nº absoluto	%
Contrata mão de obra ocasional	Sim	12	92,30	4	100
	Não	1	7,70	0	0
Contrata mão de obra ocasional	Sim	53,85	7	25	1
	Não	46,15	6	75	3

Fonte: Apêndice C, p. 177.

As atividades desenvolvidas por estes agricultores contam, predominantemente, com a participação dos membros da família, principal característica da agricultura familiar. Mas, ocasionalmente, em algumas épocas do ano, principalmente na época do plantio e da colheita, alguns contratam mão de obra.

Resultado similar ao apresentado acima foi encontrado por Rambo *et al.*, (2016) ao constatar que entre os beneficiários fornecedores do PAA há aqueles que realizam a contratação de mão de obra para atender algumas demandas, com 57,12% das famílias, que faz a contratação de um diarista na forma de trabalho parcial, ou seja, contratam alguém para realizar um trabalho específico em tempo de grande demanda, em especial, quando se esta no momento de plantio, tratos culturais, colheita, quando na produção agrícola e nos procedimentos de vacinação, cura de animais e de construção/concerto de cercas ou currais na produção pecuária.

Não há em Datas contratação de mão de obra fixa pelos agricultores fornecedores do PAA. Para a mão de obra contratada, ocasionalmente, na ocasião do plantio e/ou da colheita não há pagamento em dinheiro e sim com troca de dias de serviço com os vizinhos. Evidencia-se aqui um dos traços peculiares da cultura caipira, a “ajuda mútua”, perpetuada nos sujeitos do campo, que têm hoje uma denominação normatizada de “agricultor”.

Como se vê tanto nos relatos de Brandão quanto de Antônio Cândido, a economia do caipira também é baseada na ajuda mútua, tais autores explicitam essa característica ao descreverem o mutirão: “Quando o trabalho é muito e o momento permite, um camponês “com precisão”, pode combinar com parentes e vizinhos, às vezes até com amigos de longe, de outros bairros, um mutirão ou *muchirão*. Este é o momento em que a lida da lavoura passa de familiar a comunitária e o puro trabalho camponês torna-se um ritual de troca e solidariedade através do trabalho (Brandão, 1983 p. 30). Segundo Antônio Cândido é um aspecto festivo que reveste, constitui um dos pontos importantes da vida cultural do caipira. “Consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho: derrubada, roçada, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação etc. Geralmente os vizinhos são convocados e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa, que encerra o trabalho”(Cândido 2010, p. 82). A questão da ajuda mútua envolve muito mais que a reciprocidade, envolve a equivalência entre o que foi dado e o que se quer receber, conforme vê-se nos relatos de no livro do Marcel Mouss” O ensaio sobre a dádiva.

Os alimentos produzidos nas unidades de produção dos agricultores são destinados prioritariamente ao consumo da família, o que é comercializado seja nos programas como PAA e Pnae ou no comércio local e feira livre na sede do município (aos sábados), é caracterizado como excedente. Sobre a participação na feira na do agricultor os dados estão na Tabela 27. São 46,15% que participam para vender alguns itens da sua produção, enquanto 53,85% não participam, nem para vender, nem para comprar. O principal motivo declarado pela não participação, é a falta de transporte para levar os produtos à feira no sábado.

Há uma baixa participação dos agricultores fornecedores para o PAA na feira. Com isso, constata-se a necessidade de apoiar os agricultores no transporte dos produtos para a comercialização já que a feira consiste em mais um canal de comercialização contribuindo para um maior fortalecimento de suas atividades agrícolas. Explorar outros canais para comercialização dos produtos é um estratégia que deve ser estimulada para que os

agricultores não fiquem dependentes somente do PAA, tendo como opção apenas este programa que estabelece limites anuais de compra.

**Tabela 26 - de Agricultores doPAA por participação na feira de Agricultores, Datas - MG, 2018/2019**

Participa da feira do agricultor na sede do Município de Datas	Ativos frequentes		Ativos infrequentes	
	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%
Sim	6	46,15	2	50
Não	7	53,85	2	50
Total	13	100	4	100

Fonte: Apêndice C, p. 177.

As feiras livres se compõem como um importante canal de comercialização de produtos da agricultura familiar. As feiras proporcionam uma dinamização econômica e produtiva local, de forma a gerar desenvolvimento renda (ARAÚJO & RIBEIRO, 2017, p. 238). Sobre isso Ribeiro *et al.*, (2007) a feira livre é uma das instituições mais sólidas de Minas Gerais; principalmente do norte, nordeste e noroeste do estado. Elas fazem parte da economia e da cultura dessas regiões: abastecem cidades pequenas e distantes das rotas comerciais de distribuição de alimentos, escoam a produção dos lavradores, aquecem o comércio urbano com as compras dos feirantes.

Sobre a renda do grupo familiar (TAB. 27) tanto no grupo dos ativos frequentes quanto no grupo dos ativos infrequentes, os que se enquadram no grupo de renda com até um salário mínimo têm como principal fonte de renda apenas a lavoura, e os que se enquadram no grupo com renda entre 2 e 3 salários mínimos. No grupo dos ativos frequentes 53,85% declaram renda de 2 a 3 salários mínimos, sendo fontes de rendas a lavoura e aposentadoria. Já 46,15% deste grupo dizem ser a renda do grupo familiar de até um salário mínimo proveniente apenas da lavoura. No grupo dos ativos infrequentes, 75% declaram renda de 2 a 3 salários mínimos provenientes da lavoura somada à aposentadoria, ao lado de um quarto do grupo que declaram ser a renda do grupo familiar de até um salário mínimo, proveniente apenas da lavoura.



**Tabela 27- Agricultores do PAA por fonte de renda do grupo familiar, Datas - MG, 2018/2019**

Fonte de Renda do grupo familiar	Até 1(um) salário mínimo				De 2(dois) a 3(três) salários mínimos			
	Ativos frequentes		Ativos infrequentes		Ativos frequentes		Ativos infrequentes	
	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%
Lavoura	6	46,15	1	25	0	0	0	0
Lavoura e Aposentadoria/pensão	0	0	0	0	7	53,85	3	75

Fonte: Apêndice C, p. 177.

Os dados para Datas são similares aos dados Hespanhol (2013) constatando que as atividades agropecuárias (pecuária de leite e corte; fruticultura; café e lavouras diversificadas) constituem-se nas principais fontes de renda de 63,2% dos produtores participantes do PAA. Ainda, nos resultados encontrados por Hespanhol (2013), para 26,3% dos agricultores a aposentadoria se destaca em termos monetários e para 10,5% a ocupação em atividades não agrícolas, realizadas dentro ou fora da propriedade rural, era mais importante.

No caso dos agricultores pesquisados em Datas, a aposentadoria contribui muito para a renda, e junto com a renda advinda da lavoura contribui pra uma renda do grupo familiar entre 2 e 3 salários mínimos. Considerando o valor do salário mínimo atual de R\$954,00, a renda destes está compreendida entre R\$ 1908,00 e R\$ 2862,00. Como fontes de renda foram citadas apenas lavoura e lavoura juntamente com aposentadoria, não há casos em que a fonte de renda são também atividades não agrícolas, desenvolvidas dentro ou fora da unidade de produção. Para a maioria dos agricultores participantes do PAA em Datas a principal fonte de renda é a lavoura.

A renda do grupo familiar dos agricultores fornecedores do PAA em Datas varia de 1 a 3 salários mínimos, resultados similares aos encontrados por Libânio (2018) constatando que a renda mensal dos agricultores participantes como fornecedores da mesma modalidade do PAA(compra com doação simultânea) está compreendida entre 1 a 3 salários mínimos. Isso é confirmado por Hespanhol (2013) ao dizer que a agricultura se constitui na principal fonte de renda monetária dos produtores, sendo que a possibilidade de comercializar parte da produção junto ao PAA se constitui em importante alternativa para se aumentar a renda monetária mensal das famílias.

Sobre os benefícios assistenciais e previdenciários, 40% disseram ser beneficiários do Programa Bolsa Família, enquanto 60% não são. Como já mencionado

anteriormente, 40% recebem aposentadorias e 60% não recebem este benefício. Quanto ao Benefício Prestação Continuada, um agricultor declarou haver no grupo familiar, integrante que o recebe. Todos estes benefícios complementam a renda do agricultor. Segundo Ribeiro *et al.*, (2007) as rendas monetárias vindas de bolsas, aposentadorias e permitem diversificar e estabilizar suas estratégias de reprodução.

**Tabela 28 - Agricultores do PAA por benefícios assistenciais e previdenciários, Datas - MG, 2018/2019**

Benefícios assistências e previdenciários	Observação	Ativos frequentes		Ativos infrequentes	
		Nº absoluto	%	Nº absoluto	%
Bolsa Família	Sim	4	30,76	2	50
	Não	9	69,23	2	50
Aposentadoria	Sim	7	53,84	2	50
	Não	6	46,15	2	50
Benefício Prestação Continuada	Sim	1	7,69	1	25
	Não	12	92,30	3	75

Fonte: Apêndice C, p.177.

Em Ponte Nova-MG segundo Libânio (2018) 14,89% dos agricultores fornecedores do PAA são beneficiários do Bolsa Família. Tais benefícios contribuem para o fortalecimento das atividades dos agricultores e suas unidades de produção. Alguns agricultores têm suas atividades centralizadas apenas na sua propriedade, neste caso, 76,92%, enquanto outros, 23,07%, exercem ocasionalmente atividades fora da propriedade, para vizinhos, complementando assim a renda familiar.

Quando questionados sobre caso de migração de algum integrante do grupo familiar, no grupo dos ativos frequentes, 30,77% declararam ter ocorrido migração de 1 a 4 integrantes, 7,69% disseram ter ocorrido migração de mais de 4 e 61,54% que nenhum migrou. Já no grupo dos ativos infrequentes 50% declararam ocorrência de migração de 1 a 4 membros e 50% disseram não ter ocorrido migração de algum membro do grupo familiar. A migração tratada aqui diz respeito à definitiva, os membros que migraram foram morar definitivamente em outras comunidades, outras cidades ou outros estados, não foi identificado caso de migração sazonal. O mesmo resultado também para o município de Datas foi obtido por Santos (2017) não constatado caso de migração sazonal e sim que os casos de migração identificados são de migração definitiva.

**Tabela 29- Agricultores do PAA por realização de trabalho fora da propriedade e por número de membros migrantes, Datas - MG, 2018/2019**

Trabalha fora da propriedade	Observação	Ativos frequentes		Ativos infrequentes	
		Nº absoluto	%	Nº absoluto	%
	Sim	3	23,07	0	0
	Não	10	76,92	4	100
Número de membros migrantes	1 a 4 membros	4	30,77	2	50
	Mais de 4 membros	1	7,69	0	
	Nenhum membro	8	61,54	2	50

Fonte: Apêndice C, p. 177.

Sobre as ferramentas utilizadas nas atividades desenvolvidas na unidade de produção 30,77% usam apenas a enxada, estes são os que exploram as várzeas, os “brejos” segundo eles, e 69,23% fazem uso da enxada e ocasionalmente do trator da prefeitura. Observa-se na comunidade Vargem do Basto, a denominação “*girico*” atribuída ao trator. Uma observação também feita por Santos (2017), em estudo realizado neste município, segundo esta autora as técnicas de plantio empregadas são mistas, combinam uso de trator (*girico*, denominação local) para o preparo do terreno (gradear), em alguns casos para plantar e colher, mas, de forma geral a maior parte do processo é realizada manualmente.

Recorre-se aqui às contribuições da “Artesanidade intelectual” de José de Souza Martins ajustando a abordagem e a técnica de pesquisa diante do vocabulário peculiar do Agricultor com condições assim, de compreender que “*girico*” é a denominação atribuída por este, ao trator.

**Tabela 30- Agricultores do PAA por tipo de ferramentas utilizado, Datas - MG, 2019**

Ferramentas utilizadas nas atividades agrícolas	Ativos frequentes		Ativos infrequentes	
	Nº absoluto	%	%	Nº absoluto
Enxada	4	30,77	2	50
Enxada e trator	9	69,23	2	50
Total	13	100	4	100

Fonte: Apêndice C, p.177.

A maioria dos agricultores participantes do PAA, tanto do grupo dos ativos frequentes quanto do grupo dos ativos infrequentes, explora a terra na condição de proprietária, residindo de 16 a 40 anos na mesma localidade de execução das atividades, com a maioria das propriedades de 1 a 3 hectares. Todos os agricultores participantes a pesquisa estão no grupo de DAP B. Quanto ao Cadastro ambiental rural, a maioria dos ativos frequentes já o efetuou, enquanto a maioria dos ativos infrequentes ainda não o realizou. A maioria de ambos os grupos contam com a participação dos membros do grupo familiar nas

atividades, com a maioria dos agricultores ativos frequentes contratando ocasionalmente mão de obra enquanto os ativos infrequentes não contratam.

Sobre a participação na feira do agricultor na sede do município, a maioria dos ativos frequentes não participa e quanto aos ativos frequentes, apenas 50% participam. A maioria dos agricultores tem renda de 2 a 3 salários mínimos, sendo esta originária da lavoura somada aos benefícios de aposentadorias ou pensões. A maioria dos agricultores recebe ou benefício do programa bolsa família ou aposentadoria, com uma minoria que recebe o benefício prestação continuada. A maioria dos agricultores declara não trabalhar fora da propriedade. Sobre migração de membros da família a maioria declara não ter ocorrido, e os casos relatados por alguns são casos de migração definitiva, não havendo casos de migração sazonal. Para a execução das atividades desenvolvidas nas unidades de produção a maioria dos agricultores utiliza enxada e o trator da prefeitura.

No último tópico do questionário as questões foram abordadas com o intuito de conhecer o perfil da produção, cujos dados serão discutidos.

### *3.2.1.3 Perfil da produção agrícola dos agricultores fornecedores para o PAA*

Os agricultores foram questionados sobre as principais culturas cultivadas na propriedade e sobre a criação de animais, em caso de ocorrência de pragas, como se dá o controle, se adota sistema de irrigação e qual a origem da água utilizada, qual ou quais os problemas encontrados na produção agrícola e pecuária.

Em relação à produção agrícola as principais espécies cultivadas são frutíferas e hortaliças. Entre as frutíferas estão: abacate, laranja, limão, banana, goiaba, abacaxi, mexerica, tangerina ponkan, acerola, pêra, pitanga, maracujá, manga, todas exploradas nos quintais. As principais frutíferas exploradas pela maioria dos agricultores são Laranja, banana e acerola.

**Tabela 31- Agricultores Ativos Frequentes e Ativos Infrequentes no PAA por cada tipo de frutífera cultivado, Datas - MG, 2018/2019**

Frutíferas	Ativos frequentes		Ativos infrequentes	
	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%
1 Abacate	3	23,07	2	50
2 Ameixa	0	0	1	25
3 Laranja comum	13	100	3	75
4 Limão	3	23,07	0	0
5 Morango	0	0	1	25
6 Banana nanica	6	46,15	2	50
7 Goiaba	1	7,69	1	25
8 Abacaxi	1	7,69	0	0
9 Mexerica	1	7,69	0	0
10 Tangerina Ponkan	4	30,77	1	25
11 Acerola	9	69,23	2	50
12 Pera	1	7,69	0	0
13 Pitanga	1	7,69	0	0
14 Maracujá	3	23,07	0	0
15 Manga	5	38,46	1	25

Fonte: Apêndice C, p. 177.

**Figura 6 - Frutas fornecidas para o PAA pelos agricultores, banana (à esquerda), laranja e mexerica (à direita), Datas – MG, 2019**



Fonte:

Fonte: Acervo de Ângela Santos, 2019.

A frutífera a qual cultivo um maior número de agricultores ativos frequentes se dedica é a laranja comum seguida da acerola e depois da banana nanica. Em relação ao grupo dos ativos infrequentes, a maioria destes também se dedica ao cultivo da laranja comum, seguida do abacate, banana nanica e acerola.

Em relação ao cultivo de hortaliças, as principais são: alface, mostarda, rúcula, almeirão, couve, repolho, alho, cebolinha, cebola, tomate, pimentão, beterraba, cenoura, mandioca, batata doce e abóbora, estas cultivadas em hortas. As principais, cultivadas pela maioria dos agricultores são: alface, beterraba, cenoura e couve.

**Tabela 32- Agricultores do PAA por tipo de hortaliça e demais culturas cultivadas, Datas - MG, 2019**

Hortaliças e demais culturas	Ativos frequentes		Ativos infrequentes	
	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%
1 Alface	13	100	3	75
2 Mostarda	4	30,76	1	25
3 Rúcula	1	7,69	0	0
4 Almeirão	1	7,69	1	25
5 Couve	11	84,61	2	50
6 Couve flor	0	0	1	25
7 Brócolis	0	0	1	25
8 Repolho	4	30,76	4	100
9 Alho	6	46,15	2	50
10 Cebolinha	4	30,76	3	75
11 Cebola de cabeça	2	15,38	3	75
12 Tomate	6	46,15	1	25
13 Pimentão	1	7,69	1	25
14 Beterraba	12	92,30	2	50
15 Cenoura	10	76,92	3	75
16 Jiló	0	0	2	50
17 Quiabo	0	0	0	0
18 Mandioca	1	7,69	1	25
19 Batata doce	1	7,69	0	0
20 Abóbora	4	30,76	0	0
21 Arroz	2	15,38	0	0
22 Feijão	2	15,38	1	25
23 Milho verde	1	7,69	1	25

Fonte: Apêndice C, p. 177.

**Figura 7 - Hortaliças fornecidas para o PAA pelos agricultores, abóboras (à esquerda), alface (à direita), Datas – MG, 2019**

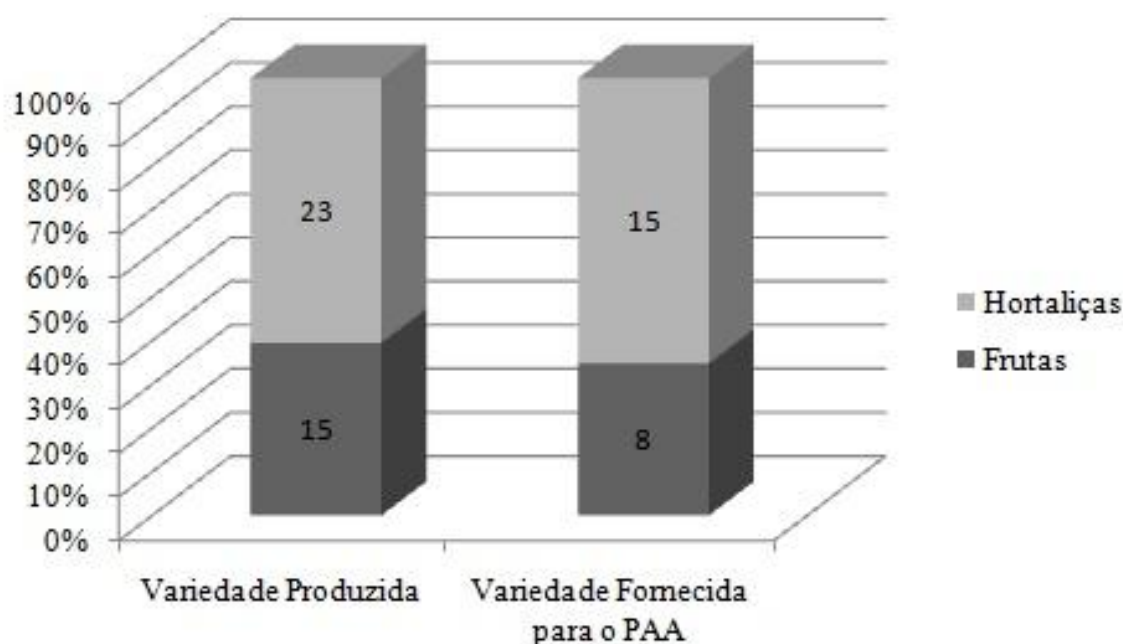


Fonte: Acervo de Ângela Santos, 2019.

No grupo dos ativos frequentes, 100% se dedicam ao cultivo da Alface, 92,30% ao cultivo da beterraba, 84,61% ao cultivo da couve e 76,92%. No grupo dos Ativos infrequentes as principais culturas exploradas pela maioria dos agricultores são: Repolho, alface, cebolinha, cebola de cabeça e cenoura, com 100% dos agricultores cultivando o repolho e 75% para as demais citadas como principais.

Das culturas exploradas pelos agricultores fornecedores para o PAA, observa-se que são 15 tipos diferentes de frutas (TA. 31) e 23 tipos diferentes de hortaliças (TAB. 32). Destas culturas exploradas, em relação às frutas, apenas 8 (53,33%) tipos são fornecidos para o PAA, entre as quais estão: abacate, acerola, laranja comum, banana nanica, limão, manga, maracujá, tangerina, e em relação às hortaliças e demais itens, apenas 15 (65,21%) são fornecidos, dentre estas estão: abóbora moranga, abobrinha, alface, alho, beterraba, brócolis, cará, cenoura, couve flor, couve, repolho, tomate maçã, feijão, mandioca e milho verde, sendo possível varia muito mais a oferta de produtos fornecidos.

**Gráfico 6 – Variedade de frutas e hortaliças produzidas e fornecidas para o PAA, Datas – MG, 2018/2019**



Fonte: Apêndice C, p. 177.

A agricultura familiar do município de Datas tem potencial para fornecer uma variedade de frutas, verduras e legumes, além dos que fornecem, é preciso explorar este potencial de diversidade de frutas e verduras produzidas. Esses alimentos representam o maior percentual de aquisições do PAA, resultados obtidos no trabalho *Programa de aquisição de alimentos - PAA resultados das ações Conab em 2017* mostram que as frutas e os hortigranjeiros foram os produtos com 57% das aquisições do PAA, na modalidade compra com doação simultânea, operacionalizado pela Conab no ano de 2017.

Sobre os métodos de controle de pragas (TAB. 34), no grupo dos ativos frequentes, 69,23% dos ativos frequentes declararam efetuar o controle com produtos

alternativos, fazendo uso de receitas repassadas pela Emater-MG, 7,69% declararam fazer uso de produto químico e 30,77% declararam não realizar o controle. Já no grupo dos ativos infrequentes, 50% declararam efetuar o controle alternativo, ao lado de 25% que efetua o controle com uso de produtos químicos e 25% que não realizam o controle.

**Tabela 33- Agricultores do PAA por método de controle de pragas utilizado, Datas - MG, 2018/2019**

Método de controle de pragas	Ativos frequentes		Ativos infrequentes	
	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%
Químico	1	7,69	1	25
Alternativo	9	69,23	2	50
Não realiza o controle	4	30,77	1	25

Fonte: Apêndice C, p. 177.

Observa-se que a maioria dos agricultores realiza o controle alternativo de pragas, o que pode contribuir para a produção de alimentos mais saudáveis, isentos de produtos químicos. Entre os métodos alternativos mencionados pelos agricultores estão: o uso de caldas de fumo, uso de urina de vaca, segundo eles estes métodos de controle são adotados conforme orientações da Emater-MG.

A EMATER antes “difusionista”, incentivando os agricultores a adotarem as inovações tecnológicas impostas pela Revolução Verde (o pacote tecnológico) apresenta hoje atuação com enfoque mais participativo, com base em princípios agroecológicos. Esse novo paradigma tecnológico de produção assentado nos princípios científicos da agroecologia, surge em 2003 com a Pnater. A Pnater foi elaborada pelo Ministério do Desenvolvimento agrária, através da Secretaria de agricultura familiar, a partir da sistematização de reivindicações, da agricultura familiar e profissionais da extensão rural pública, apresentadas em seminários estaduais e nacionais. Sobre tal mudança de abordagem na atuação da Emater-MG Caporal (2007) argumenta que partiu da compreensão de que o modelo difusionista não era compatível com os novos enfoques de desenvolvimento sustentável, e que, portanto, precisa ser construída uma nova base teórica, para orientar a ação da extensão rural, possível a partir da adoção dos princípios da agroecologia, a partir disso surge um novo conceito de extensão rural, o conceito de extensão rural agroecológica.

O incentivo à produção agrícola com base em princípios agroecológicos pode contribuir para o fortalecimento da participação dos agricultores como fornecedores para o PAA, pois já há previsão normativa de valorização de produtos agroecológicos fornecidos para o programa, sendo para estes, pago valor superior ao valor pago aos que não são obtidos com



base em tais princípios. No município de Datas não há ainda, o fornecimento para o PAA, de produtos reconhecidos como agroecológicos, mas é importante que a Emater-MG observe e busque junto com os agricultores, este reconhecimento, como uma forma de valorização dos produtos e dos agricultores, e até mesmo como uma forma de incentivar a produção dos demais, que fazem uso de produtos químicos, a produzirem com base nos mesmos princípios.

Segundo Campos (2014) a partir da oferta de frutas, verduras, legumes, grãos, cereais, alimentos orgânicos e agroecológicos, o PAA pode ser vetor de acesso a alimentos saudáveis e associada a alimentos saudáveis, a agricultura familiar pode dar passos importantes para o seu fortalecimento perante segmentos da sociedade que valorizam esse tipo de produto. Desta forma, incentivando a produção de alimentos saudáveis, isentos de agroquímicos, a Emater-MG está atuando no fortalecimento da agricultura familiar e incentivando a participação dos agricultores na produção destes alimentos que tendem a ser mais valorizados pela sociedade.

A agricultura familiar de Datas caracteriza-se como um modo de produção diversificado em que os agricultores desempenham não só atividades agrícolas, mas também atividades pecuárias (TAB. 34), como a criação de bovinos, suínos e aves com respectivamente, 23,07%, 53,85% e 92,30% dos agricultores ativos frequentes no PAA dedicando-se à criação destes animais. Quanto ao grupo dos ativos infrequentes, 25% se dedicam à criação de suínos e 100% criam aves. Quanto mais diversificadas as atividades nas unidades de produção menores são os riscos dos agricultores em relação às oscilações mercado.

**Tabela 34- Agricultores do PAA por produção de animais, Datas - MG, 2018/2019**

Produção de animais	Ativos frequentes		Ativos infrequentes	
	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%
Bovinos	3	23,07	0	0
Suínos	7	53,85	1	25
Aves	12	92,30	4	100

Fonte: Apêndice C, p. 177.

Os agricultores dedicam-se a várias atividades, característica do sistema de produção “policultura-pecuária” conforme denominação de Wanderley (1996). Mendras (1984) diz ser típico da agricultura de base familiar, culturas e criações integrados de forma que possibilite o máximo uso de subprodutos de cada produção para as outras além da diversidade de produtos fornecer uma segurança contra as intempéries e as desigualdades das

colheitas, o que significa que, quanto mais diversas forem as atividades executadas nas unidades de produção familiar, a menores riscos o agricultor está sujeito.

Para Grisa *et al.*,(2011), o PAA, especialmente a modalidade compra com doação simultânea, tem incitado mudanças importantes na matriz produtiva das unidades familiares, notadamente no que concerne à diversificação produtiva. O programa tem sido responsável por restaurar a policultura, predicado de um modo de vida camponês. Isso porque, em muitas regiões do Brasil, a modernização da agricultura conduziu os agricultores a ingressarem na especialização produtiva, na monocultura e na produção de *commodities*, não raro destinadas ao mercado externo, o que, por sua vez, expôs esses agricultores a contexto de acentuada vulnerabilidade social. Nessas situações, o PAA tem se destacado por incentivar a diversificação, na medida em que conecta a oferta da produção familiar a uma demanda diversificada.

Ainda segundo Grisa *et al.*,(2011), avaliações que tiveram como objeto de investigação a implementação do programa em diferentes ambientes rurais, muitos agricultores passaram a diversificar e valorizar produtos locais que, até então, eram depreciados ou não tinham seu valor comercial reconhecido. Frutas, verduras, produtos de origem animal e agroindustrializados são exemplos de alimentos adquiridos pelo PAA.

Os agricultores deparam com alguns problemas na execução das atividades agrícolas (TAB. 35) entre as quais estão: pragas, poucas condições financeiras e clima. Para o grupo dos Ativos frequentes, os principais problemas que ocorrem são, para 30,77%, 23,07%, 15,38% e 7,69% pragas, clima, baixas condições financeiras e comercialização respectivamente, sendo que 38,46% declararam não ter nenhum problema. Já no grupo dos ativos infrequentes para 50% os problemas são relacionados a pragas, para 25% clima e para 25%, comercialização.

Sobre o clima, embora haja boa disponibilidade de recursos hídricos, o problema está na falta de estrutura técnica, já que nenhum dos agricultores dispõe de sistema de irrigação, para suprimento da demanda das culturas. Certamente o problema relacionado ao clima não seria relatado se tivessem um sistema de irrigação implantado na área de produção.

**Tabela 35- Agricultores do PAA por tipo de problema encontrado na produção agrícola, Datas - MG, 2019**

Problema na produção agrícola	Ativos frequentes		Ativos infrequentes	
	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%
Pragas	4	30,77	2	50
Baixas Condições financeiras	2	15,38	0	0
Clima	3	23,07	1	25
Nenhum	5	38,46	0	0
Comercialização	1	7,69	1	25

Fonte: Apêndice C, p. 177.

Sobre como se reconhecem à frente das atividades nas unidades de produção (TAB. 36), não há consenso entre agricultores pesquisados, isso porque, no grupo dos ativos frequentes 23,07% se reconhecem como lavradores (as), 23,07% como trabalhadores (as) rurais, 7,69% como produtores (as) rurais, 7,69% como agricultores (as) e 38,46% como agricultores (as) familiares. No grupo dos ativos infrequentes, 50% se reconhecem como lavradores (as), 25% como trabalhadores (as) rurais e 25% como produtores (as) rurais.

O que se pode dizer é que, embora normatizados como agricultores (as) familiares após reconhecimento e legitimação da agricultura familiar enquanto modelo de produção agrícola, as demais denominações para estes sujeitos não foram abolidas, tal denominação “agricultor familiar” consiste em mais uma nomenclatura que se somou às já existentes. No grupo dos ativos frequentes a maioria se reconhece como agricultor (a) familiar e no grupo dos ativos infrequentes a maioria se reconhece como lavrador (a).

**Tabela 36- Agricultores por categoria autodenominada, Datas - MG, 2018 2019**

Categoria autodenominada	Ativos frequentes		Ativos infrequentes	
	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%
Lavrador(a)	3	23,07	2	50
Trabalhador (a) Rural	3	23,07	1	25
Produtor rural	1	7,69	1	25
Agricultor(a)	1	7,69	0	0
Agricultor(a) Familiar	5	38,46	0	0
Total	13	100	4	100

Fonte: Apêndice C, p.177.

Sobre isso Wanderley (1996) pontua que com a criação da categoria agricultura familiar, a agricultura assume atualmente uma racionalidade moderna, o agricultor se profissionaliza, o mundo rural perde seus contornos de sociedade parcial e se integra plenamente à sociedade nacional. No entanto, é importante sublinhar que estes “novos personagens”(os agricultores familiares), ou pelo mesmo uma parte significativa desta categoria social, quando comparados aos camponeses ou outros tipos tradicionais, são

também, ao mesmo tempo, o resultado de uma continuidade. Esta autora ainda afirma que a agricultura familiar não é uma nova categoria na sociologia rural, não traz personagem novo diferente do camponês tradicional e dos demais sujeitos.

Conforme abordado no primeiro capítulo, este argumento de Wanderley vem do seu artigo *Raízes históricas do campesinato brasileiro (1996)*, que somado aos trabalhos de Lamarche (1993;1998); de José Graziano (1978); de Ângela Kageyama (1989); de Ricardo Abramovay, (1992/1998) e de José Eli José da Veiga(1991); de José Guanziroli (1994) contribuíram para a afirmação da categoria agricultura familiar, e juntamente com as contribuições de atores nas vertentes social e política, promoveram o reconhecimento da agricultura familiar enquanto modelo de produção agrícola e dos seus sujeitos, os agricultores familiares.

Os agricultores participantes do PAA no município de Datas cultivam uma diversidade de hortaliças e frutas. Diversidade que não é totalmente explorada no PAA, já que dentre a diversidade produzida poucos tipos de frutas e de hortaliças são fornecidos para o PAA, portanto é possível diversificar ainda mais a oferta de produtos fornecidos. O principal problema com o qual lidam os agricultores nas atividades agrícolas é o ataque de pragas, sendo que para o controle destas a maioria utiliza produtos alternativos à base de produtos naturais o que resulta em alimentos mais saudáveis isentos de produtos químicos. Aliados ao cultivo de várias espécies vegetais, os agricultores dedicam-se também à criação de bovinos, Suínos e aves, sendo que a maioria cria aves. Há entre estes agricultores quem se reconhece como lavrador, produtor rural, trabalhador rural e agricultor, sendo esta denominação por meio da qual a maioria se reconhece.

Depois do consumo da família, a principal destinação da produção agrícola destes agricultores é o PAA. Desta forma buscou-se conhecer o perfil dos consumidores dos produtos fornecidos pelos agricultores para o Programa. Sobre isso a discussão será apresentada a seguir.

### *3.2.2 Beneficiários consumidores do PAA do município de Datas: famílias em situação de vulnerabilidade social*

Conforme já apresentado anteriormente, em 2018 o número de famílias cadastradas como beneficiários consumidores do PAA no município de Datas era

136 passando para 164 em 2019. Sobre a quantidade de cestas distribuídas a estas famílias em 11 entregas realizadas em 2018 os dados estão no Quadro 4.

**Quadro 4 – Beneficiários consumidores, por número de cestas distribuídos, por grupos e famílias beneficiados, Datas - MG, 2019**

Entregas <sup>19</sup> realizadas	Quantidade de Cestas (cestas)	Grupos de beneficiados <sup>20</sup>	Famílias beneficiadas <sup>21</sup> (%)
14/06/2018	78	grupo 1 e 62 famílias do grupo 2	57,35
21/06/2018	98	grupo 1 e 82 famílias do grupo 2	72,05
12/07/2018	113	grupo 1, grupo 2 e 7 famílias do grupo 3	83,08
05/07/2018	87	grupo 1 e 71 famílias do grupo 2	63,97
19/07/2018	94	grupo 1 e 78 famílias do grupo 2	69,11
13/09/2018	68	grupo 1 e 52 famílias do grupo 2	50
20/09/2018	58	grupo 1 e 42 famílias do grupo 2	42,64
27/09/2018	46	grupo 1 e 30 famílias do grupo 2	33,82
28/09/2018	20	grupo 1 e 4 famílias do grupo 2	14,7
04/10/2018	62	grupo 1 e 46 famílias do grupo 2	45,58
25/10/2018	55	grupo 1 e 16 famílias do grupo 2	40,44
Total	779	-----	-----

Fonte: Anexo E, p. 203.

Em 2018, o procedimento adotado pela equipe do Cras para a distribuição das cestas, era por ordem de grupos prioritários, seguindo a lista de famílias cadastradas em cada um por ordem numérica. Desta forma, em 11 das entregas realizadas o grupo 1 “*Famílias com necessidades nutricionais, pessoas com deficiência ou doença crônica*” com 16 famílias cadastradas foi todo atendido, considerando que todos seus componentes compareceram. Observa-se que na maioria das entregas somente parte do grupo 2 “*Famílias com crianças menores de 12 anos*” com 90 famílias cadastradas foi atendida, havendo apenas um dia em que todas famílias deste grupo foram atendidas, sendo este também o dia em que 7 famílias do

<sup>19</sup> As entregas das cestas iniciaram-se no dia 04/04/2018, ocorrendo também no dia 11, 18 e 25 do referido mês, e no dia 02/05, mas não foram encontrados registros de quantas cestas foram entregues nestas datas. Quanto ao mês de agosto, para renovação dos contratos dos fornecedores a entrega dos produtos ficou suspensa durante todo o mês. A partir de novembro o fornecimento dos produtos foi novamente suspenso, devido ao atraso no pagamento aos Agricultores familiares. De Janeiro a março de 2019, ocorreu a remoção do até então extenionista da Emater-MG e chegada de outros, que solicitaram aos fornecedores a retomado das entregas dos produtos a partir de abril de 2019. Diante da pouca utilização do recurso do PAA no município, estes, solicitaram prorrogação até dia 30 de maio de 2019.

<sup>20</sup> Os grupos, a quantidade de famílias por grupo e os critérios para enquadramento das famílias em cada grupo estão no Quadro 3 no subtópico *Instituição Gestora Cras* deste capítulo.

<sup>21</sup> Percentual calculado considerando o número total de famílias cadastradas em 2018, sendo o total de 136.

grupo 3 "Idosos maiores de 60 anos e menores de 65 anos não aposentados ou beneficiários de Benefício Prestação Continuada" com 17 famílias cadastradas foram atendidas. Com este procedimento adotado, diante da insuficiência de cestas para atender a todas as famílias, os dois últimos grupos, grupo 4 "Famílias com adolescentes entre 12 e 17 anos" com 3 famílias cadastradas e o grupo 5 "Famílias de baixa renda" com 10 famílias cadastradas não foram beneficiados em nenhuma das entregas realizadas. É importante salientar que no grupo 4, estão famílias com adolescentes entre 12 e 17 anos, em faixa de idade escolar. O responsável pelo programa no Cras menciona ter consciência de que uma alimentação deficitária repercute em problemas educacionais. E no grupo 5 estão famílias que teve nos últimos 6 meses, morte ou abandono do provedor familiar; famílias com mais de 6 membros na composição do grupo familiar; famílias com nenhum membro inserido no mercado de trabalho (desempregados).

O percentual mínimo de famílias beneficiadas dentre as 136 cadastradas em 2018, foi de 14,7% e o máximo, de 83,08%. Das 11 entregas realizadas, apenas 5 (cinco) ultrapassaram 50% das famílias beneficiadas, e 6 (seis) não ultrapassaram este percentual. Em relação ao número de cestas para atender todas as famílias cadastradas seriam necessários 1496, mas o total distribuído foi de apenas 779, ou seja, somente 52,07% da quantidade suficiente para atender a todas as famílias.

Diante desta insuficiência de cestas para atender a todas as famílias cadastradas, surgiram reclamações por parte destas não atendidas, diante disso, o Cras adotou para 2019, já com um número maior de famílias cadastradas (164), outro procedimento para realização das entregas a fim de contemplar todas as famílias cadastradas, realizando rotatividade na lista de cadastro, e não mais seguindo a lista por ordem de prioridade dos grupos como fazia em 2018. Assim a equipe do Cras passou a realizar a distribuição alternando os beneficiários e na primeira entrega realizada em 2019, 91 famílias foram beneficiadas, pela lista de famílias cadastradas do número 1 ao número 91, dentro faixa, só não seria se não estivesse presente. Na semana seguinte a distribuição ocorreu a partir do número 91 e assim sucessivamente até beneficiar todas as famílias. Finalizando a lista, esta era retomada do início.

Outra mudança ocorrida em 2019 foi quanto ao dia da distribuição das cestas passando a ocorrer no mesmo dia de recepção dos produtos dos agricultores familiares, que são às quartas feiras, esta ocorrendo pela manhã, e aquela a partir das 13h. Antes do início da distribuição, os beneficiários consumidores presentes são informados da quantidade de cestas formadas, realizando a chamada nominal dos beneficiários até o número de cestas. A quantidade de cestas distribuída e a quantidade de entregas realizadas em 2019 encontram-se na Tabela 37.

**Tabela 37– Beneficiários consumidores: quantidade de Cestas por entregas realizadas, Datas - MG, 2019**

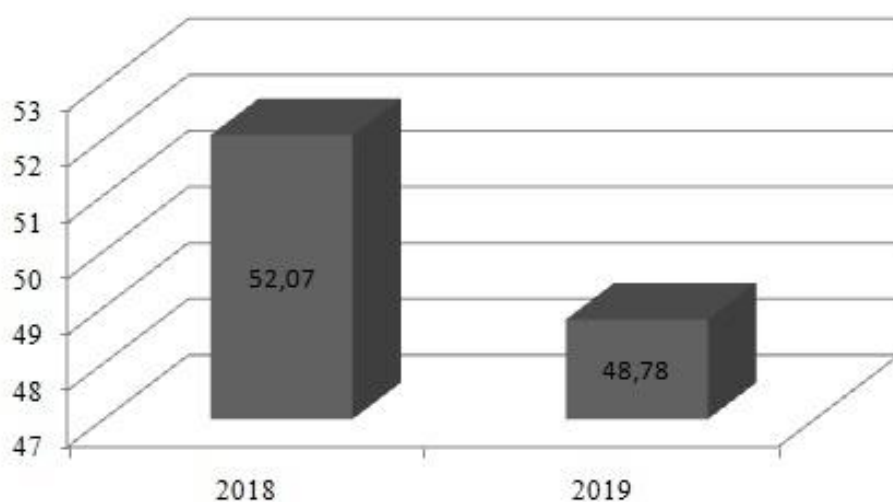
Entregas realizadas	Quantidade de Cestas
24/04/2019	91
03/05/2019	120
08/05/2019	69
15/05/2019	85
22/05/2019	67
29/05/2019	48
<b>Total</b>	<b>480</b>

Fonte: Anexo E, p. 203.

Em 2019 foram realizadas apenas 6 entregas totalizando 480 cestas. Com o novo procedimento, todas as famílias cadastradas foram beneficiadas, por um lado foi positivo porque beneficiou os grupos que não estavam sendo com o procedimento dotado em 2018, mas os grupos prioritários com requisitos específicos para serem beneficiados com o programa, inclusive que requerem uma boa alimentação, como o caso do grupo 1 (Famílias com necessidades nutricionais, pessoas com deficiência ou doença crônica) e o grupo 2 (Famílias com crianças menores de 12 anos), este com crianças em idade escolar que no Cras argumenta-se que uma alimentação deficitária resulta em problemas educacionais.

Para atender a todos os grupos é necessário que o número de cestas seja equivalente ao número de famílias cadastradas como beneficiárias consumidoras. O que se observa é que a quantidade de produtos fornecidos pelos agricultores familiares está muito aquém de atender a toda a demanda.

Em 2018, a quantidade de cestas distribuídas atendeu apenas 52,07% (GRAF. 19) das famílias cadastradas, sendo este percentual muito menor em 2019, já que diante da necessidade de 984 cestas para atender a todas as famílias cadastradas, foram distribuídos apenas 480, ou seja, apenas 48,78% das famílias beneficiadas.

**Gráfico 7- Beneficiários consumidores por período, Datas - MG, 2018 e 2019**

Fonte: Anexo E, p. 203.

Outra observação em relação à distribuição das cestas é que, quando a distribuição ocorria pelas manhãs das quintas férias, em 2018, havendo produtos remanescentes, estes eram distribuídos à tarde, a partir das 13h, por ordem de chegada, desde que a família estivesse cadastrada no Programa. Já em 2019, as cestas remanescentes, por motivo de falta de um beneficiário daquele dia, estas são distribuídas aleatoriamente, sem observação de critérios, gerando desconforto entre os beneficiários consumidores e a equipe do Cras responsável pela distribuição, já que muitos dos beneficiários questionam favorecimento de uns em detrimento de outros, com parcialidade na distribuição.

Além da análise dos dados cedidos pelo Cras, para se conhecer sobre a participação dos beneficiários consumidores no PAA procedeu-se com a pesquisa de campo com a submissão de questionários às famílias beneficiárias do Programa. Para isso as distribuições das cestas realizadas pela equipe do Cras foram acompanhadas durante o mês de maio de 2019. Neste mês foram 5 dias de distribuição, já que estas ocorrem nas quarta feiras.

A seleção dos participantes da pesquisa foi feita por meio dos critérios de “acessibilidade” e “exaustão”, portanto, sem determinação prévia de um percentual de beneficiários para submissão do questionário. A acessibilidade refere-se à seleção dos informantes de acordo com as possibilidades de acesso e a exaustão diz respeito ao aparecimento de repetições das informações nas respostas dadas às questões formuladas (Vergara, 1998).



Em cada dia, anteriormente à distribuição das cestas, os beneficiários presentes foram abordados explicando-se para estes o objetivo da pesquisa procedendo-se com o convite para participação da pesquisa. Aos que aceitaram participar foi submetido questionário com questões relativas ao gênero, estado civil, idade, escolaridade, número de pessoas na residência, políticas públicas das quais participa o grupo familiar, benefícios proporcionados por estas, quais os benefícios do PAA para o grupo familiar, quais dificuldades encontradas para participar do programa e sugestões para melhoria da sua participação no programa. Participaram da pesquisa a 34 beneficiários consumidores, os dados obtidos serão apresentados e discutidos a seguir.

Em relação à investigação dos beneficiários consumidores do PAA há escassez de trabalhos científicos publicados. Para dialogar com as discussões dos dados da presente pesquisa foi encontrado apenas um artigo publicado, intitulado: “*A importância do Programa de Aquisição de Alimentos para as famílias e entidades beneficiárias na região da Nova Alta Paulista*” realizado por Veloso (2017), analisando a distribuição dos produtos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na modalidade Doação Simultânea, nos municípios de Adamantina, Tupi Paulista e Paulicéia, localizados no Oeste paulista, mesma modalidade do PAA executado no município de Datas.

### 3.2.2.1 Perfil dos beneficiários consumidores

O que se propôs primeiramente foi conhecer o perfil do membro cadastrado no Cras, como responsável pela família beneficiária do PAA. Como critério adotado pelo Cras, este é quem recebe e assina pela cesta recebida. No decorrer das discussões, o termo “beneficiário consumidor”, far-se-á referência a este.

Sobre o gênero, faixa etária, estado civil e nível de escolaridade dos beneficiários consumidores os dados constam-se na Tabela 38. Observa-se que a predominância é do sexo feminino, 94,12%, resultado que dialoga diretamente com o resultado encontrado por Veloso (2017) na região do Oeste Paulista, ao constatar que a maioria das pessoas que recebe os produtos do PAA são mulheres. Quanto à idade esta está apresentada na Tabela 40, por faixa etária compreendida entre 20 e 80 anos, sendo 20,59% com idade entre 20 e 30 anos, 14,70% entre 41 e 50 anos. O menor percentual foi encontrado para as faixas etárias de 51 a 60 e de 61 a 70, com 5,88% para cada uma, e para a faixa etária entre 71 e 80 anos, 2,94%. Em Datas, a maioria, 50% estão numa faixa etária compreendida entre 30 e 40 anos.

Sobre o percentual, pouco mais de 20%, de beneficiários encontrado para a faixa etária entre 20 e 30 anos, este também é confirmado por Veloso (2017) ao constatar que 20% dos beneficiários consumidores do PAA apresentam idade entre 21 e 30 anos. Para a faixa de idade de 41 a 50 anos resultado similar foi encontrado por Veloso (2017), em Tupi Paulista e Adamantina sendo respectivamente, 15% e 15%.

O menor percentual de beneficiários consumidores encontra-se numa faixa de idade superior a 50 anos. Já Veloso (2017) encontrou para a faixa etária 51 a 60, os percentuais de 20%, 25% e 25%, respectivamente, para Pauliceia, Tupi Paulista e Adamantina. O menor percentual encontrado por Veloso (2017) foi para beneficiários com idade superior a 61 anos em Pauliceia, sendo para esta faixa etária, em Tupi Paulista e Adamantina, 35% e 50% respectivamente.

Sobre o estado civil desse segmento de beneficiados 23,53% são casados, 32,35% amasiados, 29,41% solteiros e 8,82% viúvos. Quanto ao nível de escolaridade, este varia desde os que nunca estudaram até com nível superior completo, sendo os menores percentuais de beneficiários encontrados para ambas as condições. O maior percentual de beneficiários tem ensino fundamental incompleto.

Desta forma, entre os beneficiários consumidores do PAA no município de Datas, a predominância é de mulheres, com faixa de idade entre 30 e 40 anos, na condição de amasiados e com ensino fundamental incompleto.

**Tabela 38 - Beneficiários consumidores por gênero, faixa etária e nível de escolaridade, Datas - MG, 2019**

Gênero	Observação	Frequência (%)
	Feminino	94,12
	Masculino	5,88
Faixa etária	20 a 30 anos	20,59
	31 a 40 anos	50
	41 a 50 anos	14,70
	51 a 60 anos	5,88
	61 a 70 anos	5,88
	71 a 80 anos	2,94
Estado civil	Casado(a)	23,53
	Amasiado(a)	32,35
	Solteiro(a)	29,41
	Viúvo(a)	8,82
Nível de escolaridade	Não estudou	2,94
	Ensino Fundamental incompleto	73,54
	Ensino médio incompleto	11,76
	Ensino médio completo	8,82
	Superior completo	2,94

Fonte: Apêndice D, p. 181.

Sobre a composição do grupo familiar, os dados estão na Tabela 39, sendo o grupo familiar de 44,11% dos beneficiários consumidores composto por 2 a 4 membros, 38,23% de 5 a 6 membros e 17,64% de 7 a 10 membros, este mais numeroso, deve-se à sua composição variada, com pais, filhos solteiros, filhos casados juntamente com seus filhos, morando com os pais.

Veloso (2017) constatou que o número de membros do grupo familiar de beneficiário consumidor do PAA variou de 1 a 7. Constatando que, em Paulicéia, a predominância foi de residências com média de cinco (5) pessoas e que as famílias são mais numerosas devido à presença de um número maior de filhos, com dois (2) ou mais filhos. Já em Tupi Paulista e Adamantina, a predominância era de residências com duas pessoas, que correspondia a 45% do total.

**Tabela 39- Beneficiários consumidores por número de membros do grupo familiar, Datas - MG, 2019**

Número de membros do grupo familiar	Frequência (%)
2 a 4	44,11
5 a 6	38,23
7 a 10	17,64
Total	100

Fonte: Apêndice D, p. 181.

Sobre a participação em outras políticas públicas e sobre benefícios previdenciários, os dados estão na Tabela 40. Quando questionados sobre outra política pública, além do PAA, da qual participa o grupo familiar, 91,18% declararam ser beneficiários do Programa Bolsa Família. Sendo que para 50% tal benefício consiste na única renda da família, já para 41,18% se configura como um complemento.

O perfil predominante de beneficiários que declararam ter o Bolsa Família como única renda, são mulheres solteiras com filhos de menor idade e que não desenvolvem nenhuma outra atividade além de cuidar dos filhos. Em Paliceia, Veloso (2017) constatou que 45% dos beneficiários consumidores recebem Bolsa Família, e em Tupi Paulista e Adamantina, 25% e 5% respectivamente.

O Programa Bolsa Família é uma das políticas públicas de segunda geração, de referencial social e assistencial, referencial que se consolidou em 2003 com instituição do Programa Fome Zero e do Bolsa Família a junção dos Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e o auxílio Gás, um dos seus destaques.

O Bolsa Família um programa social de transferência de renda e assim como os demais programas sociais tem o intuito de remediar os danos causados pelo capitalismo, que gera uma lacuna entre ricos e pobres.

Para o caso do Brasil, historicamente sofrido com a má distribuição de renda, com um grande número de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, alto índice de desemprego e analfabetismo, o Estado tem o papel de intermediador, por meio de programas sociais, entre as duas classes com o dever de reduzir cada vez mais a pobreza e a desigualdade.

Estudos têm mostrado que o Programa Bolsa Família como uma política social de transferência de renda tem efeito importante na redução da fome, pobreza e desnutrição infantil, reduzindo a desigualdade social, pois através do acesso a renda os beneficiários possui mais autonomia, poder de compra, melhorando significativamente a sua qualidade de vida (MORAIS & MAZZIONI, 2017).

É evidente a importância dos produtos do PAA para estes beneficiários, principalmente para os que contam apenas com o recurso do Bolsa Família para o sustento do grupo familiar.

Sobre outros benefícios, no caso, os previdenciários, 5,88% declararam receber auxílio doença com o mesmo percentual declarando receber pensão por falecimento do cônjuge e 2,94% recebem Benefício Prestação Continuada-BPC. Veloso (2017) constatou que em Paliceia 5% dos beneficiários consumidores do PAA, recebem BPC.

**Tabela 40- Beneficiários consumidores por participação em política pública e por benefícios previdenciários, Datas - MG, 2019**

Política pública das quais participam além do PAA	Observação	Frequência(%)	
		Única renda	Complemento da renda
	Bolsa Família	50	41,18
	Nenhuma	8,82	
Benefícios previdenciários	Auxílio doença	5,88	
	Pensão por falecimento de cônjuge	5,88	
	Benefício Prestação Continuada	2,94	

Fonte: Apêndice D, p. 181.

Observa-se que, ainda que baixo há um percentual de beneficiários que recebe algum tipo de benefício previdenciário, é importante que a equipe do Cras na ocasião de seleção e cadastramento destes beneficiários atente par isso, já que, ser um beneficiário do PAA se justifica como muito mais importante e necessário para famílias que contam com apenas o recurso do Bolsa Família para seu sustento.

Veloso (2017) caracteriza como não sendo público alvo do PAA recebedores de outros benefícios. Mas o que pode se dizer é que estes são menos prioritários, já que estando inscrito no CadÚnico, tal fato não consiste em impedimento. Até mesmo porque, ainda que no grupo familiar haja membro que receba benefício, dependendo do número de membros que o integra, a renda *per capita* será muito baixa.

O CadÚnico considera a renda *per capita* e não o benefício recebido por algum membro da família, como equivalente à renda da família.

Sobre beneficiários do PAA também recebedores de outros benefícios, especialmente os sociais, Veloso (2017) destaca como falta de critérios na seleção das famílias pelo Banco de Alimentos de Adamantina, com pessoas que não eram o foco principal dos programas sociais acabavam se beneficiando irregularmente dos produtos do Programa da Conab.

Entre beneficiários consumidores do PAA em Datas a predominância é de mulheres, faixa etária entre 30 e 40 anos, com ensino fundamental incompleto sendo o estado civil amasiado no qual se encontra a maioria. A maioria dos grupos familiares é composto por 2 a 4 membros, sendo o benefício do Bolsa família para 50% a única renda .



## **4 LIMITAÇÕES, PROPOSIÇÕES E IMPACTOS DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA**

Neste capítulo serão apresentadas as discussões em torno dos apontamentos das instituições gestoras e beneficiários no que diz respeito às limitações, proposições e impactos promovidos pelo PAA executado no município de Datas

O PAA executado em Datas apresenta características específicas em cada esfera de atuação dos seus participantes. Desta forma, buscou-se verificar quais as dificuldades entendidas como fatores que limitam e comprometem a atuação das instituições locais e dos beneficiários fornecedores e consumidores, e quais proposições podem contribuir para minimizá-las ou superá-las. Buscou-se também verificar quais as alterações, compreendidas como impactos para os beneficiários.

Para isso, no questionário submetido ao extensionista da Emater-MG questionou-se sobre que dificuldades são encontradas pela instituição em sua esfera de atuação na execução do Programa e de que forma são enfrentadas. Os mesmos questionamentos também compõem o questionário submetido ao Cras. No questionário submetido aos agricultores e no submetido às famílias consumidoras, questionou-se quais as dificuldades encontradas por estes beneficiários na participação do Programa e que ações podem contribuir para melhorá-la.

### **4.1 Limitações e proposições**

#### *4.1.1 Instituições gestoras Emater-MG e Cras*

Na atuação da Emater-MG as limitações relacionam-se à falta de estrutura física (local adequado para o recebimento dos produtos), carência de pessoal para apoio e dificuldades em relação à aquisição dos produtos da agricultura familiar devido à falta de programação e de gestão de produtos/produção por parte dos agricultores. Estruturas inadequadas mencionadas aqui dizem respeito à falta de ambiente de armazenamento e conservação dos alimentos até o momento de distribuição às famílias. Como uma forma de enfrentar tais dificuldades a Emater-MG tem realizado reuniões e palestras com os agricultores participantes do programa visando minimizar as dificuldades relacionadas ao

fornecimento por parte destes e contato com a administração municipal solicitando apoio quanto às dificuldades relacionadas às estruturas inadequadas.

No caso do Cras as limitações se relacionam à dificuldade de divulgar a logística de funcionamento da entrega dos produtos para os beneficiários e pouca mão de obra disponível para realizar o ensacamento dos cestas e para efetuar a distribuição. Como forma de enfrentar tais dificuldades, a equipe do Cras realiza esclarecimentos antes da distribuição e também por meio de reuniões com os beneficiários. No que concerne à pouca mão de obra, a dificuldade é enfrentada por meio de solicitação de servidores públicos vinculados ao departamento de assistência social para participar da distribuição dos produtos

A falta de produtos em quantidade suficiente para formar a quantidade de cestas necessária para atender a todas as famílias cadastradas é também principal problema enfrentado pelo Cras. A quantidade de produtos fornecida pelos agricultores é insuficiente para a formação da quantidade de cestas necessária para atender a todas as famílias cadastradas no PAA, diante disso o Cras vem realizando estratégias para a distribuição dos Cestas formados, primeiramente, realizando a distribuição dos cestas por ordem de prioridade dos grupos de famílias e depois, alternando os beneficiários da lista de famílias cadastradas até contemplar todas.

Outro problema enfrentado pelo Cras é o desconforto entre a equipe distribuidora e os beneficiários consumidores na ocasião de distribuição dos cestas quando há remanescentes, por ausência do beneficiário daquele dia e não havendo critérios para distribuí-los. Os beneficiários presentes demonstram insatisfação apontando a distribuição ocorrendo de forma parcial. Como forma de superar isso é preciso que sejam determinados critérios a ser observados neste caso.

#### *4.1.2 Beneficiários do PAA- agricultores e famílias em situação de vulnerabilidade social*

##### *4.1.2.1 Beneficiários fornecedores - agricultores*

Os agricultores participantes do PAA no município de Datas deparam com algumas dificuldades para participar do Programa, estas entendidas como limitações para estes, embora a maioria relata não encontrar alguma dificuldade. Quando questionados sobre a dificuldade que encontram para participar do PAA, 46,15% disseram não ter alguma



dificuldade, Libânio (2018) em Ponte Nova-MG, obteve resultado semelhante, com a maioria dos beneficiários fornecedores, 52,08%, relatando que não tiveram dificuldades para participar.

No grupo dos ativos frequentes, para 15,38% a dificuldade deve-se à sazonalidade, já que por isso, não conseguem produzir qualquer produto em qualquer época do ano. As culturas agrícolas são cultivadas por estes cada uma em seu tempo, dependendo das condições climáticas exigidas por cada uma. Por dependerem totalmente das condições climáticas muitos não conseguem produzir em quantidade suficiente tudo o que se propõem a fornecer para o PAA, esse pode ter sido o principal motivo pelo qual muitos dos agricultores ativos frequentes não conseguiram entregar todo o valor da cota.

**Tabela 41- Agricultores do PAA por tipo de dificuldades encontradas na participação no Programa, Datas - MG, 2018/ 2019**

Dificuldades para participar do PAA	Ativos frequentes		Ativos infrequentes	
	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%
Sazonalidade <sup>22</sup>	2	15,38	0	0
Atraso no pagamento	2	15,38	1	25
Dificuldade para adquirir cartão do produtor rural			3	75
Outras	3	23,07	1	25
Nenhuma	6	46,15	0	0

Fonte: Apêndice C, p. 177.

A dificuldade relativa à sazonalidade com a qual deparam os agricultores pode ser minimizada com uma melhor organização da produção e definição do que e as quantidades possíveis de serem fornecidos. Diversificar mais os tipos de produtos a serem fornecidos, para que os agricultores tenham durante todo o ano alguma produção para fornecer, conforme discutido anteriormente a diversidade de frutas e hortaliças produzida é pouco explorada no PAA no município de Datas, já que do que é produzido poucos itens são fornecidos. Há uma carência de orientação dos agricultores quanto à organização da sua produção para fornecimento para o PAA.

Sobre esta carência de orientação técnica dos agricultores fornecedores para o PAA, Holanda (2012) confirma ao apontar, no Ceará-CE, falta treinamento para os agricultores fornecedores para o PAA, no que diz respeito à orientação da produção.

<sup>22</sup>A sazonalidade se refere ao período em que cada cultura está melhor adaptada para se desenvolver em uma determinada região, possibilitando que a produção seja realizada com menor necessidade de insumos, apesar de o preço também diminuir por a oferta ser maior. Devido a esses fatores, é importante atentar-se às épocas ideais de cultivo para cada cultura.

Outra dificuldade com a qual deparam os agricultores ativos frequentes diz respeito ao atraso no pagamento fator apontando por 15,38% dos participantes. O pagamento é feito diretamente pelo MDA na conta do agricultor e no final de 2018 demorou muito para ser realizado, motivo pelo qual, o fornecimento ficou suspenso após 25 de outubro. Outras dificuldades foram apontadas por 23,07% dos pesquisados deste grupo dentre as quais estão: falta de transporte certo para levar os produtos até o local de entrega na sede do município; grande distância da residência até o local em que o transporte passa sem meio de transporte próprio para isso, tendo que levar os sacos de produtos na cabeça e dificuldade de ir até a sede do município para efetuar a entrega devido a outros afazeres na residência.

No grupo dos ativos infrequentes o principal problema apresentado, motivo pelo qual a participação dos beneficiários deste grupo, durante todo o período de execução do programa, se inviabilizou foi a impossibilidade de adquirirem o cartão do produtor rural devido à falta de documentação da propriedade conforme exigências do órgão emissor. Tal problema foi declarado por 75% dos participantes deste grupo. Ainda deste grupo, 25% apontam como problema, o atraso no pagamento. O cartão do produtor rural é um documento exigido pela Emater-MG para cadastramento do agricultor que atenda aos requisitos para participação do programa como beneficiário fornecedor,

Conforme a Tabela 14 apresentada no início deste capítulo todos os agricultores ativos infrequentes forneceram produtos para o programa com um caso em que o percentual fornecido chega a mais de 80%, só desistindo de continuarem a fornecer ao se depararem com a impossibilidade de retirarem a nota fiscal na prefeitura municipal para posterior solicitação do pagamento dos produtos fornecidos. Se para 75% dos fornecedores deste grupo esse foi o impedimento para continuarem fornecendo, isso evidencia falta de rigor na observação da documentação necessária para o cadastro do fornecedor e isso constitui uma falha já que nem sequer poderiam ter sido cadastrados. Uma melhor orientação dos agricultores quanto aos requisitos e a documentação necessária para participação do programa faz-se necessária por parte da Emater-MG.

Sobre a dificuldade relacionada à falta de transporte certo, esta foi uma dificuldade apontada pelos agricultores das comunidades de Cachimbos, Vargem do Basto, Palmital, Tombadouro e Taquara. Ao final da execução do programa em maio de 2019 tal problema já havia sido solucionado já que devido a reivindicações dos agricultores da comunidade Vargem do Basto, a prefeitura disponibilizou um caminhão especificamente para esse fim.

Sobre algumas dificuldades para participação do programa apontadas pelos agricultores participantes do PAA no município de Datas, resultados obtidos por Libânio

(2018) são similares quando afirma que a produção insuficiente é tida como a principal barreira para 12,5% dos beneficiários fornecedores do PAA apontando também dificuldades de transporte da produção, dificuldade em atender o prazo para entrega e a falta de associação para se inscreverem.

As Principais limitações apresentadas pelos agricultores fornecedores do PAA no município de Datas são relacionadas principalmente à dificuldade de produzir em quantidades suficientes para atender à cota previamente estabelecida sendo necessária melhor orientação técnica por parte da Emater-MG para organização e planejamento da produção agrícola, já que por dependerem das condições climáticas possuem condições de produzir apenas de acordo com estas. Uma melhor atuação da Emater-MG também se faz necessária quanto aos esclarecimentos da documentação necessária para participação do programa.

Tais dificuldades com as quais deparam os agricultores podem ser os fatores que comprometem a eficiência de atuação destes como fornecedores para o PAA comprometendo a eficiência do Programa no atendimento aos beneficiários consumidores. Desta forma buscou-se conhecer quais as dificuldades com as quais deparam os beneficiários consumidores, cuja discussão será apresentada a seguir.

#### *4.1.2.2 Beneficiários consumidores- famílias em situação de vulnerabilidade social*

As dificuldades, entendidas como limitações, para participação do PAA também são encontradas pelas famílias beneficiárias consumidoras sendo as principais relativas ao fornecimento de produtos, pelos agricultores familiares, em quantidade insuficiente para atender a toda demanda.

Conforme discussão já apresentada anteriormente, o PAA executado no município de Datas não atende a todas as famílias cadastradas, em 2018 o número de cestas distribuídas atendeu apenas a 52,07%, em 2019, somente 47,78% destas famílias. Uma ação que pode minimizar este problema possibilitando que o Programa atenda a todas as famílias cadastradas é aumentar o número de agricultores fornecedores para o Programa e, conseqüentemente, a quantidade de produtos e de cestas para distribuição. Para isso a Emater-MG pode propor ações que visem incentivar a participação de um número maior de fornecedores para o programa.

Sobre as dificuldades para participar do programa para 73,53% dos beneficiários consumidores não houve nenhuma, enquanto 26,47% apontaram ter encontrado alguma

(TAB.43). Entre as dificuldades apontadas estão: dificuldade para se cadastrar, sendo informado de que estava "lotado", ou seja, já havia um número muito grande de famílias cadastradas superior à quantidade de cestas possíveis de serem formadas com a quantidade de produtos fornecida pelos agricultores; dificuldade durante a recepção dos produtos, sendo apontada pelos respondentes a parcialidade na entrega dos produtos, segundo os quais, priorizando um em detrimento de outros. Isso porque, devido a pouca oferta de produtos, a equipe do Cras passou a delimitar o critério de alternância a fim de beneficiar a todos. Desta forma, numa semana efetuava a entrega seguindo a ordem numérica de cadastramento conforme os critérios de enquadramento das famílias nos grupos estabelecidos pelo Cras, do número 1 ao 50, e na semana seguinte a partir deste e assim sucessivamente até beneficiar todos da lista. A cada dia da entrega ocorria na quarta feira no período da tarde, sobrando cestas, estes eram distribuídos aleatoriamente aos que estivessem presentes gerando desconforto tanto para a equipe distribuidora quanto dos beneficiários consumidores presentes, já que eram distribuídos sem nenhum critério.

Os beneficiários consumidores, após apontamento das dificuldades encontradas para participação do PAA, foram questionados sobre que ação ou ações sugeririam a fim de melhorar sua participação no Programa. Para 58,82% dos respondentes a sugestão é de aumentar a quantidade de produtos, entendido aqui, não como a quantidade de produtos nos cestas, mas a quantidade para formar um número maior de cestas.

**Tabela 42- Beneficiários consumidores por dificuldade para participar do PAA e por sugestões para melhoria, Datas - MG, 2019**

Dificuldades para participar do PAA	Observação	Frequência (%)
	Nenhuma	73,53
	Alguma	26,47
Sugestões para melhoria do PAA		
	Maior quantidade de produtos	58,82
	Maior Variedade de produtos	35,29
	Melhor organização na distribuição dos produtos	35,29

Fonte: Apêndice D, p. 181.

Para 35,29% dos participantes a sugestão para melhoria é aumentar a variedade de produtos. Isso é possível diversificando ainda mais a oferta de produtos, já que conforme discutido anteriormente a produção dos agricultores fornecedores para o PAA é muito mais diversificada do que a lista de produtos fornecidos para o Programa por cada um dos fornecedores. Dos 15 tipos diferentes de frutas produzidos pelos agricultores (TAB. 31), são fornecidos para o PAA apenas 8 tipos (53,33%), dos 23 tipos diferentes de hortaliças

(TAB.32), apenas 15 tipos (65,21%. Isso pode ser superado diversificando a oferta de produtos, pois conforme apresentado nas Tabela 31 e 32, há potencial para isso.

Outra sugestão de melhoria apresentada está relacionada à organização na distribuição dos cestas, sendo apontada por 35,39% dos pesquisados, como já mencionado acima, um problema decorrente da insuficiência de cestas para beneficiar todos os cadastrados que comparecem na entrega dos produtos. Para amenizar este problema é preciso a definição de critérios para entrega das cestas nos casos em que ocorrem sobras.

Problemas também relativos à distribuição dos produtos foram identificados por Veloso (2017), segundo este, em Paulicéia, os entrevistados assinalaram que o Programa poderia ajudar um maior número de pessoas; em Adamantina, elas destacaram alguns problemas na distribuição dos produtos, afirmando que quem chegava primeiro na fila, no dia da distribuição, retirava maior quantidade e variedade de produtos. Em Tupi Paulista, no projeto do Serviço Paroquial, as pessoas apresentavam um cartão, no qual constava uma numeração que priorizava famílias com idosos e crianças, para retirar os alimentos; esse fato gerou certo descontentamento.

No que diz respeito às limitações do PAA para os beneficiários consumidores, estas são decorrentes da problemática pequena oferta e grande demanda, que resultou na insatisfação e manifestação desta por parte das famílias não beneficiadas. Aumentar a oferta de produtos e, conseqüentemente, das cestas para distribuição pode ser uma alternativa, mas para isso é preciso que mais agricultores participem como fornecedores para o Programa. É exatamente a ação de aumentar a quantidade de produtos, que aparece como uma das sugestões de ações a serem adotadas visando a melhoria da participação das famílias no PAA, apontadas pelos pesquisados deste grupo de beneficiários. Tais pesquisados também sugerem aumentar a variedade de produtos nos cestas e melhorar a organização da distribuição dos cestas.

#### **4.2 Impactos do PAA: Agricultores e famílias consumidoras**

Com os questionários buscou-se também conhecer quais os impactos do programa para o município, para os agricultores e para as famílias consumidoras. No questionário submetido ao extensionista da Emater-MG questionou-se quais os pontos positivos do programa para os agricultores e no questionário submetido ao Cras questionou-se quais os pontos positivos do programa para as famílias. Aos agricultores fornecedores para o programa questionou-se quais os benefícios para si e para seu grupo familiar, sendo este o mesmo

questionamento apresentado aos beneficiários consumidores. Tais benefícios serão discutidos a seguir como impactos do PAA, os apontados pela Emater-MG serão apresentados e discutidos junto com os impactos do programa para os agricultores e os apontados pelo Cras serão apresentados e discutidos junto com os impactos do programa para as famílias consumidoras.

#### *4.2.1 Impactos do PAA para os agricultores*

Como pontos positivos do PAA no município, a Emater-MG aponta o incentivo à produção dos agricultores e aquecimento da economia local devido ao recurso financeiro aplicado na agricultura familiar e indiretamente no comércio local. A Emater-MG ainda pontua como ponto positivo e como um avanço do programa o pagamento individualizado dos produtos diretamente em conta bancária dos beneficiários fornecedores.

A produção agrícola é destinada ao consumo e à venda, sendo um dos benefícios do PAA, apontado 92,30% dos agricultores ativos frequentes uma oportunidade que tem para comercialização de boa parte do que é produzido. Como já apresentado anteriormente a produção destes agricultores é diversificada, com produção principalmente de frutas (TAB. 31), hortaliças (TAB.32) e produção de animais, bovinos, suínos e aves (TAB. 34). Para 100% dos agricultores deste grupo, o PAA contribuiu para melhoria da renda e como incentivo à produção, conforme relatos, agora animam a produzir, a plantar mais, porque sabem que tem quem compra, não correm o risco de perder o que produzirem. No grupo dos ativos infrequentes, 75% dos agricultores declararam ter o PAA contribuído para melhoria da renda, incentivo à produção e ser uma oportunidade de comercialização dos produtos.

Quando questionados sobre as alterações promovidas pelo PAA na produção agrícola, a maioria dos agricultores ativos frequentes e 100% dos ativos infrequentes apontaram ter ocorrido aumento da produção, já que tiveram que passar a plantar mais para fornecer para o Programa, já que produziam anteriormente ao Programa só para o consumo. Quanto à introdução de novas culturas, apenas 15,38% disseram ter passado a cultivar alguma cultura que não cultivava antes de se inserir no PAA, entre as culturas citadas estão a tangerina ponkan, que no relato de uma agricultora, também beneficiária do Programa Brasil Sem Miséria, utilizou o recurso deste programa para investir no pomar, aumentando a área de

produção com a introdução de mudas da referida espécie; em outro relato a agricultura diz ter passado a cultivar abóbora, batata doce, abobrinha de árvore e tomate.

A introdução de novas culturas contribuiu para uma maior diversificação na unidade de produção, com isso os agricultores terão mais opções de produtos para fornecer para o PAA, observa-se que dos agricultores participantes apenas dois introduziram novas culturas. É importante que mais agricultores sejam incentivados a diversificar ainda mais a oferta de produtos, não só a fim de fornecer para o Programa, mas como forma de fortalecer suas atividades neste modelo de produção agrícola.

Para a maioria dos agricultores do grupo dos ativos infrequentes os benefícios promovidos pelo PAA são oportunidade de comercialização e aumento da produção. Ao apontarem o PAA como uma oportunidade de comercialização entende-se como sendo para estes agricultores, o PAA um canal certo de comercialização, um mercado garantido para seus produtos, o que não havia anteriormente ao programa. Mas para maior fortalecimento e incentivo das atividades dos agricultores, estes precisam ser estimulados a explorarem outros canais de comercialização como a feira do agricultor por exemplo.

No município de Datas, o PAA tem contribuído para o fortalecimento e incentivo das atividades dos agricultores participantes e, conseqüentemente, da agricultura familiar no município de Datas, já que alguns passaram a produzir em maior quantidade o que tradicionalmente produzem e alguns passaram a introduzir outras culturas, diversificação da produção.

**Tabela 43- Agricultores do PAA por benefícios promovidos pelo programa, Datas - MG, 2018/2019**

Benefícios do PAA	Ativos frequentes		Ativos infrequentes	
	Nº absoluto	%	%	Nº absoluto
Melhoria da renda familiar	13	100	3	75
Incentivo à produção	13	100	3	75
Oportunidade de comercialização	12	92,30	4	100
Aumento na produção	11	84,62	4	100
Produção de novas culturas	2	15,38	0	0

Fonte: Apêndice C, p. 177.

Holanda (2012) em municípios do Ceará-CE, também destaca dentre os pontos positivos do programa, os agricultores passando a ter a garantia da venda dos seus produtos, já que têm venda garantida com a compra dos alimentos feita pelo governo estadual para distribuir entre as entidades cadastradas no programa.

O PAA como uma oportunidade para comercialização da produção dos agricultores também é um benefício apontado por Rocha (2018), investigando o PAA

executado em Diamantina-MG, também na modalidade compra com doação simultânea, já que segunda esta autora, anteriormente à participação no PAA, os agricultores não tinham um mercado estabelecido, sendo necessário trazer seus alimentos para feiras da sede de tal município, e ao sair para vender seus alimentos nas feiras, eles não tinham certeza se conseguiriam vender.

#### 4.2.2 Impactos do PAA para as famílias consumidoras

O PAA em Datas tem garantido que famílias de baixa renda possam ter acesso a uma alimentação diversificada com acesso a produtos agrícolas oriundos do Programa. Para a equipe do Cras uma alimentação deficitária, principalmente para crianças, repercute em agravos de saúde e em problemas educacionais, por isso a instituição coloca esse público como prioritário. Outros pontos positivos apresentados pela equipe do Cras são: a organização legal do programa, sendo devidamente organizado por legislação vigente, com transparência (já que as informações são publicadas); e o mecanismo de controle social (possibilidade das pessoas fazerem denúncias quando identificadas irregularidade), estes, para a instituição constituem avanços do programa no município.

Para identificação dos benefícios do PAA conforme a concepção dos beneficiários consumidores, estes foram questionados sobre qual a importância do programa para a família, obtendo-se assim repostas variadas que se encontram na Tabela 45.

Das respostas apresentadas, a que apareceu com maior frequência foi a de que os produtos do PAA ajudam a melhorar a alimentação, sendo este benefício mencionado por 22 dos participantes da pesquisa, equivalente a 56,41% das respostas apresentadas. Os demais benefícios apontados são que o PAA *“ajuda demais dentro da casa, pois sem ele não tem verduras nem frutas para dar para as crianças; ajuda porque não tem condições de comprar frutas e verduras; que é tudo de bom, pois os filhos não gostam de comer sem verdura e não tem condições de comprar; consiste em economia para a família já que as coisas estão muito caras; melhorou a alimentação pois, a família consumia de vez em quando o que passou a consumir após o PAA; ajuda a melhorar a alimentação, tem no grupo familiar, membro com anemia, passou a consumir mais frutas e verduras; ajuda bastante, não é todo mundo que pode comprar frutas e verduras toda semana; Incentiva a comer frutas e verduras.”*(Informações fornecidas pelos beneficiários consumidores) – Questionário (Apêndice C).



**Tabela 44 - Beneficiários consumidores por benefícios promovidos pelo PAA, Datas - MG, 2019**

Benefícios do PAA para o grupo familiar	Quantidade de respostas	% em relação ao total
Fornecer verduras e frutas para crianças	2	5,12
Ajudar a melhorar a alimentação	22	56,40
Ajudar porque não tem condições de comprar frutas e verduras	11	28,20
Melhorou a alimentação, consumia de vez em quando as frutas e hortaliças o que passou a consumir após o PAA	2	5,12
Ajudar na alimentação, tem no grupo familiar, membro com anemia, passou a consumir mais frutas e verduras	1	2,56
Incentivar a comer frutas e verduras / o mesmo do segundo	1	2,56
Total de respostas apresentadas	39	100

Fonte: Apêndice D, p. 181.

Conforme já discutido a quantidade de produtos fornecida pelos agricultores participantes do PAA não atende toda a demanda no município de Datas, de forma geral, porque há poucos cadastrados e alguns cadastrados encontram dificuldades para fornecer para o Programa. Portanto, pode-se dizer que o Programa não atende com eficiência a todas as famílias cadastradas, mas ainda que não beneficiados toda semana, com o procedimento de distribuição adotado em 2019, os beneficiários consumidores apontam vários benefícios do Programa para o grupo familiar, sendo o principal, apontado pela maioria que o PAA ajuda a melhorar a alimentação.

Desta forma diante da grande quantidade de famílias em situação de vulnerabilidade social, ações precisam ser propostas visando solucionar a problemática pequena oferta e grande demanda. Isso será possível incentivando uma maior participação dos agricultores do município como fornecedores para o Programa e propondo ações que contribuam para minimizar ou superar as dificuldades que os que se dispuseram a participar encontram no fornecimento dos produtos, seja e relação aos aspectos técnicos da produção agrícola, seja em relação aos aspectos burocráticos para aquisição da documentação solicitada para participação do Programa.

Resumidamente no Quadro 5 são apresentadas as principais limitações, proposições e os principais impactos do PAA para os beneficiários fornecedores e consumidores no município de Datas.

**Quadro 5- Limitações, proposições e impactos por beneficiários, Datas - MG, 2019**

Beneficiário	Limitações	Proposições	Impactos
Agricultor	Sazonalidade	Planejamento, organização e diversificação da produção agrícola	Oportunidade de comercialização
	Dificuldade de obter cartão do produtor rural	Melhor esclarecimento dos requisitos para solicitação	Incentivo à produção e introdução de novas culturas agrícolas Melhoria da renda
Família em situação de vulnerabilidade social	Pouca oferta e alta demanda	Aumentar o número de agricultores familiares como fornecedores e a oferta de produtos	Incentivo ao consumo de frutas e verduras Melhoria da alimentação

Fonte: Apêndice C, p. 177 e Apêndice D, p. 181.

De modo geral, para o agricultor as limitações estão relacionadas à sazonalidade e à dificuldade de aquisição do cartão do produtor. Visando superar tais limitações a Emater-MG pode atuar auxiliando-os no planejamento e organização da produção agrícola e auxiliando-os na organização da documentação necessária para se inserirem na condição de fornecedor para o Programa.

Para esses beneficiários, o PAA consiste na principal oportunidade de comercialização, e se sentem estimulados a produzir mais e até a introduzir novas culturas visando a diversidade produtiva e melhores condições de atender às demandas do Programa.

Já para as famílias consumidoras a principal limitação do Programa é pouca oferta. A Emater-MG pode propor ações que estimulem um maior número de agricultores a participar do Programa como fornecedores. Ainda que a quantidade de produtos fornecidos por estes agricultores não seja suficiente para atender a todos os beneficiários consumidores, estes apontam a melhoria na alimentação como um dos benefícios do Programa.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No município de Datas a agricultura se insere em uma estrutura fundiária intensamente concentrada com imóveis rurais caracterizados como pequenas e médias propriedades, com a predominância daquelas e sem a presença de grandes propriedades. Embora as pequenas propriedades predominem, as médias propriedades representam maior percentual de área total.

No cenário agrícola de Datas, há participação tanto de agricultores familiares quanto de agricultores não familiares com a predominância daqueles quanto ao número e quanto à maior contribuição na produção das principais espécies agrícolas exploradas. Isso reafirma o potencial deste modo de produção para o fornecimento de produtos para o PAA.

O PAA executado no município na modalidade compra com doação simultânea tem os agricultores como beneficiários fornecedores e famílias em situação de vulnerabilidade social como beneficiárias consumidoras.

Em relação aos agricultores fornecedores para o PAA, o maior percentual é de participação feminina, com idade entre 36 e 55 anos, casado, com ensino fundamental incompleto e grupos familiares de 2 a 5 membros. Com a maioria participante tanto do PNAE quanto do Brasil Sem Miséria.

Todos os agricultores fornecedores para o PAA recebem assistência técnica da Emater-MG, estão no grupo de DAP B e são, predominantemente, proprietários das terras caracterizadas como pequenas propriedades, onde residem e desenvolvem, predominantemente, com mão de familiar, as atividades agrícolas e pecuárias. Tais agricultores exploram como principal canal para comercialização da produção o PAA e poucos participam da feira do agricultor realizada aos sábados na sede do município.

A produção de frutas e hortaliças é diversificada, mas nem todos os tipos produzidos são fornecidos para o PAA, sendo possível variar muito mais a oferta de produtos fornecidos. Nesta produção o principal problema é o ataque de pragas, cujo controle é alternativo com o uso de produtos naturais, com a produção de alimentos mais saudáveis, isentos de produtos químicos.

Sobre os beneficiários consumidores a maioria está numa faixa etária compreendida entre 30 e 40 anos, do sexo feminino, na condição de amasiada, com

ensino fundamental incompleto e grupo familiar de 2 a 4 membros; sendo para estes, o benefício do Programa Bolsa família o único recurso monetário.

Quanto aos benefícios do PAA, tem-se o incentivo à produção e aquecimento da economia local devido ao recurso financeiro aplicado na agricultura familiar e indiretamente no comércio local. O fortalecimento da produção dos agricultores familiares com aumento da quantidade plantada e introdução de novas culturas contribuindo assim para o incremento da diversificação produtiva. Para os beneficiários consumidores, os benefícios do PAA apontados por estes é que o Programa contribui para melhoria e diversificação da alimentação com a inserção dos alimentos oriundos do programa.

Na execução do PAA dificuldades são enfrentadas pelas instituições gestoras locais Cras e Emater-MG. Quanto ao Cras, a dificuldade é de divulgar a logística de funcionamento da entrega dos produtos para os beneficiários e pouca mão de obra disponível para realizar o ensacamento dos Cestas e para efetuar a distribuição.

Como forma de enfrentar tais dificuldades, a equipe do Cras realiza esclarecimentos antes da distribuição e também por meio de reuniões com os beneficiários. No que concerne à pouca mão de obra, a dificuldade é enfrentada por meio de solicitação de servidores públicos vinculados ao departamento de assistência social para participar da distribuição dos produtos.

Quanto à Emater-MG as dificuldades relacionam-se à carência de pessoal para auxílio na recepção dos produtos dos agricultores e dificuldades em relação à aquisição dos produtos da agricultura familiar devido à falta de programação e de gestão de produtos/produção por parte dos agricultores. Falta de local de armazenamento e conservação dos alimentos até o momento de distribuição para as famílias. Como uma forma de enfrentar tais dificuldades a Emater-MG tem realizado reuniões e palestras para os agricultores participantes do programa e solicitado apoio quanto à mão de obra, à prefeitura municipal.

Quanto às limitações do PAA para os agricultores familiares, estas são: dificuldade de produzir em quantidades suficientes para atender à cota previamente estabelecida, falta de esclarecimento quanto à documentação necessária para participação do Programa e falta de orientação para solicitarem documentos que não possuem.

Quanto às limitações para os consumidores as principais são relacionadas à pouca oferta de produtos para atender a toda a demanda.

A quantidade de produtos fornecida pelos agricultores não é suficiente para atender a todas as famílias cadastradas como beneficiárias consumidoras, isso porque há poucos agricultores cadastrados como fornecedores para o Programa e dos cadastrados poucos participaram ativamente fornecendo durante toda a execução do programa.

Os agricultores que participam tiveram dificuldade de produzir na quantidade necessária, todos os itens que fornecem para o PAA, motivo pelo qual muitos não forneceram produtos no valor de toda a cota. Dentre os cadastrados ainda há os que nunca forneceram para o Programa desta forma, pouco mais de metade do recurso disponibilizado para o Programa no município foi utilizado.

Como Proposições a fim de melhorar a eficiência do Programa no atendimento a toda a demanda, a Emater-MG pode pensar ações que visem aumentar a participação dos agricultores.

É importante que esta instituição, no ato de seleção e enquadramento dos agricultores, como beneficiários fornecedores, reforce a necessidade do compromisso por parte destes, já que se cadastrando a fim de fornecer os produtos e isso não o fizer, está impedindo o enquadramento de outro interessado.

É importante também que a Emater-MG tome conhecimento do motivo que levou à não atuação de parte dos agricultores cadastrados como fornecedores para o programa, propondo ações visando sanar o problema. Uma melhor atuação da Emater-MG também se faz necessária quanto aos esclarecimentos da documentação necessária para participação do programa.

Quanto à dificuldade dos agricultores em fornecer produtos no valor da cota para ele estabelecida a Emater-MG pode propor ações visando auxiliá-los na organização e planejamento da produção agrícola e diversificar ainda mais os produtos a serem fornecidos para o PAA para que os agricultores tenham mais opções para fornecer durante o ano.

Para melhoria do programa as famílias apresentam algumas sugestões de ações que podem contribuir como a de aumentar a quantidade de produtos para formar um número maior de cestas, atendendo melhor à demanda.

Outra sugestão de melhoria apresentada diz respeito à organização na distribuição das cestas. Para amenizar este problema é preciso a definição de critérios para a distribuição destes nos casos em que há remanescentes no dia da entrega.

Em termos de diversidade produtiva o potencial apresentado pelos agricultores fornecedores para o programa está sendo pouco explorado, é possível

aumentar ainda mais a diversidade de produtos que compõem os cestas, já que há um número muito maior dos itens produzidos em relação aos fornecidos. A variedade de produtos nos cestas é uma sugestão apresentada pelas famílias para melhoria do programa.

As finalidades do PAA em Datas em termos de incentivo e fortalecimento das atividades executadas pelos agricultores e as finalidades de melhoria da condição alimentar das famílias em condição de vulnerabilidade social, que são atendidas pelo Programa, vem sendo atendidas.

Portanto, tanto para os beneficiários fornecedores quanto para os consumidores, os impactos do PAA são positivos. Mas é preciso incentivar a participação de mais agricultores para que aumente a oferta de produtos e atenda mais famílias cadastradas, já que em termos de atendimento a toda a demanda, o programa não se mostra eficiente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. 2 ed. Campinas: Hucitec, 1998.
- ALENTEJANO, P. Questão sgrária no Brasil do século XXI: uma abordagem a partir da geografia. 2011. Terra Livre. São Paulo/SP. V. 1 n° 36, p. 69 a 95. Jan/Jun.2011
- ARAUJO, A.M. ; RIBEIRO, E.M. FEIRAS DO VALE: O Destino de Excedentes Produtivos em feiras livres do Jequitinhonha, Minas Gerais. Revista de Administração de Roraima-UFRR, Boa Vista, Vol. 7 n. 2, p.221-244, jul-dez. 2017. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/adminrr/article/view/4521/pdf>. Acesso em 04/07/2019
- ARBAGE, A.P. Agricultura brasileira In.: Fundamentos de Economia Rural. 2ª Ed.rev.Chapecó: Argos, 2012. P. 185-199
- ABRAMOVAY, R. Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão. São Paulo. Anpocs, Unicamp, Hucitec, 1992. “Uma nova extensão para a agricultura familiar”. In: Seminário Nacional De Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, DF, Anais,1997, p. 29
- ASSIS, C. R.; PRIORE, S.E.; FRANCESCHINI, S.C.C.; Impacto do Programa de Aquisição e Alimentos na Segurança Alimentar e Nutricional dos Agricultores. Ciência e Saúde Coletiva, 2017, Vol.22,n.2,p.617-626.
- BECKER C, S. F. Segurança alimentar e desenvolvimento rural: limites e possibilidades do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, em municípios do Sul Gaúcho. Rev. Segurança Alimentar e Nutricional 2010; p. :61-72.
- BLUM, R. Agricultura familiar: um estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, J. C. (Org.). Agricultura familiar: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 57-104
- BRANDÃO, C. R. Os caipiras de São Paulo. São Paulo: Ed. Brasiliense, Coleção Tudo é História, v. 75, 1983.
- BUCCI, Maria Paula Dallari. Direito Administrativo e políticas públicas. São Paulo: Saraiva, 2002.
- CAMPOS, A.; BIANCHINI,V. A Agricultura Familiar Passa a Ser Uma Prioridade de Estado.In: PAA: 10 anos de aquisição de alimentos. - Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. p.10-18
- CAMPOS, Judas Tadeu. A educação do caipira: sua origem e formação. Educação e Sociedade. Campinas, v 32, n115, p. 489-506, abril/junho. 2011
- CANDIDO, A. Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

- CAPORAL, F.R. Extensão rural e Agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível. Brasília: MDA, 2007. 398 p.
- CARNEIRO, M.J. Política Pública e Agricultura Familiar: uma leitura do PRONAF. Estudos Sociedade e Agricultura, n.8,p.70-82,1997.
- CORRÊA, F. C. M. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma comparação entre dois Estados do Brasil.2008. 80f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios),Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, UNB,Brasília, 2008.
- CUNHA, A.S.Agricultura Familiar e Suas Estratégias de Resistência na Campanha Gaúcha: o caso do Rincão dos Saldanhas e do Cerro da Jaguatirica – Manoel Viana/RS.2013. 133 f. dissertação de mestrado, universidade federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2013.
- DELGADO, N. G.; LEITE, S. P. Gestão social e novas institucionalidades no âmbito da política de desenvolvimento territorial. In: MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno. Políticas Públicas, Atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil.Brasília: IICA, 2011. p.89-119.
- DELGADO, G. C.; CONCEIÇÃO, J. C.P.R; OLIVEIRA, Jader J. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). Texto para a discussão nº 1145, Brasília (DF): IPEA, 2005.
- DELGADO, G.; THEODORO, M. Desenvolvimento e política social. In: JACCOUD, L. (Org.). Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo. Brasília: Ipea, 2005, p. 409-435.
- FREITAS, Alan Ferreira de et al. O Programa nacional de desenvolvimento sustentável de territórios rurais: a indução de territorialidades à ação pública. Perspectivas em Políticas, v. 3, n. 6,Belo Horizonte, p. 27-58, jul./dez. 2010.p. 27-58.
- GALINDO, E. P., SAMBUICHE, R.H.; OLIVEIRA, M. A. C. DE.Compras de Produtos Agroecológicos e Orgânicos da Agricultura Familiar pelo Programa de Aquisição de Alimentos. In: PAA: 10 anos de aquisição de alimentos. -- Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014, p.184-207
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. Ed. São Paulo: Editora ATLAS, 1998.
- GRAZIANO NETO, Francisco. Questão agrária e ecologia. 2a Edição, São Paulo: Brasiliense, 1985.
- GRAZIANO DA SILVA .J. O novo mundo rural brasileiro. Campinas: Unicamp, 2000. 151 p. Série Pesquisas.
- GRAZIANO SILVA , J.Fome Zero: A experiência brasileira.MDA, Brasília, 2010.



GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba-SP, v. 52, p. S125-s146, 2014. Suplemento.

GRISA, C.; SCHMITT, C. J.; MATTEI, L. F.; MALUF, R. S.; LEITE, S.P. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: Apontamentos e Questões para o debate. *Revista Retratos de Assentamentos*, V. 13, 2010, p.137-170.

GRISA, C. Políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias. Tese(Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós - graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/UFRRJ, 2012.

HELING, C.A.; OLIVEIRA, E.R.; ALMEIDA, R.A.; Gabriel, A.M.A.; MAGALHÃES, A.M.; SOUZA, A.G.; PEREIRA, T.L. Programa de Aquisição de Alimentos em MS: soberania alimentar, crise e perspectivas de superação. *Revista online de extensão e cultura*. V.4, nº 07, p.51 a 78.

HESPANHOL, R. A. M. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a Agricultura Familiar. *Sociedade & Natureza*, v.25, n.3, 2013. p. 469-483. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sn/v25n3/v25n3a03.pdf>>. Acesso em 10 de maio. 2019

HOLANDA, D. R. Desenvolvimento Rural Sustentável: o caso do programa de aquisição dealimentos (PAA) no território da cidadania Vale do Curu e Aracatiaçu-CE. (Dissertação deMestrado). 2012. Disponível em: <[http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/6283/1/2012\\_dis\\_drholanda.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/6283/1/2012_dis_drholanda.pdf)>. Acesso em 10 maio 2019.

LAMARCHE, H. (Coord.). Agricultura Familiar: comparação internacional. Tradução de Ângela M. N. Tijiwa. Campinas: Unicamp, 1993. v.1. (Coleção Repertórios).

LIBÂNIO, C. L. S. Avaliação de Impacto do Programa de Aquisição de Alimentos no município de Ponte Nova - MG. Dissertação de mestrado. 100 f. Programa de Pós graduação em economia. Universidade Federal de Viçosa, MG, 2018.

MALUF RS. Políticas agrícolas e de Desenvolvimento rural e de segurança alimentar. In: Leite S, organizador. Políticas Públicas e Agricultura no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS; 2001. p. 58-85

MARTINS, J. S. Uma sociologia da vida cotidiana: ensaios na perspectiva de Florestan Fernandes, de Wright Mills e de Henri Lefebvre. São Paulo: Editora Contexto, 2014. 224p.

MAUSS, Marcel, Ensaio Sobre a Dádiva, in: *Sociologia e Antropologia*, São Paulo Cosacnayfy 2003.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo, Editora UNESP, 568p. 2010.

MENDRAS, H. La findespaysans, 2. ed. Paris, ActesSud, 1984. Rambaud, Placide. "L'apportdestravailleurs de la terra à lasociétéindustrielle". Sociologia Ruralis, 22, 2:108-121, 1982.

MIRANDA, D.L.R.; GOMES, B.M.A. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: trajetórias e desafios no Vale do Ribeira, Brasil. Soc. & Nat., Uberlândia, 28 (3): 397-408, set/dez/2016

MORAES, L. T.A; MAZZIONI, S. Importância do Programa Bolsa Família no desenvolvimento social e econômico do município de Quilombo – SC. Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/Luciane-Teresinha-de-Moraes-Artigo.pdf>>. Acesso em: 23/07/2019.

MOURA, M.M. Os Deserdados da terra. Editora: Bertrand Brasil S.A., São Paulo, 1988.

MÜLLER, A. L. A Construção das Políticas Públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Porto Alegre (RS), 2007.

NEVES, D. P. Agricultura familiar e o Claudicante Quadro institucional. In: XXIII Congresso de laAsociacionLatinoamericana de Sociologia. Anais. San Carlos: ALASRU, 2001

PICOLOTTO, E. L. As mãos que alimentam a nação:Agricultura Familiar, sindicalismo e política. Tese(Doutorado), Programa de Pós-graduação de CiênciasSociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade,UFRRJ, 2011.

PORTO, S. I.; SOARES, E. S.; SOARES, J. F.; Cruz, K.C.M. S.; VIEGAS, G. L; VIANA,C. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): dez anos de uma política pública múltipla e inovadora. In.: PAA: 10 anos de aquisição de alimentos. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014.p. 35-55

QUEIROZ, Maria I. P. Uma categoria rural esquecida. [1963] In: WELCH, Cliffort et al. (org.) São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: NEAD, 2009. (Coleção História Social do Campesinato Brasileiro).

RAMBO, J.R., LAFORGA, G., TARSITANO, M.A.A. Perfil dos beneficiários da política pública do programa deAquisição de Alimentos em assentamento de reforma agráriaem Tangará da Serra-MT. 2016. Disponível em: <<https://m.uniara.com.br/arquivos/file/eventos/2016/vii-simposio-reforma-agraria-questoes-rurais/sessao1b/perfil-beneficiarios-politica-publica-programa-aquisicao-alimentos.pdf>>. Acesso em: 10 de maio de 2019.

RIBEIRO, E. M. *et al.* Agricultura familiar e programas de desenvolvimento rural no Alto Jequitinhonha. RER, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº 04, p. 1075 -1102, out/dez 2007.

RIBEIRO, E. M. *et al.*As feiras livres do Jequitinhonha: feirantes, consumidores e comércio urbano no semiárido mineiro.2007. Revista Crítica de Humanidades. Disponível em:

<<https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/117>> . Acesso em 29 de Junho de 2019.

ROSSI, Fabiana Ribeiro. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da agricultura familiar no município de São Carlos : impactos socioeconômicos nos agricultores familiares beneficiários. 2012. 177 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Exatas e da Terra) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

RUAS, E.D *et al.* Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável-MEXPAR. Belo Horizonte, março 2006.134 p.

SANTILLI, J. Um pouco da história das agriculturas. p. 35-64. In: Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores. Editora Petropolis.2009. p. 520.

SANTOS, Ana Jacqueline Sales. Um programa, contextos distintos: um estudo sobre o PNAE no Território do Alto Jequitinhonha. Dissertação de mestrado.139 f. Instituto de Ciências Agrárias/UFMG, Montes Claros, MG, 2017.

SAMBUICHI R.H.R.; GALINDO EP.; OLIVEIRA M.A.C.; MOURA, A.M.M. Compras públicas sustentáveis e agricultura familiar: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). In: Sambuichi RHR, Silva APM, Oliveira MAC, Savia A, organizadores. Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas. Brasília: IPEA; 2014. p. 75-104

SANTOS, A.A.; CHAVES, E.R.; Agricultura Familiar e Política Pública: O Programa Brasil Sem Miséria-Japonvar-MG (2014-2018). In.: Encontro Estudos Rurais Guimarães Rosa: Narrativas Interdisciplinares Descolonizadoras. UFVJM – DIAMANTINA - MG. Anais, 2018, p. 94.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. As mulheres rurais e a diversidade de produtos no Programa de Aquisição de Alimentos. In: PAA: 10 anos de aquisição de alimentos. -Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. p.115-151

SILVA, M. N. S.; TUBALDINI, M. A. S. Processos socioespaciais do espaço agrário do alto Jequitinhonha: a fruticultura redefinindo o uso da terra no município de Datas/MG. IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária/ V Simpósio Nacional de Geografia Agrária. 2009.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Brasil em direção ao século XXI. In: Linhares Maria Yedda. História geral do Brasil. 9. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000, p. 385-445.

SOUZA, P. M. e BARBE, L. C. Desigualdades regionais na distribuição dos financiamentos do PRONAF: uma análise do período de 1998 a 2012. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 45, p. 31-43, 2014.

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento grícola: uma visão histórica. São Paulo: Hucitec, 1991.

VALADARES, A. A.; SOUZA, M. G. P.; A trajetória recente do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): uma análise das mudanças normativas e

institucionais que deram nova inflexão ao programa. Nota Técnica IPEA, Nº 21. Brasília, dezembro de 2015.

VELOSO, F. A importância do Programa de Aquisição de Alimentos para as famílias e entidades beneficiárias na região da Nova Alta Paulista. Revista Pegada , vol. 18 , p. 147-176, 2017.

VERGARA, Sylvia C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

VOGT, S. P. C. A construção social do mercado institucional de alimentos: estudo de caso do Programa de Aquisição de Alimentos na região de Celeiro-RS. 2009. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2009.

WANDERLEY, Maria N. O camponês: um trabalhador para o capital. Cad. Dif. Tecnol. V. 2, N. 1. Brasília: jan/abril, 1985.

WANDERLEY, Maria N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. XX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu/MG, 1996.

WANDERLEY, Maria N. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. Estudos Sociedade e Agricultura. N. 21, Rio de Janeiro: outubro, 2003.

## REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

BANCO DE DADOS DA LUTA PELA TERRA- DATALUTA, 2015. Relatório 1992, Datas - MG. Disponível em:<<http://www.lagea.ig.ufu.br/redeDatalutamembros.html>>. Acesso em: 10/02/2019

BANCO DE DADOS DA LUTA PELA TERRA- DATALUTA, 2015. Relatório 1998, Datas - MG. Disponível em:<<http://www.lagea.ig.ufu.br/redeDatalutamembros.html>>. Acesso em: 10/02/2019

BANCO DE DADOS DA LUTA PELA TERRA- DATALUTA, 2015. Relatório 2003, Datas - MG. Disponível em:<<http://www.lagea.ig.ufu.br/redeDatalutamembros.html>>. Acesso em: 10/02/2019

BANCO DE DADOS DA LUTA PELA TERRA- DATALUTA, 2015. Relatório 2012, Datas - MG. Disponível em:<<http://www.lagea.ig.ufu.br/redeDatalutamembros.html>>. Acesso em: 10/02/2019

BANCO DE DADOS DA LUTA PELA TERRA- DATALUTA, 2015. Relatório 2014, Datas - MG. Disponível em:<<http://www.lagea.ig.ufu.br/redeDatalutamembros.html>>. Acesso em: 10/02/2019

BRASIL. Decreto nº 7.775, de 4 de Julho de 2012. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20112014/2012/Decreto/D7775.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2012/Decreto/D7775.htm)>. Acesso em: 29 Julho 2018.

BRASIL.RESOLUÇÃO Nº 81, DE 9 DE ABRIL DE 2018. Disponível em:<[http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca\\_alimentar/Resolucao81\\_PAA.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/Resolucao81_PAA.pdf)>. Acesso em 10 de junho de 2019.

BRASIL. Decreto 84.685 de 06/05/1980. Disponível em:<[https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980\\_1987/decreto-84685-6-maio-1980-434098-publicacaooriginal-1-pe.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980_1987/decreto-84685-6-maio-1980-434098-publicacaooriginal-1-pe.html)>. Acesso em: 17/06/2019.

BRASIL.MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Relatório cadastro único, abril, 2019. Gráfico 4 – Perfil das famílias inscritas no Cadastro Único, abril 2019, Datas SANTOS, A. A. Figura 1- Fluxograma representativo do procedimento para coleta de dados na pesquisa de campo.

BRASIL. LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2011-2014/2012/Lei/L12651compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2012/Lei/L12651compilado.htm)>. Acesso em: 26/06/2019>

BRASIL. Decreto Nº 5.996, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2006. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5996.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5996.htm)>. Acesso em: 17/06/2019.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm). > Acesso em: 10 maio 2018.

BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 59, DE 10 DE JULHO DE 2013. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_arquivos\\_64/co%01pia\\_de\\_Resoluc%27a%03o\\_ggpaa\\_59\\_DS\\_pg1\\_%281%29.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/co%01pia_de_Resoluc%27a%03o_ggpaa_59_DS_pg1_%281%29.pdf). > Acesso em 29/06/2019.

BRASIL. LEI Nº 8.629, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8629.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm). > Acesso em: 13 de junho de 2019.

BRASIL. Agricultura Familiar produz 70 dos alimentos consumidos por brasileiro. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>.> Acesso em 21/05/2017.

BRASIL. PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA. Brasília: MDA, 2010. (Caderno Base III Seminário Nacional PAA).

BRASIL. PORTARIA Nº 523, DE 24 DE AGOSTO DE 2018. Diário Oficial da União - Imprensa Nacional. Disponível em: <[http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/38405397/do1-2018-08-27-portaria-n-523-de-24-de-ago](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/38405397/do1-2018-08-27-portaria-n-523-de-24-de-ago)>. Acesso em 22/06/2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Relatório sobre o Bolsa Família e Cadastro único, Datas - MG, 2019. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/dados/dados> Acesso em: 28/06/2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. O Programa de Aquisição de Alimentos. Disponível em: [http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_arquivos\\_64/CARTILHA\\_PAA\\_FINAL.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/CARTILHA_PAA_FINAL.pdf). Acesso em 30/05/2017.

BRASIL. EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Feijão. Disponível em: <[https://www.agencia.cnptia.EMBRAPA.br/gestor/feijao/arvore/CONTAG01\\_69\\_1162003151646.html](https://www.agencia.cnptia.EMBRAPA.br/gestor/feijao/arvore/CONTAG01_69_1162003151646.html). Acesso em: 10 de junho 2019>.

BRASIL. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: resultados das ações da CONAB em 2017. Compêndio de Estudos Conab. V. 13, 2018. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/agriculturafamiliar/execucao-do-paa>>. Acesso em: 10 fev 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. PAA: 10 anos de aquisição de alimentos. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO, 2018. Gráfico 3- Evolução das modalidades do PAA de 2009 a 2017 (valor em reais) no Brasil.

Apêndice C, p. 165. Gráfico 5- Agricultores participantes do PAA, Datas - MG, 2018-2019.

Apêndice C, p. 165. Gráfico 6 - Variedade de Frutas e produzida e fornecida para o PAA, Datas – MG, 2018/2019.

Apêndice D, p. 169. DATAS-MG. PORTARIA Nº 091 DE 28 DE JUNHO DE 2018. Estabelece os critérios de seleção para concessão de benefício eventual alimentício, especificamente proveniente da distribuição dos alimentos adquirido pelo Programa de Aquisição de Alimentos-PAA.

Apêndice C, p. 165. DATAS-MG. PORTARIA Nº 057 DE AGOSTO DE 2017. Nomeia membros do conselho gestor do Programa Banco de Alimentos deste município e dá outras providências.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO)/instituto nacional de colonização e reforma agrária(Incra). Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável. Brasília,FAO/Incra1994.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). TheState of Food Insecurity in the World 2014. Strengthening the enabling environment for food security and nutrition. Rome: FAO; 2014

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico. Gráfico 1- População urbana e rural (%) do município de Datas – MG, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Gráfico 2 - Área plantada no município de Datas e no Brasil - 2006 a 2010.

SANTOS, A. A. Figura 2 – Cestas de produtos para distribuição às famílias consumidoras, Datas – MG, 2019.

SANTOS, A. A. Figura 3- Comunidade Santa Cruz, Datas – MG, 2019.

SANTOS, A. A. Figura 4- Comunidade Vargem do Basto, Datas - MG, 2019.

SANTOS, A. A. Figura 5 – Frutas fornecidas pelos Agricultores familiares, banana (à esquerda), laranja e mexerica (à direita), Datas - MG, 2019 .

SANTOS, A. A. Figura 6- Hortaliças fornecidas pelos Agricultores familiares, abóboras (à esquerda), alface (à direita), Datas - MG, 2019.





**APÊNDICE A - Questionário - instituição gestora - Emater-MG****Questionário n° \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_****Endereço: \_\_\_\_\_**

1-Como funciona o processo de aquisição de alimentos da agricultura familiar por meio do PAA?

1.1- Quem administra?

1.2-Como foram integrados os agricultores familiares ao PAA? Qual o requisito para participação?

1.3-Como são estabelecidos os preços dos produtos?

1.4-Como são definidos os produtos que cada agricultor vai entregar?

1.5-Qual a valor máximo de entrega estabelecido? Este valor varia entre os agricultores?

1.6- Como funciona o pagamento aos agricultores?

2 - Como funciona a logística de entrega dos produtos da agricultura familiar?

2.1-Há centro de distribuição no município?

2.2-Qual o meio de transporte utilizado?

2.3-Qual é o público que recebe os produtos?

2.4-Como se organizam os agricultores para entrega dos produtos?(individual ou por meio de cooperativas ou associações)?

2.5-Quantos agricultores familiares entregam os produtos?

2.5.1Eles são de quais comunidades?

2.5.2-Essas comunidades ficam próximas do local de entrega dos produtos?

2.5.3-Quantas comunidades rurais tem no município? \_\_\_\_\_

3- Quais são os produtos fornecidos da agricultura familiar fornecidos por meio do PAA?

4- Quais as principais dificuldades encontradas no município na execução do programa do PAA?

5- Quais são as dificuldades encontradas na aquisição de produtos da agricultura familiar?

5.1- Como foram ou são enfrentadas essas dificuldades?

6-Quais são os pontos positivos e avanços do programa do PAA para o município?

6.1-E para a agricultura familiar?



**APÊNDICE B – Questionário - instituição gestora Cras****Questionário n° \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_****Endereço: \_\_\_\_\_**

1. Quais são os beneficiários do PAA no município?
2. 1.1.Quantas instituições? Quantas famílias?
3. Quais são estas famílias?
4. Quais são os requisitos a serem apresentados por estas famílias para se integrarem como beneficiários do PAA?
5. Quem realiza a seleção das famílias?
6. Quem administra?
7. Quem recebe os produtos?
8. Como funciona a logística de recepção dos produtos da agricultura familiar no CRAS?
9. A recepção é realizada com que frequência? Em qual(is) dia(s) da semana?
10. Quais produtos são recebidos?
11. Qual o procedimento realizado após a chegada dos produtos?
12. Quais são as dificuldades encontradas na recepção dos produtos?
13. Como foram ou são enfrentadas essas dificuldades?
14. Quais são os pontos positivos e avanços do programa do PAA no município de Datas?



## APÊNDICE C – Questionário - agricultor

Questionário n° \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

### Parte I - Perfil do agricultor

1) Nome do responsável pela propriedade:

Sexo:

Estado Civil: Casado ( ) Solteiro ( ) Viúvo ( )

Idade: \_\_\_\_\_

2) Tem filhos (as) casados residindo na propriedade? Sim ( ) Não ( ) Quantos? \_\_\_\_\_

Para o caso da resposta ser afirmativa:

A família de filho reside na mesma casa do responsável(a)? Sim ( ) Não ( )

3) Quantas pessoas vivem na residência? \_\_\_\_\_

Família /membros

Idade	Sexo	Parentesco em relação ao responsável pela unidade	Escolaridade	Estado Civil

4) A família Possuem algum tipo de assistência técnica? Sim ( ) Não ( ) Quais:

5) A família participa de algum tipo de política pública/amparo do governo: Sim ( ) Não ( )

Se sim, quais:

5.1) Benefícios e subsídios proporcionados pela política:

### Parte II - Estrutura da propriedade

1) Qual a condição jurídica da propriedade:

( ) Própria ( ) Arrendamento ( ) Parceria

( ) Posseiro ( ) Família Outros \_\_\_\_\_

( ) Não possui propriedade própria

2) Como obteve acesso a terra?

( ) Herança ( ) Compra ( ) Indenização ( ) Troca ( )

Outros \_\_\_\_\_

No caso de não possuir a propriedade da terra, que tipo de acesso mantém:

3) Há informação de quem era(m) o(s) proprietário(s) mais antigos?

( ) País ( ) Avós ( ) Bisavós ( ) Outros \_\_\_\_\_

3) Há quanto tempo reside na propriedade? \_\_\_\_\_

4) Possui outra(s) propriedade(s)? ( ) Sim ( ) Não

Há informação sobre o tamanho da propriedade? ( ) Sim ( ) Não - Área? \_\_\_\_\_

Há informação sobre os limites da propriedade? Sim ( ) Não ( )

5) Possui a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)? Sim ( ) Não ( )

6) Possui o Cadastro Ambiental Rural (Car) Sim ( ) Não ( )

Observações sobre os limites:

### Parte III – Trabalho familiar

1) Quantos membros participam diretamente na produção? Quais são as principais atividades praticadas?

Homens: \_\_\_\_\_ Atividades: \_\_\_\_\_

Mulheres: \_\_\_\_ Atividades: \_\_\_\_\_

Crianças: \_\_\_\_ Atividades: \_\_\_\_\_

(Até 14 anos)

Idosos: \_\_\_\_ Atividades: \_\_\_\_\_

(Acima de 65 anos)

2) Contrata-se ajudante em alguma época do ano? Sim ( ) Não ( )

Se sim: Quantos? \_\_\_\_\_ Por quanto tempo aproximadamente no ano?

Para quais atividades? \_\_\_\_\_

3) Comercialização dos produtos:

a) Quem faz as vendas? \_\_\_\_\_

b) Quando? \_\_\_\_\_ c) Onde? \_\_\_\_\_

d) Quem coloca os preços/em que parametros?

4) Participa da feira livre: ( ) Sim ( ) Não

( ) Para vender ( ) Para comprar ( ) Convívio

5) Produz algum tipo de artesanato? ( ) Sim ( ) Não

Especificar: \_\_\_\_\_

6) Qual a principal fonte de renda familiar (em ordem crescente):

( ) Lavoura ( ) Comércio local ( ) Alternativos (produtos da indústria rural)

( ) aposentadoria ( ) Artesanato ( ) Salário de fora ( ) Trabalho sazonal

( ) Benefícios assistenciais \_\_\_\_\_ ( ) Outros \_\_\_\_\_

7) Qual o transporte mais utilizado para transportar/comercializar a produção: ( ) Veículo próprio ( ) Caminhão/ônibus feirante ( ) Outros: \_\_\_\_\_

8) Quanto ao trabalho da família fora da propriedade:

Membros	Idade	Atividade	Temporário	Fixo	Tempo de permanência no Local

\* Sazonal

\*\* Perto da propriedade ou região

9) Algum membro da família migrou? Sim ( ) Não ( ) Se sim:

Nome	Atividade	Motivo	Contribuição para a renda da família	Ano de migração

10) Instrumentos utilizados na agropecuária:

a) Quanto à utilização de ferramentas/instrumentos tradicionais:

Na agricultura:

Na pecuária, se desenvolve a agropecuária :

Na produção de produtos e artesanatos (indústria rural):

b) Quanto à utilização da tecnologia:

Na agricultura: Na pecuária:

Na produção de produtos e artesanatos (indústria rural):

## 11) Técnicas de trabalho

a) Utiliza técnicas tradicionais: ( ) Sim ( ) Não. Se sim, quais?

Utiliza técnicas modernas: ( ) Sim ( ) Não. Se sim, quais?

**Parte IV – Perfil da produção**

## 1) Tipo da Produção agrícola:

Produto	Área cultivada	Quantidade produzida	DCF <sup>1</sup>	DV <sup>2</sup>	Quantidade vendida/mês
Legumes					
Frutas					
Hortaliças					
Grãos					

1- Destinada ao consumo familiar

2- Destinada a venda

Tipos de Frutas: \_\_\_\_\_

Tipos de Verduras: \_\_\_\_\_

Tipos de Legumes: \_\_\_\_\_

2) Indústria de transformação rural:

3) Onde os produtos são vendidos? (colocar a diversidade das opções de venda) a)

Feira Livre ( ) b) Supermercado ( ) c) Ambulantes ( )

c) Compra direta do governo ( ) outras cidades ( ) No caso da feira, quantos membros participam na feira?

4) Atividade pecuária quanto à produção:

a) Gado bovino: ( ) Sim ( ) Não

“Se a resposta for não, ir para questão d”.

b) Se sim, qual tipo? ( ) Leite N° \_\_\_\_\_ ( ) Corte N° \_\_\_\_\_ ( ) Bezerros N° \_\_\_\_\_

c) Alimentação do gado: ( ) Ração ( ) Sal ( ) Pastagem Natural ( ) Pastagem plantada ( ) Outros \_\_\_\_\_

d) Possui equinos? ( ) Cavalo: N° \_\_\_\_\_ ( ) Jegue: N° \_\_\_\_\_ ( ) Mula: N° \_\_\_\_\_

e) Muares: N° \_\_\_\_\_ Animais de carga

f) Porcos: n° \_\_\_\_\_ Consumo: \_\_\_\_\_ Venda: \_\_\_\_\_ Local: \_\_\_\_\_

g) Galinhas: n° \_\_\_\_\_ Produção de ovos: \_\_\_\_\_ Consumo: \_\_\_\_\_ Venda: \_\_\_\_\_ Local: \_\_\_\_\_

h) Reproduz o rebanho: ( ) Sim ( ) Não

6) Em relação à produção de leite/Beneficiamento da matéria prima da pecuária

a) Produção litros/dia - período da seca \_\_\_\_\_ período das águas \_\_\_\_\_

b) Destino: ( ) Consumo próprio ( ) Comércio: \_\_\_\_\_

c) Confecção de produtos derivados:

( ) Queijo ( ) Requeijão ( ) Doce ( ) Outros \_\_\_\_\_

d) Destino: ( ) Consumo próprio ( ) Comércio: \_\_\_\_\_

Quantidade diária: \_\_\_\_\_ Responsável pela produção \_\_\_\_\_ 7)

Tipo de acesso a água/Irrigação:

7. Renda familiar:

( ) até 1 salário mínimo ( ) entre 1 e 2 salários mínimos ( ) entre 2 e 3 salários mínimo ( )

entre 3 e 4 salários mínimos ( ) mais de 4 salários mínimos

8. Qual o principal problema para a produção agrícola?

clima  comercialização (atravessador)  pragas  outros

9. Qual a principal dificuldade para comercializar com o PAA?

legislação Sanitária  cardápio Regionalizado  impostos (nota fiscal)  preço  sazonalidade  outros

10. Qual a importância do PAA na Unidade Produtiva Familiar?

melhoria na Renda  oportunidade de comercialização  incentivo a Produção  outros

11. Quais as principais culturas implantadas na propriedade antes do PAA?

12. Quais culturas foram implantadas na propriedade após o PAA?

13. Como o (a) Senhor (a) avalia o PAA ?

ótimo  bom  regular  ruim

14- O que deveria ocorrer para melhor sua participação no PAA?

15- Como você se reconhece à frente das atividades na sua unidade de produção



## APÊNDICE D –Questionário - famílias consumidoras

Questionário n° \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

1- Responsável pelo grupo familiar:

Sexo: ( ) masculino ( ) feminino

Estado Civil: Casado ( ) Solteiro ( ) Viúvo ( ) Idade: \_\_\_\_\_

2- Tem filhos (as) casados residindo na propriedade? Sim ( ) Não ( ) Quantos? \_\_\_\_\_

Para o caso da resposta ser afirmativa:

A família de filho reside na mesma casa do responsável(a)? Sim ( ) Não ( )

3- Quantas pessoas vivem na residência? \_\_\_\_\_

Família /membros

Idade	Sexo	Parentesco em relação ao responsável pela unidade	Escolaridade	Estado Civil

4- A família participa de algum tipo de política pública/amparo do governo: Sim ( ) Não ( )

Se sim, quais:

4-1) Benefícios e subsídios proporcionados pela política:

5- Quando começou a receber dos produtos por meio do PAA?

6- Quais os requisitos foram necessários apresentar para se tornar beneficiário do programa?

7- Com que frequência recebe os produtos?

8- Quais os benefícios do programa para sua família?

9- Encontra alguma dificuldade para receber os produtos? Quais?



**ANEXO A – Agricultores cadastrados no programa de aquisição de alimentos – PAA**

Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário de Minas Gerais – SEDA

Município: Datas

Cadastro do Agricultor(a)

IDENTIFICAÇÃO DO AGRICULTOR	Gênero F- Feminino M- masculino	PRODUTO	QUANTIDADE	PREÇO	VALOR PRODUTO	VALOR DA PROPOSTA (R\$)
Agricultor 01	F	ABACATE	80,00	R\$ 2,40	R\$ 192,00	R\$ 3.250,01
		ABÓBORA MORANGA	120,00	R\$ 1,18	R\$ 141,60	
		ABOBRINHA VERDE	110,00	R\$ 1,47	R\$ 161,70	
		ALFACE	90,00	R\$ 4,12	R\$ 370,80	
		BANANA NANICA	120,00	R\$ 2,21	R\$ 265,20	
		BETERRABA SEM FOLHA	120,00	R\$ 1,39	R\$ 166,80	
		CENOURA	120,00	R\$ 1,53	R\$ 183,60	
		COUVE	90,00	R\$ 5,59	R\$ 503,10	
		LARANJA COMUM	150,00	R\$ 1,44	R\$ 216,00	
		LIMÃO	90,00	R\$ 1,90	R\$ 171,00	
		MANDIOCA	149,00	R\$ 0,79	R\$ 117,71	
		MANGA	200,00	R\$ 2,09	R\$ 418,00	
		REPOLHO	130,00	R\$ 0,77	R\$ 100,10	
		TANGERINA PONKAN	120,00	R\$ 2,02	R\$ 242,40	
Agricultor 02	F	TOMATE MAÇÃ	110,00	R\$ 2,47	R\$ 271,70	R\$ 3.249,71
		ABÓBORA MORANGA	145,00	R\$ 1,18	R\$ 171,10	
		ABOBRINHA VERDE	100,00	R\$ 1,47	R\$ 147,00	
		ALFACE	120,00	R\$ 4,12	R\$ 494,40	
		BETERRABA SEM FOLHA	150,00	R\$ 1,39	R\$ 208,50	
		CENOURA	150,00	R\$ 1,53	R\$ 229,50	
		COUVE	100,00	R\$ 5,59	R\$ 559,00	
		LARANJA COMUM	230,00	R\$ 1,44	R\$ 331,20	
		LIMÃO	150,00	R\$ 1,90	R\$ 285,00	
		MANGA	209,00	R\$ 2,09	R\$ 436,81	
		REPOLHO	150,00	R\$ 0,77	R\$ 115,50	
Agricultor 03	F	ABOBORA MORANGA	160,00	R\$ 1,18	R\$ 188,80	R\$ 3.249,83
		ABOBRINHA VERDE	119,00	R\$ 1,47	R\$ 174,93	
		ALFACE	50,00	R\$ 4,12	R\$ 206,00	
		BETERRABA SEM FOLHA	90,00	R\$ 1,39	R\$ 125,10	
		COUVE	60,00	R\$ 5,59	R\$ 335,40	
		FEIJÃO	155,00	R\$ 5,58	R\$ 864,90	

		LARANJA COMUM	150,00	R\$ 1,44	R\$ 216,00				
		LIMÃO	50,00	R\$ 1,90	R\$ 95,00				
		MANDIOCA	180,00	R\$ 0,79	R\$ 142,20				
		MARACUJÁ	130,00	R\$ 2,82	R\$ 366,60				
		REPOLHO	170,00	R\$ 0,77	R\$ 130,90				
		TANGERINA PONKAN	200,00	R\$ 2,02	R\$ 404,00				
Agricultor 04	M	TOMATE MAÇÃ	200,00	R\$ 2,47	R\$ 494,00	R\$ 3.249,13			
		ABÓBORA MORANGA	100,00	R\$ 1,18	R\$ 118,00				
		ABOBRINHA VERDE	80,00	R\$ 1,47	R\$ 117,60				
		ALFACE	34,00	R\$ 4,12	R\$ 140,08				
		BANANA NANICA	180,00	R\$ 2,21	R\$ 397,80				
		BETERRABA SEM FOLHA	110,00	R\$ 1,39	R\$ 152,90				
		CENOURA	60,00	R\$ 1,53	R\$ 91,80				
		COUVE	50,00	R\$ 5,59	R\$ 279,50				
		LARANJA COMUM	200,00	R\$ 1,44	R\$ 288,00				
		MANDIOCA	200,00	R\$ 0,79	R\$ 158,00				
		MANGA	105,00	R\$ 2,09	R\$ 219,45				
		MARACUJÁ	200,00	R\$ 2,82	R\$ 564,00				
		MILHO VERDE	200,00	R\$ 1,14	R\$ 228,00				
				ABACATE	70,00		R\$ 2,40	R\$ 168,00	
Agricultor 05	F	TOMATE MAÇÃ	110,00	R\$ 2,47	R\$ 271,70	R\$ 3.250,20			
		ABÓBORA MORANGA	60,00	R\$ 1,18	R\$ 70,80				
		ABOBRINHA VERDE	81,00	R\$ 1,47	R\$ 119,07				
		ACEROLA	20,00	R\$ 20,94	R\$ 418,80				
		ALFACE	32,00	R\$ 4,12	R\$ 131,84				
		BANANA NANICA	100,00	R\$ 2,21	R\$ 221,00				
		BETERRABA SEM FOLHA	75,00	R\$ 1,39	R\$ 104,25				
		CARÁ	250,00	R\$ 2,17	R\$ 542,50				
		CENOURA	50,00	R\$ 1,53	R\$ 76,50				
		COUVE	45,00	R\$ 5,59	R\$ 251,55				
		LARANJA COMUM	110,00	R\$ 1,44	R\$ 158,40				
		LIMÃO	55,00	R\$ 1,90	R\$ 104,50				
		MANDIOCA	97,00	R\$ 0,79	R\$ 76,63				
		MANGA	88,00	R\$ 2,09	R\$ 183,92				
		REPOLHO	62,00	R\$ 0,77	R\$ 47,74				
		TANGERINA PONKAN	150,00	R\$ 2,02	R\$ 303,00				
		Agricultor 06	M	ABACATE	45,00		R\$ 2,40	R\$ 108,00	R\$ 3.250,60
				TOMATE MAÇÃ	50,00		R\$ 2,47	R\$ 123,50	
ABÓBORA MORANGA	50,00			R\$ 1,18	R\$ 59,00				
ACEROLA	12,00			R\$ 20,94	R\$ 251,28				
ALFACE	60,00			R\$ 4,12	R\$ 247,20				
ALHO	12,00			R\$ 14,29	R\$ 171,48				

		BANANA NANICA	90,00	R\$ 2,21	R\$ 198,90	
		BETERRABA SEM FOLHA	90,00	R\$ 1,39	R\$ 125,10	
		CENOURA	50,00	R\$ 1,53	R\$ 76,50	
		COUVE	50,00	R\$ 5,59	R\$ 279,50	
		FEIJÃO	90,00	R\$ 5,58	R\$ 502,20	
		LIMÃO	50,00	R\$ 1,90	R\$ 95,00	
		MANGA	100,00	R\$ 2,09	R\$ 209,00	
		MANDIOCA	120,00	R\$ 0,79	R\$ 94,80	
		MARACUJÁ	100,00	R\$ 2,82	R\$ 282,00	
		MILHO VERDE	146,00	R\$ 1,14	R\$ 166,44	
		REPOLHO	50,00	R\$ 0,77	R\$ 38,50	
		TANGERINA PONKAN	110,00	R\$ 2,02	R\$ 222,20	
Agricultor 07	F	CENOURA	150,00	R\$ 1,53	R\$ 229,50	R\$ 3.250,01
		COUVE	60,00	R\$ 5,59	R\$ 335,40	
		FEIJÃO	250,00	R\$ 5,58	R\$ 1.395,00	
		LARANJA COMUM	200,00	R\$ 1,44	R\$ 288,00	
		MANDIOCA	300,00	R\$ 0,79	R\$ 237,00	
		MANGA	150,00	R\$ 2,09	R\$ 313,50	
		BETERRABA SEM FOLHA	81,00	R\$ 1,39	R\$ 112,59	
		BRÓCOLIS	134,00	R\$ 2,53	R\$ 339,02	
Agricultor 08	F	ABACATE	150,00	R\$ 2,40	R\$ 360,00	R\$ 3.249,99
		TOMATE MAÇÃ	103,00	R\$ 2,47	R\$ 254,41	
		ACEROLA	30,00	R\$ 20,94	R\$ 628,20	
		ALFACE	50,00	R\$ 4,12	R\$ 206,00	
		BANANA NANICA	150,00	R\$ 2,21	R\$ 331,50	
		BETERRABA SEM FOLHA	122,00	R\$ 1,39	R\$ 169,58	
		CENOURA	120,00	R\$ 1,53	R\$ 183,60	
		COUVE	50,00	R\$ 5,59	R\$ 279,50	
		LIMÃO	28,00	R\$ 1,90	R\$ 53,20	
		MANGA	100,00	R\$ 2,09	R\$ 209,00	
		MILHO VERDE	150,00	R\$ 1,14	R\$ 171,00	
		TANGERINA PONKAN	200,00	R\$ 2,02	R\$ 404,00	
Agricultor 09	F	TOMATE MAÇÃ	180,00	R\$ 2,47	R\$ 444,60	R\$ 3.249,20
		ABÓBORA MORANGA	200,00	R\$ 1,18	R\$ 236,00	
		ABOBRINHA VERDE	150,00	R\$ 1,47	R\$ 220,50	
		ALFACE	50,00	R\$ 4,12	R\$ 206,00	
		BETERRABA SEM FOLHA	80,00	R\$ 1,39	R\$ 111,20	
		CENOURA	50,00	R\$ 1,53	R\$ 76,50	
		COUVE	50,00	R\$ 5,59	R\$ 279,50	
		LIMÃO	20,00	R\$ 1,90	R\$ 38,00	
		MANDIOCA	150,00	R\$ 0,79	R\$ 118,50	

		MANGA	100,00	R\$ 2,09	R\$ 209,00	
		MILHO VERDE	200,00	R\$ 1,14	R\$ 228,00	
		REPOLHO	100,00	R\$ 0,77	R\$ 77,00	
		FEIJÃO	180,00	R\$ 5,58	R\$ 1.004,40	
Agricultor 10	M	TOMATE MAÇÃ	100,00	R\$ 2,47	R\$ 247,00	R\$ 3.249,67
		ACEROLA	50,00	R\$ 20,94	R\$ 1.047,00	
		ABACATE	120,00	R\$ 2,40	R\$ 288,00	
		MANDIOCA	220,00	R\$ 0,79	R\$ 173,80	
		MARACUJÁ	110,00	R\$ 2,82	R\$ 310,20	
		MILHO VERDE	180,00	R\$ 1,14	R\$ 205,20	
		REPOLHO	125,00	R\$ 0,77	R\$ 96,25	
		COUVE	58,00	R\$ 5,59	R\$ 324,22	
		FEIJÃO	100,00	R\$ 5,58	R\$ 558,00	
Agricultor 11	F	TOMATE MAÇÃ	187,00	R\$ 2,47	R\$ 461,89	R\$ 3.249,87
		ABÓBORA MORANGA	80,00	R\$ 1,18	R\$ 94,40	
		ABOBRINHA VERDE	67,00	R\$ 1,47	R\$ 98,49	
		ALFACE	20,00	R\$ 4,12	R\$ 82,40	
		ALHO	42,00	R\$ 14,29	R\$ 600,18	
		BETERRABA SEM FOLHA	80,00	R\$ 1,39	R\$ 111,20	
		BRÓCOLIS	127,00	R\$ 2,53	R\$ 321,31	
		COUVE	18,00	R\$ 5,59	R\$ 100,62	
		COUVE FLOR	200,00	R\$ 1,47	R\$ 294,00	
		FEIJÃO	150,00	R\$ 5,58	R\$ 837,00	
		MILHO VERDE	176,00	R\$ 1,14	R\$ 200,64	
		REPOLHO	62,00	R\$ 0,77	R\$ 47,74	
Agricultor 12	F	ACEROLA	31,00	R\$ 20,94	R\$ 649,14	R\$ 3.249,38
		ALHO	45,00	R\$ 14,29	R\$ 643,05	
		BANANA NANICA	220,00	R\$ 2,21	R\$ 486,20	
		BETERRABA SEM FOLHA	121,00	R\$ 1,39	R\$ 168,19	
		FEIJÃO	180,00	R\$ 5,58	R\$ 1.004,40	
		LIMÃO	50,00	R\$ 1,90	R\$ 95,00	
		MANDIOCA	160,00	R\$ 0,79	R\$ 126,40	
		REPOLHO	100,00	R\$ 0,77	R\$ 77,00	
Agricultor 13	F	ABOBRINHA ITALIA	100,00	R\$ 1,47	R\$ 147,00	R\$ 3.250,51
		ALFACE	45,00	R\$ 4,12	R\$ 185,40	
		BETERRABA SEM FOLHA	195,00	R\$ 1,39	R\$ 271,05	
		BRÓCOLIS	125,00	R\$ 2,53	R\$ 316,25	
		CENOURA	50,00	R\$ 1,53	R\$ 76,50	
		COUVE	71,00	R\$ 5,59	R\$ 396,89	
		COUVE FLOR	182,00	R\$ 1,47	R\$ 267,54	
		FEIJÃO	150,00	R\$ 5,58	R\$ 837,00	

		LARANJA COMUM	180,00	R\$ 1,44	R\$ 259,20	
		MANGA	110,00	R\$ 2,09	R\$ 229,90	
		MILHO VERDE	176,00	R\$ 1,14	R\$ 200,64	
		REPOLHO	82,00	R\$ 0,77	R\$ 63,14	
Agricultor 14	F	ABOBRINHA ITALIA	150,00	R\$ 1,47	R\$ 220,50	R\$ 3.249,32
		ALFACE	80,00	R\$ 4,12	R\$ 329,60	
		ALHO	38,00	R\$ 14,29	R\$ 543,02	
		BANANA NANICA	120,00	R\$ 2,21	R\$ 265,20	
		BETERRABA SEM FOLHA	50,00	R\$ 1,39	R\$ 69,50	
		CENOURA	60,00	R\$ 1,53	R\$ 91,80	
		COUVE	80,00	R\$ 5,59	R\$ 447,20	
		LIMÃO	100,00	R\$ 1,90	R\$ 190,00	
		MANDIOCA	120,00	R\$ 0,79	R\$ 94,80	
		MANGA	250,00	R\$ 2,09	R\$ 522,50	
		MARACUJÁ	120,00	R\$ 2,82	R\$ 338,40	
		MILHO VERDE	120,00	R\$ 1,14	R\$ 136,80	
		Agricultor 15	M	TOMATE MAÇÃ	170,00	
ABÓBORA MORANGA	81,00			R\$ 1,18	R\$ 95,58	
ABOBRINHA VERDE	67,00			R\$ 1,47	R\$ 98,49	
ALFACE	25,00			R\$ 4,12	R\$ 103,00	
BANANA NANICA	150,00			R\$ 2,21	R\$ 331,50	
BETERRABA SEM FOLHA	95,00			R\$ 1,39	R\$ 132,05	
CENOURA	50,00			R\$ 1,53	R\$ 76,50	
COUVE	50,00			R\$ 5,59	R\$ 279,50	
COUVE FLOR	136,00			R\$ 1,47	R\$ 199,92	
FEIJÃO	130,00			R\$ 5,58	R\$ 725,40	
LARANJA COMUM	187,00			R\$ 1,44	R\$ 269,28	
LIMÃO	40,00			R\$ 1,90	R\$ 76,00	
MANGA	90,00			R\$ 2,09	R\$ 188,10	
MILHO VERDE	180,00			R\$ 1,14	R\$ 205,20	
REPOLHO	64,00	R\$ 0,77	R\$ 49,28			
Agricultor 16	F	TOMATE MAÇÃ	190,00	R\$ 2,47	R\$ 469,30	R\$ 3.250,15
		ABÓBORA MORANGA	120,00	R\$ 1,18	R\$ 141,60	
		ABACATE	100,00	R\$ 2,40	R\$ 240,00	
		ALFACE	32,00	R\$ 4,12	R\$ 131,84	
		BANANA NANICA	200,00	R\$ 2,21	R\$ 442,00	
		BETERRABA SEM FOLHA	100,00	R\$ 1,39	R\$ 139,00	
		CENOURA	80,00	R\$ 1,53	R\$ 122,40	
		COUVE	50,00	R\$ 5,59	R\$ 279,50	
		MILHO VERDE	200,00	R\$ 1,14	R\$ 228,00	
		REPOLHO	78,00	R\$ 0,77	R\$ 60,06	

		LARANJA COMUM	245,00	R\$ 1,44	R\$ 352,80	
		TANGERINA PONKAN	210,00	R\$ 2,02	R\$ 424,20	
		MANGA	105,00	R\$ 2,09	R\$ 219,45	
Agricultor 17	F	ACEROLA	20,00	R\$ 20,94	R\$ 418,80	R\$ 3.249,86
		BANANA NANICA	120,00	R\$ 2,21	R\$ 265,20	
		BETERRABA SEM FOLHA	95,00	R\$ 1,39	R\$ 132,05	
		COUVE	40,00	R\$ 5,59	R\$ 223,60	
		COUVE FLOR	100,00	R\$ 1,47	R\$ 147,00	
		CENOURA	50,00	R\$ 1,53	R\$ 76,50	
		FEIJÃO	120,00	R\$ 5,58	R\$ 669,60	
		LARANJA COMUM	150,00	R\$ 1,44	R\$ 216,00	
		LIMÃO	40,00	R\$ 1,90	R\$ 76,00	
		MANDIOCA	150,00	R\$ 0,79	R\$ 118,50	
		MANGA	100,00	R\$ 2,09	R\$ 209,00	
		MARACUJÁ	120,00	R\$ 2,82	R\$ 338,40	
		REPOLHO	73,00	R\$ 0,77	R\$ 56,21	
		TANGERINA PONKAN	150,00	R\$ 2,02	R\$ 303,00	
		Agricultor 18	F	TOMATE MAÇÃ	120,00	
ABÓBORA MORANGA	70,00			R\$ 1,18	R\$ 82,60	
ALFACE	34,00			R\$ 4,12	R\$ 140,08	
BETERRABA SEM FOLHA	80,00			R\$ 1,39	R\$ 111,20	
CARÁ	210,00			R\$ 2,17	R\$ 455,70	
CENOURA	78,00			R\$ 1,53	R\$ 119,34	
COUVE	60,00			R\$ 5,59	R\$ 335,40	
FEIJÃO	120,00			R\$ 5,58	R\$ 669,60	
LARANJA COMUM	120,00			R\$ 1,44	R\$ 172,80	
LIMÃO	50,00			R\$ 1,90	R\$ 95,00	
MANDIOCA	142,00			R\$ 0,79	R\$ 112,18	
MANGA	60,00			R\$ 2,09	R\$ 125,40	
MILHO VERDE	150,00			R\$ 1,14	R\$ 171,00	
TANGERINA PONKAN	180,00			R\$ 2,02	R\$ 363,60	
Agricultor 19	F	ABACATE	80,00	R\$ 2,40	R\$ 192,00	R\$ 3.250,02
		CENOURA	50,00	R\$ 1,53	R\$ 76,50	
		BETERRABA SEM FOLHA	95,00	R\$ 1,39	R\$ 132,05	
		ALFACE	42,00	R\$ 4,12	R\$ 173,04	
		LARANJA COMUM	100,00	R\$ 1,44	R\$ 144,00	
		BANANA NANICA	100,00	R\$ 2,21	R\$ 221,00	
		MANGA	80,00	R\$ 2,09	R\$ 167,20	
		MANDIOCA	100,00	R\$ 0,79	R\$ 79,00	
		ALHO	30,00	R\$ 14,29	R\$ 428,70	
LIMÃO	40,00	R\$ 1,90	R\$ 76,00			



		ACEROLA	28,00	R\$ 20,94	R\$ 586,32	
		COUVE	54,00	R\$ 5,59	R\$ 301,86	
		REPOLHO	65,00	R\$ 0,77	R\$ 50,05	
		BRÓCOLIS	100,00	R\$ 2,53	R\$ 253,00	
		MARACUJÁ	45,00	R\$ 2,82	R\$ 126,90	
		TANGERINA PONKAN	120,00	R\$ 2,02	R\$ 242,40	
Agricultor 20	F	ABACATE	200,00	R\$ 2,40	R\$ 480,00	R\$ 3.250,60
		TOMATE MAÇÃ	150,00	R\$ 2,47	R\$ 370,50	
		ACEROLA	30,00	R\$ 20,94	R\$ 628,20	
		ABÓBORA MORANGA	120,00	R\$ 1,18	R\$ 141,60	
		BETERRABA SEM FOLHA	120,00	R\$ 1,39	R\$ 166,80	
		LARANJA COMUM	225,00	R\$ 1,44	R\$ 324,00	
		MANDIOCA	250,00	R\$ 0,79	R\$ 197,50	
		MANGA	100,00	R\$ 2,09	R\$ 209,00	
		MILHO VERDE	200,00	R\$ 1,14	R\$ 228,00	
		TANGERINA PONKAN	250,00	R\$ 2,02	R\$ 505,00	
Agricultor 21	M	ABACATE	160,00	R\$ 2,40	R\$ 384,00	R\$ 3.250,00
		ABÓBORA MORANGA	161,00	R\$ 1,18	R\$ 189,98	
		ALFACE	55,00	R\$ 4,12	R\$ 226,60	
		CENOURA	78,00	R\$ 1,53	R\$ 119,34	
		BETERRABA SEM FOLHA	100,00	R\$ 1,39	R\$ 139,00	
		ACEROLA	22,00	R\$ 20,94	R\$ 460,68	
		COUVE	60,00	R\$ 5,59	R\$ 335,40	
		FEIJÃO	250,00	R\$ 5,58	R\$ 1.395,00	
Agricultor 22	M	ABACATE	152,00	R\$ 2,40	R\$ 364,80	R\$ 3.249,28
		TOMATE MAÇÃ	187,00	R\$ 2,47	R\$ 461,89	
		ACEROLA	25,00	R\$ 20,94	R\$ 523,50	
		ALFACE	32,00	R\$ 4,12	R\$ 131,84	
		BANANA NANICA	150,00	R\$ 2,21	R\$ 331,50	
		CENOURA	50,00	R\$ 1,53	R\$ 76,50	
		LARANJA COMUM	200,00	R\$ 1,44	R\$ 288,00	
		LIMÃO	57,00	R\$ 1,90	R\$ 108,30	
		MANDIOCA	170,00	R\$ 0,79	R\$ 134,30	
		MANGA	105,00	R\$ 2,09	R\$ 219,45	
		MILHO VERDE	180,00	R\$ 1,14	R\$ 205,20	
		TANGERINA PONKAN	200,00	R\$ 2,02	R\$ 404,00	
Agricultor 23		TOMATE MAÇÃ	100,00	R\$ 2,47	R\$ 247,00	R\$ 3.249,36
		ABOBRINHA VERDE	67,00	R\$ 1,47	R\$ 98,49	
		ACEROLA	12,00	R\$ 20,94	R\$ 251,28	
		ALFACE	20,00	R\$ 4,12	R\$ 82,40	
		ALHO	20,00	R\$ 14,29	R\$ 285,80	

	M	BANANA NANICA	120,00	R\$ 2,21	R\$ 265,20	
		BETERRABA SEM FOLHA	80,00	R\$ 1,39	R\$ 111,20	
		CENOURA	50,00	R\$ 1,53	R\$ 76,50	
		COUVE	30,00	R\$ 5,59	R\$ 167,70	
		FEIJÃO	100,00	R\$ 5,58	R\$ 558,00	
		LARANJA COMUM	150,00	R\$ 1,44	R\$ 216,00	
		LIMÃO	30,00	R\$ 1,90	R\$ 57,00	
		MANDIOCA	100,00	R\$ 0,79	R\$ 79,00	
		MARACUJÁ	120,00	R\$ 2,82	R\$ 338,40	
		MILHO VERDE	120,00	R\$ 1,14	R\$ 136,80	
		REPOLHO	47,00	R\$ 0,77	R\$ 36,19	
		TANGERINA PONKAN	120,00	R\$ 2,02	R\$ 242,40	
Agricultor 24	F	ABACATE	84,00	R\$ 2,40	R\$ 201,60	R\$ 3.249,35
		TOMATE MAÇÃ	150,00	R\$ 2,47	R\$ 370,50	
		ABÓBORA MORANGA	81,00	R\$ 1,18	R\$ 95,58	
		ABOBRINHA VERDE	67,00	R\$ 1,47	R\$ 98,49	
		ACEROLA	23,00	R\$ 20,94	R\$ 481,62	
		ALFACE	32,00	R\$ 4,12	R\$ 131,84	
		BETERRABA SEM FOLHA	93,00	R\$ 1,39	R\$ 129,27	
		CENOURA	50,00	R\$ 1,53	R\$ 76,50	
		COUVE	50,00	R\$ 5,59	R\$ 279,50	
		LARANJA COMUM	150,00	R\$ 1,44	R\$ 216,00	
		LIMÃO	57,00	R\$ 1,90	R\$ 108,30	
		MANGA	105,00	R\$ 2,09	R\$ 219,45	
		MARACUJÁ	182,00	R\$ 2,82	R\$ 513,24	
		REPOLHO	58,00	R\$ 0,77	R\$ 44,66	
		TANGERINA PONKAN	140,00	R\$ 2,02	R\$ 282,80	
Agricultor 25	F	ABACATE	180,00	R\$ 2,40	R\$ 432,00	R\$ 3.249,60
		ABOBRINHA VERDE	150,00	R\$ 1,47	R\$ 220,50	
		ALHO	100,00	R\$ 14,29	R\$ 1.429,00	
		BETERRABA SEM FOLHA	120,00	R\$ 1,39	R\$ 166,80	
		BRÓCOLIS	130,00	R\$ 2,53	R\$ 328,90	
		CENOURA	80,00	R\$ 1,53	R\$ 122,40	
		LIMÃO	100,00	R\$ 1,90	R\$ 190,00	
		LARANJA COMUM	250,00	R\$ 1,44	R\$ 360,00	
Agricultor 26	M	ABOBRINHA VERDE	200,00	R\$ 1,47	R\$ 294,00	R\$ 3.249,35
		ALFACE	88,00	R\$ 4,12	R\$ 362,56	
		BETERRABA SEM FOLHA	120,00	R\$ 1,39	R\$ 166,80	
		CENOURA	120,00	R\$ 1,53	R\$ 183,60	
		COUVE	70,00	R\$ 5,59	R\$ 391,30	
		MANDIOCA	250,00	R\$ 0,79	R\$ 197,50	

		MANGA	121,00	R\$ 2,09	R\$ 252,89	
		MARACUJÁ	210,00	R\$ 2,82	R\$ 592,20	
		MILHO VERDE	250,00	R\$ 1,14	R\$ 285,00	
		ACEROLA	25,00	R\$ 20,94	R\$ 523,50	
Agricultor 27	M	TOMATE MAÇÃ	80,00	R\$ 2,47	R\$ 197,60	R\$ 3.249,08
		ABOBRINHA VERDE	50,00	R\$ 1,47	R\$ 73,50	
		ACEROLA	10,00	R\$ 20,94	R\$ 209,40	
		ALHO	42,00	R\$ 14,29	R\$ 600,18	
		BANANA NANICA	100,00	R\$ 2,21	R\$ 221,00	
		BETERRABA SEM FOLHA	80,00	R\$ 1,39	R\$ 111,20	
		BRÓCOLIS	170,00	R\$ 2,53	R\$ 430,10	
		COUVE FLOR	150,00	R\$ 1,47	R\$ 220,50	
		LARANJA COMUM	50,00	R\$ 1,44	R\$ 72,00	
		FELJÃO	100,00	R\$ 5,58	R\$ 558,00	
		MILHO VERDE	100,00	R\$ 1,14	R\$ 114,00	
		REPOLHO	48,83	R\$ 0,77	R\$ 37,60	
		TANGERINA PONKAN	200,00	R\$ 2,02	R\$ 404,00	
		Agricultor 28	F	ABACATE	200,00	
BANANA NANICA	250,00			R\$ 2,21	R\$ 552,50	
BETERRABA SEM FOLHA	140,00			R\$ 1,39	R\$ 194,60	
ABOBRINHA VERDE	180,00			R\$ 1,47	R\$ 264,60	
LIMÃO	58,00			R\$ 1,90	R\$ 110,20	
MANDIOCA	299,39			R\$ 0,79	R\$ 236,52	
MARACUJÁ	200,00			R\$ 2,82	R\$ 564,00	
MILHO VERDE	300,00			R\$ 1,14	R\$ 342,00	
CENOURA	120,00			R\$ 1,53	R\$ 183,60	
LARANJA COMUM	155,00			R\$ 1,44	R\$ 223,20	
ACEROLA	5,00			R\$ 20,94	R\$ 104,70	
Total		-----	<b>38742,22</b>	-----	-----	<b>R\$ 91.000,00</b>

Fonte:Emater-MG, 2018



**ANEXO B – Questionário utilizado pelo cras - estudo sócio econômico para cadastramento das famílias no Programa de Aquisição de Alimentos - PAA**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DATAS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS  
ESTUDO SÓCIO ECONÔMICO**



Código domiciliar: \_\_\_\_\_

Nis: \_\_\_\_\_

**1) DADOS DO ENTREVISTADO**

**1.1) IDENTIFICAÇÃO**

- a) Nome: \_\_\_\_\_
- b) DN/Idade: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_ Sexo:  M  F
- c) Filiação: \_\_\_\_\_
- d) Escolaridade: \_\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_ Renda: \_\_\_\_\_
- e) Local de trabalho: \_\_\_\_\_
- f) Estado Civil:  Solteiro  Casado  Viúvo  Divorciado  Separado  União Estável
- g) Naturalidade: \_\_\_\_\_ Reside em Datas há quanto tempo? \_\_\_\_\_
- h) Endereço: \_\_\_\_\_ Nº: \_\_\_\_\_
- i) Bairro: \_\_\_\_\_
- j) Ponto de Referência: \_\_\_\_\_ Tel.: \_\_\_\_\_

1.2 Há alguém na família sem documentação?  Sim, Quantos \_\_\_\_\_  Não

a) Quais  CPF  Carteira de Trabalho  Certidão de Nascimento  Certidão de Casamento  
 Título de Eleitor

**2) MORADIA**

2.1) Moradia:  Própria  Cedida  Alugada R\$ \_\_\_\_\_

**2.2) CARACTERÍSTICA FÍSICA - AMBIENTAIS DO DOMICÍLIO**

- a) Risco:  Inundação  Deslizamento  Solapamento  Não tem riscos
- b) Parede:  Alvenaria  Adobe  Outros: \_\_\_\_\_
- c) Cobertura:  T. Amianto  T. Cerâmica  Laje  T. Metálica Outros: \_\_\_\_\_
- d) Piso:  Cerâmica  Taco  Pedra  Cimento  Chão Batido  Outros: \_\_\_\_\_
- e) Nº de Cômodos: \_\_\_\_\_
- f) Estado de Conservação:  Ótimo  Bom  Regular  Ruim

**2.3 - TIPO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA**

a)  Rede Pública  Poço/Nascente  Outro: \_\_\_\_\_



**5) PARTICIPAÇÃO DE ALGUM PROGRAMA DO GOVERNO FEDERAL OU RECEBE BENEFÍCIO SOCIAL COMO:**

- a) Participação do Programa:  PETI  
 Projovem  
 Bolsa Família: \_\_\_\_\_ valor: \_\_\_\_\_
- b)  Nunca Participou
- c)  Participou, no entanto, parou de receber? Motivo \_\_\_\_\_
- d)  Outros \_\_\_\_\_

**6) INFORMAÇÕES DIVERSAS**

- a) Há Alguém, na família que faz uso de bebida alcoólica ou outro tipo de droga?  Sim  Não
- b) Se sim, há quanto tempo? \_\_\_\_\_
- c) Faz ou fez tratamento?  Sim  Não
- d) Se não, tem interesse? \_\_\_\_\_

**7) - POTENCIALIDADES**

7.1 - Há alguém na família que tem alguma habilidade específica?  Sim  Não

Se sim qual? \_\_\_\_\_

- a)  Pintura  Culinária  Corte/Costura  Informática
- b)  Teatro  Música  Dança-específica \_\_\_\_\_
- c)  Esporte-específico \_\_\_\_\_
- d)  Outros: específico \_\_\_\_\_

Obs.: \_\_\_\_\_

7.2 - Há Alguém que deseja aprender alguma atividade?  Sim  Não

- a)  Pintura  Informática  Artesanato  Manicure  Cabelereiro
- b)  Teatro  Música  Dança específica
- c)  Esporte especificar \_\_\_\_\_
- d)  Outros, Especificar \_\_\_\_\_

Obs.: \_\_\_\_\_

**8) SITUAÇÃO SÓCIO ECONÔMICA**

8.1) Número de pessoas que residem na mesma casa:

8.2)

Total de renda comprovada R\$ \_\_\_\_\_

Total de renda sem comprovação R\$ \_\_\_\_\_

Renda per capita R\$ \_\_\_\_\_

Sem renda, recebe ajuda de terceiros?  Sim  Não









## ANEXO C- Portaria nº 057 de 15 de agosto de 2017



## PREFEITURA MUNICIPAL DE DATAS

PRAÇA DO DIVINO, Nº10 – TELEFONE: (38) 3535-1121 – FAX: (38) 3535-1118  
CEP: 39.130.000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

## PORTARIA Nº 057 DE 15 DE AGOSTO DE 2017

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA BANCO DE ALIMENTOS DESTA MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Datas, Estado de Minas Gerais, **GONÇALO VALDIVINO PEREIRA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Municipal de nº. 307 de 28 de setembro de 2006, **R E S O L V E**:

Art. 1º - Nomear os membros do Conselho Gestor do Banco de Alimentos deste Município, para o mandato de 02(dois) anos, a contar da data da publicação desta Portaria, conforme segue abaixo:

**I - REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**

Titular: Milton Luiz de Ávila – CPF: 200.133.536-91  
Suplente: Antônio Geraldo do Carmo Moreira – CPF: 338.759.366-04  
Titular: Haroldo José de Oliveira - CPF: 357.789.706-68  
Suplente: Vanderlei da Consolação Pereira – CPF: 008.028.506-69

**II - REPRESENTANTES DO EMPRESARIADO, PRODUTORES, REVENDEDORES, FABRICANTES OU BENEFICIÁRIOS DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS.**


Titular: Elias Roberto Martins – CPF: 511.615.166-20  
Suplente: Sebastião Rodrigues dos Santos – CPF: 745.675.276-15  
Titular: Cleide do Rosário Carmindo Vieira – CPF: 840.753.506-06  
Suplente: Emi da Conceição Ferreira Assunção – CPF: 012.603.266-16

**III - REPRESENTANTES DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL**

- 3.1 - Associação de Desenvolvimento Social dos Trabalhadores de Datas:  
Titular: Marleide Simone Soares – CPF: 861.842.026-34  
Suplente: Renato César Brandão - CPF: 057.224.186-09
- 3.2 - Escola Estadual João Hermenegildo Caldeira:  
Titular: Adilson dos Santos Generoso – CPF: 636.847.726-15  
Suplente: Vera Lúcia Brandão – CPF: 453.036.226-49
- 3.3 - Conselho Particular da Paróquia do Divino Espírito de Datas.  
Titular: Raimundo Nonato do Nascimento – CPF: 706.886.486-49  
Suplente: Claudinei Silva – CPF: 172.378.928-35

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 077, de 24 de outubro de 2013.

Prefeitura Municipal de Datas, em 15 de agosto de 2017.

  
GONÇALO VALDIVINO PEREIRA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no local de costume e na data supra.



## ANEXO D – Portaria nº 091 de 28 de junho de 2018



PREFEITURA MUNICIPAL DE DATÁS-MG  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 091 DE 28 DE JUNHO DE 2018.

“Estabelece critérios de seleção para concessão de benefício eventual alimentício, especificamente proveniente da distribuição dos alimentos adquirido pelo Programa de Aquisição de Alimentos- PAA.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE DATÁS, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista a realização da seleção para concessão de benefício eventual alimentício, resolve:

Art. 1º - A concessão de benefício eventual de auxílio alimentação, especificamente proveniente da distribuição dos alimentos adquiridos pelo Programa de Aquisição de Alimentos- PAA, dar-se-á da seguinte forma:

- I – Família cadastrada no CadÚnico recebendo bolsa família e com dados atualizados no sistema;
- II – Família com membro(s) com doença crônica (devidamente comprovada por relatório médico) com necessidade de alimentação especializada;
- III – Família com membro(s) em situação de desnutrição (mediante encaminhamento da equipe de saúde ou da escola), observando-se a seguinte ordem para desempate: 1º crianças e adolescentes; 2º idosos e 3º adultos.
- IV – Famílias com crianças de até 12 anos;
- V – Idosos com faixa etária de 60 anos ou mais;
- VI – Adolescentes com faixa etária de 13 a 17 anos, com prioridade às adolescentes gestantes e lactantes;
- VII – Família que, nos últimos 06 (seis) meses, tenha sido acometida de morte ou abandono do provedor familiar;
- VIII – Grupos familiares com mais de 06 (seis) pessoas na composição familiar;
- IX – Famílias com nenhum membro inserido no mercado de trabalho (desempregado), observando-se a seguinte ordem para desempate: 1º família com maior número de pessoas; 2º moradores de casas alugadas e que não recebem auxílio moradia; 3º maior pontuação no somatório da idade de todos os membros da família.

Art. 2º Ficam mantidas, como critérios para requisição dos benefícios eventuais, as condições gerais previstas na Lei Municipal nº 456 de 16/12/2014, que dispõe sobre a regulamentação dos benefícios eventuais no âmbito da Política Pública de Assistência Social no Município de Datás.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Datás, 28 de Junho de 2018.

*[Assinatura]*  
Gabinete do Prefeito Municipal  
Prefeitura Municipal de Datás - MG  
R. P. N.º 100 - 35.600-000

Cumpra-se e publique-se!



## ANEXO E - Quantitativo de cestas do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DATAS**  
 Secretaria Municipal de Assistência Social  
 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



*Praça da Bíblia, 315 – Centro- CEP: 39130.000 - Datas/MG  
 (38) 3535-1021 –E- mail: cras@datas.mg.gov.br*

**QUANTITATIVO DE KITS DO PAA ENTREGUES**

Referência: 2018-19

2018	
Data <sup>1</sup>	Quantidade de kits <sup>2</sup>
14/06/18	78
21/06/18	98
	<b>Total mensal</b>   176
12/07/18	113
05/07/18	87
19/07/18	94
	<b>Total mensal</b>   294
13/09/18	68
20/09/18	58
27/09/18	46
28/09/18	20
	<b>Total mensal</b>   192
04/10/18	62
25/10/18	55
	<b>Total mensal</b>   117
<b>Total anual: 779</b>	

2019	
Data <sup>1</sup>	Quantidade de kits <sup>2</sup>
24/04/19	91
	<b>Total mensal</b>   91
03/05/19	120
08/05/19	69
15/05/19	85
22/05/19	67
29/05/19	48
<b>Total anual: 389</b>	

**Total de kits distribuídos: 1168**

Nota: Os comprovantes de recebimento de produtos agrícolas remanescentes<sup>3</sup> encontram-se arquivados no CRAS, junto aos comprovantes de recebimento das famílias.







